



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO E A GESTÃO
BOLSONARISTA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO
GOVERNO BOLSONARO (2019 – 2022)

BELÉM/PA

2024

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

**AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO E A GESTÃO
BOLSONARISTA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO
GOVERNO BOLSONARO (2019 – 2022)**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Doutor. Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

BELÉM/PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D278i de Sousa, Marcos Felipe Rodrigues.
AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO E A
GESTÃO BOLSONARISTA : uma análise das políticas socioambientais
no governo Bolsonaro (2019 - 2022) / Marcos Felipe Rodrigues de Sousa.
— 2024.
307 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2024.

1. ideias antiambientais. 2. agronegócio. 3. Jair Bolsonaro.
4. políticas públicas. 5. instituições. I. Título.

CDD 320.60981

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

**AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO E A GESTÃO
BOLSONARISTA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO
GOVERNO BOLSONARO (2019 – 2022)**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Doutor. Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

Data de aprovação: 06 / 12 / 2024

Conceito: Aprovado

Banca examinadora:

Professor Dr. Durbens Martins Nascimento.

Orientador/Presidente da Banca, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA).

Professor Dr. Hisakhana Pahoona Corbin

Examinador Interno, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA).

Professor Dr. Fabio Fonseca de Castro

Examinador Interno, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA).

Professor Dr. Bruno César Pereira Malheiro.

Examinador Externo, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Universidade do Estado do Pará – UEPA).

Professor Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

Examinador Externo, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Universidade do Estado do Pará – UEPA).

A todas as vítimas da COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos santos, orixás e encantarias que me sustentaram com coragem e força ao longo deste importante momento da minha vida. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na pessoa do meu estimado orientador, Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, pelas valiosas contribuições e orientações que tornaram possível o desenvolvimento desta tese. Aos membros da banca, pelo tempo dedicado e pelas ricas reflexões que enriqueceram esta pesquisa, contribuindo de maneira significativa para sua conclusão.

Agradeço também ao corpo docente do NAEA, que, ao longo desses quatro anos de doutorado, foram uma bússola a me guiar em meio às dúvidas e inquietações, tanto em relação ao problema de pesquisa desta tese quanto à ampliação dos conhecimentos sobre o território amazônico e sua pluridiversidade. Aos meus colegas de pós-graduação, que, mesmo diante da distância imposta pela COVID-19 no início do doutorado, não hesitaram em colaborar nas disciplinas e nas pesquisas científicas, meu sincero agradecimento.

Minha gratidão também se estende ao corpo técnico do PPGDSTU, que contribuiu para o avanço da pós-graduação no NAEA, e aos grupos de pesquisa Observatório da Defesa da Amazônia (OBED/NAEA/UFPA), Políticas Ambientais na Amazônia (POAM/PPGCP/UFPA) e Comportamento Político e Sociedade (CPOLS/PPGCP/UFPA) pelas colaborações em tópicos fundamentais para esta pesquisa.

Agradeço à UFPA, que desde 2011 tem sido minha segunda casa ao longo de toda minha trajetória acadêmica, da graduação ao doutorado, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta tese.

Aos meus amigos, amigas e à minha família, que me deram todo o apoio necessário durante esta etapa do doutorado, meu profundo agradecimento. Em especial, à minha mãe Cleide Cristina, meu irmão Matheus Kayky, meus avós Manoel Soares e Rosinete Pereira, e meus sogros Maria de Nazaré, Maria das Graças e Luís Fernando. Um agradecimento especial às minhas fiéis companheiras caninas, Joana D'arc e Júlia Punk, que não deixaram de estar ao meu lado durante as longas horas de escrita.

Por fim, agradeço profundamente à minha amada esposa, Érica Magalhães, por todo o suporte, pelas preciosas dicas de escrita e pesquisa, além de sua paciência e amor incondicional durante essa longa jornada.

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites (MARX, 1865, p.3.).

RESUMO

Esta tese analisa as convergências e divergências entre as ideias antiambientais de grupos de interesse do agronegócio e as políticas socioambientais formuladas e implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022). Nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, Bolsonaro recebeu o apoio de grupos de interesse representativos do agronegócio, principalmente por defender ideias em comum com esse setor. Exemplos incluem a flexibilização da legislação e fiscalização ambiental, a contrariedade à demarcação de terras indígenas, críticas a movimentos sociais ambientalistas, o armamento no campo e a liberalização de agrotóxicos, entre outros. Lideranças do agronegócio participaram do governo federal, ocupando cargos de alto escalão, como secretarias e ministérios. Diante desse contexto, realizo um recorte analítico sobre os principais grupos representativos do agronegócio destacados pela literatura. Entre eles estão: a Associação Brasileira dos Produtores de Soja, a Frente Parlamentar da Agropecuária, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Associação Brasileira do Agronegócio. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, com análise documental e uma análise de conteúdo temática, categorizando as ideias antiambientais presentes em documentos dos grupos de interesse analisados e no governo Bolsonaro. A partir dessa análise, foram avaliadas as convergências e divergências das ideias antiambientais nas políticas federais socioambientais, ações institucionais e projetos de lei relacionados com a gestão de Jair Bolsonaro. As categorias de políticas analisadas incluíram controle e fiscalização do desmatamento, projetos de lei antiambientais do Poder Executivo, demarcação de terras indígenas, liberalização de agrotóxicos, mudanças nas regras de licenciamento ambiental e regulação fundiária. Como modelo teórico analítico, utilizou-se o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, que considera as instituições e os interesses relacionados às ideias dos atores políticos dentro de um contexto político, social e institucional específico. Os resultados demonstram que as ideias antiambientais dos grupos de interesse do agronegócio estiveram presentes na formulação e implementação de políticas socioambientais durante as eleições e o governo de Jair Bolsonaro, especialmente em políticas antiambientais e anti-indígenas. A Associação Brasileira dos Produtores de Soja e a Frente Parlamentar da Agropecuária mostraram ampla convergência com as políticas implementadas durante o mandato de Jair Bolsonaro, apoiando sua eleição em 2018 e 2022 e participando diretamente da estrutura do governo federal. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil também demonstrou convergência entre suas ideias antiambientais e as políticas de Bolsonaro, como nas políticas de flexibilização do licenciamento ambiental, liberalização de agrotóxicos, oposição à demarcação de terras indígenas e mudanças nas políticas fundiárias. A Associação Brasileira do Agronegócio divergiu dos principais grupos do agronegócio em relação a determinadas ideias antiambientais do governo, além de não apoiar a eleição de Bolsonaro em 2018 e 2022. No entanto, esse grupo convergiu com ideias contidas em políticas específicas do governo, relativas ao licenciamento ambiental e à flexibilização na aprovação de agrotóxicos, além de ser favorável ao marco temporal indígena. Assim, nota-se que as ideias antiambientais dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro estiveram presentes durante a gestão de Jair Bolsonaro. Por meio de atos infralegais, como as mudanças por instruções normativas e medidas provisórias, cortes orçamentários, projetos de lei e outras ações tais como nas nomeações de lideranças do agronegócio na estrutura governamental, o governo conseguiu utilizar condições institucionais favoráveis às ideias antiambientais desses grupos. Nesse sentido, a tese demonstrou como determinadas ideias de grupos de interesse podem ser implementadas em uma gestão governamental, especialmente a partir do contexto institucional brasileiro.

Palavras-chave: ideias antiambientais; agronegócio; Jair Bolsonaro; políticas ambientais; instituições.

ABSTRACT

This thesis analyzes the convergences and divergences between the anti-environmental ideas of agribusiness interest groups and the socio-environmental policies formulated and implemented during the government of Jair Bolsonaro (2019 to 2022). In the presidential elections of 2018 and 2022, Bolsonaro received support from representative interest groups within the agribusiness sector, mainly due to his alignment with their ideas. Examples include the relaxation of environmental legislation and oversight, opposition to the demarcation of indigenous lands, criticism of environmental social movements, the militarization of rural areas, and the liberalization of agrochemicals, among others. Agribusiness leaders participated in the federal government, occupying high-ranking positions such as secretaries and ministers. Given this context, I conducted an analytical focus on the main representative groups of agribusiness highlighted in the literature. Among them are: the Brazilian Soybean Producers Association, the Parliamentary Front for Agriculture, the Confederation of Agriculture and Livestock of Brazil, and the Brazilian Agribusiness Association. The research employed a qualitative methodology, utilizing documentary analysis and thematic content analysis to categorize the anti-environmental ideas present in the documents of the analyzed interest groups and in the Bolsonaro government. From this analysis, the convergences and divergences of anti-environmental ideas in federal socio-environmental policies, institutional actions, and legislative projects related to Jair Bolsonaro's administration were assessed. The categories of policies analyzed included control and oversight of deforestation, anti-environmental legislative proposals from the Executive Branch, demarcation of indigenous lands, liberalization of agrochemicals, changes in environmental licensing regulations, and land tenure regulation. The theoretical analytical model used was discursive and ideational neoinstitutionalism, which considers the institutions and interests related to the ideas of political actors within a specific political, social, and institutional context. The results demonstrate that the anti-environmental ideas of agribusiness interest groups were present in the formulation and implementation of socio-environmental policies during the elections and the government of Jair Bolsonaro, particularly in anti-environmental and anti-indigenous policies. The Brazilian Soybean Producers Association and the Parliamentary Front for Agriculture showed significant convergence with the policies implemented during Bolsonaro's term, supporting his election in 2018 and 2022 and participating directly in the federal government structure. The Confederation of Agriculture and Livestock of Brazil also exhibited convergence between its anti-environmental ideas and Bolsonaro's policies, particularly in the relaxation of environmental licensing, liberalization of agrochemicals, opposition to the demarcation of indigenous lands, and changes in land policies. The Brazilian Agribusiness Association diverged from the main agribusiness groups regarding certain anti-environmental ideas of the government and did not support Bolsonaro's election in 2018 and 2022. However, this group converged with ideas contained in specific government policies related to environmental licensing and the relaxation of agrochemical approvals, as well as being favorable to the temporal framework regarding indigenous lands. Thus, it is evident that the anti-environmental ideas of the main interest groups in Brazilian agribusiness were present during Jair Bolsonaro's administration. Through infralegal acts, appointments of agribusiness leaders, changes through normative instructions and provisional measures, budget cuts, legislative projects, and other actions, the government managed to leverage institutional conditions favorable to the anti-environmental ideas of these groups. This thesis demonstrates how specific ideas of interest groups can be implemented within a governmental administration, particularly within the Brazilian institutional context.

Keywords: anti-environmental ideas; agribusiness; Jair Bolsonaro; environmental policies; institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 — Proporção de Terras Indígenas por UF no Brasil	111
Figura 2 — Mapa da área de soja plantada por município (ha) no Brasil em 2019.....	124
Figura 3 — Mapa do rebanho bovino na Amazônia em 2020 (mi. cabeças).....	126
Figura 4 — Mapa com as características dos alertas de desmatamento de acordo com os diferentes vetores de pressão no Brasil em 2023.....	128
Figura 5 — Mapa com terras indígenas com desmatamento no Brasil em 2022.....	161
Figura 6 — Eleição presidencial na Amazônia Legal (2018)	172
Figura 7 — Votação presidencial (%) nos municípios mais desmatados no Brasil no 1º turno em 2018 e 2022.....	173
Figura 8 — Maiores desmatamentos detectados no Brasil em 2022 por cada um dos biomas.....	179

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Série histórica do PIB nominal do Brasil (R\$ trilhões) e PIB nominal do agronegócio (R\$ trilhões)	118
Gráfico 2 – Expansão da atividade agrícola na Amazônia (2000 – 2020)	122
Gráfico 3 – Rebanho bovino na Amazônia e no Brasil (2000 – 2020)	125
Gráfico 4 – Desmatamento em terras indígenas na Amazônia (2008 a 2023)	160
Gráfico 5 – Análise do desmatamento na Amazônia com a fiscalização do IBAMA (2018 – 2023)	162
Gráfico 6 – Série histórica do desmatamento na Amazônia (1988 a 2022)	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias e unidades do Executivo Federal.....	46
Quadro 2 – Categorias iniciais e intermediárias para a análise do Executivo Federal.....	47
Quadro 3 – Código de análise da categoria ideias antiambientais e das políticas públicas.....	50
Quadro 4 – Códigos de análise da atuação direta às políticas socioambientais a partir do Executivo Federal.....	51
Quadro 5 – Categoria de análise dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro.....	56
Quadro 6 – Teorias Neoinstitucionalistas.....	70
Quadro 7 – Propostas de pautas da APROSOJA para os presidenciais em 2018.....	202
Quadro 8 – Ideias prioritárias da FPA/IPA para Jair Bolsonaro em 2018.....	220
Quadro 9 – Prioridades Legislativas do governo Bolsonaro em 2022 relativas ao meio ambiente e direitos indígenas.....	229
Quadro 10 – Ideias e propostas defendidas pela CNA (O Futuro é Agro – 2018-2030)	235
Quadro 11 – Ideias fundiárias e ambientais da ABAG na campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’	254
Quadro 12 – Ideias ambientais da ABAG a partir do documento ‘Ações para queda rápida do desmatamento’	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contribuição de setores e subsetores no PIB brasileiro no 1º trimestre de 2024 (valores a preços correntes em milhões de reais)	118
Tabela 2 - Quantidade de vínculos empregatícios formais por grandes setores do IBGE.....	120
Tabela 3 – Produtos e áreas colhidas na Amazônia entre 2000 e 2020.....	123
Tabela 4 – Vetores de pressão do desmatamento no Brasil e o quantitativo de áreas desmatadas por hectare (2019 – 2023)	127

LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ARENA	Aliança Renovadora Nacional.
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.
ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes.
ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio.
APROSOJA	Associação Brasileira dos Produtores de Soja.
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.
COALIZÃO	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.
CONAVEG	Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.
CPI	Comissão parlamentar de inquérito.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CAIs	Complexos Agroindustriais.
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.
CONSELHO	Conselho do Agro.
CNAL	Conselho Nacional da Amazônia Legal.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
NDCs	Contribuições Nacionalmente Determinadas.
DEM	Democratas.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
FPA	Frente Parlamentar Mista da Agropecuária.
FPB	Frente Produtiva Brasil.
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.
GLO	Garantia da Lei e da Ordem.
IBÁ	Indústria Brasileira de Árvores.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
INCRA	Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária.
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
IPA	Instituto Pensar Agropecuária.
MPS	Medidas Provisórias.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.

MPF	Ministério Público Federal.
MBVA	Movimento Brasil Verde e Amarelo.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
ONG	Organização Não Governamental.
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PL	Partido Liberal.
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro.
PSC	Partido Social Cristão.
PSL	Partido Social Liberal.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.
PLANAVEG	Plano Nacional para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente.
PSR	Prêmio de Seguro Rural.
PIB	Produto Interno Bruto - PIB.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.

PP	Progressistas.
PL	Projeto de Lei.
PLOA	Projeto de Lei Orçamentário Anual.
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite.
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura.
SRB	Sociedade Rural Brasileira.
STF	Supremo Tribunal Federal.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
UDR	União Democrática Ruralista.
UC	Unidades de Conservação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa	25
1.2 Objetivos.....	37
1.3 Hipóteses.....	38
1.3.1 Hipótese central	39
1.3.2 Hipótese secundária.....	39
2 METODOLOGIA.....	40
2.1 Análise de conteúdo	42
2.2 Coleta de Dados, códigos e fontes.....	46
3 O NEOINSTITUCIONALISMO DISCURSIVO E DAS IDEIAS E OS GRUPOS DE INTERESSES	62
3.1 O Institucionalismo discursivo e das ideias.....	68
3.2. Grupos de Interesses	85
4 O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E AS REGRAS INSTITUCIONAIS DURANTE O GOVERNO BOLSONARO	91
5 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS	108
6 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E O GOVERNO BOLSONARO (2019 – 2022)...	154
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	193
7.1 APROSOJA.....	196
7.2 FPA/IPA	216
7.3 CNA	231
7.4 ABAG.....	250
8 CONCLUSÃO.....	263
REFERÊNCIAS	277

1 INTRODUÇÃO

A tese investiga a interação entre as ideias antiambientais promovidas pelos grupos de interesse do agronegócio brasileiro e as políticas socioambientais implementadas durante o governo Bolsonaro. A pesquisa se concentra na flexibilização das leis e políticas socioambientais, como as de controle e fiscalização do desmatamento, nos projetos de leis antiambientais do Poder Executivo, na demarcação de terras indígenas, na liberalização de agrotóxicos, nas mudanças nas regras do licenciamento ambiental e na regulação fundiária. A análise considera se essas políticas públicas convergiram ou divergiram das ideias e discursos dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro, destacando as condições que contribuíram para a institucionalização de ideias antiambientais em legislações, programas e normativas do Estado brasileiro. Os resultados revelam o impacto das ideias e agendas antiambientais desses grupos nas instituições durante o governo Bolsonaro, além de analisar o nível de convergência e divergência interna entre as organizações do agronegócio em relação às políticas bolsonaristas.

Durante a chamada virada ideacional, as ideias ganharam destaque nas ciências humanas (PERISSINOTO; STUM, 2017). Inspiradas por Hall (1989), as investigações passaram a analisar as circunstâncias que possibilitam a implementação e a efetividade das ideias nas políticas públicas, especialmente em quais condições uma ideia se sobrepõe a outras. De acordo com Perissinoto e Stum (2017), a literatura do campo aponta três condições para que isso ocorra: aspectos político-institucionais, condições de incerteza e dependência de trajetória. Além disso, o conceito de ideia tem sido definido de várias maneiras na literatura, abrangendo visões de mundo (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993), repertórios ideológicos (BÉLAND, 2005), ideias filosóficas (SCHMIDT, 2014), sistemas de crenças (CONVERSE, 1964) ou estruturas normativas (CAMPBELL, 2002).

As ideias, enquanto expressão de ideologias, representam os interesses das classes sociais e se vinculam à realidade social e política. Na perspectiva marxista, as ideias ideológicas servem aos interesses das classes dominantes, apresentando uma falsa representação da realidade que legitima a dominação social (LÖWY, 2008; MARX; ENGELS, 1989). A categorização das ideias enquanto falseamento da realidade, denota que a ideologia não seria apenas um conjunto de ideias, mas um conjunto de pressupostos históricos, políticos e sociais para manter a dominação econômica e as desigualdades de classe (CHAUÍ, 2008).

No entanto, Löwy (2008) destaca a diversidade de definições para o conceito de ideologia na literatura, como a de Mannheim (1929), que a associa às posições sociais de grupos

e classes, e a concepção mais geral, que visa à manutenção da ordem estabelecida. Embora a presente tese utilize, em sua análise, uma perspectiva materialista histórica, a definição e o uso do conceito de 'ideias' se aproximam das noções de 'visões de mundo', como abordado pelo neoinstitucionalismo discursivo e das ideias.

O conceito de ideias pode se distinguir do caráter ideológico, conforme a premissa de Lukács (2013) (ANDRADE; KELL, 2018). Como levantado por Andrade e Kell (2018), as ideias nem sempre correspondem às ideologias, sendo estas caracterizadas apenas quando assumem uma função no plano social e na resolução de problemas do ser social. Os autores afirmam que as ideias adquirem definições ideológicas por meio dessa função social nos conflitos sociais, podendo, assim, assumir formas dominantes de classes sociais, o que gera coerções ideológicas nos indivíduos (ANDRADE; KELL, 2018; LUKÁCS, 2013). A ideia ideológica “[...] é o mecanismo utilizado pelas classes sociais para aglutinar a força espiritual, ora para conservar, ora para transformar a sociedade” (ANDRADE; KELL, 2018, p. 119). Nesse sentido, as ideias representam um grupo ou classe social, podendo levar a transformações materiais na sociedade. Dessa forma, esta tese investiga como a representação das ideias de um grupo social é implementada na estrutura institucional do Estado brasileiro.

As ideias na política podem se fundamentar em bases ideológicas na tentativa da institucionalização de políticas públicas e programas políticos. A partir de Schmidt (2008), é demonstrado que as ideias enquanto visões de mundo podem estruturar políticas e programas através de valores e princípios sobre o ordenamento social da sociedade. A autora pontua que o uso das ideias nas ciências sociais, especificamente pelos cientistas políticos, descreve as ideias enquanto soluções propostas pelos formuladores de políticas públicas. Além de, os programas que se sustentam em consequência das ideias políticas, ou seja, os seus princípios orientadores, e, quadros de referências para crenças programáticas de visões de mundo. Isso inclui, quais os problemas a serem considerados pela política, as suas normas, metas políticas e as ideias políticas para a resolução de problemas (SCHMIDT, 2008, p. 306).

Dessa forma, Januzzi (2022), citando Schmidt (2008), categoriza as ideias em várias definições, incluindo ideias concretas na forma de políticas e programas, ideias como marco de referência e paradigmas, e ideias filosóficas. Segundo o autor, as ideias também influenciam a compreensão dos atores políticos sobre questões públicas e a forma como transformam essas ideias em políticas e programas. Neste contexto, para esta tese, o conceito de ideias assume o sentido proposto por Januzzi (2022), baseado em Paganelli (2020), no qual as ideias são

concepções de mundo que ajudam a dar sentido aos problemas políticos e a propor soluções com base nessas definições.

No institucionalismo discursivo das ideias, as ideias se firmam em categorias cognitivas e normativas. A categoria normativa atribui valores à ação política e legitima as políticas públicas por meio de referências. O aspecto cognitivo, por sua vez, demonstra como as políticas públicas oferecem soluções para determinados problemas e de que maneira a política necessária para a sua resolução será aplicada. A questão para a teoria neoinstitucionalista reside em compreender como determinadas ideias cognitivas e normativas se transformam em políticas públicas, enquanto outras são descartadas (SCHMIDT, 2008). Em suma, embora a tese utilize análises das ideias nas políticas públicas, ela não se contrapõe às premissas materiais e históricas da realidade das políticas. Isso ocorre principalmente porque a teoria neoinstitucionalista do discurso e das ideias também considera os fundamentos estruturantes da sociedade nas políticas públicas, levando em conta as questões cognitivas, normativas e materiais.

Nesse sentido, a presente tese busca compreender como as dinâmicas das ideias de grupos de interesse do agronegócio se materializaram no governo federal. Dado o caráter heterogêneo dos grupos de interesses do agronegócio (POMPEIA, 2022, 2023a), é crucial avaliar as suas concepções de ideias antiambientais mobilizadas por esses grupos e como eles se assimilam e diferenciam perante as políticas públicas durante o governo de Jair Bolsonaro. Eleito presidente em 2018 com ideias e discursos contrários à agenda ambiental, Jair Bolsonaro recebeu apoio de empresários e associações representativas do agronegócio, como a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), comumente conhecida como "bancada ruralista" (BORTONE, 2020; FERRANTE; FEARNSIDE, 2019). Frações expressivas do agronegócio brasileiro apoiaram sua eleição em 2018 e sua tentativa de reeleição em 2022, além de terem servido como base de apoio para sua gestão presidencial (FIRMIANO, 2020). Grupos como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e a FPA tiveram partes de suas ideias e interesses integradas à estrutura do Estado brasileiro, articuladas durante a gestão bolsonarista. Exemplos disso incluem a flexibilização de políticas e leis ambientais e a paralisação da demarcação de terras indígenas.

Durante sua formação e trajetória pessoal e política, o ex-presidente Bolsonaro demonstrou rejeição a ideias ambientais, contrariedade a políticas indigenistas e aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, especialmente aqueles ligados à esquerda política brasileira. Em um vídeo dirigido a garimpeiros, Bolsonaro lembrou a atividade de

garimpeiro de seu pai e prometeu diminuir restrições ambientais e liberar o garimpo em terras indígenas e quilombolas. No mesmo vídeo, Jair menciona que em um momento de lazer chegou a realizar o ato de garimpagem na beira de um rio (AUDI, 2018).

No último ano do governo Bolsonaro, o garimpo cresceu 54% em terras indígenas Yanomamis, tendo mais de 5 mil hectares de terras devastadas pelo garimpo entre 2018 e 2022 (LUCENA, 2023). No Brasil as terras indígenas ocupam 13,9% do território, contendo 115,3 milhões de hectares de vegetação nativa, tendo nos anos de 1991 a 2021 a perda de apenas 1,2% de sua vegetação nativa, contra 19,9% de áreas privadas (MAPBIOMAS, 2023). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem aproximadamente 1,7 milhão de indígenas no país, sendo a maior parte concentrada na região norte, com 51,2% da população indígena na Amazônia Legal. (ANDRADE, 2023).

Durante sua infância e juventude em Eldorado-SP no contexto da ditadura militar, Bolsonaro se aproximou de ideias promovidas pelos militares brasileiros, como a contrariedade a grupos de esquerda e aversão aos povos quilombolas que viviam na região. Em pré-campanha em 2017, Jair Bolsonaro afirmou ter visitado um quilombo em Eldorado e fez acusações racistas ao comparar os quilombolas a animais (FAGUNDEZ, 2019). O ex-presidente ingressou na carreira militar ainda na ditadura, na década de 1970, tornando-se paraquedista e alcançando a patente de capitão, sendo colocado na reserva depois de ser investigado por planejar um atentado à bomba em um quartel. Em 1988, Bolsonaro tornou-se vereador pelo Rio de Janeiro, sendo eleito em 1990 para Deputado Federal, mantendo sete mandatos como Deputado antes de ser eleito presidente em 2018. Sua carreira militar influenciou a formação de suas ideias, sendo recorrente a defesa do retorno da ditadura militar desde sua época como Deputado. Enquanto Deputado Federal, Jair Bolsonaro atuou na rejeição de valores democráticos e por agendas ligadas à grupos militares e religiosos, sendo recorrente discursos antiambientais (COUTO, 2023).

Conforme Maitino (2018), Bolsonaro utilizou determinados temas durante toda a sua trajetória política. O autor cita: a defesa de atividades militares (Forças Armadas, militarismo e desaprovação à Comissão Nacional da Verdade), ataques à esquerda política e associação do Partido dos Trabalhadores (PT) ao 'comunismo', críticas aos direitos humanos, aos movimentos sociais ambientalistas e da luta pela reforma agrária, contrariedade aos povos indígenas e quilombolas, a maioria penal, aos direitos indígenas e de grupos LGBTQIA+. Maitino (2018) cita que Bolsonaro agregava determinadas agendas políticas, principalmente de minorias

sociais, à "política de esquerda". As ideias de Bolsonaro sobre temas ambientais e a Amazônia refletem características de seu passado militar.

Ramos (2021) cita que Jair reproduziu em suas campanhas eleitorais a ideia de setores militares em que a Amazônia estava ameaçada por uma invasão internacional. Uma invasão sendo realizada através de agendas da proteção ambiental para impedir o desenvolvimento econômico do país. A autora cita que as ideias antiambientais de Bolsonaro estão enraizadas na crença propagada na ditadura militar de que a proteção ambiental na Amazônia seria um obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro. As ideias antiambientais se fortaleceram durante sua trajetória como deputado, tendo se aproximado de grupos conservadores ruralistas que lutavam pela flexibilização de leis ambientais e pelo armamento no campo. Ainda deputado, em 2012, Bolsonaro foi multado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) por realizar pesca ilegal em Angra dos Reis. Em 2019, quando Bolsonaro assume a presidência, o servidor do IBAMA responsável pela multa foi exonerado de um cargo de chefia do órgão (NUNES, 2022). É pertinente que a construção de ideias antiambientais de Jair Bolsonaro está alicerçada em sua vida pessoal e política.

Setores do agronegócio brasileiro viam em Bolsonaro um forte aliado político, indicando um avanço de agendas e interesses para as cadeias do agronegócio. Historicamente, grupos majoritários do agronegócio no Brasil estiveram próximos de pautas e valores ideológicos à direita e extrema direita. Um exemplo é a União Democrática Ruralista (UDR), que desde a Constituinte atuou com discursos e violências contra os movimentos sociais do campo (BRUNO, 2009; POMPEIA, 2022). De acordo com Bruno (2003, p.284), há no ruralismo e no agronegócio do país uma "violência patronal rural como prática de classe". A ligação de ideias e interesses entre o agronegócio e Jair Bolsonaro, vinculados a valores ideológicos à direita e extrema direita, não ocorreu apenas por uma aproximação política, mas por uma relação de visões de mundo. Isso é evidente, principalmente entre as temáticas antiambientais e anti-indígenas defendidas por grupos radicalizados e extremistas do agronegócio brasileiro (POMPEIA, 2023b).

Para Malheiro (2023), o agronegócio possui um autoritarismo no cerne da sua estrutura. Isso seria vinculado por meio das cadeias que operam esses negócios. Como exemplos, o autor sinaliza uma série de violações ambientais e dos direitos humanos em que se legitima através da mercantilização da vida. Em muitos casos, o agronegócio chega a utilizar de uma subjetividade autoritária e violenta, como nos casos de usos de grandes correntes em tratores para desmatar florestas inteiras; na visão de árvores como bloqueios ao desenvolvimento

econômico, as ações de grilagem de terras e as tentativas de legalizar esses atos; o uso indiscriminado de agrotóxicos em monocultivos agrícolas eliminando espécies que não são dadas como lucrativas, o uso de segurança armada em forma de milícia para proteção de grandes latifúndios, dentre outras ações (MALHEIRO, 2023).

A aproximação de Jair Bolsonaro com grupos de interesses do agronegócio, que defendiam ideias e bandeiras antiambientais, foi notável desde sua primeira campanha eleitoral para presidente. Durante a presidência, ele nomeou representantes desses grupos para cargos ministeriais, o que demonstra o alinhamento de sua gestão com essas agendas específicas. A partir desse contexto, a tese aborda os seguintes problemas de pesquisa:

- a) A implementação e formulação de políticas socioambientais durante o governo Bolsonaro convergiram com as ideias de grupos de interesses do agronegócio brasileiro?
- b) Sob quais condições institucionais determinadas ideias antiambientais conseguiram ser implementadas nas instituições brasileiras?

Dada a relação de Jair Bolsonaro com grupos de interesse do agronegócio, avalio como esses grupos influenciaram as tomadas de decisão que contribuíram para o enfraquecimento das políticas socioambientais no Brasil. Nesse sentido, examino como se estabeleceu a articulação do Governo Federal diante das ideias das organizações patronais representativas do agronegócio.

Nesse sentido, realizo um levantamento de quais grupos e agentes do agronegócio estiveram próximos ao Executivo Federal durante a eleição e o mandato bolsonarista, e como esses grupos convergiram e divergiram em relação às políticas socioambientais. Essas políticas estão associadas à fiscalização e controle de crimes ambientais, redução orçamentária para políticas ambientais, extinção e inação de programas e políticas ambientais, paralisação de políticas indigenistas e fundiárias, mudanças no licenciamento ambiental, avanço na aprovação de agrotóxicos, entre outras citadas na seção metodológica. A tese debate com a literatura a análise das políticas públicas do governo de Jair Bolsonaro e a influência de grupos de interesse na institucionalidade das políticas socioambientais, a partir da participação de grupos do agronegócio brasileiro na formulação implementação de políticas públicas.

O governo de Jair Bolsonaro foi duramente criticado por contribuir para o aumento da degradação ambiental e dos índices de desmatamento no Brasil (ARAÚJO, 2020; BRAGANÇA, 2018; VALE et al., 2021; SOTIROV et al., 2022). Além do desmonte das instituições ambientais brasileiras (NEVES, 2023). Exemplos de suas ações estão na

diminuição de recursos para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), desmantelamento de órgãos de fiscalização e controle ambiental, paralisação de fundos internacionais para o meio ambiente e clima. Sua gestão acirrou conflitos fundiários e a exploração de recursos naturais. Isso foi consequência do enfraquecimento de órgãos federais de direitos indígenas, do congelamento da designação de florestas públicas, da legalização de armas em áreas rurais e da expansão do agronegócio em áreas florestais (AZEVEDO-RAMOS et al., 2020).

Outra causa do aumento dos índices de desmatamento no Brasil durante o governo Bolsonaro foi a interrupção do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), um dos principais programas federais no combate ao desmatamento na Amazônia (NETO, 2022; GATTI et al., 2022). Em 2019, o governo Bolsonaro descontinuou o PPCDAm por meio do Decreto 10.142 e o substituiu pela Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG). Por meio de um novo decreto (Decreto 10.239) em 2020, a gestão Bolsonaro transferiu a coordenação da política de controle ao desmatamento para o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), controlado e presidido pelo general e seu vice-presidente Hamilton Mourão (LIMA, 2023). Em 2023, com o governo de Lula, o CNAL deixou de ser chefiado pelo vice-presidente e teve seus atos normativos revogados, sendo restabelecido o PPCDAm como programa de ação no combate e fiscalização ao desmatamento.

Os índices de desmatamento e queimadas no Brasil aumentaram nos últimos anos, principalmente na Amazônia e no Cerrado, sobretudo com a entrada de Jair Bolsonaro no Planalto. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que o desmatamento na região amazônica cresceu 29% em 2021, sendo o maior dos últimos 10 anos (INPE, 2021). Entre 2004 e 2012, cerca de 80% do desmatamento na Amazônia foi reduzido como resultado de políticas ambientais de comando e controle, como o PPCDAm. No entanto, houve um aumento a partir de 2016 que se intensificou em 2019 (ABRAMOVAY, 2019). Esse aumento reverteu a tendência de queda, atingindo em 2019 uma taxa 30% maior que o desmatamento anual em 2018, totalizando 9.700 km² (AZEVEDO-RAMOS; et al., 2020).

Além do aumento do desmatamento, o fogo resultante das queimadas também aumentou na mesma proporção. As queimadas estão diretamente associadas ao processo de desmatamento e causam doenças e mortes prematuras. Os efeitos do desmatamento e das queimadas somam-se à intensificação de conflitos sociais e fundiários, à perda do patrimônio público e ao boicote comercial na exportação de *commodities* provenientes de áreas desmatadas (MOUTINHO, 2017). O comércio ilegal de madeira e *commodities* agrícolas, a falta de implementação efetiva

de políticas ambientais e a ocupação histórica e mudanças no uso da terra são alguns dos principais fatores de risco para o desmatamento (SOTIROV et al; 2022; SILVA; AZEVEDO-RAMOS; FARIAS, 2022). Essas atividades estão historicamente associadas à produção de setores do agronegócio brasileiro, como a produção de soja, a expansão da pecuária e a abertura de fronteiras agrícolas na Amazônia (BRUNO, 2009).

O aumento do desmatamento causa impactos socioambientais e climáticos globais significativos. Por exemplo, altera o regime de chuvas, ameaça a sociobiodiversidade, gera violência e violações dos direitos de povos e comunidades tradicionais, contribui para o aquecimento global e afeta os climas de outras regiões (BARRETO; ARAÚJO, 2012; SOARES-FILHO et al., 2005). A importância da cobertura florestal está relacionada aos estoques de carbono, à riqueza de sociobiodiversidade e culturas, aos sistemas climáticos, hidrológicos e alimentares (HANSEN, et al., 2008). No Brasil, a redução do desmatamento contribui para a diminuição da concentração de renda, das mortes no campo, da grilagem de terras públicas, do trabalho escravo e para a preservação dos direitos dos povos indígenas (MOUTINHO, 2017; MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021; CAPOBIANCO, 2017). Nesse sentido, a mudança de direção das políticas socioambientais e fundiárias durante o governo Bolsonaro não apenas representou um retrocesso em políticas já institucionalizadas, mas em ameaças à vida.

1.1 Justificativa

O desmatamento está relacionado à expansão agrícola e pecuária no Brasil, atividades produtivas ligadas à estrutura do agronegócio (FEARNSIDE, 2006; BERENQUER et al., 2021; MELO, 2018; GOMES, 2019; CASTRO, 2005). Segundo Gazoni (2011), as discussões sobre as causas do desmatamento frequentemente o associam às *commodities* agropecuárias, como o aumento da produção de soja e a expansão de áreas para pastagens e criação de rebanho bovino. Além disso, outros fatores incluem a extração de madeira, o tamanho das propriedades agropecuárias, a grilagem de terras e a infraestrutura para o escoamento de *commodities*.

Dada a relação das atividades produtivas do agronegócio com problemas socioambientais e, embora o agronegócio seja um campo heterogêneo, com algumas associações representativas do setor se posicionando favoravelmente a ideias ambientais, como o combate ao desmatamento na Amazônia (BASSI, 2022), considero avaliar como essas organizações convergiram ou se distanciaram das políticas antiambientais durante a gestão de

Jair Bolsonaro. Conforme Melo et al. (2018) e Silva (2019), os grupos de interesse do agronegócio desempenham um papel central na influência da formulação e na tomada de decisões de políticas públicas no Brasil.

Pompeia (2023a) cita que determinados grupos de interesse do agronegócio buscaram se aproximar de discussões ambientais como estratégia de mercado, visando operar uma imagem positiva perante a opinião pública e adentrar em mercados específicos. No trabalho de Nannini (2020), é exposto que, nos últimos anos, o agronegócio visou exportar uma imagem positiva de suas cadeias, especialmente em relação às questões ambientais e climáticas. Nesse sentido, usou estratégias para ocultar suas contradições e impactos negativos de suas atividades produtivas no clima e no meio ambiente.

No Brasil, há uma heterogeneidade e distintas organizações representativas do agronegócio. No entanto, Oliveira (2020) afirma que, embora possa haver interesses econômicos ou agendas divergentes, há uma organicidade das frações dos grupos de interesse através de ideias em comum. Estas ideias são relativas à defesa da propriedade privada, à flexibilização de leis e políticas ambientais, à contrariedade aos direitos indígenas e à oposição aos movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Historicamente, no Brasil, o agronegócio se organizou politicamente a partir de ideias e agendas comuns a ideologias antiambientais, conservadoras e de direita política.

Embora setores do agronegócio possuam uma convergência política em determinadas ideias e agendas, suas ações políticas variam de acordo com sua organização (POMPEIA, 2023b). De forma comparativa, a União Democrática Ruralista (UDR) não atua politicamente da mesma forma que a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), sendo esta última um setor com ações políticas mais moderadas em comparação à UDR.

Na visão de Pompeia (2022), inicialmente não houve um consenso entre as elites do agronegócio em apoiar a eleição e a gestão de Jair Bolsonaro. No entanto, com a aproximação das eleições presidenciais, o candidato foi apoiado pelos principais grupos de interesse do agronegócio, como a FPA e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esse apoio não se restringiu apenas às eleições, mas também se estendeu à implementação de determinadas políticas e ideias da campanha e gestão de Bolsonaro, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente.

Pompeia (2022) também destaca que os agentes dominantes do agronegócio tendem a agir de maneira pragmática, independentemente do governo no poder. O apoio majoritário do

agronegócio a Jair Bolsonaro foi principalmente de grupos estaduais, sojicultores e bovinocultores. Durante todo o governo de Jair Bolsonaro, houve uma aproximação significativa com a FPA e o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), importantes segmentos representativos do agronegócio no Brasil. Além disso, houve a implementação de ideias antiambientais historicamente defendidas por grupos radicalizados do agronegócio brasileiro, como a UDR.

Dado que a produção e a estrutura do agronegócio são apontadas pela literatura como influentes nas causas de problemas ambientais no Brasil, tais como desmatamento e queimadas, algumas questões se destacam. Principalmente, na relação entre o governo Bolsonaro, os grupos de interesse e as ideias do agronegócio. Ideias essas que se expandem através com os monocultivos de *commodities* agrícolas, com o garimpo ilegal, com a exploração da madeira, a flexibilização de leis ambientais, nos ataques aos povos indígenas e comunidades tradicionais, e, no uso de segurança privada em forma de milícias no campo (MALHEIRO, 2023, p. 23).

O apoio do agronegócio brasileiro foi fundamental para a eleição e a base de apoio do governo de Jair Bolsonaro. O ex-presidente chegou a declarar em um encontro com deputados e senadores da FPA: “o governo é de vocês” (RODRIGUES, 2019a). Algumas importantes nomeações de ministros do Governo Federal estiveram relacionadas com nomes indicados por grupos de interesse do agronegócio, como no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) (ELIAS, 2021; PIOTROWSKI, 2019).

Analisar de que maneira as ideias de grupos do agronegócio, próximos à dinâmica de problemas ambientais e climáticos, se interligaram com as decisões políticas do governo Bolsonaro dialoga com as pesquisas sobre grupos de interesse e as instituições. Principalmente, a partir da influência de grupos de interesse em moldar a criação, modificação e exclusão de instituições já consolidadas, como as políticas socioambientais no Brasil.

Conforme Neves (2023), na gestão de Bolsonaro, as políticas socioambientais passaram por mudanças e desmonte por meio da paralisação de atividades-chave, a militarização de órgãos ambientais e retrocessos institucionais. A autora ressalta que o desmonte dessas políticas foi divulgado no governo Bolsonaro como objetivo governamental, com a intenção de desregular, enfraquecer e eliminar instrumentos da política ambiental brasileira.

Araújo (2020) expôs que o governo Bolsonaro desconsiderou uma agenda ambiental desde a campanha eleitoral de 2018, atraindo o apoio de setores do agronegócio brasileiro. Os

índices de aumento do desmatamento expressaram tomadas de decisões unilaterais do Governo Federal, em que Bolsonaro não deu prioridade às políticas e ideias ambientais, gerando incentivos aos fluxos dos problemas ambientais.

Dada a complexidade das decisões relacionadas às instituições ambientais, envolvendo múltiplas instituições e atores diversos, é fundamental escolher um modelo teórico de análise institucional. Uma análise ampliada das políticas federais, a partir do modelo teórico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, mostra-se adequada. O neoinstitucionalismo é comumente utilizado nas análises institucionais do ciclo das políticas públicas (SOUZA, 2006). No campo das políticas públicas, as instituições e suas regras normativas, além dos interesses de atores e grupos, são variáveis frequentemente analisadas. Nas últimas décadas, a influência de ideias e valores socioculturais também tem sido destacada (JANNUZZI; RODRIGUES, 2023).

De acordo com North (1991), o neoinstitucionalismo define as instituições como sendo as regras formais e informais que regulam e moldam as ações dos sujeitos, estruturando suas interações políticas, econômicas e sociais. Essas regras institucionais incluem leis, regimentos, políticas públicas passadas, entre outras (SECCHI, 2014). O neoinstitucionalismo não considera apenas as regras formais como influentes na definição e tomada de decisões em políticas públicas, mas também o contexto político e social, as motivações dos atores envolvidos e suas ideias (MARCH; OLSEN, 2008). Dessa maneira, ele analisa as instituições de forma dinâmica, considerando os agentes envolvidos na continuidade e mudança das políticas públicas.

Nesse sentido, o ambiente institucional é analisado não apenas por suas regras, mas também pelos diversos atores, suas ideias e interesses dentro de um contexto político específico. No neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as instituições e os interesses se relacionam com as ideias dos atores políticos dentro de um determinado contexto político, social e institucional. Para Perissinoto e Stumm (2017), as ideias enquanto variável explicativa das mudanças institucionais têm sido usadas na literatura a partir da identificação do conteúdo das ideias e seus impactos nas instituições e na congruência entre essas ideias.

Nesta tese, avalio o conteúdo das ideias antiambientais presentes na campanha e gestão de Jair Bolsonaro, assim como no conteúdo das ideias das organizações majoritárias do agronegócio brasileiro. Jannuzzi e Rodrigues (2023) afirmam que, nas políticas públicas, a prioridade de agenda, o conteúdo e a operação das políticas e programas passam por influência e interferências, nas quais as instituições e suas regras são modificadas e continuadas ao longo

do tempo por ideias e visões de mundo de atores e grupos políticos, assim como por suas ações e coalizões. Os autores ressaltam que as instituições não são livres de interesses e valores socioculturais, além de visões particulares de mundo.

Dessa forma, é pertinente analisar como determinadas ideias e visões de mundo se mantiveram na definição e implementação de políticas socioambientais no Brasil, especialmente em um contexto político brasileiro favorável a ideias antiambientais. Jannuzzi e Rodrigues (2023) também sublinham que as instituições, os interesses e as ideias podem influenciar e determinar as políticas públicas. Essa perspectiva é encontrada no modelo analítico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias (MADEIRA et al., 2020; SUREL, 2006; JANNUZZI; STUMM, 2017; SCHMIDT, 2010).

Segundo Schmidt (2008), Jannuzzi e Rodrigues (2023) citam que as ideias no neoinstitucionalismo podem ser analisadas como propostas de políticas e programas políticos, ideias filosóficas, marcos de referência e paradigmas disciplinares. Para Béland e Cox (2011), as ideias movem um ordenamento cognitivo que orienta os indivíduos e grupos nas tomadas de decisões e em suas preferências.

A partir do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, considero na análise as condições que possibilitaram a promoção de determinadas ideias, em detrimento de outras, nas instituições socioambientais no Brasil durante o governo Bolsonaro. Jannuzzi e Rodrigues (2023) realçam que as ideias moldam visões de mundo e crenças, assim como podem operar na formulação e definição das políticas públicas, influenciando atores políticos e grupos de interesse. No entanto, ainda que a o modelo teórico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias seja predominante na vertente analítica desta tese, outras vertentes neoinstitucionalistas não são desconsideradas. Em especial, a vertente neoinstitucionalista histórica, principalmente ao avaliar a história dos grupos de interesses e das instituições, além da trajetória de dependência das políticas públicas. Com o modelo analítico definido, é necessário escolher o método de coleta e interpretação dos dados.

Para responder às perguntas da pesquisa a partir do modelo teórico de análise, utilizo a análise de conteúdo. A análise de conteúdo realiza avaliações sistemáticas de dados por meio de documentos visuais, textuais, entre outros, com dados qualitativos e quantitativos (TERREL, 2016; CRESSWELL, 2007; BARDIN, 2015; MAYRING, 2014). Segundo Bardin (2015), a análise de conteúdo emprega um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos para uma leitura e interpretação de conteúdos através de descrições analíticas e inferenciais. O uso da

análise de conteúdo se justifica pela proposta da tese, dada sua forma sistemática de coletar e interpretar uma ampla gama de documentos.

Com uma metodologia qualitativa, a presente pesquisa utiliza dados secundários de documentos relativos ao Poder Executivo e às políticas socioambientais federais, assim como dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro. Além disso, é realizado um levantamento dos problemas ambientais brasileiros durante o governo Bolsonaro. Uma descrição ampliada dessas categorias e seu uso estão detalhadas na seção metodológica. A partir dessas considerações, a tese analisa: i) As dinâmicas institucionais na formulação e implementação de decisões relativas às questões socioambientais durante a gestão de Jair Bolsonaro; ii) As circunstâncias que levaram à definição das políticas federais de fiscalização e controle ambiental, incluindo mudanças de planos e ações estratégicas dos órgãos de controle e fiscalização ambiental; iii) A relação de Jair Bolsonaro com as ideias e agendas dos grupos de interesses do agronegócio, assim como a convergência e divergência desses grupos em relação ao Governo Federal.

Nas últimas décadas, houve denúncias ostensivas de problemas ambientais no Brasil, principalmente relacionados ao desmatamento e às queimadas (CORRÊA; SILVA, 2012; CAPOBIANCO, 2017; FATHEUER, 2019). O desmatamento na Amazônia, cujas decisões dependem do governo, foi influenciado por mudanças econômicas e políticas, como a expansão de estradas e da fronteira da agropecuária (FEARNSIDE, 2006, 2021; CUREAU, 2022). Soares-Filho et al. (2005) descrevem algumas causas do desmatamento associadas a fatores históricos, como incentivos fiscais e políticas de colonização durante a ditadura militar, forte migração para a região, conflitos fundiários decorrentes da falta de regularização e reforma agrária, exploração madeireira, expansão da pecuária, áreas de pastagens, investimentos em infraestrutura e abertura e pavimentação de estradas.

A partir do levantamento sobre as causas do desmatamento na Amazônia, Gazoni (2011) sintetizou outros fatores: o extrativismo vegetal e não-madeireiro, a produção de carvão vegetal, o crescimento urbano, o aumento do preço de *commodities* agrícolas, a diminuição da distância aos mercados e o mercado de terra. As causas do desmatamento no Brasil também se sucederam por consequências da migração e colonização, a densidade demográfica, projetos políticos de desenvolvimento, aumento de áreas da mineração legal e ilegal, grandes projetos de infraestrutura, aumento do crédito rural, fragilidade da governança política em relação ao desmatamento e a grilagem de terras públicas (GAZONI, 2011). Nota-se que o histórico de

problemas ambientais no Brasil está relacionado aos modelos de desenvolvimento econômico e à gestão governamental.

O processo de desmatamento envolve o corte raso de qualquer fitofisionomia de florestas, campos e arbustos. A literatura frequentemente associa o desmatamento ao desflorestamento, sendo este último o corte raso de feições de florestas naturais (SANTOS, 2010). O desmatamento acarreta consequências socioambientais, econômicas e climáticas. O avanço de certos modelos de desenvolvimento tende a resultar em consequências destrutivas para a humanidade. As florestas tropicais são vitais para a vida humana, sendo essenciais para o ciclo da água e para o armazenamento de carbono. Portanto, o desmatamento nas florestas representa uma grave ameaça para todos os povos que delas dependem (ABRAMOVAY, 2019). A escolha por determinados modelos produtivos também decorre de decisões políticas, principalmente na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a ausência de consideração de ideias ambientais na estrutura de um governo é prejudicial para a vida humana.

Apesar de exemplos positivos de políticas públicas no combate ao desmatamento na década de 2000, o país não conseguiu reduzi-lo nos últimos anos, principalmente após a flexibilização de leis e políticas ambientais durante os governos Temer e Bolsonaro. Segundo Moutinho (2017), a falta de redução do desmatamento brasileiro é atribuída à impunidade em crimes ambientais, às deficiências na produção pecuária, aos estímulos à apropriação ilegal de terras públicas e aos novos grandes projetos de infraestrutura. O autor propõe medidas para diminuir o desmatamento no país: implementação de políticas ambientais, promoção de usos florestais sustentáveis, aprimoramento das práticas agrícolas e pecuárias, aumento de áreas protegidas, combate à grilagem, restrição do mercado a produtos oriundos do desmatamento e esforços conjuntos de eleitores, consumidores, empresários e governos, com responsabilidade socioambiental, política e econômica.

Após a implementação de políticas que contrariaram essas recomendações, o Brasil testemunhou um aumento significativo no índice de desmatamento na Amazônia, registrando uma alta de 29% em 2021, o maior desde 2011 (INPE, 2021). Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, houve um aumento de ideias e discursos contrários à agenda ambiental e um avanço político de grupos de interesses associados ao desmatamento. O ex-presidente expressou o desejo de enfraquecer as políticas de licenciamento ambiental e declarou que as terras indígenas deveriam ser abertas para mineração e agropecuária (FERRANTE; FEARNSSIDE, 2019). Em sua campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro propôs a

fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MMA e MAPA, respectivamente) (ARAÚJO, 2020; BRAGANÇA, 2018). De acordo com Ferrante e Fearnside (2019) e Nina Schneider (2020), a eleição de Bolsonaro resultou em uma redução significativa na proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Nesse contexto, conforme destacado pela literatura, o aumento dos índices de problemas ambientais no Brasil se vinculou à gestão de Jair Bolsonaro. Essa gestão privilegiou certas ideias e estabeleceu uma proximidade com grupos de interesses específicos nas políticas públicas, em detrimento de outros. Portanto, justifico a coleta de dados sobre o Governo Federal e os grupos de interesses do agronegócio brasileiro por meio da categorização proporcionada pela análise de conteúdo. Embora esta pesquisa tenha foco no Governo Federal, considero fundamental avaliar os grupos de interesses organizados. Por exemplo, as entidades representativas do agronegócio, como a ABAG, a CNA, o IPA, instituição técnica e política que fornece subsídios à FPA e a APROSOJA. Essas organizações são representativas do agronegócio no país e desempenharam um papel ativo na política nacional nos últimos anos, tanto através da indicação de nomes para o alto escalão governamental, quanto na influência sobre as decisões de diferentes gestões do Governo Federal brasileiro (BRUNO, 2012, 2022; MELO, 2018; POMPEIA, 2022; SILVA, 2019).

Com base na literatura, foram estabelecidos critérios para a seleção dos grupos de interesses do agronegócio a serem analisadas. Esses critérios incluem a abrangência das organizações, sua atuação política nas arenas decisórias nacionais, sua ligação histórica com os interesses do agronegócio em todo o país e sua declaração pública com dados abertos sobre políticas socioambientais (SILVA, 2019; OLIVEIRA, 2020; BRUNO, 2017, 2022; POMPEIA, 2021, 2022). Portanto, o foco recaiu sobre as organizações que representam amplamente o agronegócio, não se limitando a um único setor produtivo, como a soja.

É importante ressaltar que, setores do agronegócio, como as associações estaduais da soja, lideraram movimentos favoráveis a Jair Bolsonaro nos últimos anos e integraram grupos como o Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA). Este movimento chegou a fechar rodovias pelo país em apoio a Bolsonaro e a atentar contra a democracia no Brasil, pedindo a anulação da eleição presidencial na qual Jair Bolsonaro foi derrotado por Lula. No entanto, esses grupos têm uma atuação mais municipal e estadual. Dessa forma, o recorte da pesquisa priorizou as organizações de elite do agronegócio brasileiro que atendem aos critérios estabelecidos. Entretanto, o movimento mencionado, o MBVA, será analisado a partir da atuação da APROSOJA, dada sua amplitude e representatividade nacional.

Embora o campo do agronegócio envolva uma série de cadeias produtivas e arranjos empresariais e políticos, justifico a escolha por tais organizações pelo fato de agregarem um grande número de atores e grupos empresariais do ramo, além de terem representação e atuação em todo o país. Além disso, essas organizações tiveram contato frequente com o Governo Federal de Bolsonaro, alcançando nomeações de suas lideranças para a estrutura do Executivo. Conforme Pompeia (2022), setores nacionais do agronegócio compuseram apoio a Bolsonaro antes, durante e depois das eleições de 2018 e 2022, como é o caso das associações regionais ligadas à cadeia produtiva da soja. O autor destaca uma frente do agronegócio alinhada a Jair Bolsonaro, a Frente Produtiva do Brasil, surgida ainda durante a segunda gestão de Dilma Rousseff. Tal movimento foi liderado pela UDR, defendendo a agenda de pautas conservadoras no campo, criticando políticas ambientais, movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores (PT). Este movimento também criticava a CNA, pela sua proximidade com o governo Dilma. Jair Bolsonaro esteve em contato com esta Frente, defendendo pautas em comum na sua primeira eleição presidencial.

Ainda que a UDR e outras organizações do campo do agronegócio estivessem alinhadas com o presidente Jair Bolsonaro, a limitação de acesso a dados públicos desses grupos os exclui da análise da tese. Além disso, priorizam-se organizações que atualmente possuem uma maior representação no agronegócio brasileiro em fóruns políticos e nas arenas decisórias das políticas públicas. A ligação de Bolsonaro com organizações e atores menos expressivos em relação à elite do agronegócio não o afastou de um maior apoio de grupos ruralistas hegemônicos, como a CNA e o IPA. Mediante o exposto por Pompeia (2022), o apoio da IPA e da FPA ocorreu mesmo com as desconfianças de alguns de seus membros em relação a uma agenda extremista de Bolsonaro para o meio ambiente. No entanto, essa desconfiança não era unanimidade dentro do própria IPA, especialmente a partir do apoio das associações da soja que compunham o instituto.

Outro importante apoio recebido por Jair Bolsonaro foi a articulação das associações estaduais da soja e da UDR, que mobilizaram manifestações em 2018, conhecidas como "MBVA". Tais grupos mais radicais estiveram em campanha ao lado de Bolsonaro, e com o respaldo da UDR, propuseram a extinção do MMA, indo contra as posições do FPA/IPA, que não consideraram essa medida benéfica para seus interesses (POMPEIA, 2022). Apesar das discordâncias sobre algumas posições políticas, os grupos de interesse do agronegócio tendem a convergir em determinados temas, especialmente aqueles relacionados ao meio ambiente e à não demarcação de terras de povos indígenas (POMPEIA, 2022, 2021; MELO, 2018;

IGLÉSIAS, 2007). Segundo Bruno (2022), historicamente no Brasil, os grupos de interesse do agronegócio buscam reduzir suas divergências internas e se aproximar em torno de determinadas agendas, perpetuando um "agir patronal" do setor. Essa estratégia foi chamada por Pompeia (2020) de concertação política e por Melo (2018) de agroestratégia. Esse agir patronal do agronegócio engloba um conjunto de ideias antiambientais e anti-indígenas, visando o enfraquecimento das legislações ambientais e contrários à demarcação de terras indígenas.

É pertinente citar que algumas associações do agronegócio, como a ABAG, tendem a se posicionar contrariamente ao desmatamento ilegal, além de promoverem uma abordagem voltada para um "agronegócio sustentável". No entanto, a tese não se restringe apenas às ideias e agendas convergentes dos grupos de interesse do agronegócio com o governo Bolsonaro, mas também considera suas divergências e convergências políticas internas durante a gestão bolsonarista. Avalia-se se essas organizações se aproximaram ou distanciaram das decisões do Executivo Federal em relação às políticas socioambientais.

Devido às diferentes agendas políticas das organizações do agronegócio, como a ABAG e a APROSOJA, é analisado não apenas o posicionamento dessas organizações, mas também suas articulações com as políticas implementadas pelo Governo Federal. Conforme relatado por Pompeia (2021), a aparente moderação de alguns grupos do agronegócio em relação a determinadas ideias, como o combate ao desmatamento, muitas vezes entra em contradição com suas práticas políticas. Por exemplo, uma organização do agronegócio pode adotar uma postura favorável a ideias ambientais para melhorar sua imagem perante a opinião pública, ao mesmo tempo em que faz lobby para a flexibilização de políticas ambientais.

Nesse contexto, além de examinar como o desmonte das políticas socioambientais no Brasil ocorreu durante a gestão Bolsonaro, a tese também investiga as contradições e divergências internas entre os principais grupos dominantes do agronegócio brasileiro. A relevância social desse estudo é evidente, principalmente diante das crises socioambientais que afetaram o Brasil nos últimos anos, como o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, conforme destacado por Araújo (2020). Além disso, a pesquisa dialoga com a literatura sobre as políticas ambientais no Brasil e para o controle e fiscalização do desmatamento. Embora os problemas socioambientais tenham sido intensificados durante o governo Bolsonaro, é importante ressaltar que esses problemas têm raízes que remontam a décadas passadas no Brasil. Os modelos de desenvolvimento adotados pelo Estado brasileiro ao longo do tempo geraram conflitos e impactos ambientais significativos, como a devastação florestal durante o

desenvolvimentismo dos governos militares pós-1964 e a tolerância em relação à extração de madeira e mineração em áreas indígenas, como discutido por Loureiro e Pinto (2005), Garcia e Nascimento (2018), e Loureiro (2009).

Outeiro, Passos e Nascimento (2020) destacam que a floresta amazônica tem passado por um processo de transformação significativo, marcado por desflorestamentos legais e ilegais, além de uma crescente pressão do agronegócio e um aumento dos conflitos fundiários. Paralelamente, surgiram desafios adicionais, como a grilagem de terras públicas, a concentração de terras em latifúndios e os episódios de violência contra comunidades e líderes locais (ANTELO, 2018). Esse processo foi impulsionado tanto pelo Estado brasileiro quanto pelo mercado global, que incentivaram um modelo de desenvolvimento que acelerou as taxas de desmatamento. Essas mudanças foram impulsionadas pela atividade econômica nas cadeias produtivas nacionais e transnacionais, incluindo a exploração de madeira, a expansão da pecuária, a mineração, a agricultura de monoculturas, além de outras atividades como comércio, extrativismo vegetal não madeireiro, grandes projetos de infraestrutura e o aproveitamento da biodiversidade para a indústria (CASTRO, 2005).

A intensificação do desmatamento na Amazônia está inserida em dinâmicas violentas que resultam da interação entre processos locais e globais de desenvolvimento. Esses projetos de desenvolvimento não apenas impactaram negativamente os povos e comunidades tradicionais na região amazônica, causando violências e conflitos (SIQUEIRA-GAY et al., 2020; OLIVEIRA; TRINDADE; FERNANDES, 2014; COSTA, 2009), mas também exerceram pressões sobre atores globais devido ao uso exploratório dos recursos naturais (CASTRO, 2005).

A partir da década de 1970, começaram a surgir áreas institucionais e políticas públicas destinadas a lidar com o agravamento dos problemas e crises ambientais em todo o planeta (BURSZTYN, Maria; BURSZTYN, Marcel, 2012; FERREIRA, 1998; MOURA, 2013, 2016). Esses problemas incluem a redução da qualidade e quantidade de recursos naturais disponíveis, afetando tanto o sistema produtivo quanto o modo de vida das populações (MOURA, 2013).

Com o processo de redemocratização no Brasil, houve um avanço no fortalecimento das agendas ambientais. É relevante observar que a formulação de políticas ambientais no país ocorreu em um contexto político e institucional marcado por pressões de atores externos, que criticavam os modelos de desenvolvimento econômico adotados e buscavam fortalecer a democracia. A flexibilização das políticas ambientais, por sua vez, ocorreu em um contexto político e institucional caracterizado pela fragilidade democrática e pela influência de grupos

de interesse que defendiam um modelo de desenvolvimento econômico baseado na agroindústria capitalista.

A história da política ambiental federal brasileira destaca a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que estabeleceu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) no final da década de 1980. O SISNAMA delineou diretrizes e atribuições para vários entes federativos, incluindo a estruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do MMA como suas primeiras ações (MOURA, 2016). Com a institucionalização da Lei nº 6.938/1981, houve um avanço na gestão ambiental no Brasil, estabelecendo diretrizes de governança ambiental por meio da PNMA (CÂMARA, 2013).

No entanto, a implementação da política ambiental enfrentou desafios decorrentes de desigualdades de poder e interesses, não sendo capaz de impedir completamente a degradação ambiental e os problemas sociais enfrentados por populações vulneráveis. Durante os governos de Lula e Dilma, o Brasil implementou políticas ambientais significativas, apesar de estar inserido em projetos econômicos desenvolvimentistas. Um exemplo notável foi o sucesso do PPCDAm, que contribuiu para a redução dos índices de desmatamento na região (MOURA, 2016).

O PPCDAm foi concebido com o objetivo de implementar estratégias de maior fiscalização e controle por meio de monitoramento via satélite, a criação de unidades de conservação (UC), a coordenação entre os Ministérios envolvidos, o aumento dos recursos disponíveis para ações de combate ao desmatamento e às queimadas (CAPOBIANCO, 2017; CARVALHO, 2014). No raciocínio de Mello e Artaxo (2017), o PPCDAm alcançou resultados significativos na redução do desmatamento na Amazônia. Seus principais impactos incluíram a expansão de áreas protegidas e a implementação de um sistema de detecção rápida de mudanças na cobertura florestal amazônica, conhecido como DETER (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real). Apesar do sucesso alcançado, o PPCDAm não recebeu continuidade durante o governo Bolsonaro.

Ao analisar as políticas do Governo Federal durante a gestão de Jair Bolsonaro, examino como os aspectos de um modelo desenvolvimentista que desprivilegia povos tradicionais e pautas ambientais se atualizaram contemporaneamente. Além disso, investigo como isso se relacionou com a não implementação de importantes políticas no combate ao desmatamento. Assim, a relevância da tese se justifica diante da preocupação nacional e internacional com o avanço dos problemas ambientais no Brasil e a ineficácia da gestão bolsonarista perante esses

fenômenos. Além disso, a pesquisa debate com pesquisas sobre a política brasileira e o desenvolvimentismo no país.

Dadas as críticas sobre a falta de consideração das ideias e agendas ambientais nas políticas do Governo Federal bolsonarista (FERRANTE; FEARNSSIDE, 2019; NETO, 2022; ARAÚJO, 2020; GATTI et al., 2022; VALE et al., 2021), a exposição das evidências empíricas deste trabalho irá auxiliar nas pesquisas sobre como isso se instituiu no sistema político do país. A tese destaca essas relevâncias sociais e acadêmicas sobre o tema, debatendo com a literatura sobre políticas ambientais e explorando a atuação de grupos de interesses organizados do agronegócio nos mecanismos institucionais dos Poderes políticos do Brasil.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta tese é analisar a convergência e divergência das políticas públicas socioambientais durante o governo Bolsonaro, em relação às ideias antiambientais dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro, como ABAG, CNA, FPA e APROSOJA. A pesquisa avalia se esses grupos convergem ou divergem das políticas socioambientais implementadas na gestão de Bolsonaro, além de demonstrar a convergência/divergência de ideias entre eles. Também investiga possíveis diferenças entre setores pragmáticos e radicalmente ideológicos do agronegócio brasileiro. Esta tese dialoga com os estudos institucionalistas e de políticas públicas, considerando a interação de ideias e discursos de grupos e atores políticos no processo decisório, por meio do arranjo institucional em contextos políticos específicos.

Mediante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro recebeu apoio de grupos contrários às pautas ambientais, incluindo empresários, frentes parlamentares e associações do agronegócio, envolvidos em atividades relacionadas ao desmatamento (BORTONE, 2020; FERRANTE; FEARNSSIDE, 2019). Um exemplo disso foi a nomeação de Tereza Cristina, ex-coordenadora da FPA, para o MAPA visando atender aos interesses dos setores do agronegócio que apoiaram sua campanha eleitoral de 2018 (ARAÚJO, 2020; PIOTROWSKI, 2019; BORTONE, 2020).

Em uma reunião com a FPA, Bolsonaro afirmou ter nomeado um Ministro do Meio Ambiente "casado" com as pautas da frente parlamentar, referindo-se a Ricardo Salles, ex-secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo e ligado a grupos do agronegócio. Salles, advogado e ex-diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira, foi indicado e defendido pela entidade para ocupar o cargo do MMA. Sua gestão durou dois anos e meio, sendo substituído

por Joaquim Leite, que atuou como conselheiro da SRB. Essa proximidade do governo Bolsonaro com importantes segmentos do agronegócio é notável, e a tese busca avaliar essa relação com as ideias e agendas desses grupos.

A inserção de uma ideia ou agenda na tomada de decisão de uma política pública pode ser resultado de estratégias adotadas por grupos de interesse. No campo de estudo das políticas públicas, é examinado como essas agendas se tornam parte integrante das políticas institucionais. A formulação de políticas públicas ocorre no momento em que as agendas dos governos e as plataformas eleitorais são traduzidas em programas e ações concretas (SOUZA, 2006). Pereira (2014) realça que a análise de políticas públicas considera diversos elementos, como a própria política pública, a política (*politics*), a sociedade política, as instituições, a implementação e os resultados decorrentes das políticas públicas.

Nesse sentido, esta tese busca realizar uma análise abrangente dos fatores, atores e grupos de interesse envolvidos nas decisões do Governo Federal diante de ideias antiambientais que resultaram no desmonte das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro. A análise da política pública nesta tese se configura nestes aspectos, agregando os seguintes objetivos principais:

- a) Analisar a trajetória das institucionalidades das políticas socioambientais na gestão de Jair Bolsonaro e a convergência/divergência com grupos de interesses do agronegócio brasileiro.
- b) Avaliar o papel das ideias antiambientais das organizações representativas do agronegócio brasileiro na definição destas políticas.

O objetivo específico da tese é avaliar como as ideias dos grupos de interesse podem influenciar e promover mudanças institucionais em políticas públicas, mesmo quando há regras institucionais que, teoricamente, restringem seus comportamentos, valores e ideias. Em específico, pretende-se analisar como as ideias antiambientais dos grupos do agronegócio foram integradas nas instituições ambientais do Estado brasileiro durante o governo Bolsonaro. Além disso, a pesquisa visa examinar as condições necessárias para que uma ideia de um grupo de interesse seja adotada por meio de políticas públicas, e como as instituições podem influenciar ou limitar as ideias desses grupos nos processos decisórios no Brasil. Em resumo, o trabalho analisa as condições institucionais que favoreceram a adoção de ideias e interesses antiambientais do agronegócio brasileiro na estrutura do Estado, apesar da existência de um conjunto de regras ambientais institucionalizadas destinadas a coibir tais ideias.

1.3 Hipóteses

1.3.1 Hipótese central

a) A partir do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias foi demonstrado que durante o governo federal de Jair Bolsonaro, as propostas e execuções das políticas socioambientais do Brasil estiveram alinhadas institucionalmente com as ideias antiambientais dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro, incluindo ABAG, CNA, FPA e APROSOJA.

1.3.2 Hipótese secundária

a) As ideias antiambientais defendidas pelos grupos do agronegócio brasileiro foram implementadas em determinadas condições institucionais durante o governo Bolsonaro, por meio de atos infralegais e com maior frequência nas instituições ocupadas por representantes do agronegócio, como o MMA e o MAPA. O Governo Federal utilizou estratégias institucionais ao seu alcance para implementar essas ideias antiambientais. Tais ideias foram viabilizadas em um contexto político e institucional favorável, sendo mobilizadas por grupos de interesse com recursos políticos e organizacionais.

Além da introdução, que aborda o problema de pesquisa, as justificativas para a execução do trabalho, os objetivos gerais e específicos, e as hipóteses, as seções seguintes se estruturam da seguinte forma:

a) Metodologia: nesta seção, descrevo em detalhes a metodologia empregada para conduzir a pesquisa, incluindo a abordagem metodológica, os métodos de coleta e análise de dados.

b) Análise Teórica: os primeiros capítulos teóricos realizam uma análise da literatura sobre institucionalismo discursivo e das ideias, explorando conceitos e teorias relevantes para o estudo. Além de um levantamento da literatura neoinstitucionalista, exploro o referencial teórico sobre as instituições e os grupos de interesses e o sistema político brasileiro.

c) Estruturação do Agronegócio no Brasil e sua Relação com as Ideias Antiambientais: neste capítulo teórico, examino a estrutura do agronegócio no contexto brasileiro e como essa estrutura influencia ou é influenciada pelas ideias antiambientais.

d) Formação Política, Eleição e Gestão de Jair Bolsonaro: a partir deste capítulo teórico analisa a formação política, a campanha eleitoral e a gestão de Jair Bolsonaro, destacando aspectos relevantes para o estudo das políticas socioambientais.

e) Resultados e Discussão: nas últimas seções, apresento os resultados da pesquisa e conduzo uma discussão sobre esses resultados à luz da literatura revisada nos capítulos anteriores.

f) Conclusão: Por fim, apresento as conclusões, destacando os principais achados da pesquisa e suas implicações para o campo de estudo.

2 METODOLOGIA

O uso teórico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias se enquadra na condição de responder a três problemas: primeiramente, de que forma as ideias e agendas de grupos de interesses do agronegócio brasileiro convergiram ou divergiram com as políticas públicas socioambientais de Jair Bolsonaro. Especificamente, as políticas de fiscalização e controle ao desmatamento, a liberalização dos agrotóxicos, a não demarcação de terras indígenas, a flexibilização do licenciamento ambiental e a regularização fundiária. Além destas temáticas, a tese investiga as ideias propostas pelos grupos de interesses durante as eleições presidenciais que fomentam políticas antiambientais, a partir das agendas de segurança, logística, política agrícola, política externa e questões tributárias. Isso é, avaliando como as ideias defendidas pelos grupos de interesses propagam ideias antiambientais. Segundo, visando analisar como ideias antiambientais se fizeram presentes mesmo em um ambiente institucional com regras existentes que, em tese, deveriam inibir a integração de ideias antiambientais em instituições ambientais. Por último, como ideias e agendas de determinados grupos de interesses podem modificar a estrutura institucional do Poder Executivo.

O neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, enquanto perspectiva teórica, é um modelo hábil para responder a estas perguntas. Pois o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias não analisa apenas as instituições em si, mas também a dinâmica dos atores e grupos de interesses envolvidos nas mudanças e continuidades das políticas públicas, assim como o conteúdo das suas ideias e proposições. O recorte da pesquisa são as eleições de 2018 e 2022 e a gestão presidencial de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), levando em conta a formulação e implementação de políticas que levaram a um desmonte institucional de arranjos das políticas socioambientais (ARAÚJO, 2023). Assim como os indicadores relativos aos problemas socioambientais do desmatamento e das queimadas na Amazônia. O uso de tais indicadores se justifica para avaliar o impacto do aumento de crises ambientais a partir do início da gestão de Bolsonaro. A pesquisa é conduzida com métodos qualitativos, fazendo uso de dados

secundários abertos, tanto qualitativos, por meio de dados de textos, quanto quantitativos, com o uso de indicadores de problemas ambientais, como os de desmatamento e das queimadas no Brasil a partir do INPE. Para a coleta e interpretação de dados, utilizo a análise de conteúdo.

Segundo Creswell (2007), o processo de aplicação de uma pesquisa ocorre através de uma lente teórica, a coleta e análise de dados, a redação e validação científica. Utilizo esses parâmetros na tese. Para Steven Terrell (2016), uma forma de definir uma pesquisa qualitativa está na coleta de dados a partir de textos buscando responder às seguintes perguntas: “Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê?”. Nesse sentido: quem foram os grupos de interesses que convergiram ou divergiram com as políticas bolsonaristas; qual o conteúdo das ideias antiambientais que prevaleceram nas políticas socioambientais; em que contexto político e institucional essas políticas foram formuladas e implementadas; quais as condições institucionais e em quais instituições foram aplicadas e formuladas ideias antiambientais; por fim, o que explica a adoção de uma determinada ideia e não outra na implementação das políticas públicas de Jair Bolsonaro.

A metodologia qualitativa analisa e gera resultados através do significado de um fenômeno usando “palavras” como dados, considerando a perspectiva dos sujeitos pesquisados (EDMONDS; KENNEDY, 2017; MAXWELL, 2013; MERRIAM; TISDELL, 2016). Embora seja de conhecimento comum a ineficiência e o desmonte do Governo Bolsonaro perante as políticas ambientais (ARAÚJO, 2020, 2023; FERRANTE; FEARNSSIDE, 2019; FOX, 2019; VALE et al., 2021), avalio a forma como isso ocorreu e os atores que tiveram suas ideias convergentes ou divergentes na implementação das políticas que levaram à fragilidade institucional ambiental brasileira.

Conforme Creswell (2007), o pesquisador qualitativo utiliza na sua análise uma interpretação holística dos fenômenos sociais, adotando visões amplas em vez de microanálises. No mesmo sentido, não apenas adoto um recorte para as ações derivadas de burocratas do Governo Federal, mas também considero a relação com outros atores e grupos de interesses, como na atuação da FPA, priorizando, contudo, sua articulação com o Executivo Federal. Edmonds e Kennedy (2017) sublinham que a pesquisa qualitativa não necessariamente precisa demonstrar relações de causalidade — embora seja possível através de métodos de QCA —, mas sim, revelar e entender um fenômeno em um contexto particular. Os autores também destacam que o uso de um método qualitativo envolve a organização de dados em categorias, a identificação de padrões e a relação entre essas categorias. Assim, esta categorização na tese se dá por meio de uma análise de conteúdo em um modelo analítico institucionalista.

2.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo utiliza descrições ou inferências baseadas em análises sistemáticas de dados de documentos privados e públicos, podendo conter dados quantitativos e qualitativos (TERREL, 2016; CRESWELL, 2007). Em uma análise de conteúdo qualitativa, não há um número amostral específico, isso dependerá do problema analisado e das questões da pesquisa (TERREL, 2016). Portanto, justifico o uso de dados secundários públicos de distintas fontes, sem limitar a uma quantidade amostral restrita. A análise de conteúdo e interpretação dos dados envolvem: classificar e organizar os dados em diferentes tipos; codificá-los e segmentá-los em categorias; rotular as categorias e realizar uma interpretação ou extrair significados (CRESWELL, 2007).

De acordo com Bardin (2015), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos de análise das comunicações. É utilizada para reduzir incertezas nas pesquisas, possibilitando uma leitura mais aprofundada a partir da descrição de mecanismos em que não se tinha compreensão completa dos dados. Segundo a autora, isso enriquece a investigação exploratória, empregando métodos empíricos com uma diversidade de modelos analíticos e verificação de hipóteses. Sampaio e Lycarião (2021) afirmam que a análise de conteúdo se baseia em uma técnica de pesquisa científica através de etapas sistemáticas e com validade, visando gerar interpretações a partir de conteúdos escritos e visuais. As etapas essenciais na análise de conteúdo envolvem categorização, descrição e interpretação como metodologia de análise, podendo ser qualitativas ou quantitativas (MORAES, 1999). Para Mayring (2014), a técnica se baseia na atribuição de categorias qualitativas a determinados documentos. Além disso, em etapas quantitativas, envolve a análise de frequências de casos em categorias, para citar um exemplo.

A partir destes conteúdos, responde-se a perguntas como: o que foi dito na mensagem, o que se escreveu, com que intensidade, a frequência, quais símbolos figurativos expressaram uma ideia e as entrelinhas (FRANCO, 2005). A aplicação da técnica descreve e interpreta um fenômeno, “avaliando seus significados, consequências, intenções ou contextos” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 6). Laurence Bardin (2015) também define a análise de conteúdo como uma descrição analítica e inferencial. A descrição analítica é realizada por procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens avaliadas e gerar inferências válidas. O pesquisador pode realizar inferências sobre as características do texto/documento, as causas e antecedentes das mensagens, e os efeitos da comunicação (FRANCO, 2005).

A inferência está associada ao teste de hipótese a partir de uma amostra de uma população e às pesquisas quantitativas. Por outro lado, a interpretação está mais relacionada às análises qualitativas, embora também seja presente nas pesquisas quantitativas (MORAES, 1999). Na análise de conteúdo, a inferência pode “recorrer a indicadores quantitativos ou não” (BARDIN, 2015, p. 38). Na obra de Sampaio e Lycarião (2021), é apresentada a divergência entre teóricos sobre se a análise de conteúdo é especificamente quantitativa. Ao explicar esse debate, os autores citam o conceito de Downe-Wamboldt (1992), em que a técnica pode descrever, interpretar e quantificar fenômenos através de inferências válidas. A validade científica não é apenas obtida pela quantificação, mas também por meio de significados, contexto e consequências. Em suma, a análise de conteúdo pode ser abordada tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Uma análise de conteúdo pode avaliar diversas dimensões, incluindo: quem é o emissor de uma determinada mensagem (por exemplo, suas características); as características da mensagem em si (como uma análise temática); as características do receptor da mensagem; a forma como a mensagem é processada (e.g. códigos, estrutura da linguagem); objetivos implícitos e explícitos da mensagem; identificação e descrição dos resultados da comunicação (MORAES, 1999). Segundo Bardin (2015), a análise de conteúdo aborda a descrição, como exemplificado na enumeração de características de um texto, e a inferência, como processo intermediário de controle à interpretação. Dessa forma, ela articula a “superfície” dos textos descritos e analisados com os fatores que determinaram suas características, a partir de índices ou indicadores. Para um levantamento sobre pesquisas acadêmicas utilizando análise de conteúdo, consulte Silva et al. (2017), Sampaio e Lycarião (2021) e Sampaio et al. (2021).

A metodologia da análise de conteúdo sistematiza uma análise qualitativa, conforme descrito por Moraes (1999), em cinco etapas: preparo das informações a serem coletadas, transformação do conteúdo em unidades, classificação das unidades em categorias, descrição do conteúdo e interpretação. Bardin (2015), por sua vez, menciona três polos para a organização da análise: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, realiza-se uma leitura flutuante para sistematizar critérios na escolha dos documentos a serem avaliados, formulação de hipóteses e objetivos, além da elaboração de indicadores para a interpretação final, não havendo uma ordem específica para isso. O segundo polo visa administrar sistematicamente as decisões contidas na pré-análise, aplicando codificações ou enumerações de acordo com as regras formuladas, como na descrição do

conteúdo coletado. O último polo envolve o tratamento dos dados brutos, podendo incluir operações estatísticas simples e complexas, quadros de resultados, diagramas ou figuras (BARDIN, 2015).

Mayring (2014) menciona que a análise de conteúdo pode ser aplicada em métodos quantitativos, qualitativos e mistos, sendo que o processo de pesquisa possui etapas comuns para todos esses métodos. Sampaio e Lycarião (2021) apresentam um desenho metodológico para a análise de conteúdo, dividido em conceituação, desenho e análise. Na conceituação, os autores definem como primeira etapa a identificação do problema a partir da revisão da literatura, formulando questões de pesquisa e hipóteses. No desenho da pesquisa, destacam-se: a seleção de unidades e subunidades de análise, a definição de categorias com o uso de livro de códigos e a elaboração de uma planilha de codificação, amostragem, pré-teste das categorias e das regras de codificação, treinamento final e teste de confiabilidade das categorias, codificação e testes de confiabilidade intermediário e final. Na análise, são realizadas a tabulação e a aplicação de procedimentos estatísticos, interpretação e relatório dos resultados, validação e replicabilidade (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p.49). Essas características são para uma análise de conteúdo quantitativa. Embora algumas orientações também se apliquem a um modelo qualitativo, tais diretrizes são mais específicas para pesquisas quantitativas.

A abordagem qualitativa na análise de conteúdo envolve o uso de códigos a partir de dados como documentos, sites, leis, entre outros (SALDANÃ, 2013; MAYRING, 2014). Embora o modelo quantitativo também utilize esses dados, ele é mais comumente empregado em pesquisas que envolvem inferências estatísticas, como correlações entre variáveis (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). Com base no problema de pesquisa e nos objetivos desta tese, pretendo utilizar um modelo qualitativo para descrição, exploração e interpretação, conforme descrito anteriormente nos referenciais da literatura sobre análise de conteúdo. Dado que isso seja um requisito da metodologia da análise de conteúdo, descreverei cada etapa.

O desenho qualitativo para a análise de conteúdo pode ser operacionalizado em determinados passos. Na definição da questão de pesquisa, é importante considerar sua relevância, hipóteses, formulação e explicação de preceitos e paradigmas, estabelecendo assim uma conexão entre a questão de pesquisa e a teoria, com base no estado da arte e na abordagem teórica. No que diz respeito à definição do desenho da pesquisa, este pode ser exploratório, descritivo, correlacional, causal ou misto. É fundamental também definir a amostra ou o material a ser utilizado, bem como a estratégia de amostragem. Os métodos de coleta e análise

de dados são cruciais para apresentar os resultados e promover uma discussão em relação aos critérios de qualidade (MAYRING, 2014).

Partindo desses princípios qualitativos, a tese apresenta as questões de pesquisa com base no referencial teórico e na abordagem descritos na seção abaixo. Utilizando uma abordagem exploratória e descritiva (dada a natureza das questões da pesquisa), o desenho exploratório propõe a formulação de novas categorias a partir do material analisado, como por exemplo, em categorias indutivas. Por outro lado, o desenho descritivo visa fornecer descrições dedutivas a partir das categorias formuladas, como nos registros das ocorrências ou frequências encontradas nessas categorias. As construções de categorias dedutivas emergem do referencial teórico e de pesquisas prévias, não diretamente do material avaliado (MAYRING, 2014). O desenho de categorias dedutivas também foi utilizado no modelo de análise de conteúdo desta tese.

Uma definição amostral qualitativa pode ser baseada em amostragem por propósito. Sua relevância decorre das categorias de análise, utilizando documentos relacionados ao tema da pesquisa e descartando os dados coletados que não se constituem como objeto avaliado (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021). A partir das definições da análise de conteúdo (BARDIN, 2015; MAYRING, 2014; SALDAÑA, 2013), o uso da técnica nesta tese será descritivo, envolvendo a descrição de ocorrências de um determinado fenômeno nas temáticas avaliadas. Uma mera contagem das ideias e agendas seria limitada, pois um grupo pode ter inúmeras ideias convergentes que, no entanto, foram menos impactantes do que o conteúdo de uma única proposta de outro grupo. Para abordar esses aspectos, será realizada uma análise qualitativa dos documentos coletados.

A trajetória de análise de conteúdo nesta tese seguiu as etapas de pré-análise de documentos coletados, uma leitura exploratória do material, o tratamento e interpretação dos dados, e, uma análise de conteúdo temática, de acordo com Bardin (2015). A seleção do material coletado durante a pré-análise seguiu os pressupostos definidos pelo referencial teórico. As categorias de análise foram definidas posteriormente à esta etapa, a partir de recortes e trechos dos documentos coletados. A interpretação e análise dos dados ocorreu através de uma análise temática, categorizando os códigos das ideias antiambientais do governo federal e dos grupos de interesses do agronegócio.

Na seção abaixo, descrevo as etapas da coleta para a codificação em categorias de análise, assim como o recorte do material selecionado. Seguindo as etapas descritas anteriormente, o agrupamento dos dados em unidades de registro ocorreu por meio das

categorias construídas a partir do referencial teórico, nas categorias iniciais e intermediárias. As categorias finais, juntamente com suas interpretações e análises, estão detalhadas na seção de resultados e discussões dos dados.

2.2 Coleta de Dados, códigos e fontes

A coleta de dados abrangeu o Governo Federal e os principais grupos de interesse representativos do agronegócio brasileiro que possuem ideias e agendas relacionadas ao meio ambiente, questões indígenas e fundiárias, principalmente ligadas a problemas ambientais como o desmatamento. Seguindo os métodos da análise de conteúdo (BARDIN, 2015; MAYRING, 2014; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021), foram considerados casos e unidades de análise específicos. Para as categorias e unidades do Executivo Federal em relação às ideias, agendas e políticas socioambientais, foram utilizados os critérios encontrados na literatura especializada sobre as políticas socioambientais do governo bolsonarista, conforme documentado em Araújo (2023), Pompeia (2023), Oliveira (2020) e Ramos (2021).

Quadro 1 – Categorias e unidades do Executivo Federal

CASO	UNIDADE DE ANÁLISE	FONTE
Programa Eleitoral Partidário (2018 e 2022)	Campanha	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Decretos e Medidas Provisórias (MPs)	Executivo Federal	Política Por Inteiro/Governo Federal
Restrição orçamentária à órgãos ambientais	Orçamento / Executivo Federal	Governo Federal
Desmonte da participação da sociedade civil nas políticas ambientais.	Executivo Federal	Política Por Inteiro / Executivo Federal
Projetos de Leis Antiambientais: licenciamento ambiental, agrotóxicos, reforma fundiária e demarcação e atividades em terras indígenas.	Projetos de Leis / Executivo Federal / Congresso Nacional	Política Por Inteiro/ Governo Federal / Congresso Nacional
Desmonte de órgãos ambientais e operacionais	MMA / Executivo Federal	Política Por Inteiro / Governo Federal
Estímulo a crimes ambientais	Declarações do ex-Presidente e do Governo Federal / Campanha / Executivo Federal	Governo Federal

Fonte: elaborado pelo autor.

A coleta de dados foi realizada a partir dos respectivos sites oficiais do Governo Federal e do banco de dados da organização investigativa "Política por Inteiro". Essa organização acompanha os atos e efeitos do Executivo Federal em relação a questões socioambientais e climáticas, mantendo um extenso banco de dados com informações do Governo Federal. Esse banco de dados é alimentado principalmente pelo Diário Oficial da União. A "Política por Inteiro" analisou os 4 anos do governo Bolsonaro, registrando mais de 855 normas que afetam as leis ambientais brasileiras de janeiro de 2009 a julho de 2022, com mais de 140 mil atos que influenciaram direta e indiretamente a política ambiental e climática. Após aplicar filtros de análise para as políticas públicas, a organização catalogou 2.189 atos relevantes para políticas ambientais e climáticas¹ (TALANOVA, 2022).

Para responder às perguntas da pesquisa, vinculadas a uma análise institucionalista e de conteúdo, os documentos sobre a ação do Governo Federal serão sistematizados nas seguintes categorias iniciais e intermediárias:

Quadro 2 – Categorias iniciais e intermediárias para a análise do Executivo Federal

Categoria Inicial	Conceito	Categorias Intermediárias
Campanha	Para analisar a agenda e as ideias de Jair Bolsonaro em relação às questões socioambientais, foram utilizados os seguintes recursos: 1- Programa partidário eleitoral de Jair Bolsonaro de 2018 e 2022: Os dados foram obtidos através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018, 2022), que disponibiliza informações sobre os programas e propostas dos candidatos durante as eleições. 2-Declarações públicas do ex-presidente: Foram consideradas as declarações públicas feitas por Jair Bolsonaro em relação às questões socioambientais, as quais foram divulgadas em documentos de campanha e em diversos meios de comunicação. 3- Notícias de suas declarações nos principais jornais digitais do país: Foram consultadas notícias e reportagens que abordam as declarações de Jair Bolsonaro sobre questões socioambientais, disponíveis em	Ideias e agendas antiambientais.

¹ Para uma descrição da metodologia da organização Política por Inteiro, conferir o relatório em Talanova (2022).

	<p>jornais de grande circulação no Brasil. Esses recursos forneceram dados importantes para analisar as ideias e as propostas de Jair Bolsonaro em relação ao meio ambiente, questões indígenas e fundiárias durante a sua campanha, o seu mandato como presidente e em seus discursos e posicionamentos públicos.</p>	
<p>Executivo Federal</p>	<p>Para analisar as ações diretas e operacionais do Governo Federal em relação às políticas socioambientais, foram considerados os seguintes aspectos: 1 - Fiscalização e controle ambiental: Foram investigadas as medidas adotadas pelo governo para fiscalizar e controlar o desmatamento, incluindo a implementação de políticas, programas e ações específicas nessa área. Isso inclui tanto as ações que visam combater o desmatamento quanto aquelas que podem contribuir para seu aumento. 2 – Ações operacionais ambientais: Foram examinadas as ações operacionais do governo, tais como as multas aplicadas pelo governo como forma de punir infrações ambientais, bem como a efetividade dessas penalidades na prevenção e redução de atividades prejudiciais ao meio ambiente. 3 - Orçamento para políticas ambientais: Foi analisado o orçamento destinado às políticas ambientais pelo Governo Federal, incluindo os recursos financeiros alocados para programas de conservação ambiental, combate ao desmatamento, proteção de áreas naturais, entre outros. 4 - Projetos de Leis Socioambientais: Foram avaliados os projetos de lei propostos pelo governo relacionados às questões socioambientais, incluindo sua natureza, conteúdo e impacto</p>	<p>Políticas, ações operacionais e atos legais e infralegais relativos ao controle e fiscalização do meio ambiente, do licenciamento ambiental, dos agrotóxicos, da regularização fundiária e da demarcação de terras indígenas.</p>

	potencial nas políticas e na proteção do meio ambiente.	
Órgão e Conselho vinculado ao Executivo Federal	Para analisar a atuação dos órgãos de controle e monitoramento ambiental e fundiário vinculados ao Governo Federal, como o IBAMA, FUNAI, ICMBio, INCRA e o CONAMA, foram considerados os seguintes aspectos: 1- Atuações executadas pelos órgãos – 2- Alterações de normas e regramentos institucionais.	Planejamento, Controle e Monitoramento de problemas socioambientais através dos órgãos federais.

Fonte: elaborado pelo autor.

Embora as categorias demonstrem uma extensão de variáveis a serem analisadas, tais casos são avaliados a partir de como as ações do Governo Federal convergem com as ideias de grupos de interesse do agronegócio. Assim, não é realizada uma descrição ampliada sobre cada ato do governo Bolsonaro, mas sim, de que forma o conteúdo das ideias propostas pelo Governo, como, por exemplo, sobre regularização fundiária e demarcação de terras indígenas, converge com as ideias de grupos do agronegócio brasileiro. A categoria de campanha expressa como as matrizes discursivas e de ideias antiambientais de Bolsonaro desde a eleição aparecem nos quadros de referência de ideias dos grupos do agronegócio. A categoria do Executivo Federal e dos órgãos ambientais segue o mesmo sentido. Justifico a definição das categorias para uma melhor compreensão das temáticas das políticas socioambientais analisadas na tese.

Após a coleta inicial dos documentos, estes foram agregados nas seguintes categorias intermediárias: ideias antiambientais; Políticas, ações operacionais e atos legais e infralegais; Planejamento, Controle e Monitoramento de problemas socioambientais através dos órgãos federais. Uma análise foi conduzida a partir dos órgãos vinculados ao Executivo federal, principalmente aqueles que atuam no controle e monitoramento de problemas ambientais, com foco nas ações do IBAMA, FUNAI, ICMBio e no desmonte e atuações do CONAMA.

A categoria da agenda e ideias de Jair Bolsonaro concentra-se desde a campanha eleitoral, abrangendo seu programa partidário eleitoral de 2018 e 2022, bem como suas declarações públicas associadas aos problemas ambientais, licenciamento ambiental, agrotóxicos, demarcação de terras indígenas e regularização fundiária. A categoria de estímulo a crimes ambientais será categorizada na campanha, pois, de acordo com o referencial teórico, como em Pompeia (2023b), o ex-Presidente emitia declarações antiambientais visando estrategicamente se aproximar de grupos de interesses. Para isso, serão utilizados os dados do

TSE, documentos de campanha divulgados pelo ex-presidente e notícias jornalísticas de declarações públicas de Jair Bolsonaro sobre agendas ambientais, veiculadas nos principais jornais do país. Através das categorias catalogadas, foi coletado informações por meio dos seguintes códigos:

Quadro 3 – Código de análise da categoria ideias antiambientais e das políticas públicas.

Variável	Definição	Exemplos	Códigos
Programa Eleitoral (Campanha de 2018 e 2022) e estímulo a crimes ambientais	A coleta foi realizada a partir do programa eleitoral partidário e de notícias nos principais jornais do país, selecionando sentenças que abordassem atividades relacionadas a agendas, ideias e crimes ambientais. Foram coletadas propostas que incentivem a flexibilização ou desmonte de estruturas institucionais federais que combatam problemas ambientais. Além disso, foram coletadas sentenças que abordassem atividades de combate a crimes ambientais, como o fortalecimento do comando e controle.	"As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses". Programa Eleitoral de 2018.	Palavras-chave: desmatamento; sustentabilidade; ambiental; agronegócio; mineração; garimpo; rural; floresta; atividade produtiva; licenciamento. Além de sentenças que se relacionem a ações derivadas ou causadoras de crimes ambientais (avaliação extensiva do conteúdo).

Fonte: elaboração do autor.

A partir desses critérios, analiso de que forma as ideias e agendas antiambientais estiveram presentes na campanha de Jair Bolsonaro, seja oficialmente em seu programa de governo ou através de declarações públicas. A seleção dos critérios de análise baseia-se no referencial teórico sobre o governo Bolsonaro e o agronegócio brasileiro, e suas ideias antiambientais. Para isso, seleciono, nos documentos coletados, palavras-chave e sentenças relacionadas à categoria avaliada. Essas últimas são coletadas após a avaliação completa do documento, ou seja, após uma leitura inicial. Em seguida, a seleção é feita com base nos valores e códigos definidos indutivamente com base no referencial teórico.

A identificação e análise das palavras-chave ocorreram após a leitura dos documentos relacionados às categorias analisadas. A avaliação das sentenças foi realizada posteriormente, de maneira interpretativa, embasada no referencial teórico. A apresentação dos resultados

resultou em uma avaliação descritiva e abrangente dos casos, explicando o contexto e o conteúdo da unidade avaliada. Por exemplo, na declaração pública de Bolsonaro durante a campanha de 2018, na qual ele afirmou que iria diminuir as multas ambientais (ARAÚJO, 2020). Para analisar as categorias de ações diretas do Governo Federal aos problemas socioambientais, estabeleço os seguintes critérios:

Quadro 4 – Códigos de análise da atuação direta às políticas socioambientais a partir do Executivo Federal.

Variável	Definição	Exemplos	Categoria
Multas Ambientais	Avalio os atos infralegais, decretos e institucionalizações do Executivo Federal em relação às multas ambientais, incluindo os autos de infração e os núcleos de conciliação ambiental.	“Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. O auto de infração, os eventuais termos de aplicação de medidas administrativas, o relatório de fiscalização e a notificação de que trata o art. 97-A serão encaminhados ao Núcleo de Conciliação Ambiental”.	Flexibilização e Desregulação de fiscalização e controle de crimes ambientais.
Restrição orçamentária à órgãos e instituições ambientais	Análise o repasse orçamentário para o MMA, IBAMA, FUNAI e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como a execução financeira por essas instituições durante a gestão de Jair Bolsonaro.	“O quadro mais geral do orçamento dos órgãos vinculados ao MMA evidencia como o desmantelamento se objetivou em uma perda progressiva de recursos e de capacidade de execução financeira ao longo dos quatro anos da gestão Bolsonaro. Entre 2019 e 2022, a área perdeu, em termos reais, 18% de seus recursos. Em 2019, a execução financeira foi de R\$ 3,3 bilhões, passando para R\$ 2,7 bilhões em 2022” (INESC, 2023).	Flexibilização e Desregulação de fiscalização e controle de crimes ambientais; Restrição Orçamentária; Desmonte de órgãos ambientais.

<p>Projetos de Leis</p>	<p>A análise concentra-se nos projetos de leis prioritários apoiados pelo governo Bolsonaro, especificamente nas áreas ambientais, fundiárias e indígenas. Isso inclui o PL 191/20, que trata da mineração em terras indígenas; o PL 490/07, relacionado ao marco temporal indígena; o PL 528/21, que regula o mercado de carbono; o PL 2159/2021, que propõe uma nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental; o PL 2633/2020, que visa flexibilizar a regularização fundiária em terras públicas federais; e o PL 6299/02, que objetiva a flexibilização na fiscalização e no uso de agrotóxicos no Brasil.</p>	<p>“O projeto prevê a flexibilização do licenciamento ambiental para uma série de empreendimentos como rodovias, ferrovias e gasodutos e cria um processo de autolicensing para outros. A medida também inclui a redução do papel dos órgãos ambientais no processo de licenciamento e fiscalização e diminuição das responsabilidades de empreendedores em projeto e obras potencialmente danosas ao meio ambiente.” (KELVIM, 2022).</p>	<p>Flexibilização e Desregulação de fiscalização e controle de crimes ambientais;</p> <p>Desmonte de órgãos ambientais;</p> <p>Alterações nas legislações e regulamentos ambientais.</p>
<p>Desmonte de órgãos socioambientais: IBAMA, FUNAI, ICMBIO</p>	<p>Análise as mudanças de cargos na alta burocracia governamental nos órgãos ambientais, bem como os atos institucionais do governo federal voltados para alterações na estrutura das instituições ambientais, com foco específico no MMA e nos órgãos a ele vinculados, como o IBAMA, FUNAI e o CONAMA.</p>	<p>“O presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro (PSL), sustentou o nome do advogado Ricardo Salles como o novo ministro do Meio Ambiente mesmo com pendência com a Justiça. Ricardo Salles é acusado de descumprir leis ambientais e manipular mapas de manejo ambiental do rio Tietê, em São Paulo, "com a clara intenção de beneficiar setores econômicos" (PINA, 2019).</p>	<p>Flexibilização e Desregulação de fiscalização e controle de crimes ambientais;</p> <p>Desmonte de órgãos ambientais;</p> <p>Alterações nas legislações e regulamentos ambientais.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

No governo Bolsonaro, uma série de ações institucionais foi tomada com o objetivo de enfraquecer a fiscalização de crimes ambientais, especialmente no que diz respeito à apuração de infrações ambientais. O próprio Jair Bolsonaro, em sua trajetória pessoal, foi multado pelo

IBAMA por realizar um crime ambiental ao praticar pesca em uma Estação Ecológica. O servidor do IBAMA responsável pela multa chegou a ser afastado do cargo de chefia no IBAMA logo no início do governo Bolsonaro. Após ser eleito presidente em 2018, o ex-presidente declarou: “não vou mais admitir o IBAMA sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio” (SOARES, 2021, p.1). Essa postura não se limitou apenas ao discurso, mas também se refletiu na implementação de ações institucionais.

De acordo com o instituto Talanoa (2022), houve uma drástica redução de autuações nos anos de 2019 a 2020. A organização destaca que o ex-presidente alterou normas de apuração e infração de crimes ambientais. Por exemplo, através do Decreto Federal 9.760/2019, que instituiu Núcleos de Conciliação de Multas Ambientais. A partir deste núcleo, o autuado por crimes ambientais pode negociar a multa antes de se defender da acusação. Talanoa (2022) também destaca que durante o governo Bolsonaro não houve nem conciliação com infratores ambientais e nem pagamentos, tendo 98% das infrações emitidas na Amazônia paralisados no ano de 2021. Na seção dos resultados, analiso as normas instituídas pelo governo Bolsonaro perante o dismantelamento das políticas de fiscalização e combate à crimes ambientais e como isso convergiu com ideias de grupos de interesses do agronegócio.

Além da fragilização dos órgãos ambientais por meio de mudanças na fiscalização ambiental, a gestão bolsonarista reduziu o orçamento e a execução financeira das instituições ambientais. Conforme o INESC (2023), o dismantelamento das políticas ambientais através do orçamento para o meio ambiente foi sucessivo no aumento de crimes ambientais, como o desmatamento, as queimadas, violências e na grilagem de terras. O instituto também assevera que o orçamento ao MMA e para órgãos vinculados à ele sofreu perda progressiva de recursos e da capacidade de execução financeira ao longo dos quatro anos de governo. Em que: “entre 2019 e 2022, a área perdeu, em termos reais, 18% de seus recursos. Em 2019, a execução financeira foi de R\$ 3,3 bilhões, passando para R\$ 2,7 bilhões em 2022.” (INESC, 2023, p. 61). O orçamento e a execução financeira para órgãos ambientais são avaliados nos resultados.

As ações antiambientais do governo Bolsonaro também foram direcionadas para a legislação ambiental. Nos anos de 2021 e 2022, a gestão bolsonarista tentou avançar com um conjunto de projetos de leis contendo ideias antiambientais e anti-indígenas, além de priorizar agendas relativas ao agronegócio. Dentre os projetos de lei entregues à Câmara dos Deputados consideradas iniciativas legislativas prioritárias ao governo federal, enquadrava-se o fim do licenciamento ambiental, a liberação de agrotóxicos, a privatização de florestas públicas, impedimentos à demarcação de terras e ataques aos povos indígenas (KELVIM, 2022). Na

seção de resultados, analiso especificamente os projetos na pauta fundiária, ambiental e social. Entre eles, o PL 490/07, que visava instituir o Marco Temporal das terras indígenas, dificultando a demarcação e reconhecimento de terras indígenas.

Mais um ataque aos povos indígenas encontra-se no PL 191/2020, com o objetivo de regularizar a mineração em terras indígenas. Outro projeto de lei, que contou com o apoio de grupos de interesse do agronegócio, como o FPA/IPA, foi o PL 2633/20, que propunha alterações na regularização fundiária. Esse PL foi intitulado pela oposição como o PL da grilagem, pois previa anistia para invasores de terras públicas até dezembro de 2018. Esses e outros PLs, como o PL 3729/04 (Licenciamento ambiental) e o PL 6299/02 (flexibilização do uso de agrotóxicos), são analisados mais amplamente na seção de resultados. Nessa seção, também avalio a participação das ideias e agendas de setores do agronegócio brasileiro nos projetos de leis elencados pelo governo Bolsonaro e a participação dos grupos de interesse na articulação pela aprovação desses projetos. Assim, avalio a convergência e divergência dos grupos de interesse do agronegócio e suas ideias perante o governo Bolsonaro.

O desmonte das políticas ambientais foi ampliado para os órgãos ambientais, seja por atos infralegais, alterações normativas, diminuição orçamentária e de pessoal, assim como na nomeação de agentes com interesses e ideias antiambientais para cargos da alta burocracia institucional ambiental. Como exemplo, temos a nomeação do ex-ministro Ricardo Salles ao MMA. Indicado pela SRB, Ricardo Salles foi duramente criticado por órgãos ambientalistas e acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de colaborar com a exportação de madeira ilegal quando ainda era ministro. Salles foi denunciado por corrupção passiva, crimes contra a flora, promoção, constituição, financiamento ou integração de organização criminosa (JORDÃO, 2023). Ricardo Salles é apontado como um dos principais articuladores e responsáveis pelo desmonte das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro.

Além da análise das nomeações de atores para cargos da alta burocracia governamental, como ministérios e secretarias, na seção dos resultados, avalio o desmonte dos órgãos ambientais por meio de atos infralegais, alterações de normativas internas e redução de pessoal. O Instituto Talanoa (2022) identificou uma série de normas e projetos de leis direcionados aos órgãos ambientais. Por exemplo, houve alterações na composição do CONAMA, excluindo a participação da sociedade civil, o aumento da militarização em órgãos ambientais, reduzindo a relevância da atuação do IBAMA em favor de militares, e instruções normativas conjuntas ao IBAMA e ICMBio que fragilizam a fiscalização e aplicação de controle sobre crimes ambientais.

Na análise realizada na seção dos resultados para investigar o desmonte dos órgãos ambientais, utilizo uma variedade de fontes de dados. Além dos dados oficiais do governo federal, recorro aos relatórios científicos e investigativos do INESC (2021, 2022), que examinaram as medidas infralegais e orçamentárias para o meio ambiente durante a gestão do governo Bolsonaro. Também incorporo os relatórios elaborados pelo Instituto Talanoa (2022), que compilam 401 atos da gestão bolsonarista que contribuíram para a agenda ambiental brasileira. Além desses relatórios, considero dados provenientes de artigos científicos e reportagens veiculadas pela imprensa brasileira. A diversidade dessas fontes de dados visa a triangulação das informações para uma análise abrangente do conteúdo das políticas promovidas pelo governo federal. A apresentação dos resultados ocorre de maneira descritiva, utilizando uma análise de conteúdo qualitativa e baseando-se nos dados e documentos provenientes das fontes citadas. Os critérios de seleção priorizam trechos dos documentos que estejam relacionados com a dinâmica dos crimes ambientais, conforme estabelecido pelo referencial teórico e pelas palavras-chave presentes nos quadros mencionados anteriormente.

Para analisar a atuação do Executivo Federal diante das ideias antiambientais, examino sua convergência e divergência com os grupos de interesse representativos do agronegócio brasileiro. Durante uma reunião com representantes do agronegócio e parlamentares da FPA, o ex-presidente Bolsonaro declarou que seu governo seria o "governo do agronegócio" (RODRIGUES, 2021). Nesse encontro, Bolsonaro criticou a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento de territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação, além de afirmar ter votado 100% alinhado com a bancada ruralista quando era deputado. Portanto, avalio a relação dos grupos de interesses das organizações empresariais, associações corporativas e institutos ligados às cadeias produtivas do agronegócio para entender seu impacto nas políticas socioambientais adotadas pelo governo.

Quadro 5 – Categoria de análise dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro

Variável	Definição	Exemplos	Códigos
ABAG	Análise de documentos, pronunciamentos e propostas do grupo de interesse aos presidenciáveis e como eles convergem ou divergem com as ideias antiambientais nas políticas públicas de Jair Bolsonaro.	“A ABAG, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), entidades que representam empresas do agronegócio brasileiro com inserção no comércio internacional, publicaram neste fim de semana um manifesto repudiando a campanha ‘DefundBolsonaro’, um panfleto divulgado em nome de ‘índios e ambientalistas’, por considerá-la desrespeitosa e insuflar o radicalismo”.	<p>Avalio documentos e notícias oriundas do site da organização, assim como fontes externas, tais como em jornais, artigos científicos e relatórios investigativos. A busca também será feita a partir das palavras-chaves: sustentabilidade, agropecuária, desenvolvimento, Amazônia, desmatamento, Bolsonaro, Presidente, ambiental, mudança climática, licenciamento ambiental, agrotóxicos, indígenas, reforma fundiária, política ambiental, meio ambiente.</p> <p>A partir da leitura intensiva dos documentos selecionados, serão categorizadas às ideias em: Convergente / Divergente com as políticas socioambientais de Bolsonaro.</p>
CNA	Análise de documentos, pronunciamentos e propostas do grupo de interesse aos presidenciáveis e como eles convergem ou divergem com as ideias antiambientais nas políticas públicas de Jair Bolsonaro.	“O presidente da CNA, João Martins da Silva Júnior, disse nesta quarta-feira, 8, que o apoio do agronegócio a Jair Bolsonaro em 2018 foi pontual e pode não se repetir em 2022. Segundo ele, naquela eleição houve "algumas manifestações de apoio, mas eu acho que foi uma questão de momento”.	<p>Avalio documentos e notícias oriundas do site da organização, assim como fontes externas, tais como em jornais, artigos científicos e relatórios investigativos. A busca também será feita a partir das palavras-chaves: sustentabilidade, agropecuária, desenvolvimento, Amazônia, desmatamento, Bolsonaro, Presidente, ambiental, mudança climática, licenciamento ambiental, agrotóxicos, indígenas, reforma fundiária, política ambiental, meio ambiente.</p> <p>A partir da leitura intensiva dos documentos selecionados, serão categorizadas às ideias em: Convergente / Divergente com as políticas socioambientais de Bolsonaro.</p>

FPA/IPA	<p>Análise de documentos, pronunciamentos e propostas do grupo de interesse aos presidenciáveis e como eles convergem ou divergem com as ideias antiambientais nas políticas públicas de Jair Bolsonaro.</p>	<p>"O presidente da FPA, deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR), ressaltou a alegria do Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao receber o prêmio e enfatizou que a parceria em prol do agro brasileiro, entre a bancada e o Governo Federal, tem sido muito efetiva. "A FPA criou o troféu para homenagear anualmente personalidades do agro e nada mais justo que o primeiro agraciado seja o Presidente Jair Bolsonaro, que tem sido um grande parceiro e que tem ajudado as nossas causas".</p>	<p>Avalio documentos e notícias oriundas do site da organização, assim como fontes externas, tais como em jornais, artigos científicos e relatórios investigativos. A busca também será feita a partir das palavras-chaves: sustentabilidade, agropecuária, desenvolvimento, Amazônia, desmatamento, Bolsonaro, Presidente, ambiental, mudança climática, licenciamento ambiental, agrotóxicos, indígenas, reforma fundiária, política ambiental, meio ambiente.</p> <p>A partir da leitura intensiva dos documentos selecionados, serão categorizadas às ideias em: Convergente / Divergente com as políticas socioambientais de Bolsonaro.</p>
APROSOJA	<p>Análise de documentos, pronunciamentos e propostas do grupo de interesse aos presidenciáveis e como eles convergem ou divergem com as ideias antiambientais nas políticas públicas de Jair Bolsonaro.</p>	<p>"A APROSOJA publicou nesta quinta-feira, 23, uma carta pública em apoio ao governo do presidente Jair Bolsonaro. "A Aprosoja Brasil, legítima representante de mais de 240 mil agricultores em 16 associadas estaduais, Aprosojas Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, vem a público manifestar seu apoio ao governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, refletindo aquilo que é o pensamento dos produtores rurais do país", diz o documento."</p>	<p>Avalio documentos e notícias oriundas do site da organização, assim como fontes externas, tais como em jornais, artigos científicos e relatórios investigativos. A busca também será feita a partir das palavras-chaves: sustentabilidade, agropecuária, desenvolvimento, Amazônia, desmatamento, Bolsonaro, Presidente, ambiental, mudança climática, licenciamento ambiental, agrotóxicos, indígenas, reforma fundiária, política ambiental, meio ambiente.</p> <p>A partir da leitura intensiva dos documentos selecionados, serão categorizadas às ideias em: Convergente / Divergente com as políticas socioambientais de Bolsonaro.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise se concentra nos grupos de interesse do agronegócio, abrangendo tanto empresas quanto instituições corporativas, frente parlamentar e organizações que representam a elite patronal do agronegócio brasileiro. Esses grupos são compostos por uma variedade de

empresas e associações patronais que defendem atividades que podem impactar o meio ambiente, como grandes empresas agrícolas, pecuárias e mineradoras.

Ao avaliar os documentos, cartas programáticas, propostas direcionadas aos candidatos presidenciais, manifestações públicas e encontros desses grupos, busca-se identificar convergências ou divergências em relação ao governo federal, especialmente no que diz respeito a ideias antiambientais. Embora alguns grupos possam se posicionar contra o desmatamento, como é o caso da ABAG, eles compartilham agendas comuns associadas a ideias antiambientais, como a flexibilização das regulamentações ambientais e a oposição à demarcação de terras indígenas (POMPEIA, 2021). Essa análise detalhada dos posicionamentos desses grupos permite compreender melhor suas influências e interesses em relação às políticas ambientais e sociais adotadas pelo governo, além de destacar áreas de convergência ou divergência entre eles e as políticas governamentais.

Apesar de compartilharem agendas políticas em comum, analiso se esses grupos atuaram de maneira similar ou divergente durante a eleição e a gestão de Bolsonaro. Para isso, considero a relação e o apoio deles à agenda e políticas públicas do Executivo Federal, especialmente aquelas relacionadas a problemas ambientais, como o desmatamento. Por meio dos sites desses grupos, realizo uma pesquisa documental de suas orientações programáticas e propostas para o Executivo. Também examino declarações e documentos públicos relativos a atividades e políticas socioambientais, como fiscalização e controle de crimes ambientais, licenciamento ambiental, liberação de agrotóxicos, desmonte de órgãos ambientais e oposição aos direitos territoriais indígenas. Além destas temáticas, avalio as ideias e propostas da organização direcionadas aos candidatos presidenciais nas eleições de 2018 e 2022, contendo temas relativos à impactos socioambientais, nas agendas de segurança, logística do agronegócio, política agrícola, política tributária e política externa.

Para auxiliar no levantamento desses documentos, também recorro a notícias e informações veiculadas nos grandes jornais que abordam o agronegócio e o Executivo Federal. Por exemplo, consulto organizações como De Olho nos Ruralistas, Sinal de Fumaça e Observatório da Mineração, que apontam e divulgam relatórios sobre os grupos de interesse do agronegócio e o governo de Jair Bolsonaro. Essas fontes adicionais contribuem para uma análise mais abrangente das relações entre o agronegócio e o governo federal.

Os critérios adotados para a escolha desses grupos de interesse são fundamentados em estudos como o de Silva (2019), Oliveira (2020,2021), Bruno (2017; 2022) e Pompeia (2020; 2021; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b). No trabalho de Silva (2019), foi examinado o sucesso do

lobby do agronegócio, com a seleção de grupos que representam o agronegócio de forma abrangente, não se limitando a cadeias produtivas específicas, mas sim representativas dos interesses do agronegócio como um todo. Além disso, foram considerados grupos que possuem atuação política no Congresso. Essa abordagem será aplicada nesta tese, com ajustes adequados devido ao foco na relação das ideias com o Executivo Federal, especialmente em relação às agendas e ideias antiambientais.

Conforme Pompeia (2023a; 2023b), são detalhadas as ações das correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro e suas divergências em relação às questões socioambientais. O autor destaca que as convergências se concentram principalmente em temas antiambientais e contrários aos direitos indígenas. Essa obra serviu como referência para a construção da metodologia e dos resultados neste trabalho. No entanto, os objetivos desta tese envolvem não apenas a análise do conteúdo e da convergência das correntes do agronegócio, mas também as condições institucionais que possibilitaram a implementação de ideias antiambientais. Destaco, com base no modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, como os grupos de interesse conseguiram influenciar suas ideias e propostas nas instituições brasileiras, o conteúdo dessas ideias, a forma como se articularam com o governo federal e quais políticas socioambientais tiveram convergência e divergência entre o agronegócio e a gestão bolsonarista. Dessa forma, este estudo dialoga com a pesquisa de Pompeia (2022, 2023a).

Com base nos estudos de Silva (2019), Oliveira (2020), Bruno (2017; 2022), Pompeia (2020; 2021; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b), foram estabelecidos critérios para a seleção dos grupos de interesse do agronegócio. Esses critérios incluem a representatividade nacional do agronegócio, não se limitando a setores específicos ou escalas estaduais; a manifestação de propostas e ideias antiambientais; o envolvimento em encontros com atores ligados ao Governo Federal de Bolsonaro; o foco nos interesses do setor agropecuário; e um histórico de representação nacional no agronegócio brasileiro. Além disso, é importante que esses grupos tenham expressado publicamente ideias relacionadas a políticas públicas ambientais. Assim, com base nessas considerações e ajustes às escolhas anteriores de Pompeia (2020; 2021; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b), e Silva (2019), os grupos selecionados foram a ABAG, CNA, FPA/IPA e APROSOJA.

Nas obras de Pompeia (2020; 2021; 2023a; 2023b; 2024a; 2024b), são citadas as principais associações e entidades representativas da elite do agronegócio. Além disso, os grupos selecionados agregam as principais empresas, sindicatos e atores nacionais do

agronegócio brasileiro, tendo também influência política junto ao Executivo Federal. No trabalho de Pompeia (2023a), o autor categoriza as organizações do agronegócio e seu apoio a Jair Bolsonaro a partir de diferentes correntes. Segundo o autor, o grupo de "negacionistas" ambientais inclui APROSOJA-MT e a UDR. Os grupos de "posição conservadora" são representados pela CNA e a FPA/IPA. Já as organizações com "posições volúveis" são a ABIOVE e a ABIEC. As organizações com "posições descarbonizadoras" compreendem a ABAG e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Por fim, o grupo com "posições europeias" engloba corporações financeiras e varejistas. Para uma abordagem da obra de Pompeia (2023a), consultar a seção do referencial teórico.

Embora Pompeia (2023a) cite determinados grupos que expressaram posições sobre as políticas do governo Bolsonaro, esta tese realiza um recorte para aqueles grupos que tiveram incidência política na campanha e gestão do ex-presidente. Além disso, a partir das categorias analisadas na tese. Nesse sentido, como mencionado, foram avaliados os grupos que se destacaram na convergência/divergência com o governo de Jair Bolsonaro, tais como: ABAG, CNA, FPA/IPA, APROSOJA. No entanto, este recorte não exclui a eventual consideração de outras organizações nos últimos anos na política ambiental brasileira, especialmente grupos ligados ao MVBA, como a UDR.

A limitação de acesso a documentos públicos restringe a análise da pesquisa a determinados grupos de interesse do agronegócio. No entanto, certos movimentos e organizações aparecem nos resultados sem necessariamente serem o foco da análise, pois alguns grupos do agronegócio brasileiro integram movimentos e coalizões entre diversos grupos. Por exemplo, a participação da ABAG na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura faz com que a Coalizão apareça nos resultados por meio de ações que envolvem a ABAG. Da mesma forma, a UDR e o MVBA são mencionados devido à sua participação integrada com outras entidades, como a colaboração da APROSOJA no MVBA.

Um dos critérios de seleção dos grupos de interesse do agronegócio para os resultados da tese foi sua atuação política tanto no Legislativo quanto no Executivo. Foram excluídas aquelas organizações que, embora participem de fóruns nacionais do agronegócio, não atuam incisivamente ou não participam das instituições políticas no Brasil. Especificamente, o recorte de seleção foi feito para os grupos atuantes no Poder Legislativo e no Executivo, principalmente durante a gestão bolsonarista. Pompeia (2020) menciona que a FPA/IPA tende a atuar no Congresso, embora também influencie o Poder Executivo. Por outro lado, a CNA e sua composição interna do Conselho do Agro concentram-se nas relações com o Executivo. O

Conselho do Agro, ao qual a CNA está vinculada, reúne os principais representantes de *commodities* agropecuárias. Portanto, o Conselho do Agro será considerado apenas pela atuação da CNA. Iglécias (2007) observa que há centenas de associações do agronegócio trabalhando em diversos níveis federais e atuando para defender setores específicos, como a soja ou a cana-de-açúcar. Nesse sentido, torna-se necessária a realização de um recorte.

Dentre as organizações citadas, a FPA/IPA ganham destaque no atual arranjo político do agronegócio brasileiro. O IPA foi criado em 2011 para fornecer assessoria política e técnica para a FPA. De acordo com o site do instituto, a organização engloba 48 entidades do setor do agronegócio e 280 parlamentares, sendo 39 senadores e 241 deputados. Silva (2019) afirma que, apesar de serem juridicamente separadas, na prática, a FPA e o IPA funcionam de forma articulada. Entre todos os grupos que representam o agronegócio, o FPA/IPA é um dos que mais se destacam atualmente. O IPA é composto por associações da agropecuária, entidades a montante e a jusante do agronegócio (POMPEIA, 2020).

O FPA/IPA têm ganhado relevância nacional também devido à sua atuação no Congresso, principalmente a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando se tornaram um grupo relevante durante o processo. O grupo teve uma atuação direta com distintas gestões do Executivo Federal. Nos dois últimos governos presidenciais, a FPA/IPA indicou dois ministros para o MAPA: Blairo Maggi, no governo Temer, e Tereza Cristina, no governo Bolsonaro (ELIAS, 2021). Na análise do referencial teórico e dos resultados, também está descrito como se sucedeu a ligação do FPA/IPA com Bolsonaro e qual foi a importância desta aproximação para a sua governabilidade, principalmente para o avanço de suas agendas com o apoio da FPA/IPA.

Os critérios utilizados para avaliar se há convergência ou divergência entre esses grupos de interesse do agronegócio e Jair Bolsonaro baseiam-se nas prerrogativas da análise de conteúdo, e, seguindo o modelo de convergência/divergência proposto por Cabral (2007). No trabalho da autora, a análise ocorreu por meio da articulação entre os interesses do empresariado industrial no processo de regulação ambiental, levando em consideração a avaliação dessa articulação a partir das seguintes categorias: convergência, convergência com ressalvas, divergências e divergências com ressalvas. Esses critérios também serão empregados na análise da convergência e divergências dos grupos de interesse do agronegócio com as ideias presentes no governo Bolsonaro. Dessa forma, serão estabelecidos os graus de convergência e divergência entre as ideias antiambientais do agronegócio e o governo Bolsonaro, variando de total convergência/divergência até com ressalvas.

As múltiplas fontes de evidências, como documentos secundários de diversas fontes, incluindo o próprio Governo Federal e os grupos de interesse do agronegócio brasileiro, se somam a informações coletadas em artigos e relatórios científicos, além do jornalismo e organizações investigativas. Isso comprova a confiabilidade da pesquisa por meio de uma triangulação de dados. O uso da revisão da literatura subsidia a pesquisa, principalmente para a composição das categorias da análise de conteúdo, além de dialogar com os resultados já alcançados em outros trabalhos sobre os problemas de pesquisa citados na tese.

3 O NEOINSTITUCIONALISMO DISCURSIVO E DAS IDEIAS E OS GRUPOS DE INTERESSES

Ao considerar a política pública como meio de análise, é importante destacar a teoria analítica utilizada. O uso da teoria auxilia na análise da política pública em seu contexto, eventos políticos, atores e resultados alcançados (LAMBA; SILVESTRE; CORREIA, 2019). Souza (2006) destaca alguns modelos do campo de pesquisa das políticas públicas: o incrementalismo, o ciclo da política pública, o modelo de coalizão de defesa, de arenas sociais, além da influência de outras teorias, como o neoinstitucionalismo, que é caracterizado pela importância das instituições e regras na decisão, formulação e implementação das políticas públicas. O neoinstitucionalismo define as instituições como regras formais e informais que regulam e moldam as ações dos sujeitos, estruturando interações políticas, econômicas e sociais (NORTH, 1991). Para os teóricos do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as instituições funcionam como regras e regularidades, podendo ocorrer mudanças por momentos críticos e de forma incremental. Entretanto, essas mudanças podem ocorrer por meio da incorporação de agendas (ideias) que ajudam a explicar mudanças e continuidades dentro das instituições (SCHMIDT, 2010 apud MADEIRA et al., 2020).

A força das ideias enquanto mudança institucional destaca-se enquanto variável analítica desta tese. Embora, a historicidade e a trajetória da dependência das políticas públicas não seja descartada. Assim, em consonância com Margaret Levi (1991), também é considerado que as instituições e o acesso à recursos apresentam estruturas históricas de desigualdades. Para a autora, a resolução de conflitos sociais a partir das instituições se estabelece em uma estrutura desigual de recursos coercitivos e de negociações, em que favorece determinados atores a delimitar ações de outros. Nesse sentido, a força das ideias se enquadram a partir de determinadas estruturas e regras institucionais. Margaret Levi (1991) denota que os que possuem o poder de restrição institucional para outros atores possuem não só os meios, mas os

interesses pela manutenção de determinados arranjos institucionais. Esses interesses interligados nos arranjos institucionais criam e recriam as instituições, constringendo ações do presente e do futuro de outros atores, se assentando assim em uma trajetória de dependência histórica. Em acordo com a autora, avalio as ideias sem anular esta perspectiva comum no modelo neoinstitucionalista histórico.

Segundo Jal Mehta (2011), as ideias foram consideradas pelos sociólogos apenas como máscaras para os interesses de poderosos atores. Para o autor, as ideias ganharam mais destaque nos últimos vinte anos, com autores como Hall (1989; 1993), Skrentny (2002), Rueschemeyer e Skocpol (1996) e Campbell (2002). No Brasil, nos últimos anos, observa-se o surgimento de fatores ideacionais como explicações políticas em Perissinoto e Stumm (2017), Stumm (2019), Barcelos (2018), Brasil, Santos e Taruel (2023), Januzzi (2022), entre outros. Stumm (2019) afirma que, nos últimos anos, o fator ideacional tem sido constante na literatura sobre políticas públicas, em trabalhos como os de Blyth (2003) e Schmidt (2010, 2011). A autora argumenta que os estudos envolvendo discursos e ideias nas instituições consideraram que os resultados políticos não seriam explicados apenas por condições de interesses materiais, mas também por fatores ideacionais. Para Stumm (2019), as variáveis mais comumente usadas são para explicar a relação entre ideias e políticas econômicas, como em Hall (1989), ideias e os partidos políticos (BERMAN, 1998), ideias e o poder legislativo (FEREJOHN, 1993), e ideias e as crises políticas (HAY, 1996).

Os teóricos do neoinstitucionalismo afirmam que as instituições são os procedimentos, normas, protocolos e convenções oficiais da estrutura organizacional de uma sociedade (HALL; TAYLOR, 2003; PETERS, 2003). Na análise de Secchi (2014), as instituições como regras – que influenciam o comportamento dos atores nas políticas públicas – incluem as regras constitucionais, códigos legais, estatutos, regimentos, leis, funções administrativas e políticas públicas passadas. Os atores institucionais envolvidos nas políticas públicas são todos aqueles que atuam na arena de decisão, influenciando o conteúdo e o resultado das políticas. A abordagem neoinstitucionalista nas políticas públicas oferece modelos que consideram a influência dos interesses, valores, poder e cultura (CHECI; GRISA, 2019). Para Outeiro e Nascimento (2020), a visão institucional contribui na avaliação das mudanças e dos bloqueios institucionais, bem como na compreensão de como as decisões no presente podem reproduzir escolhas políticas feitas no passado.

As instituições estruturam e restringem a interação política, econômica e social (NORTH, 1991). Elas podem influenciar, moderar ou alterar o comportamento dos atores

institucionais. A teoria do neoinstitucionalismo propõe que as instituições podem moldar ou condicionar o comportamento dos indivíduos através de restrições, incentivos ou constrangimentos (PERES, 2008; SKOCPOL, 1985; NORTH, 1991). A interação entre as instituições e o comportamento individual é distinguida pela corrente teórica neoinstitucionalista. Há três principais correntes neoinstitucionalistas: o neoinstitucionalismo histórico, o da escolha racional e o sociológico (HALL; TAYLOR, 2003). No neoinstitucionalismo histórico, por exemplo, a atuação dos atores e a dinâmica dos processos políticos podem ser influenciadas pelo Estado, pelas regras institucionais e também pelos grupos de interesse (IMMERGUT, 1998). Schmidt (2011) afirma que o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias analisa questões como o tempo, o conteúdo e as transformações operadas por atores em esferas discursivas nos diferentes contextos institucionais (MADEIRA et al., 2020). Isso significa analisar a dinâmica do conteúdo das ideias e a mobilização dos discursos pelos agentes para as mudanças e continuidades institucionais.

Tais correntes neoinstitucionalistas se distinguem na avaliação da relação entre as instituições e a ação individual (THÉRET, 2003), em que essas relações podem ocorrer por uma perspectiva cultural ou de cálculo racional. Isso é, enfatizando a visão de mundo de um ator em suas ações, como no neoinstitucionalismo sociológico, ou na instrumentalização estratégica do comportamento, com um cálculo racional. Assim, os atores agiriam conforme seus interesses, pressuposto do neoinstitucionalismo da escolha racional. O neoinstitucionalismo histórico combina a perspectiva cultural e do cálculo racional, em que os atores tomam decisões institucionais de acordo com seus interesses, mas também têm visões de mundo diferentes baseadas em suas posições sociais, o que influencia a construção de seus interesses (HALL; TAYLOR, 2003). A abordagem ideacional critica a ideia de que os grupos atuam apenas movidos pelos seus interesses no processo das políticas públicas. Para essa abordagem, é necessário considerar a maneira como grupos formam suas imagens e percepções sobre o mundo e como essas influenciam as preferências políticas. A partir dessas preferências, os grupos definem suas ações e estratégias para a construção de políticas públicas (BARCELLOS, 2015). Outro fator preponderante é como tais ideias e discursos se assentam em determinados contextos institucionais.

Nesse sentido, o neoinstitucionalismo não nega o contexto político e social, nem as motivações dos atores individuais, em que o Estado afeta e é afetado pela sociedade (MARCH; OLSEN, 2008). Os atores que possuem poder político tentam maximizar suas preferências nas instituições e impedir mudanças que lhes tragam prejuízos (OUTEIRO; NASCIMENTO,

2020). Todavia, as arenas institucionais não são apenas espaços de interesses divergentes; suas estruturas também definem interesses. Nessa perspectiva neoinstitucionalista, a ação dos atores políticos e as regras da instituição são importantes na avaliação do comportamento institucional. As disputas nessas arenas políticas institucionais refletem o interesse dos atores em moldar as instituições a partir de suas agendas. Théret (2003) elucida que os atores coletivos agem nas instituições em relações de poder assimétricas. Nas teorias que centram a importância das ideias nos processos de políticas públicas, também é importante citar o envolvimento dos atores nesses processos, em que as ideias são importantes, porém, "ideias, por si só, não constroem políticas públicas, mas sim a interação entre a pluralidade de atores que participam de determinado subsistema político" (BARCELLOS, 2015, p.10). Assim, nota-se a importância não só das ideias, mas também das ações dos atores e da estrutura das instituições enquanto arena do processo de política pública.

No neoinstitucionalismo histórico é ponderado que, embora as estruturas institucionais possam influenciar o comportamento dos atores políticos, uma mesma estrutura institucional não produzirá o mesmo resultado independentemente do lugar e do seu contexto. Essa corrente teórica elucida que, para avaliar o estado atual das instituições, é necessário observar sua dependência histórica. Isto é, o neoinstitucionalismo histórico visa analisar como as instituições formam e modificam a trajetória histórica, focando também em como ocorrem o poder e os interesses nessas instituições (IMMERGUT, 1998; PIERSON; SKOCPOL, 2002; HALL; TAYLOR, 2003). As mudanças dependeriam de cada contexto institucional e histórico (BANNERMAN; HAGGART, 2015). No neoinstitucionalismo histórico, as mudanças ocorrem de forma incremental ou por acontecimentos externos. Já no neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as mudanças institucionais ocorrem por meio de transformações de paradigmas e nos processos de alteração de ideias e discursos. Podendo ser transformações em momentos de crise ou de maneira incremental, sendo as ideias percepções individuais sobre políticas ou filosofias políticas em um ambiente institucional (SCHMIDT, 2011; MADEIRA et al., 2020).

O contexto institucional importa, uma vez que se agentes são os motoristas da mudança, e ideias e discursos são os veículos, o contexto institucional é onde as ideias têm significado, os discursos têm força comunicativa e a ação coletiva faz a diferença. Para o institucionalismo discursivo, instituições são o conjunto dentro do qual agentes pensam sobre como desenvolver suas ideias para ações que são transmitidas através do discurso (MADEIRA et al., 2020, p.55).

Nesse sentido, as percepções dos atores políticos sobre o que é legítimo para tomadas de decisões são moldadas pelo ambiente institucional, assim como pelos seus paradigmas políticos e visões de mundo (HAY; WINCOTT, 1998). As normas institucionais determinam

diferenças nas tomadas de decisões e definem a ação dos governos e a influência dos grupos de interesse. As instituições influenciam mudanças e estabilidades de uma determinada política. Porém, tais regras institucionais e as demandas de grupos de interesse ocorrem distintamente em diferentes sistemas políticos e contextos (IMMERGUT, 1996). Assim, a mesma regra institucional pode influenciar resultados distintos para políticas públicas, dependendo do seu contexto institucional. Um ponto importante para avaliar políticas públicas, a partir da ideia de IMMERGUT (1996), é a definição de que as tomadas de decisões são resultados de escolhas de diferentes atores em diversas posições institucionais, sendo as arenas políticas, nesse processo, um espaço para estabelecer acordos.

Em Tapia e Gomes (2008), é visto que, nas últimas décadas, a literatura sobre a temática visou superar a polarização entre ideias, instituições e interesses. Isto ocorreu pela crítica a correntes institucionalistas que dão primazia às instituições e pela incorporação das ideias e paradigmas cognitivos na constituição de agentes políticos. Para os autores, a Ciência Política buscou redescobrir as instituições e incorporar os aspectos cognitivos dos atores nos processos das políticas públicas e em suas interações estratégicas. Perissinoto e Stumm (2017) afirmam que os trabalhos que incorporaram a "virada ideacional" nas políticas públicas visaram defender que as decisões políticas são afetadas pelas ideias. No entanto, pontuam a partir de George (1979) e Rueschemeyer (2006), as ideias não agem sozinhas, necessitando ser avaliadas por outras variáveis contextuais.

No neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as instituições e os interesses se relacionam com as ideias através de um determinado contexto político e institucional. A partir de um levantamento da literatura, Perissinoto e Stumm (2017, p. 137) demonstram que a importância das ideias enquanto variável explicativa tem sido analisada por: "(1) a identificação do conteúdo substantivo das ideias cujo impacto se propõe analisar; (2) o uso de desenho comparativo de pesquisa; (3) o procedimento da congruência e, por fim, (4) o *process tracing*". Duas dessas características estão presentes na tese: na identificação do conteúdo das ideias presentes nas políticas ambientais e na congruência entre grupos de interesse do agronegócio brasileiro com a gestão de Jair Bolsonaro.

Segundo Madeira et al. (2020), a diferença do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias para outras correntes institucionalistas está na maneira como são analisadas as instituições e os atores. Nas três correntes tradicionais do neoinstitucionalismo, as instituições são vistas como estruturas externas aos atores, cujas regras constroem a ação. Por outro lado, no neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as instituições não são tão restritivas aos

agentes, sendo internas aos atores. A capacidade de mudança e continuidade institucional deriva propriamente dos atores e grupos organizados (MADEIRA et al., 2020).

Nesta presente tese, é demonstrado que o desmonte das políticas institucionais ambientais no Brasil ocorreu com a influência de grupos de interesse, além de um determinado contexto político institucional que favoreceu a institucionalização de ideias antiambientais na condução de políticas públicas ambientais. Embora estudos institucionalistas prezem a estrutura sobre a agência, isto é, as instituições sobre os atores, no modelo utilizado na tese também é considerado que as instituições não operam sem a atuação de grupos de interesse (EMMENEGGER, 2021). De acordo com Hay e Wincott (1998), para que os estudos institucionalistas desenvolvam seu potencial, é preciso considerar a relação entre estrutura e agência.

Outra análise institucional nas correntes neoinstitucionalistas é a avaliação da influência das ideias, agendas e interesses na implementação das políticas públicas. No entanto, poucos trabalhos demonstraram a ligação efetiva entre as variáveis dos interesses, das ideias e das instituições na formulação e implementação de uma política pública (SUREL, 2006). Na perspectiva de Aragão (2011), as abordagens envolvendo o papel das ideias nas políticas públicas foram ignoradas por décadas, destacando trabalhos como os de Hochman (1988) e Melo e Costa (1995). Os autores Steven Kettel e Paul Cairney (2010) explicam que, ao considerar as ideias como peso nas mudanças de políticas públicas, é preciso considerar seu poder e papel em relação aos interesses materiais. No entanto, a análise precisa levar em conta que tanto as relações de poder quanto as ideias devem ser consideradas como explicativas das mudanças em políticas públicas.

As ideias estão próximas dos interesses dos atores políticos, muitas vezes de forma oculta em seus interesses. Assim, elas moldam as preferências dos tomadores de decisões e dos atores que influenciam o desenho e a implementação de políticas públicas (PAGANELLI, 2020). Como demonstrado por Perissinoto e Stumm (2017), a literatura especializada sobre neoinstitucionalismo discursivo e das ideias tem como característica fundante a premissa de que as ideias importam nos processos decisórios das políticas públicas. Em um contexto político e institucional marcado por agendas e ideias antiambientais, mesmo com a existência de um regramento institucional ambiental, a importância das ideias demonstra-se uma hipótese factível para a análise da gestão ambiental bolsonarista. Principalmente pelo fato da defesa de ideias antiambientais não ser bem quista pelo mercado financeiro e a opinião pública. Nesse sentido, considero na análise como os grupos de interesses do agronegócio e o governo

Bolsonaro defenderam determinadas ideias mesmo que isso pudesse acarretar em consequências econômicas e políticas negativas afetando os seus interesses.

3.1 O Institucionalismo discursivo e das ideias

Segundo Jannuzzi (2022), as ideias, interesses e instituições influenciam e moldam a proposição e a operacionalização de políticas e programas. De acordo com Schmidt (2008), o institucionalismo discursivo e das ideias amplia as abordagens explicativas das mudanças institucionais em comparação com os outros três modelos teóricos institucionalistas (sociológico, racional e histórico). Por exemplo, o institucionalismo histórico tem restrições ao demonstrar os objetivos e ideias que os atores políticos carregam e difundem para além dos parâmetros institucionais, tendo limitações para captar as ideias e interesses de grupos de interesse, referindo-se apenas aos legados das políticas e das instituições. Todavia, a explicação ideacional frente às outras correntes teóricas neoinstitucionais não implica que as ideias são os únicos fatores explicativos dos fenômenos políticos (PERISSINOTTO; STUMM, 2017). O chamado quarto institucionalismo, o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, foca na interação entre as ideias e as instituições sob uma gama de teorias interpretativistas, visando explicar as dinâmicas de mudanças institucionais e continuidades através das ideias e discursos (SCHMIDT, 2010, 2011 apud MADEIRA et al., 2020).

Como destaca Tecchio (2015), na Ciência Política, a consideração das ideias denominada de “três i” por Palier e Surel (2005) agrega as ideias, os interesses e as instituições envolvidas em torno das políticas públicas. Os autores também descrevem que tal perspectiva dialoga com as três vertentes do neoinstitucionalismo, nas quais: sociológico, histórico e racional. Abrangendo também uma abordagem de escolha racional, cognitiva e institucionalista, tal qual descrita por Hall (1997). Assim como no trabalho de Tecchio (2015), esta tese avalia não só as instituições, interesses ou as ideias de maneira isolada, no entanto, a partir da sua interação e influências. Palier e Surel (2005 apud TECCHIO, 2015, p. 109) explicitaram que a influência entre estes elementos não é algo homogêneo, mas sim, passa por mudanças temporais e discursivas.

Embora esse modelo permita a análise discursiva, o foco relacionado ao discurso não se vincula apenas a estruturas narrativas, mas também às origens, mudanças e promoção de ideias de grupos de interesse e atores políticos. A perspectiva dos termos discursos e ideias é usada para descrever como ideias, interesses e instituições moldam as políticas públicas, levando em consideração como aspectos contextuais influenciam o desenho de políticas e processos decisórios (JANNUZZI; RODRIGUES, 2023). Para Jannuzzi e Stumm (2017), este modelo

teórico avalia como determinadas ideias, intercedidas por instituições, são fatores explicativos de fenômenos políticos. As ideias coexistem dentro das instituições com regras formais e constrangimentos a determinados agentes. Assim, o institucionalismo discursivo e das ideias considera o impacto das ideias e interesses na definição de políticas públicas, dentro das instituições e além delas (PERISSINOTTO; STUMM, 2017). Abordagens teóricas que dão importância às ideias nas políticas, como a Teoria dos Múltiplos Fluxos e o Modelo das Coalizões de Defesa, demonstram que os atores agem a partir de suas ideias e crenças e, após isso, criam estratégias para atuar nas políticas públicas (BARCELLOS, 2015).

A autora Ana Pereira (2011) denota que Daniel Béland e Robert Cox (2011) expõem como o conceito de ideias influencia na definição, continuidade e mudanças institucionais, tendo na literatura apresentado sentidos diversos. Segundo estes autores, as ideias envolvem crenças a partir de interesses, desejos e emoções. As ideias suscitam um ordenamento cognitivo, guiando indivíduos e grupos na tomada de decisões e suas preferências. As ideias seriam a base para a construção social de visões e da própria sociedade, servindo como um ordenamento para entender e interpretar o mundo. As ideias não apenas servem como mapa para o comportamento individual, mas também como pilar da interação social coletiva por meio dos discursos. São usadas no meio político ao serem compartilhadas em processos de interação, cooperação e conflitos, criando práticas, instituições e suas mudanças políticas (PEREIRA, 2011, p. 368). O modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias analisa todos esses processos dentro de um determinado contexto institucional, considerando que nestes contextos também há mudanças ideacionais, não apenas institucionais e políticas.

Diferentemente dos outros três modelos de análise institucional, o institucionalismo discursivo e das ideias oferece uma abordagem mais dinâmica para a mudança institucional, considerando o papel das ideias e narrativas na política, com o escopo de análise de políticas, programas e filosofias. Nesse modelo, as instituições não são apenas regras fixas e estruturas que existem por regras externas, mas construções internas de atores políticos (SCHMIDT, 2008). A implementação de ideias nas políticas públicas pode depender do contexto institucional, como a estrutura do Estado, a orientação do partido do governo, a relação entre Estado e Sociedade e o impacto de eventos externos (HALL, 1989; TAPIA; GOMES, 2008). Conforme explicado por Schmidt (2008), o institucionalismo discursivo e das ideias não desconsidera o contexto institucional, agregando também pressupostos de outras correntes institucionalistas, como o institucionalismo histórico. No trabalho de Perissinoto e Stumm (2017), nota-se as diferenças das características das teorias institucionalistas:

Quadro 6 – Teorias Neoinstitucionalistas

	Institucionalismo de Escolha Racional	Institucionalismo Histórico	Institucionalismo Sociológico	Institucionalismo Discursivo
Objeto	Comportamento racional e interesses	Padrões históricos	Normas culturais	Ideias e discursos
Lógica da explicação	Ação estratégica maximizadora	Dependência de trajetória	Comportamento orientado por normas	Interação discursiva
Perigos da explicação	Determinismo econômico	Determinismo histórico	Determinismo Cultural	Idealismo
Capacidade de explicar mudanças políticas	Baixa: continuidade e preferências fixas	Determinismo histórico	Baixa: continuidade e estabilidade normativa	Alta: interação discursiva e mudança nos padrões decisórios

Fonte: Perissinoto e Stumm (2017) a partir de Schmidt (2011).

Na abordagem institucionalista do discurso e das ideias, as ideias não são apenas um fator de mudança institucional, mas sim a maneira como elas são incorporadas institucionalmente por meio de processos interativos. Ou seja, os atores políticos não têm suas ações definidas exclusivamente pelas regras institucionais externas, mas estas também podem ser resultado das ideias e ações dos próprios atores. As instituições são entendidas como estruturas e construções dinâmicas, não sendo consideradas de maneira estática e determinística nas mudanças das políticas públicas. Dessa forma, sem desconsiderar o contexto institucional mais amplo, os resultados político-administrativos seriam influenciados tanto pelo contexto institucional quanto pelos atores políticos e suas ideias. Indivíduos e grupos têm interesses e se engajam no processo político a partir de ideias específicas e conflitivas, disputadas em distintas arenas políticas, como no Poder Executivo (JANNUZZI; RODRIGUES, 2023).

Segundo Madeira et al. (2020), o trabalho seminal de Schmidt (2010) demonstrou que as três correntes tradicionais do neoinstitucionalismo foram falhas em explicar o processo de continuidade institucional, principalmente por retratarem as instituições de forma estática. Contudo, as mudanças institucionais para essas vertentes se dariam mais por choques externos, sendo as abordagens endógenas mais recentes. O neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, por outro lado, explicaria tanto a continuidade quanto as mudanças institucionais de maneira mais dinâmica por meio das ideias e dos discursos.

De acordo com Hall (1989), o poder efetivo de certas ideias depende de arranjos institucionais e interesses políticos e econômicos organizados, sendo mais relevante no

ambiente político quando há instituições e interesses preexistentes em um contexto institucional. Uma ideia só tem chances de ser incorporada a uma política se contemplar as condições de viabilidade econômica, administrativa e política. Além disso, o grau de envolvimento de um grupo de interesse pode ser resultado da política, não apenas das instituições (ANZIA; MOE, 2019). A partir de Weir e Skocpol (1985), Tapia e Gomes (2008) demonstram o enfoque das ideias nas políticas públicas centrado no papel do Estado. A difusão e implementação de ideias nas instituições dependeriam da configuração institucional do Estado e da experiência prévia dos atores com políticas relacionadas a elas. Outro importante fator levantado pelos autores é a abertura de instâncias decisórias à consultores externos, o que levaria à incorporação de novas ideias nas políticas públicas (TAPIA; GOMES, 2008).

O institucionalismo do discurso e das ideias aponta para condições prévias que permitem às ideias dos grupos de interesse influenciar e modificar estruturas institucionais. Essa abordagem destaca a importância das ideias que dominam o discurso político e como elas alteram as políticas públicas. Para entender como as ideias são implementadas nas instituições, é necessário avaliar as condições que as transformaram em políticas públicas. Ideias de grupos de interesse que contestam as políticas ambientais, por exemplo, ao se transformarem em programas e políticas governamentais, refletem uma dinâmica complexa. Na abordagem que considera o Estado e as ideias, a orientação adotada pelos Ministérios e órgãos governamentais influencia a recepção de novas ideias dentro de um governo. Assim, o Estado pode tanto incentivar quanto inibir novas ideias em seu quadro burocrático (TAPIA; GOMES, 2008). Nesse sentido, as instituições do Estado podem facilitar ou inibir mudanças nas políticas públicas.

Pagonelli (2020) destaca que as políticas públicas refletem as ideias aceitas e compartilhadas por aqueles que as formulam. No entanto, é importante ressaltar que uma tomada de decisão pode envolver atores com interesses e ideias conflitantes, representando diferentes arenas políticas (JANNUZZI; RODRIGUES, 2023). Embora uma definição de política pública possa considerar um caráter objetivo e racional para atender a demandas coletivas, para Pagonelli (2020, p.26) há uma tensão entre as dimensões racionais e políticas no entorno das políticas públicas. O arranjo político pode agregar o debate sobre a legitimidade das alternativas de soluções propostas e dos problemas priorizados, associados a um conjunto específico de interesses. As ideias encontram-se dentro desses arranjos.

No modelo do institucionalismo discursivo e das ideias, as instituições não são meras estruturas fixas por regras. São, na verdade, construções internas de atores com ideias em um

contexto específico, cuja habilidade discursiva explica as instituições e suas mudanças (SCHMIDT, 2008). Abordagens que consideram as ideias e os discursos criticam a mera escolha de políticas públicas por cálculos de perdas e ganhos. Para essas abordagens, as ideias, crenças e visões de mundo são anteriores às estratégias de cálculos racionais (BARCELLOS, 2015).

Segundo Surel (2006), para que as ideias e agendas sejam consideradas como ligação entre as instituições e políticas públicas, é preciso separar o que são os interesses, as ideias e as instituições. Porém, se deve ponderar que os processos da política pública são tangenciados por conflitos, compromissos entre interesses, herdados por instituições do passado. E, além disto, formulados a partir de determinados quadros retóricos, normativos e cognitivos (SUREL, 2006). Assim, ligados com as ideias e as instituições.

Na obra de Howlett e Ramesh (2013), é afirmado que as políticas públicas são demarcadas não só pelas instituições, mas também pelos atores envolvidos e as suas ideias. Sendo cada área das políticas públicas um conjunto de atores, instituições e ideias como parte de um sistema político e econômico ampliado (MOTA, 2015). Um importante ponto a se considerar neste segmento, é a constituição histórica das ideias, em que a gênese desta irá influenciar as preferências e interesses dos atores, aliadas em uma conjuntura política e econômica. Isso é, a formação histórica, política e econômica das ideias de determinado campo, grupo ou indivíduo.

A abordagem analítica do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias se assemelha às concepções de outras vertentes institucionalistas, tais como ao institucionalismo racional e o institucionalismo histórico. Pois, para estas vertentes, os atores são dotados de racionalidade instrumental. Para o institucionalismo histórico, a análise do modelo pauta como as preferências dos atores são formadas historicamente e como tais escolhas são processadas em um ambiente institucional específico (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2016). Tais características também se fazem presentes no neoinstitucionalismo discursivo e das ideias.

Como demonstrado por Vivien Schmidt (2008), o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias possui uma abordagem mais dinâmica ao se comparar com as outras vertentes neoinstitucionalistas. Segundo a autora, ao considerar as ideias e os discursos, a abordagem do neoinstitucionalismo discursivo propõe um olhar mais voltado para o agente enquanto fator de mudança institucional ao se comparar com o neoinstitucionalismo histórico. Para a tese, isso demonstra uma capacidade analítica factível, pois, mesmo com um ambiente institucional – em regras – restritivas às propostas antiambientais, os atores próximos ao governo federal

conseguiram mobilizar uma série de mudanças institucionais. Entretanto, como citado previamente, embora o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias seja predominante enquanto modelo analítico da tese, o uso de outras vertentes neoinstitucionalistas não são desconsideradas, em específico, o modelo neoinstitucionalista histórico. Isso é, a partir da análise histórica dos grupos de interesses do agronegócio e das instituições brasileiras, além da, avaliação da trajetória de dependência das políticas públicas socioambientais no Brasil.

Os padrões de mudanças nas políticas públicas envolvem transformações pequenas e incrementais em determinados programas estabelecidos, classificados por Howlett, Ramesh e Perl (2013) como mudanças normais. Os autores estabeleceram também um outro tipo de mudança para as políticas públicas, estas que envolvem uma mudança denominada como atípica. Tal mudança altera conjuntos básicos de ideias, instituições e processos políticos (MOTA, 2015, p. 185). O processo de mudanças em políticas públicas envolve uma diversidade de atores e grupos de interesses. Segundo Jal Mehta (2011), as mudanças nos fenômenos políticos a partir das ideias são importantes enquanto ações de mudança institucional na política, pois as ideias moldam como grupos e indivíduos compreendem seus interesses, valores, preferências, estratégias de ação e objetivos (PEREIRA, 2011, p.369).

Na pesquisa de Anzia e Moe (2019), a literatura pouco explorou como estas mudanças em políticas públicas podem ser promovidas por grupos de interesses enquanto participantes oficiais na tomada de decisões de um determinado governo. Isso é, participando oficialmente de um governo e formulando políticas públicas a partir de suas ideias e interesses. Ou seja, a ideia da estrutura de um governo sendo a ideia de grupos de interesses que compõem a estrutura burocrática dos tomadores de decisões. Neste trabalho, os autores descrevem como as ações e papéis internos podem variar dependendo da agência e do grupo em análise, além de, como diferentes estruturas de governança moldam seus efeitos políticos. Dessa forma, ao considerar a participação interna de grupos de interesses do agronegócio brasileiro a partir das suas ideias e discursos na estrutura do governo de Jair Bolsonaro, investigo esta lacuna da literatura. Em que se nota, a atuação do governo federal e sua estrutura nas políticas ambientais baseadas em ideias antiambientais de determinados grupos influenciando e participando oficialmente do governo. Como exemplo, em secretarias e ministérios.

Segundo Renato Perissinotto (2021), a análise das ideias enquanto fator causal é recorrente nas ciências sociais, como nos estudos clássicos de Max Weber sobre os impactos das religiões nos sistemas econômicos. No Brasil, destacam-se os autores Santos (1962), Cardoso (1971) e Lafer (1970), para citar alguns (PERISSINOTTO, 2021, p. 25). Na pesquisa

de Stumm (2019), é exposto como as ideias se diferenciaram na literatura nas análises de políticas públicas. A autora cita os trabalhos de Hall (1993) e Goldstein e Keohane (1993) para categorizar as ideias como crenças causais utilizadas para guiar a escolha de um objetivo específico, sendo resultado de um consenso de atores de uma área específica (STUMM, 2019, p.12).

As ideias assumem uma importante função nas estruturas do agronegócio brasileiro, embora determinados grupos de interesses possam agir perante determinados temas mediante um racionalismo estratégico de mercado. Principalmente para as questões ambientais e climáticas, em que há um contexto econômico e mercadológico global em torno dessas questões. Para avaliar o peso das ideias na definição de políticas públicas, é fundamental considerar que o contexto de um caso nacional pode levar a ações diferentes em relação a outro país ou caso específico. Assim, é importante situar conceitualmente o papel das ideias na formulação e implementação de políticas públicas e nas instituições.

Para Stumm (2019), as ideias funcionam como um quadro ordenador, reduzindo o número de alternativas disponíveis e direcionando a tomada de decisão para determinados caminhos. No trabalho da autora, é demonstrado que as ideias também funcionam como estruturas interpretativas, podendo gerar o estabelecimento de novas instituições ou alterações nas existentes. O estabelecimento de novas instituições é especialmente evidente em contextos de crises e instabilidades institucionais. Durante o governo Bolsonaro, um período de grande instabilidade nas instituições democráticas brasileiras, as alterações ou rearranjos institucionais foram marcantes nas áreas socioambientais (ARAÚJO, 2020). No entanto, surge a questão: o que levou o governo Bolsonaro a escolher uma determinada ideia em detrimento de outras?

Na visão de Stumm (2019), os grupos de interesse podem influenciar a mudança ideacional em torno de uma política pública. Uma série de requisitos é utilizada pelos grupos de interesse em um contexto específico para promover transformações ideacionais na política. Isso envolve *policy entrepreneurs* e suas articulações por novas ideias, a formação de coalizões para estabelecer novas ideias, a influência de um clima ou humor nacional propício para a assimilação de novas ideias nas políticas públicas e, principalmente, mudanças em um novo governo (STUMM, 2019).

Essas categorias mencionadas acima são analisadas nesta tese por meio da articulação dos grupos de interesse do agronegócio e da influência de suas ideias e discursos nas políticas socioambientais, da formação de coalizões entre os grupos de interesse do agronegócio e o governo de Jair Bolsonaro, além de sua participação direta na estrutura do governo. A mudança

de governo no Brasil em 2019 influenciou não apenas as nomeações e definições institucionais nas políticas socioambientais, mas também foram assimiladas em um clima nacional propício para a transformação de políticas ambientais já estabelecidas. Isso significa uma conjuntura política e institucional favorável a tais mudanças. No entanto, antes de avançar para essas definições, é importante reiterar a importância das ideias nas mudanças institucionais e sua relação com os atores envolvidos em uma política pública, especialmente os grupos de interesse e o próprio governo.

Os grupos de interesse com viés político atuam diretamente junto aos formuladores de políticas públicas e comunicam suas opiniões por meio de diversos recursos de mídia, visando impactar a formulação dessas políticas. Contudo, esses grupos adotam estratégias distintas dependendo do contexto e do ambiente institucional do país. Diversos tipos de estratégias são adotados pelos grupos de interesse, incluindo o uso de lobby e atuação tanto interna quanto externa. A estratégia interna envolve alvos como partidos e o governo, enquanto a estratégia externa busca angariar apoio público e influenciar os tomadores de decisão por meio da mídia (WEILER; BRANDLI, 2015; BEYERS, 2004). O uso de uma estratégia não exclui a outra, e elas podem ser combinadas de maneira formal, informal, legal ou ilegal, incluindo o lobby direto com partidos e governos, a atuação na mídia para influenciar a opinião pública e estratégias diretas com os formuladores de políticas públicas, entre outras (ARAGÃO, 1992; TAGLIALEGNA; CARVALHO, 2006; MANCUSO, 2007; SANTOS, 2011).

Na análise de Wolton (2020), os grupos de interesse possuem diversos canais de influência, podendo contribuir diretamente com os formuladores de políticas públicas levando suas ideias ou fornecendo informações, especialmente em contextos onde há mais abertura para certos grupos por parte de um partido ou governo. Outra forma de influência é por meio de mobilizações e publicidades para afetar a opinião pública e o clima nacional. O autor pondera como a questão interna e externa interagem em casos específicos.

Conforme Weiler e Brandli (2015), é demonstrado que a literatura sobre grupos de interesse focou em como as diferentes estratégias adotadas pelos grupos influenciam no resultado das políticas públicas. Estes afirmam que estudos seminais como os de Beyers (2004) e Binderkrantz (2008) também mostraram que o tipo de organização de um grupo de interesse influencia suas estratégias de atuação. A contribuição de Weiler e Brandli (2015) para a literatura foi demonstrar que, além desses aspectos, o comportamento dos grupos de interesse e seu eventual sucesso são condicionados pelo ambiente institucional de cada país. Os autores realizaram uma análise comparativa entre Suíça e Alemanha e concluíram que os grupos de

interesse estão mais integrados ao processo de formulação de políticas públicas quando há mais instrumentos democráticos. Por exemplo, na Suíça, com um maior número de referendos, os grupos de interesse tendem a equilibrar estratégias internas e externas, obtendo maior sucesso. De forma distinta, na Alemanha, os grupos de interesse tendem a agir de maneira diferente, embora grupos específicos, como os industriais, possam adotar estratégias específicas, independentemente do padrão de grupos de interesse do país.

A colaboração desta tese para a literatura reside em uma análise específica do caso brasileiro, avaliando como o ambiente institucional brasileiro influencia a atuação dos grupos de interesse e como os diferentes tipos de grupos de interesse do agronegócio atuam em nível nacional. Embora o ambiente institucional possa influenciar o sucesso ou fracasso da mobilização de ideias e interesses de uma determinada organização, é importante notar que essa constatação não se aplica a todos os países. Além disso, o contexto político, social e econômico influencia as próprias regras institucionais de um país.

No Brasil, o contexto institucional durante o governo Bolsonaro apresentou um ambiente fragilizado institucionalmente, com inclinações antidemocráticas e com a participação direta dos próprios grupos de interesse na formulação das políticas públicas. Como demonstrado por Araújo (2023), houve um desmonte das políticas públicas ambientais em um contexto de democracia limitada e uma perda de soberania nacional no período entre 2019 e 2022. A autora ressalta que o próprio governo buscou enfraquecer suas políticas públicas no campo ambiental, principalmente nas categorias operacionais e regulatórias. Este contexto se diferencia das regras institucionais mencionadas na literatura citada acima. No entanto, há uma forte utilização de estratégias internas e externas promovidas por grupos de interesse para promover suas ideias e interesses nas políticas socioambientais.

Como apontado por Jannuzi e Rodrigues (2023), as políticas e programas públicos são permeados por ideias e valores socioculturais, não sendo neutros tecnicamente. Nessa perspectiva, os autores alertam que, além do contexto moldar e influenciar a formulação e implementação de uma política e nas instituições, as ideias também desempenham um papel crucial. O papel das ideias, crenças e discursos nas políticas públicas abre espaço para que estas sejam vistas como problemas sociológicos, não apenas gerenciais e políticos. Assim, as políticas públicas são consideradas resultados de processos sociais (BARCELLOS, 2015). Na abordagem analítica do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, ganha destaque a influência de ideias e interesses nas instituições. Nesse sentido, é importante avaliar todos os

processos envolvidos nesses parâmetros que antecederam a formação da agenda e eventual transformação em política pública (ARAGÃO, 2011).

Perissinoto e Stumm (2017) expuseram que na década de 1990, uma série de pesquisas envolvendo ideias e interesses levou a uma "virada ideacional" no campo de políticas públicas. Os autores destacam que trabalhos como os de Goldstein e Keohane (1993), Berman (1998), Blyth (2003) e Hay (1996, 2008) não se restringiram às outras correntes neoinstitucionalistas, como o neoinstitucionalismo histórico e racional. A partir de uma análise crítica, a virada ideacional no campo das políticas públicas expôs que as ideias dos atores políticos explicariam determinados processos de decisão (PERISSINOTO; STUMM, 2017). Essa perspectiva se relaciona com uma avaliação sociológica das políticas públicas.

De acordo com Barcellos (2015), as políticas públicas sob um olhar sociológico ganharam impulso na literatura internacional também a partir da década de 1990 e início da década de 2000, como no trabalho de Parsons (1995). No Brasil, destacam-se Faria (2003), Souza (2005) e Côrtes (2009). Barcellos (2015) também ressalta que, dado que as políticas públicas são resultados de interações sociais, as ideias, crenças e valores são importantes a serem analisados. O enfoque nas ideias também aproximou perspectivas da Ciência Política e da Sociologia nos estudos das políticas públicas.

Aragão (2011) cita que os trabalhos de Hall (1997) e Palier e Surel (2005) demonstram que as ideias, interesses e as instituições influenciam no processo de formulação das políticas públicas. Jannuzi e Rodrigues (2023) mencionam que a formação de agenda e a implementação de políticas públicas podem ter como chave analítica o peso das ideias. A partir de Hall (1997) e Palier e Surel (2005), Aragão (2011) caracteriza que além de considerar a influência das instituições enquanto influentes no comportamento dos indivíduos e organizações no espaço público, o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias ajuda a compreender conjunturas complexas de políticas públicas.

Nesse sentido, importam não apenas as regras formais e informais e as dinâmicas institucionais herdadas do passado, mas também os quadros normativos, cognitivos e retóricos. Estes são constituídos nos chamados "três I's": ideias, instituições e interesses (ARAGÃO, 2011; HALL, 1997; PALIER; SUREL, 2005). A partir dessa perspectiva, seria preciso desagregar tais categorias para avaliar a influência de cada uma delas nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. No modelo neoinstitucionalista discursivo e das ideias, também se faz necessário identificar os atores envolvidos e suas ações, seus cálculos estratégicos a partir de custos e benefícios, os conflitos e cooperações, suas

preferências, forças e capacidade de mobilização (PALIER; SUREL, 2005 apud ARAGÃO, 2011, p. 43).

No texto seminal de March e Olsen (2008) sobre a reestruturação da análise institucional a partir do neoinstitucionalismo, é mostrado como as instituições são dinâmicas, contextuais e podem assumir características distintas de mero comportamento e interesse individual calculado. Os autores citam que um "velho" institucionalismo se concentrou nas instituições políticas em legislaturas, como em Shepsle e Weingast (1982), na questão orçamentária (ASHFORD, 1977), nas elites políticas (ROBINS, 1976), nas questões envolvendo a origem e atuação do Estado (JESSOP, 1977), dentre outros trabalhos (MARCH; OLSEN, 2008, p. 122).

March e Olsen (2008) destacam que a vida política se organiza através do papel institucional na política. No entanto, ressaltam a necessidade de separação do Estado politicamente organizado e a sociedade em geral. Além disso, salientam que a vida política é resultado político de estruturas organizacionais, com os atores políticos seguindo obrigações e deveres institucionais, e existe a possibilidade de desequilíbrios institucionais ao longo da história, tornando a vida política uma questão complexa com uma série de significados, símbolos e rituais (MARCH; OLSEN, 2008).

Ao considerar essas observações através do neoinstitucionalismo, é evidente que as instituições ganham uma importância central nas explicações dos fenômenos políticos. No entanto, a centralidade nas instituições como fator explicativo pode assumir diferentes aspectos dependendo da corrente analítica adotada. Isso significa que, apesar de existirem três correntes neoinstitucionalistas principais - a racional, sociológica e histórica (HALL, 2003) - cada uma delas aborda as instituições de maneira distinta.

No neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, o contexto institucional é enfatizado pelas ideias e discursos. Os discursos operam como veículos de conteúdo para as ideias, transmitindo-as em processos interativos (BARCELLOS, 2018). Segundo Madeira et al. (2020), as ideias são fundamentais como chaves analíticas para a análise de mudanças em políticas públicas, principalmente devido à interação de diferentes atores nas instituições e à definição de agendas nas políticas públicas. As autoras evidenciam que, a partir da década de 1990, em resposta ao neoinstitucionalismo da escolha racional, a análise do processo de implementação das políticas públicas envolveu mais do que apenas auto interesse estratégico. Baseadas em Campbell (2002), as autoras sublinham que isso envolveu visões de mundo, quadros e princípios de crenças. No trabalho de Campbell (2002), é acentuado o rompimento da dualidade entre materialismo e idealismo como fator explicativo das mudanças

institucionais, em vez disso, utilizando ambos como chaves analíticas. Isso possibilita uma dinâmica a partir de ideias e interesses (MADEIRA et al., 2020, p. 46).

Os autores Daniel Béland e Henry Cox (2011) compilaram uma coletânea que investiga o ressurgimento das ideias e políticas na agenda de pesquisa das ciências sociais. Pereira (2011) observa que essa obra destaca os esforços das ciências sociais para superar os limites das correntes neoinstitucionalistas tradicionais, que tendem a categorizar as instituições de forma estática ou apenas como herança do passado. As correntes neoinstitucionalistas mais conhecidas - sociológica, histórica e racional - não conseguiram explicar satisfatoriamente as mudanças e permanências institucionais das políticas públicas. Assim, o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias surge como uma alternativa à rigidez institucional presente em outras teorias (PEREIRA, 2011). Embora o neoinstitucionalismo das ideias aponte as limitações das outras correntes, autoras como Schmidt (2011) argumentam que ele surge como uma complementação às outras abordagens. No entanto, para Hay e Blyth (2011), o neoinstitucionalismo discursivo representa uma crítica e uma ruptura em relação aos outros neoinstitucionalismos (PEREIRA, 2011, p. 368).

Perissinoto e Stumm (2017, p. 122) frisam que os trabalhos que enfatizam a importância das ideias como um fator explicativo nas ciências sociais têm suas raízes em figuras como Talcott Parsons (HALL, 1993) e Moore Jr (1951). No campo das políticas públicas, a consolidação dessa abordagem ocorreu a partir dos anos 1970, com obras de destaque como as de Kingdon (2014) e Hecló (1974). Nessas obras, o papel das ideias na formulação da agenda, na implementação e no desenho de políticas públicas é abordado de forma mais robusta.

Entretanto, enquanto a avaliação no ciclo das políticas públicas tende a adotar uma abordagem mais econômica, positivista e tecnocrática, a característica normativa das ideias não recebeu tanto destaque na literatura da análise de políticas públicas. Januzzi (2022) observa que, ao contrário da suposta neutralidade técnica dos formuladores e gestores de políticas públicas, as avaliações de políticas públicas são influenciadas por marcos teóricos implícitos e valores políticos. Esses valores guiam a maneira como as perguntas são respondidas, a escolha dos métodos e a construção de indicadores, muitas vezes orientados por fins normativos e interesses específicos.

As ideias desempenham um papel significativo em todas as etapas do ciclo das políticas públicas, desde a formação da agenda até a implementação e a avaliação. Januzzi (2022) indica que a avaliação de políticas públicas deve se aproximar da análise de políticas públicas, indo além de uma simples análise gerencial de resultados. Isso implica incorporar considerações

sobre o contexto institucional, político e ideacional na análise e avaliação das políticas públicas. Ao fazer isso, os avaliadores podem compreender melhor como as ideias influenciam não apenas a formulação e implementação das políticas, mas também sua eficácia e impacto. Essa abordagem ajuda a contextualizar as políticas dentro de seu ambiente mais amplo e a entender como elas se relacionam com as dinâmicas sociais, políticas e culturais mais amplas.

[...] advoga-se aqui a necessidade de recuperação – ainda que de modo abreviado dos vetores-chave da Análise, com explicitação ainda que breve do arcabouço institucional que fundamentou a política ou programa, dos principais atores que a promoveram, a apoiaram e a combateram, e as ideias centrais que legitimaram o agendamento da questão pública e a proposição da política e programa associados (JANUZZI, 2022, p.3).

Em contextos de instabilidade e crises institucionais, as ideias desempenham um papel crucial ao reduzir incertezas e permitir que os atores envolvidos nas políticas públicas possam adaptar ou transformar o ambiente em que operam. Essas ideias não apenas oferecem novas interpretações, mas também podem impulsionar a criação de novas instituições ou a modificação das existentes, atuando como estruturas interpretativas (STUMM, 2017). No entanto, o papel das ideias nas políticas públicas vai além da redução de incertezas e pode adquirir características normativas e ideológicas, especialmente quando são mobilizadas por atores organizados com recursos econômicos, políticos e humanos significativos.

Em períodos de crises institucionais, as novas ideias podem encontrar um terreno mais fértil em comparação com contextos políticos e institucionais mais estáveis, nos quais há menos receptividade para mudanças e novas ideias. Na tese de Aragão (2011), cita-se que para Farias (2003), as ideias podem ser conceituadas como valores, soluções para problemas públicos, concepções de mundo, ideologias, símbolos e imagens. É evidente que o conceito de ideia é plural na literatura especializada, refletindo a sua complexidade e multifacetada natureza.

No neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as ideias desempenham várias funções cruciais no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Elas ajudam a determinar quais questões se tornam urgentes na agenda política, fornecendo orientação para os tomadores de decisão em momentos de incerteza. Além disso, as ideias podem ser usadas para legitimar ou desafiar as instituições e políticas existentes, assumindo orientações ideológicas que visam desestruturar os arranjos institucionais estabelecidos e possibilitar transformações. Essas ideias são mobilizadas e influenciadas por tomadores de decisão, grupos de interesse e a população afetada pelas políticas públicas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; BÉLAND, 2009; BLYTH, 1997, 2002 apud STUMM, 2017).

No trabalho de Hall (1989), é categorizado que as novas ideias se articulam considerando a viabilidade econômica, administrativa e política. Vários fatores específicos contribuem para a difusão das ideias nas políticas públicas, incluindo a orientação do partido no governo, a estrutura do Estado e as relações entre Estado e Sociedade, a natureza do discurso político e o impacto de eventos externos (HALL, 1989 apud ARAGÃO, 2011, p.43). Esses elementos destacam a importância das ideias como um fator crucial na dinâmica das políticas públicas.

Neste sentido, tais fatores são explícitos para os problemas de pesquisa investigados nesta tese. A mudança de orientação de partido e ideológica do governo com a eleição de Jair Bolsonaro foi notável para as transformações radicais nas políticas ambientais. Tal influência pode ter sido atenuada ou impulsionada pela relação dos grupos de interesses e a natureza do discurso político ambiental. Segundo as perspectivas vistas em Hall (1989), a influência de eventos externos também possibilitam transformações na política pública. A análise da influência de eventos externos, como a pandemia da Covid-19, também é relevante, destacando como esse acontecimento pode ter facilitado a inserção de ideias ambientais no contexto político brasileiro. Esses pressupostos fornecem uma base sólida para investigar as questões de pesquisa identificadas na tese, como visto nas seções posteriores nos resultados.

Visando agregar as questões citadas acima, o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, conforme destacado por Schmidt (2008), representa uma tentativa de superar as limitações percebidas no paradigma anterior de análise de mudança institucional. Antes, a análise era frequentemente centrada na agência, sem considerar adequadamente as estruturas subjacentes, eventos externos ou a consciência dos atores. Essa abordagem visa superar a visão das instituições como estruturas rígidas e os atores como passivos diante delas. Em vez disso, o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias busca compreender como as instituições são criadas, alteradas e sustentadas, considerando tanto os interesses dos atores quanto as normas institucionais.

No neoinstitucionalismo, o uso de discursos e ideias como chave analítica busca explicar as mudanças institucionais, especialmente diante das limitações percebidas em correntes anteriores, como o neoinstitucionalismo histórico, racional e sociológico. Nessas correntes, a ação dos atores é concebida respectivamente como condicionada pela dependência do caminho histórico, pelo cálculo racional de interesses e pelas normas sociais de adequação (SCHMIDT, 2008, p. 314). A última autora citada argumenta que essa abordagem tende a imobilizar a ação dos atores dentro das estruturas institucionais, uma vez que, se todos seguissem estritamente as

regras institucionais, não haveria espaço para mudanças institucionais. Assim, para a autora, o problema dessas correntes neoinstitucionais reside na subordinação da agência à estrutura e às suas regras.

Como solução à este problema, as ideias e discursos podem ser acionadas como variáveis explicativas de mudanças institucionais em determinados contextos. No texto de Perissinoto e Stumm (2017), os autores evidenciam que a “virada ideacional” se impulsionou na década de 1980 a partir destes problemas derivados outras correntes neoinstitucionalistas. Uma segunda questão contornada pelo institucionalismo discursivo e das ideias é que os interesses são formados pela posição dos agentes no mundo e da percepção que estes possuem de si próprio.

A partir de Schmidt (2011), Perissinoto e Stumm (2017) frisam que as preferências e interesses não podem ser classificadas como dadas; deve-se buscar explicá-las. Isso desloca a centralidade das instituições como regra taxativa aos agentes, sendo um avanço diante dos demais institucionalismos por permitir pensar que instituições similares podem produzir efeitos muito diferentes, já que as crenças de seus operadores são distintas (PERISSINOTO; STUMM, 2017, p.126). Eles também ressaltam que, para suprimir qualquer idealismo, as ideias e discursos são considerados em estruturas desiguais das posições sociais, que afetam a distribuição de recursos e poder. Isso significa que as ideias são mutuamente influenciadas por situações de interesses, e vice-versa.

De acordo com o trabalho de Silva (2023), nas três correntes "tradicionais" do neoinstitucionalismo, observam-se divergências quanto à importância das instituições como reguladoras de sistemas e à definição e instrumentalização das mesmas. No neoinstitucionalismo da escolha racional, as instituições assumem características de mudanças a partir de perdas e ganhos estratégicos (HALL; TAYLOR, 1996). No neoinstitucionalismo sociológico, ocorrem trocas e observações sociais mediante a convergência por ganhos de poder e governança (DiMAGGIO; POWELL, 1983). Para o neoinstitucionalismo histórico, alia-se as perspectivas de mudanças racionalistas e sociológicas (THELEN, 1999). Por fim, Silva (2023) cita que o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, a partir de Schmidt (2010), pressupõe que as ideias precedem as mudanças e constituições de instituições e normas, sendo os discursos e as ideias propulsores de mudanças institucionais. No mesmo sentido, Januzzi e Reis (2016) mostram que embora o contexto institucional influencie o comportamento dos agentes políticos e suas coalizões, estes se mobilizam a partir de ideias e visões de mundo. Em suma, as mudanças institucionais podem ser tangidas pelas ideias e interesses nos contextos institucionais.

Na concepção de Bruno Palier e Yves Surel (2005), o desafio ao lidar com os "três I's" (instituições, ideias e interesses) é considerar como eles se relacionam. Duas questões são centrais para o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias a partir dessa perspectiva. Primeiro, se as instituições, interesses e ideias são concorrentes ou se complementam. Segundo, como medir o alcance explicativo de cada "i" (PALIER; SUREL, 2005). Dados os problemas de pesquisa analisados nesta tese, é possível avaliar como as ideias se relacionam com os interesses dos grupos do agronegócio brasileiro e a gestão de Jair Bolsonaro.

A partir do conteúdo discursivo e das ideias, é possível analisar o alcance de cada variável por meio de sua manifestação nas políticas e programas (anti)ambientais bolsonaristas. Segundo Pompeia (2023b), as organizações políticas e empresariais do agronegócio brasileiro tendem a variar sua estratégia de atuação, ora por meio de agendas ideológicas, ora por interesses pragmáticos. É certo que tais organizações não apenas divergem em determinadas temáticas, mas também tendem a atuar de maneira contraditória com sua agenda programática, dependendo de seus interesses (POMPEIA, 2023b). Nesse sentido, torna-se necessário analisar sob quais ações essas organizações do agronegócio divergiram enquanto discursos e ideias e em que medida essas divergências se fizeram presentes nas instituições ambientais durante o governo de Jair Bolsonaro. Assim, os resultados encontrados nesta tese colaboram com a literatura sobre o agronegócio brasileiro e as teorias neoinstitucionalistas, bem como para o papel dos grupos de interesse nas mudanças institucionais.

Ainda que as instituições socioambientais brasileiras apresentem um histórico na Constituição e tenham obtido saldos positivos nas últimas décadas no combate ao desmatamento na Amazônia por meio de programas de controle como o PPCDAM, estas não foram suficientes para conter as ideias antiambientais presentes no governo de Jair Bolsonaro. Segundo Schmidt (2008), as três correntes tradicionais neoinstitucionalistas podem fornecer informações sobre o que se espera das instituições, mas o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias explica o inesperado. No entanto, a autora também sugere que o inesperado pode ser previsível, no sentido de que quando há um conjunto de regras ideacionais e regularidades discursivas em um contexto específico, é possível antecipar as ações das políticas públicas. Quando estas seguem uma comunicação particular, isso se sobrepõe a interesses racionalistas, à lógica da trajetória de dependência histórica ou às normas culturais (SCHMIDT, 2008, p. 314). Ou seja, nas perspectivas das mudanças institucionais das correntes tradicionais neoinstitucionalistas.

Madeira et al. (2020) destacam que o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias evidencia a possibilidade de novas ideias ingressarem em determinados discursos, onde os discursos e a deliberação de políticas se relacionam com o confronto de ideias. Tais escolhas públicas não seriam apenas resultado de disputas entre interesses, localizações sociais ou roteiros culturais. Assim, as escolhas de políticas públicas não seriam determinadas apenas por lógicas de interesses racionais, dependências históricas ou contextos culturais, mas também por ideias (SCHMIDT, 2010 apud MADEIRA et al., 2020, p.51).

O contexto político que culminou na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 foi impulsionado por correntes ideacionais que defendiam valores antiambientais, especialmente nos discursos e estratégias mobilizados por agentes de setores do agronegócio brasileiro. A mobilização política e empresarial do agronegócio brasileiro se vale de uma identidade construída com base em determinados valores, com o intuito de influenciar a opinião pública e obter ganhos políticos e de mercado. Conforme destacado por Pompeia (2020), grupos e agentes do agronegócio se organizam para promover sistematicamente sua articulação política, principalmente com o objetivo de representar o setor rural brasileiro. Essa articulação envolve perspectivas específicas sobre valores ambientais.

A partir de Campbell (2022), Madeira et al. (2020) sublinham que as ideias são construídas e utilizadas pelas elites para legitimar suas escolhas perante a opinião pública e como instrumento político. Isso também se concretiza por meio da construção de identidades, nas quais essas ideias representam concepções historicamente formadas sobre a própria essência das organizações em comparação com outras. Em outras palavras, os grupos têm a tendência de se mobilizar com base em suas identidades.

O agronegócio brasileiro exemplifica como certos grupos de interesses se mobilizam com base em uma identidade construída a partir de ideias. Segundo Madeira et al. (2020), as ideias programáticas das elites influenciam as tomadas de decisão em políticas públicas. Elas também destacam que, embora os agentes desempenhem um papel crucial na mobilização das ideias a serem implementadas institucionalmente, as regras formais e os procedimentos institucionais afetam a forma como essas ideias influenciam as políticas públicas.

O institucionalismo discursivo e das ideias, embora não veja as instituições como unidades sólidas impenetráveis à ação de grupos de interesses, também não ignora as restrições que as instituições podem impor a ideias específicas. Madeira et al. (2020) mostram que os atores políticos tendem a agir politicamente de forma a moldar seus esquemas cognitivos e crenças políticas. O papel dos discursos e das ideias ganha destaque como impulsionador de

agendas e na implementação de políticas públicas. Nas ciências sociais, as ideias são reconhecidas historicamente e cada vez mais como fatores explicativos na política (BÉLAND; COX, 2011).

Segundo Perissinoto e Stum (2017), desde o trabalho de Hall (1989), aponta-se o problema das circunstâncias que viabilizariam a efetividade das ideias, bem como as condições que possibilitariam uma ideia sobrepor-se a outras. Os autores destacam três tipos de condições na literatura: aspectos político-institucionais, condições de incerteza e condições de path dependence (PERISSINOTO; STUM, 2017, p.132). Outro ponto relevante abordado pelos autores é a definição de ideias na literatura, que pode surgir como visões de mundo (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993), repertórios ideológicos (BÉLAND, 2005), ideias filosóficas (SCHMIDT, 2014), sistemas de crenças (CONVERSE, 1964) ou estruturas normativas (CAMPBELL, 2002).

Em conformidade com Madeira et al. (2020), o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias tem como chave analítica o conteúdo das ideias e a sua representação nos discursos. No entanto, o discurso não é avaliado apenas por isso, mas também pela sua interação e pela forma como as ideias são geradas e comunicadas em um contexto institucional. Nesse sentido, é importante analisar como as ideias e discursos dos grupos de interesse do agronegócio interagem no contexto político da gestão bolsonarista.

A partir de Schmidt (2011), Madeira et al. (2020) mencionam que por meio dessa vertente do neoinstitucionalismo é possível compreender processos de continuidade e mudança nas políticas públicas e nas instituições. As autoras também observam que as ideias não se dissociam dos interesses, sendo as primeiras um mecanismo para a escolha dos interesses. De forma crítica ao neoinstitucionalismo da escolha racional, para o neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, os interesses objetivos não seriam definidos por dedução. Em vez disso, os interesses seriam interpretados por meio das ideias e das representações (PERISSINOTO; STUM, 2017, p.123). Nesse sentido, as ideias condicionariam os interesses de atores políticos e empresariais, como os grupos de interesses.

3.2. Grupos de Interesses

A influência de grupos de interesses na política é central nos estudos das ciências humanas, embora na metade do século XX essa linha tenha diminuído a sua abrangência nas pesquisas acadêmicas. Os trabalhos sobre *lobbying* perderam o foco da atenção em substituição

às de mobilização e ação coletiva (MOE, 1981; SALISBURY, 1969 apud RIBEIRO et al., 2021). Segundo Tandberg (2010), o papel dos grupos de interesses na definição de políticas públicas tem sido ignorado pela literatura e apresenta lacunas quanto à sua participação na definição de políticas. Embora tenham diminuído seu destaque ou apresentem algumas lacunas de pesquisa, os grupos de interesses e sua influência nas instituições, juntamente com outros atores e seus valores socioculturais, são chaves analíticas para o campo de Políticas Públicas (JANUZZI; REIS, 2022; HOWLETT et al., 2013).

Como aponta Ribeiro et al. (2021), a partir dos anos 1990, com o reconhecimento dos limites da agenda de pesquisa de grupos de interesses e políticas públicas, houve o surgimento de novas pesquisas sobre a influência de tais atores. Entretanto, como reconhecido pelos autores, os resultados em Mancuso (2004; 2007) e Santos (2011) expuseram trabalhos com resultados que não destacam a influência dos grupos de interesses na política pública. A partir de tais lacunas, nota-se a necessidade de investir na relação e influência dos grupos de interesses nos últimos anos da política brasileira. Principalmente em um contexto em que o peso de determinadas ideias antiambientais se ascendeu no país mediante a influência de organizações do agronegócio (POMPEIA, 2023a).

O papel que os grupos de interesses exercem nas instituições se legitima em estruturas formais e informais, podendo influenciar diretamente ou indiretamente no arranjo das políticas públicas. As instituições são estruturadas em arranjos formais e informais. As instituições informais possuem a capacidade de alterar as instituições formais e incidir nas políticas públicas (HELMKE; LEVITSKY, 2006). Na literatura neoinstitucionalista, considera-se que os atores políticos não estão restritos apenas às regras e instituições formais, tendo a possibilidade de fazer uso e serem influenciados por regras informais (FERREIRA JÚNIOR, 2015; GRACIANO; SANTOS; ALMEIDA, 2019). Nas sociedades, há uma dupla camada institucional: a formal, com suas regras delimitadas em um sistema legal, e a informal, com regras resultantes do comportamento de atores e do compartilhamento social (GRACIANO; SANTOS; ALMEIDA, 2019; O'DONELL, 1996; NORTH, 1990).

Com base em O'Donell (1996) e North (1990), Ferreira Júnior (2015) cita que para analisar um sistema institucional é preciso considerar os arranjos formais e informais. Os arranjos informais se estruturam a partir de ideias, valores e interesses. No artigo de Januzzi e Reis (2022), os autores evidenciam que o arcabouço institucional perpassa intervenções governamentais e a regulação do comportamento de atores políticos. Tais atores políticos atuam na promoção e defesa de seus interesses por meio de ideias. Como ressaltado pelos autores,

também pelo “espírito do tempo” de uma sociedade. As regras institucionais são modificadas e influenciadas não só pelas visões de mundo, mas pelas ações e coalizões de inúmeros atores, que modulam o funcionamento e conteúdo de políticas e programas (JANNUZI; REIS, 2022). Como resumem os últimos autores citados, a influência e determinação de políticas e programas, assim como suas operações e estruturas, são impactadas não apenas pelo contexto político e institucional, mas também pelo ideacional, em arranjos formais e informais (O’DONELL, 1996; NORTH, 1990; FERREIRA JÚNIOR, 2015).

Ao considerar os grupos de interesses e suas ideias e discursos como hipótese na influência de políticas, é preciso definir quais são esses grupos e como eles atuam. Um grupo de interesse, que reúne ideias e interesses em comum, não necessariamente fará uso de um comportamento estratégico para incidir no Poder Público (MEYER-PFLUG, 2009). O modelo analítico do neoinstitucionalismo investiga a forma como esses grupos de interesses atuam no aparato estatal. Segundo Santos (2019, p. 408), o neoinstitucionalismo examina os grupos de interesses na “relação entre as estruturas institucionais, a intermediação de interesses, a escolha da política e o impacto desta política”.

A escolha por este modelo analítico já denota a atuação dos grupos de interesses. O neoinstitucionalismo propõe que a competição dos grupos de interesses é influenciada pela estrutura institucional, embora ela não seja o único fator a influenciar as tomadas de decisões. O modelo também considera as instituições informais, avaliando, assim, os grupos de interesse e suas movimentações fora da estrutura institucional (TAGLIALEGNA; CARVALHO, 2006).

Os grupos de interesses são grupos que articulam interesses comuns e antecedem os grupos de pressão. Compreender a ação política organizada desses grupos passa pela definição clara de suas características. Eles se diferenciam dos partidos políticos, embora mantenham relações constantes com eles. Seu objetivo primordial é influenciar as decisões políticas, reunindo-se em torno de interesses compartilhados. Esses grupos podem ser tanto organizações públicas quanto privadas, exibindo diferentes níveis de organização e divisões internas (ALMOND; POWELL JR., 1972; AKIYAMA, 2015 apud QUAESNER, 2017; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Outra perspectiva, apresentada por Farhat (2007, p.146), define grupos de interesses como "qualquer entidade, organizada sob qualquer forma legal, identificada pela convergência de objetivos e disposta a representá-los". Segundo Meyer-Plug (2009), os grupos de interesses buscam acesso político, enquanto os grupos de pressão procuram ações necessárias para a

realização de seus interesses. A autora observa que os grupos de pressão podem, de fato, ser considerados grupos de interesses que exercem pressão.

i) grupos latentes ou potenciais são maiores, configuram-se como os interesses difundidos na sociedade não organizada; ii) grupo de interesse é um desdobramento do anterior, quando organizado formalmente; iii) grupo de pressão é uma derivação dos grupos de interesse, quando exercem pressão (LACK, 2019, p.17).

A atuação dos grupos de interesses e de pressão se baseia em uma série de estratégias de mobilização e organização política, influenciadas por ideias, valores e interesses (PERISSINOTTO; STUMM, 2017). Essas estratégias podem ser implementadas por meio de lobby direto e indireto junto aos atores políticos e à opinião pública. Já antes da década de 1980, algumas entidades empresariais, como da Confederação Nacional da Indústria (CNI), CNA e FIESP, realizavam ações de influência na qualidade de grupos de pressão, principalmente por meio de lobby, incluindo atividades de monitoramento político no legislativo, como exemplificado por Oliveira (2005).

Santos et al. (2017, p.10) indicam diversos estudos que analisaram a influência de grupos de interesses de diferentes setores empresariais, abordando desde o lobby da indústria (MANCUSO, 2007; SANTOS, 2011) até a atuação empresarial na previdência social (RAMOS, 2005), na regulação ambiental (CABRAL, 2007) e na biossegurança (TAGLIALEGNA; CARVALHO, 2006).

A literatura que aborda a atuação dos grupos de interesses no Brasil também se concentrou em sua participação nas arenas decisórias, especialmente no Poder Legislativo (SANTOS; HIGGINS; RESENDE, 2016; MANCUSO, 2007). Apesar de o Poder Legislativo ser um espaço frequentemente visado por esses grupos, a literatura indica que essa prática também ocorre na estrutura do Poder Executivo (CABRAL, 2007; OLIVEIRA, 2005; CHAIMOVICH, 2019). O lobby no Poder Executivo pode ser realizado junto ao Governo Federal, autarquias, ministérios, secretarias e em todos os níveis federativos (LACK, 2019).

Embora os estudos destaquem a incidência do lobby por parte dos grupos de interesses, a abordagem analítica desta tese não se concentrou especificamente nessa prática. Baseado na literatura (POMPEIA, 2022, 2023A; ARAÚJO, 2020), a atuação dos grupos de interesses do agronegócio no governo Bolsonaro ocorreu dentro da própria estrutura de governo, não se limitando necessariamente ao lobby. Esses grupos influenciavam diretamente a agenda governamental no que diz respeito à questão ambiental.

A literatura brasileira sobre grupos de interesses tem se concentrado principalmente na análise da atuação dos grupos empresariais. Santos (2014) examinou o sucesso legislativo do setor industrial na Câmara dos Deputados por meio da Agenda Legislativa da Indústria. O estudo abordou componentes que também são relevantes nesta tese, como a influência de associações produtivas e suas agendas, a análise institucional da aprovação de leis e do processo decisório de políticas públicas, a atuação do Poder Executivo e sua atividade legislativa, e de que forma os grupos de interesses foram influentes nesses arranjos políticos.

Na obra de Cabral (2007), que avaliou a articulação de interesses do empresariado industrial na regulação ambiental, também é possível identificar variáveis encontradas nesta pesquisa. A autora considerou a agenda das indústrias, como o contexto socioeconômico gerou ajustes em suas condutas, o papel institucional da regulação ambiental e como a indústria influenciou na elaboração de regras e leis ambientais. Em comum com Cabral (2017), esta tese avalia a dinâmica institucional e o processo decisório de políticas públicas, a influência de um segmento produtivo e a convergência/divergência da agenda de grupos de interesses com o Governo Federal. Especificamente nesta tese, destaca-se o peso das ideias dos grupos de interesses na formação e implementação das políticas públicas socioambientais.

A temática socioambiental tem sido objeto de estudo frequente na análise dos grupos de interesses no Brasil, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no Legislativo. Por exemplo, há pesquisas que abordam a influência desses grupos nas arenas decisórias e na legislação ambiental brasileira. Alguns estudos analisaram temas como o sucesso do lobby da CNI no Projeto de Lei da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (CRUZ; CABRAL, 2020). Taglialegna e Carvalho (2006) investigaram a atuação de grupos de pressão no Projeto de Lei da Biossegurança, que tratava da produção de soja transgênica no Brasil. Além disso, foram examinadas a atuação dos grupos de interesses nas comissões legislativas, especialmente na Comissão do Meio Ambiente, e o financiamento de campanha de parlamentares por grupos empresariais (MELO et al., 2018).

Outros exemplos incluem a influência da agenda do movimento ambientalista brasileiro nas políticas públicas (BUENO, 2016), o mapeamento de *stakeholders* em atividades produtivas danosas ao meio ambiente (BOMTEMPO, 2015), a análise do lobby de movimentos favoráveis e contrários ao uso de agrotóxicos (MOURA; ROZENDO; OLIVEIRA, 2020), e a agenda e influência de associações e organizações da indústria no parlamento brasileiro (SANTOS, 2011; 2014). Esses estudos destacam a complexidade das relações entre grupos de interesses, políticas públicas e questões socioambientais no contexto brasileiro.

Outras características foram observadas nos estudos sobre temáticas socioambientais, incluindo o mapeamento dos grupos de interesses e suas estratégias de influência política, bem como a análise das diferentes arenas decisórias, tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo. Uma semelhança entre esta tese e a literatura sobre grupos de interesses é a adoção de uma abordagem institucionalista. Taglialegna e Carvalho (2006), por exemplo, empregaram a teoria do neoinstitucionalismo para investigar as ações estratégicas, tanto formais quanto informais, do lobby dos grupos de pressão nas instituições do Governo Federal. O paradigma institucionalista foi útil não apenas para examinar como as regras institucionais influenciaram as estratégias dos grupos de pressão, mas também para monitorar o comportamento de atores e grupos antagônicos nas arenas decisórias do Legislativo e do Executivo. Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas políticas envolvidas na formulação e implementação de políticas socioambientais no Brasil.

O neoinstitucionalismo discursivo e das ideias oferece uma perspectiva analítica valiosa para os problemas de pesquisa abordados na tese, uma vez que não apenas considera o impacto das regras institucionais sobre os grupos de interesses, mas também examina como esses grupos influenciam e definem as próprias instituições. Embora as "regras do jogo" possam moldar a atuação dos grupos de interesses, é importante reconhecer que esses grupos também têm a capacidade de interferir nas regras institucionais. Isso é especialmente relevante em um contexto político em que grupos empresariais do agronegócio brasileiro ocuparam posições na alta burocracia do governo federal, como ministérios e secretarias, evidenciando a interação entre interesses privados e estruturas governamentais.

Na visão de Madeira et al. (2020), as ideias são mobilizadas por uma variedade de atores e grupos diretamente envolvidos nos processos políticos. Além dos atores políticos tradicionais, como lobistas, especialistas, empresários e *policy makers*, também é importante considerar a influência de grupos de interesses representativos de um determinado setor empresarial, que defendem uma identidade coletiva e promovem ideias e discursos específicos. Schmidt (2011), citado pelas autoras, denota que os atores políticos podem trazer ideias políticas e exercer diferentes graus e tipos de influência, o que se conecta com a noção de grupos de interesses. Para Madeira et al. (2020), os agentes políticos atuam como articuladores de ideias em diversas formas, como comunidades epistêmicas, redes transnacionais, coalizões de *advocacy* e lobby, buscando exercer influência política. Nesse sentido, a tese examina como as ideias e discursos dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro foram mobilizados no sistema político brasileiro.

4 O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E AS REGRAS INSTITUCIONAIS DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Nos estudos neoinstitucionalistas, considera-se a capacidade de um governo de tomar decisões com base no arcabouço institucional em que está inserido. No trabalho de Palermo (2000), isso é abordado ao discutir a efetiva capacidade de um governo de tomar decisões a partir das regras institucionais, tanto formais quanto informais, estabelecidas. Além disso, o estudo avalia como essas decisões são influenciadas por essas regras. O autor ressalta que isso pode ser demonstrado por meio de uma análise de dados empíricos. Essa perspectiva é refletida nos resultados desta tese, que examina como as decisões governamentais foram permitidas ou bloqueadas pelos poderes moderadores no Brasil, especificamente pelo Poder Legislativo e pelo Judiciário. Em Palermo (2000), observa-se que as regras institucionais do sistema político brasileiro, que influenciam as políticas públicas e as decisões governamentais, incluem o presidencialismo, o federalismo e a fragmentação do sistema partidário. Nesse contexto, ao considerar as políticas públicas socioambientais no governo Bolsonaro, é necessário discutir teoricamente como a literatura avalia o impacto do sistema político institucional na gestão presidencial.

Nos trabalhos neoinstitucionalistas, foi exposto que as instituições podem influenciar ou restringir as ações de indivíduos ou grupos, alterando os resultados esperados por esses atores (NORTH, 1991; PERES, 2008; SKOCPOL, 1985; MONTEIRO; LIMA; MONTEIRO, 2011 apud MORAIS, 2008). Dessa forma, a tese analisa em que medida as instituições brasileiras foram permissivas ou favoreceram a adoção de determinadas ideias antiambientais em seu regramento institucional. Em resumo, examina até que ponto as instituições brasileiras permitem determinadas ações. No trabalho de Moraes (2008), é mencionado que, para pesquisar o sistema político brasileiro e seu regramento institucional, também é sugerido analisar o padrão de relação entre o Poder Executivo e o Legislativo, bem como o padrão de distribuição dos poderes de agenda.

No entanto, com base em Lijphart (2003), Moraes (2008) argumenta que a governabilidade de um país não depende apenas da forma de governo, como o presidencialismo multipartidário, mas também é influenciada por outras variáveis. A partir do modelo teórico do neoinstitucionalismo histórico, considera-se a trajetória de dependência em uma política pública (*path dependence*) (HALL; TAYLOR, 2003). Já no neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, o poder das ideias mobilizadas por atores organizados tem a capacidade de modificar o regramento institucional (THÉRET, 2003). No entanto, ambos os modelos não desconsideram

a capacidade das instituições de estruturar as ações de indivíduos e grupos nas instituições políticas (NORTH, 1991).

A partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil, as instituições formais se consolidaram e novas instituições foram criadas, fortalecendo a democracia no país e introduzindo novas dinâmicas no sistema político brasileiro (GRACIANO et al., 2019). Com a Constituinte de 1988, os presidentes obtiveram amplos poderes constitucionais, especialmente uma influência significativa no Poder Legislativo (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998; ALMEIDA, 1998 apud PALERMO, 2000). Segundo Morais (2008), o arranjo institucional brasileiro estabelecido após a Constituinte de 1988 foi apontado pela literatura como tendo baixa viabilidade para a implementação de políticas públicas, principalmente devido ao presidencialismo, ao multipartidarismo e à representação proporcional (LAMOUNIER, 1994; MAINWARING; SARTORI, 1997). A autora também evidencia que a literatura sugere que a combinação desses fatores em um sistema político pode dificultar a democracia.

Com base em Sartori (1994), Palermo (2000) descreve que o problema político no presidencialismo brasileiro reside na concorrência entre o Legislativo e o Executivo na formação das leis, onde a viabilidade da produção legislativa sem entraves dependeria da interação contínua entre esses Poderes. A fragmentação do sistema partidário também seria associada à instabilidade democrática e ao favorecimento de um fisiologismo nas políticas públicas. Além disso, o federalismo influencia a participação de atores regionais nas decisões do Executivo. Dessa forma, o padrão de conflito entre os Poderes exigiria uma maior colaboração entre partidos e diversos atores, favorecendo a formação de amplas coalizões. A necessidade de formar maiorias no Poder Legislativo para garantir a aprovação dos projetos legislativos do Executivo também leva ao uso de instrumentos extraordinários pelo governo, como as medidas provisórias, para viabilizar sua agenda (MORAIS, 2008).

Em conformidade com Palermo (2000), o presidencialismo brasileiro permite que, em cenários de conflitos institucionais, onde há prevalência de vetos por parte do Congresso, estados e partidos, o presidente utilize prerrogativas para excluir determinados atores. Exemplos dessas ações incluem o governo por decretos e o uso indiscriminado de Medidas Provisórias. Na perspectiva de Diniz (1997) e Santos (1999), Palermo (2000) menciona que esses autores consideram o excesso de Medidas Provisórias uma "usurpação" dos poderes do Congresso. No trabalho seminal de Abranches (1998) sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil, é estabelecido que, devido ao grande número de partidos políticos representados no Congresso, o Poder Executivo precisa formar coalizões multipartidárias para alcançar

governabilidade. Isso inclui negociações constantes com os partidos no Congresso, além da distribuição de cargos na administração, como em Ministérios e Secretarias. O objetivo de manter a governabilidade e avançar agendas no Congresso leva o Poder Executivo a fazer concessões em seu governo. Esse formato constante no sistema político brasileiro pode gerar dificuldades na implementação das políticas públicas pretendidas pelo presidente (ABRANCHES, 1998).

O governo por coalizões tem sido uma constante desde a redemocratização brasileira, sendo caracterizado pela participação de diferentes partidos na gestão governamental (RENIU; ALBALA, 2012; COUTO; SOARES; LIVRAMENTO, 2021). Baseado em Oliveira (2019), o presidencialismo de coalizão ocorreu em todos os mandatos presidenciais desde a redemocratização, com exceção dos mandatos interrompidos de Fernando Collor em 1992 e de Dilma Rousseff em 2016. Em síntese, o presidencialismo de coalizão, de acordo com Abranches (1998), combina a proporcionalidade, o multipartidarismo e um presidencialismo "imperial", obrigando o Executivo a se organizar em grandes coalizões. Entretanto, embora a literatura destaque essa característica no sistema político brasileiro, não há uma regra institucional que obrigue o presidente a atuar dessa forma para garantir sua governabilidade. Contudo, adotar outra estratégia política e institucional pode acarretar riscos à governabilidade, especialmente devido à fragmentação do sistema partidário e à força dos outros Poderes no Brasil. Oliveira (2019) ressalta que, embora um governo de coalizão possa favorecer a governabilidade do Executivo, as coalizões também podem trazer consequências negativas, especialmente ao agregar agendas conflitantes entre lideranças partidárias, resultando em entraves na relação entre Executivo e Legislativo e no risco de não execução da agenda política do Executivo.

Conforme Perlin e Santos (2019), as mudanças institucionais ocorridas nos últimos anos no Brasil resultaram em alterações nas relações entre os Poderes, especialmente entre o Executivo e o Legislativo. O Executivo passou a depender menos das vantagens das Medidas Provisórias, o que, de forma gradual, levou a uma perda de força do Executivo. Isso ocorreu devido à criação de novas instâncias decisórias, à dispersão do processo legislativo através das Medidas Provisórias, à maior especialização dos debates públicos, ao aumento do poder de veto no Legislativo e ao fortalecimento do poder de barganha. Dessa forma, o Executivo reduziu seu controle sobre a agenda legislativa implementada por meio das Medidas Provisórias (PERLIN; SANTOS, 2019).

No texto de Palermo (2000), considera-se que as Medidas Provisórias não são necessariamente uma resposta do Executivo aos bloqueios exercidos pelo Poder Legislativo. O

autor observa que a literatura muitas vezes interpretou o bloqueio do Congresso à agenda legislativa do Executivo como um motivo para a edição de Medidas Provisórias. No entanto, Palermo ressalta que grande parte do que poderia ser bloqueado pelo Congresso não pode ser legislado através de Medidas Provisórias. Assim, a simples implementação de Medidas Provisórias como forma de contornar o poder moderador do Congresso não se sustenta, o que leva a uma maior colaboração entre os Poderes. É notável que as instituições do sistema político brasileiro promovem uma maior negociação e alianças entre o Poder Executivo e o Legislativo, embora essas relações nem sempre sejam harmônicas (ABRANCHES, 1988; PALERMO, 2000; MORAIS, 2008; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Perlin e Santos (2019) demonstraram outras mudanças institucionais que contribuíram para a diminuição do controle do Executivo sobre a agenda legislativa. Isso incluiu alterações relacionadas ao veto presidencial a projetos do Legislativo. Em 2015, houve uma mudança regimental que estabeleceu um prazo para a apreciação dos vetos, o que "aumentou a capacidade dos parlamentares de ameaçar o chefe do Poder Executivo com a apreciação e a derrubada dos seus vetos a dispositivos legais aprovados pelo Parlamento" (PERLIN; SANTOS, 2019, p. 481).

Algumas das principais mudanças ocorreram a partir do governo Dilma Rousseff. Exemplos disso incluem a centralização das nomeações na Casa Civil pelo Executivo, o aumento de cargos ocupados por servidores efetivos em vez de indicações partidárias, e as novas regras para a edição de Medidas Provisórias, que impediram a reedição das mesmas (PAULA, 2022). Outra mudança significativa foi em relação ao orçamento, onde houve uma perda na eficiência do uso do orçamento como instrumento de coordenação política da coalizão governamental, favorecendo uma maior cooperação por parte dos parlamentares. Isso resultou em uma diminuição da capacidade de execução orçamentária pelo Poder Executivo. Em relação aos papéis de outros Poderes, Perlin e Santos (2019) ressaltam que o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a atuar nos últimos anos como um importante ator com poder de veto no sistema político. Além disso, Paula (2022) observou que o Poder Legislativo se tornou um ator privilegiado para certas políticas nos últimos anos.

Nesse sentido, o arranjo institucional do sistema político brasileiro influencia e modifica a atuação e o poder dos atores e grupos políticos no país. Essa perspectiva dialoga com os modelos teóricos neoinstitucionalistas, que consideram que as instituições têm a capacidade de influenciar ou moderar o comportamento dos atores políticos (NORTH, 1991). No entanto, conforme ponderado pelo modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, embora os

atores possam ser limitados pelas regras institucionais, eles possuem a capacidade de mobilizar, articular e agir em relação às instituições para implementar suas ideias e interesses (JANUZZI, 2022; SCHMIDT, 2008).

Ao analisar o governo Bolsonaro, Couto (2023) o descreve como um "governo-movimento", em alusão ao bolsonarismo, caracterizado por seu populismo, extremismo e uso exacerbado de símbolos religiosos. O autor também evidencia que este governo promoveu um "governo anormal", incompreensível dentro da tradição das análises institucionalistas do presidencialismo brasileiro. Isso ocorreu porque Bolsonaro não agiu conforme o quadro institucional do país, mas sim "solapando-o". A atuação do governo, nesse sentido, foi marcada por constantes choques com os outros Poderes, principalmente o Judiciário, como parte de uma estratégia de deslegitimar o papel moderador das instituições.

Os ataques do governo Bolsonaro ao STF começaram ainda na pré-campanha eleitoral, com o próprio Bolsonaro prometendo reduzir o número de ministros do Supremo, além de fazer duras críticas ao Poder Judiciário. Esses ataques ao STF foram mobilizados pelo bolsonarismo tanto durante a eleição quanto na gestão governamental do ex-presidente. Em 2017, o filho de Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, declarou que "bastariam apenas um soldado e um cabo para fechar o STF", ao criticar esse Poder (FOLHA DE SP, 2018, p.1). O autor também ressalta que o Poder Judiciário se tornou mais ativo em resposta às ações do Executivo, em um contexto de omissões governamentais, assédios institucionais e desmantelamento da burocracia pública.

No trabalho de Oliveira (2019), é demonstrado como o governo Bolsonaro conseguiu aprovar sua agenda legislativa. Segundo a autora, as Medidas Provisórias convertidas em leis no primeiro ano de governo tiveram maior sucesso durante os governos de Lula em comparação com o governo de Bolsonaro, que, junto com o governo de Temer, obteve mais sucesso em relação aos governos de Dilma. Isso se deve ao maior apoio no Congresso Nacional, uma vez que Dilma enfrentou dificuldades em formar alianças tanto na Câmara quanto no Senado.

Oliveira (2019) sublinha que, especificamente no seu primeiro ano de mandato, o governo Bolsonaro não conseguiu garantir um amplo apoio parlamentar, não estabeleceu coalizões no Congresso e, conseqüentemente, enfrentou limitações no avanço de sua agenda política. A estratégia de confronto de Bolsonaro com os outros Poderes, em desacordo com o presidencialismo de coalizão, gerou obstáculos para seu sucesso político. A partir de Limongi e Figueiredo (1999), Paula (2022) descreve que a busca por estabilidade governamental implica a formação de coalizões, onde o Executivo orienta a dinâmica de produção de processos legais, impactando a formulação e implementação das políticas públicas.

Oliveira (2019) também destaca que, apesar dos entraves gerados pela estratégia de confronto com outros Poderes, o governo Bolsonaro conseguiu aprovar certas medidas e projetos, especialmente aqueles que contavam com forte apoio de partidos e parlamentares diversos, como a reforma da previdência. Um fator importante no primeiro ano do governo Bolsonaro foi que, após enfrentar derrotas no Congresso, o ex-presidente buscou outras estratégias. Ele moderou sua retórica de confronto com parlamentares, ampliou alianças com vários partidos, e distribuiu cargos e emendas parlamentares para lideranças (OLIVEIRA, 2019). Dessa forma, após sucessivas derrotas no Congresso, o governo Bolsonaro tentou se aproximar do Congresso Nacional e de lideranças partidárias, adotando uma abordagem mais próxima do presidencialismo de coalizão, comum no sistema político brasileiro (ABRANCHES, 1998).

Em contraste com a concepção tradicional do presidencialismo de coalizão, Júlio de Paula (2022) relata que essa estratégia não foi adotada pelo governo Bolsonaro na busca de arranjos entre os Poderes. Segundo o autor, a busca pela estabilidade da governabilidade por meio de coalizões multipartidárias entre os Poderes foi substituída, durante os primeiros anos do governo Bolsonaro, por uma lógica de movimento. Isso implicou a troca de coalizões por uma rede de apoiadores voltada para um projeto político de poder. Para de Paula (2022), essa estratégia se alinha a um presidencialismo de movimentos, caracterizado pela polarização, mobilização de atores, intolerância e antipolítica. Esta última é marcada pela rejeição aos valores democráticos e às instituições.

Na literatura desta temática, a antipolítica é descrita como uma “reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país” (AVRITZER, 2020, p.19 apud AMADOR, 2023, p.1). A governança baseada na antipolítica resultou em desgastes institucionais no Brasil. O governo Bolsonaro representou riscos à democracia do país, não apenas devido à contenção de outros Poderes, como evidenciado pelas ações do STF contra o levante bolsonarista em 8 de janeiro de 2023, que envolveu a invasão da praça e dos prédios dos Três Poderes em Brasília, além dos atos dos governos subnacionais e das organizações da sociedade civil (COUTO, 2023).

Nota-se que, embora utilizasse retórica e estratégias antipolíticas, Bolsonaro não era um *outsider* da política institucional, pois atuou no Poder Legislativo por mais de 30 anos (CRUZ; SOUZA, 2023). Couto (2023) argumenta que a categoria de *outsider* é inadequada para definir o ex-deputado e ex-presidente Jair Bolsonaro, dada sua longa trajetória parlamentar e política, juntamente com vários membros de sua família. Apesar de seu extenso histórico na vida

política, Couto (2023) também exprime que Bolsonaro nunca foi muito expressivo no Congresso Nacional: não ocupou mesas diretoras, não presidiu comissões permanentes, não liderou bancadas de seus partidos e sequer relatou projetos de lei importantes.

Couto (2023) classifica a atuação parlamentar de Jair Bolsonaro como antissistemática, caracterizada pela rejeição absoluta da democracia e das instituições brasileiras, bem como pela falta de disciplina com seus partidos e pela adoção de uma agenda própria da extrema direita, alinhada aos interesses dos militares e grupos religiosos. Além de rejeitar a democracia e as instituições representativas, Bolsonaro os enquadrava como inimigos políticos, incluindo partidos e movimentos da esquerda. Nesse sentido, Couto (2023) afirma que, apesar de seu extremismo ideológico e ações, Bolsonaro não era propriamente um *outsider*, embora essas características tenham contribuído para sua percepção como tal.

Os fundamentos do governo Bolsonaro foram marcados por uma eleição disruptiva em relação ao sistema partidário brasileiro, especialmente pela quebra da polarização eleitoral entre PT e PSDB. Outros pontos significativos incluíram o uso da polarização afetiva da política como ferramenta para mobilizar suas bases, processos de desinstitucionalização do governo, uma constante mobilização de agenda durante e após as eleições, e uma ênfase em atender diretamente aos seus apoiadores. As características do governo Bolsonaro também envolveram um enfraquecimento e transformação de políticas públicas já institucionalizadas, principalmente nas áreas ambiental e de direitos humanos.

Júlio de Paula (2022) indica que o primeiro ano do governo foi marcado pela oposição explícita a adversários, tratados como inimigos, e por uma baixa negociação com partidos. O foco da ação do governo estava em realizar medidas para atrair e favorecer seus apoiadores. O autor ressalta a imprevisibilidade do governo Bolsonaro em relação às políticas públicas e instituições, uma característica que se distanciava do presidencialismo de coalizão tradicional observado em presidentes brasileiros. Por fim, o sistema político brasileiro atual não seria suficiente para garantir e consolidar as instituições democráticas.

É importante destacar que, embora o governo Bolsonaro não tenha atuado de maneira conciliadora com outros partidos e Poderes no primeiro ano de mandato, optando por uma abordagem de enfrentamento político, sua eleição e estrutura de governo ao longo de seu mandato foram marcadas por diversas coalizões. Na eleição de 2018, Bolsonaro, candidato pelo PSL, formou uma chapa com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) para a vice-presidência, ocupada por Hamilton Mourão. A coligação intitulada "Brasil Acima de Tudo" contou com o apoio do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

no segundo turno. Além desses partidos, 15 governadores eleitos em 2018 apoiaram a candidatura de Bolsonaro, independentemente do apoio oficial de seus partidos. Destacam-se também líderes do agronegócio brasileiro, como Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Mauro Mendes (DEM-MT).

Em 2022, como candidato pelo PL, Bolsonaro conseguiu o apoio dos partidos Progressistas (PP) e Republicanos. O PP era o partido do então Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Ambos os partidos fazem parte do grupo político conhecido como 'Centrão', um bloco fisiológico que atua no Poder Legislativo e que obteve cargos em todos os governos desde a redemocratização, independentemente da bandeira política (POMBO, 2022). O Centrão é caracterizado por um conjunto de partidos mais interessados em obter cargos e recursos (AMADOR, 2023).

No segundo turno das eleições de 2022, outros dois partidos formalizaram apoio à reeleição de Bolsonaro: PSC e PTB, repetindo o apoio que haviam dado no segundo turno das eleições de 2018. Nas eleições de 2022, dos 23 partidos representados no Congresso, 11 declararam apoio à candidatura do então vencedor, Lula. No entanto, o ex-presidente Bolsonaro recebeu apoio declarado da maior bancada parlamentar do Congresso Nacional, a FPA, tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022. A FPA tornou-se uma das principais bases aliadas do governo Bolsonaro, contribuindo diretamente para a formulação e aprovação de políticas bolsonaristas. Em 2022, a FPA contava com 340 parlamentares, sendo 290 deputados e 50 senadores (FPA/IPA, 2024). Apesar da força da FPA e dos avanços na agenda ambiental do governo Bolsonaro, a atuação da Frente Parlamentar Ambientalista conseguiu bloquear algumas das ações antiambientais do governo no legislativo, especialmente no primeiro ano de mandato, conforme observado no trabalho de Araújo (2020).

Nesse sentido, embora a candidatura de Bolsonaro tenha contado com menos apoio de partidos em comparação ao seu adversário eleitoral, o governo Bolsonaro obteve a aliança com a maior bancada de parlamentares e se coligou com dois fortes partidos do Centrão político no Congresso Nacional: PP e Republicanos. Nas eleições de 2022, o PL terminou com 99 deputados, o PP com 47 e o Republicanos com 41. No Senado, o PL contou com 8 senadores, o PP com 3 e o Republicanos com 2.

Ainda que o governo Bolsonaro tenha adotado uma postura de enfrentamento no Congresso durante os primeiros anos, as alianças formadas ao longo do mandato resultaram em uma base sólida para a relação entre o Executivo e o Legislativo. As alianças construídas pelo governo integraram interesses e ideias em comum. A atuação da Frente FPA, juntamente com

o governo Bolsonaro, favoreceu a formulação e a implementação de políticas antiambientais, como será analisado nos resultados desta tese. O PP, partido de centro-direita, tem em seu histórico a fusão de grupos que apoiaram a ditadura militar, incluindo a ligação com o partido governista da ditadura, Arena (Aliança Renovadora Nacional). Além de Ciro Nogueira, ex-ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, outro importante aliado do bolsonarismo no partido é Arthur Lira. O deputado federal Arthur Lira assumiu a presidência da Câmara dos Deputados em 2021 e é considerado um dos líderes do chamado Centrão.

A aproximação do governo Bolsonaro com o Centrão e o PP, principalmente sob a liderança de Arthur Lira, resultou no avanço significativo da agenda legislativa do governo, especialmente na área ambiental. Antes da mudança na presidência da Câmara dos Deputados em 2021, sob a liderança de Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governo Bolsonaro enfrentou dificuldades para votar e aprovar seus projetos na Câmara. Durante a presidência de Maia, o governo encontrou maiores obstáculos, com Maia alegando que Bolsonaro não negociava, mas simplesmente enviava propostas e esperava que fossem aprovadas sem debate (AMADOR, 2023).

Esse cenário mudou com a eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara. A aproximação de Lira com o bolsonarismo facilitou a aprovação de certas agendas, ao contrário do que ocorria anteriormente. Segundo Indriunas e Castilho (2023), o histórico ruralista de Arthur Lira o alinha com agendas antiambientais. Lira e sua família têm fortes vínculos com investimentos na pecuária, cavalgadas e vaquejadas. A família de Lira possui 115 fazendas e tem um histórico de violações de direitos indígenas, como a criação de gado em terras indígenas e o despejo de camponeses. A eleição de Arthur Lira como presidente da Câmara contou com o apoio da FPA, e seu histórico parlamentar mostra uma clara inclinação para a agenda legislativa ruralista. Dessa forma, a aliança entre o governo Bolsonaro e a Câmara dos Deputados, mediada pelo PP de Arthur Lira, consolidou um forte apoio para as políticas antiambientais.

O partido Republicanos, que integrou a coligação do governo Bolsonaro, é conhecido por sua missão de promover os "valores do conservadorismo de costumes e liberalismo econômico" (REPUBLICANOS, 2024, p.1). O partido tem como objetivo expandir sua bancada parlamentar com uma agenda alinhada à direita conservadora. Fundado em 2005, o Republicanos tem raízes na base religiosa, sendo liderado pelo deputado federal e bispo evangélico Marcos Pereira e ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Apesar de seu perfil conservador e religioso, o Republicanos tem uma trajetória de atuação política que inclui apoio

a governos de diferentes matizes ideológicas. O partido integrou a base dos governos Lula 1 e 2, e de Dilma Rousseff, mas também esteve ao lado do governo Temer e, posteriormente, do governo Bolsonaro. Essa característica de atuar conforme as oportunidades políticas, sem um compromisso firme com uma bandeira ideológica específica, o caracteriza como um partido fisiológico, frequentemente associado ao Centrão político. Nos últimos anos, particularmente após a eleição de Bolsonaro, o Republicanos evidenciou uma maior proximidade com agendas religiosas e conservadoras, além de se engajar ativamente na propaganda de um antipetismo. O partido, portanto, tem demonstrado uma combinação de pragmatismo político com uma crescente ênfase em valores conservadores e religiosos.

A estratégia política do governo Bolsonaro, como destacado por Couto (2023), foi marcada por uma abordagem que priorizou a mobilização de seus apoiadores diretos, com foco em pautas ruralistas e nas bases religiosas, especialmente evangélicas. Inicialmente, o governo Bolsonaro adotou uma postura de confronto em relação aos outros Poderes, mas essa abordagem mudou a partir do segundo ano de seu mandato. Para ganhar apoio legislativo e se preparar para as eleições de 2022, Bolsonaro buscou se aproximar do Centrão político, ampliando suas alianças com partidos como o PP e o Republicanos.

A eleição de Arthur Lira, do PP, como presidente da Câmara dos Deputados, foi um marco importante nessa estratégia, facilitando o avanço de sua agenda legislativa, principalmente em temas socioambientais. Embora o governo tenha começado com uma retórica de antipolítica e ataques aos Poderes, o desenvolvimento da governança mostrou uma tentativa de consolidar e expandir sua coalizão política. Esse movimento incluiu uma maior aproximação com partidos do Centrão, resultando em uma base mais robusta no Legislativo, o que influenciou a implementação de políticas e a forma como as agendas foram tratadas durante seu mandato.

Na pesquisa de Gomes e Luz (2019), foi realizada uma análise para verificar se o governo Bolsonaro conseguiu governar sem adotar a estratégia do presidencialismo de coalizão. Os autores avaliaram as Medidas Provisórias da gestão bolsonarista e demonstraram que, embora o governo tenha conseguido avançar com algumas delas, o número foi inferior ao de outros presidentes do país. Conforme Gomes e Luz (2019), a opção de não ampliar sua coalizão no Legislativo e o pouco espaço para outros partidos impediram que Bolsonaro avançasse com sua agenda no primeiro ano de presidência.

A baixa articulação do ex-presidente resultou em um maior protagonismo do Congresso Nacional. Sem uma coalizão mais ampla, o governo Bolsonaro recorreu ao instrumento do

sistema político brasileiro que permite a aprovação da agenda legislativa presidencial, neste caso, as Medidas Provisórias. No entanto, Gomes e Luz (2019) ressaltaram que, apesar das Medidas Provisórias serem uma ferramenta poderosa do Executivo, elas ainda exigem colaboração ou coalizão com o Poder Legislativo, sendo necessária a aprovação das Medidas no Congresso Nacional. Apesar disso, o uso de Medidas Provisórias foi extensivo durante o governo Bolsonaro. Embora os recursos institucionais de Bolsonaro privilegiassem uma atuação do Executivo em detrimento dos outros Poderes, ainda era necessária a edição de medidas analisadas pelo Legislativo, e, após a sua aprovação, elas se tornariam leis ordinárias (SPINIÉLI, 2022).

Em 1 ano e 10 meses de mandato, o ex-presidente emitiu 138 Medidas Provisórias, superando todos os ex-presidentes do Brasil no mesmo período. Dessas 138, apenas 54 foram aprovadas, resultando em uma taxa de rejeição mais alta do que a dos ex-presidentes anteriores. Nos dois primeiros anos do governo, a gestão de Bolsonaro teve 75% de suas Medidas Provisórias modificadas pelo Legislativo, com apenas 25% sendo aprovadas sem alterações. Durante esse período, o governo Bolsonaro utilizou mais Medidas Provisórias do que projetos de lei. Até 2020, 49% das ações legislativas do governo Bolsonaro foram realizadas por meio de Medidas Provisórias, ao contrário de outros presidentes, que utilizaram predominantemente projetos de lei para suas ações legislativas (GOMES; LUZ, 2019). A estratégia de não formar maiores coalizões com outros partidos e a opção de avançar na agenda legislativa por meio de Medidas Provisórias foram um obstáculo à governabilidade de Bolsonaro nos dois primeiros anos de governo, de acordo com os autores citados.

A ideia e o discurso antipolítico no confronto com adversários políticos e com o próprio sistema político brasileiro tiveram um impacto na governabilidade bolsonarista. Assim, nota-se o papel das regras institucionais na formulação e implementação das políticas públicas. O avanço das ideias antiambientais de Bolsonaro também encontrou limitações nesse contexto. O uso de outras estratégias institucionais foi uma alternativa para Bolsonaro, como demonstrado pelos casos das Medidas Provisórias.

Outro artifício durante o governo bolsonarista foi visível no discurso do ex-ministro do MMA, Ricardo Salles, que propagou que o contexto nacional voltado para a pandemia da Covid-19 seria um momento adequado para, nas palavras de Salles: “passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas” (ALESSI, 2020, p.1). Em outra ocasião, durante uma reunião ministerial em que Salles fez seu discurso, ele afirmou: “Não precisamos de Congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê

que está aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta” (ALESSI, 2020, p.1). É notável que, por não conseguir aprovar determinadas mudanças nas legislações e políticas públicas através do Poder Legislativo, o ex-ministro sugeriu outras estratégias para a desinstitucionalização das regras ambientais brasileiras.

Para Spinieli (2022), o governo Bolsonaro foi inicialmente caracterizado por um presidencialismo de confrontação, com ênfase na disputa direta com o Legislativo e nos constantes processos judiciais no STF. O autor explica que, ao não conseguir aprovar projetos políticos através do Congresso Nacional, o governo buscou utilizar outros instrumentos, o que resultou em um aumento da judicialização da política. No entanto, Spinieli (2022) também aponta que a gestão bolsonarista recorreu a outras formas de coalizão, não necessariamente com partidos. Ao contrário do presidencialismo de coalizão, que busca distribuir cargos em troca de apoios partidários, o governo Bolsonaro montou suas pastas ministeriais com base em critérios de alinhamento ideológico, atendendo a um projeto político conservador e neoliberal. Contudo, na pasta do MAPA, os critérios adotados por Bolsonaro não foram seguidos integralmente por questões ideológicas, tendo o peso da FPA/IPA na definição ministerial (POMPEIA, 2023b). Bolsonaro optou por Tereza Cristina, liderança da FPA, em vez de Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR. Mesmo assim, os critérios de nomeações gerais para as pastas e para seu gabinete foram marcados por influências ideológicas ligadas ao conservadorismo, beneficiando grupos ruralistas, militares e evangélicos.

O presidencialismo de confrontação citado por Spinieli (2022) marcou a estratégia governamental inicial de Bolsonaro. O autor ressalta que essa abordagem no presidencialismo levou a uma crise institucional no país, com constantes confrontos entre os Poderes, principalmente advindos do Executivo. Isso resultou em um aumento do protagonismo do Poder Judiciário e na maior execução de agendas pelo Legislativo. A gestão bolsonarista, classificada por Couto (2023) como governo-movimento, mobilizou constantemente sua base militante e apoiadores, garantindo suporte para seus ataques aos outros Poderes. No entanto, Spinieli (2022) demonstra que, a partir da segunda metade de sua gestão, Bolsonaro diluiu sua resistência ao presidencialismo de coalizão e se distanciou do presidencialismo de confrontação. Isso ocorreu devido ao aumento de seus acordos políticos com o bloco multipartidário, conhecido como Centrão, que agrega partidos do centro e da direita política.

Essa transição foi motivada pela dificuldade de Bolsonaro em conseguir apoio parlamentar para manter vetos e aprovar seus projetos políticos no Legislativo, além da já mencionada troca da presidência da Câmara dos Deputados, que passou a ser ocupada pelo

aliado de Bolsonaro, Arthur Lira. Ademais, Bolsonaro formou uma coalizão minoritária entre o PP, o PL e o Republicanos (FIGUEIREDO; GUARNIERI, 2022; ABRANCHES, 2021 apud AMADOR, 2023). Conforme Amador (2023), embora essa coalizão representasse uma força no Legislativo, para aprovar seus projetos políticos e Medidas Provisórias, o governo teve que se aproximar de outros partidos do bloco multipartidário do Centrão.

No entanto, embora houvesse uma minoria partidária no Legislativo, Amador (2023), citando Luz et al. (2022), observa que o centrão votou majoritariamente com a orientação do governo Bolsonaro em várias agendas, especialmente aquelas ligadas ao conservadorismo e ao neoliberalismo. Este relata que a mudança de postura do governo Bolsonaro na segunda parte de seu mandato presidencial gerou não uma coesão com o Centrão no Legislativo, mas um aumento na proposição de leis por lideranças do Centrão, resultando em um protagonismo do Legislativo em relação ao Executivo. Viana (2021) menciona que, embora Bolsonaro não tenha conseguido construir grandes coalizões no Legislativo, obteve votos de vários parlamentares de partidos que seguiram a orientação de votação do líder do governo, como PSL (mesmo após a desfiliação), Patriota, DEM, PSC, Novo, PSDB, MDB, PP, Republicanos, PL, PSD e PTB (FREY, 2020 apud VIANA, 2021, p. 35). A autora ressalta que, apesar de Bolsonaro ter conseguido o apoio ideológico de determinadas frentes no Congresso, isso não foi suficiente para garantir uma alta taxa de sucesso nas proposições legislativas.

Viana (2021) afirma que o apoio desses parlamentares às agendas de Bolsonaro pode ser explicado pela congruência ideológica dos deputados com o bolsonarismo, especialmente entre aqueles ligados à bancada do agronegócio, aos evangélicos e aos militares. Segundo Cruz e Souza (2023), a guinada de Bolsonaro ao Centrão foi perceptível não só pela sua aproximação com os presidentes do Congresso, mas também pela sua filiação ao PL. Observa-se que, mesmo sem estar filiado a nenhum partido durante boa parte do seu mandato, Jair Bolsonaro conseguiu aprovar em parte sua agenda política, embora de forma minoritária em comparação com outros presidentes. Com a aproximação ao Congresso, o governo obteve um maior número de medidas aprovadas pelo Legislativo (CRUZ; SOUZA, 2023).

Para Cruz e Souza (2023), ao mirar a reeleição, Bolsonaro contradisse o seu discurso inicial de campanha, aumentando a distribuição de recursos orçamentários a parlamentares de diversos partidos, disponibilizando cargos no governo e ajustando seus discursos para ampliar o apoio parlamentar. Os autores evidenciaram que a mudança de postura de Bolsonaro visava não apenas a esfera da governabilidade, mas também a manutenção de poder por meio da

reeleição. Nesse contexto, o governo também tentou aprovar projetos de sua agenda de campanha, aproveitando a ampliação de sua base de apoio no Congresso.

O trabalho de Cruz e Souza (2023) demonstra que, ainda no início do governo Bolsonaro, houve empecilhos para a aprovação de promessas de campanha, como a Medida Provisória 870/2019, que visava reduzir o número de ministérios de 29 para 22. Um dos itens dessa Medida era a transferência da demarcação das terras indígenas para o MAPA. Embora a Medida tenha sido aprovada, ocorreram alterações que impactaram as ideias bolsonaristas, como a restrição das mudanças nas regras da FUNAI e o retorno do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça.

Uma das medidas bolsonaristas que não avançou no Legislativo foi a tentativa de transferir terras da União para os estados de Roraima e Amapá. Essa medida facilitaria a exclusão de proteção ambiental e a exploração minerária na região, além de alterar dispositivos do Código Florestal. No entanto, apesar de não ter sido aprovada inicialmente, o projeto retornou à Câmara dos Deputados sob o Projeto de Lei nº 1304/2020 e foi aprovado no Congresso. Cruz e Souza (2023) também detalham que certas Medidas Provisórias do governo Bolsonaro, como a Medida da Contribuição Sindical, que pretendia alterações na contribuição sindical individual, não chegaram nem a ser votadas. Essa Medida foi considerada um ataque à autonomia sindical. Apesar dessas perdas, o governo conseguiu a aprovação de agendas importantes, como a MP 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica. Embora a Medida tenha sido aprovada com vetos, principalmente em relação à permissão de trabalhos nos domingos e feriados. Os autores relatam também que uma das importantes Medidas Provisórias do governo foi a MP 897/19, conhecida como MP do Agro. Essa Medida intencionava aumentar a disponibilização de créditos e financiamento de dívidas para produtores rurais e empresas do agronegócio, incluindo a criação de um fundo de garantia para empréstimos e linhas de financiamento para a agropecuária. A MP do Agro foi aprovada no Senado em março de 2020.

Aspirando superar a falta de apoio e as limitações no avanço de seu projeto político no Legislativo, Bolsonaro passou a ceder seus discursos e o próprio governo a partidos e lideranças do centrão. Em declaração de 2021, após convidar Ciro Nogueira (PP-PI) para a Casa Civil, Bolsonaro afirmou que sempre havia sido do Centrão. O ex-presidente contradisse seu discurso de campanha e do início de governo, quando fazia críticas aos partidos no Legislativo sob o tom da antipolítica. Bolsonaro também lembrou de seu histórico político-partidário no Centrão:

“Eu sou do Centrão. Eu fui do PP metade do meu tempo, fui do PTB, fui do então PFL, no passado integrei siglas que foram extintas, como PRB, PPB. O PP foi extinto, depois nasceu novamente da fusão do PDS com o PPB. Agora, nós temos 513 parlamentares” (SOARES, 2021, p.1). Na mesma declaração, Bolsonaro afirmou que a aproximação com o PP mirava a governabilidade na Câmara dos Deputados. Em 2021, Bolsonaro já havia nomeado 14 filiados a partidos do Centrão para o comando de ministérios (MOTORYN, 2021).

Durante o mandato de Bolsonaro, apenas 7 dos 23 ministérios não tiveram nomeações de pessoas filiadas a partidos do Centrão. No ano de 2022, o Centrão controlava aproximadamente R\$ 150 bilhões do governo Bolsonaro, com o PP, PL e Republicanos administrando 32 cargos da alta burocracia estatal do Executivo. Outro importante mecanismo que aproximou Bolsonaro do Centrão foi o beneficiamento de R\$ 901 milhões via orçamento secreto (DANTAS; GULLINO; GÓES, 2022). Objetivando a aprovação de suas agendas, a reeleição e a melhoria da aprovação de seu governo, Bolsonaro adaptou suas ideias e discursos às dinâmicas institucionais do sistema político brasileiro. Isso é visível através da taxa de sucesso do Executivo na aprovação de Medidas Provisórias, projetos de leis e Propostas de Emenda à Constituição, que passou de 34,2% em 2019 para 45,2% em 2020. Em comparação, Dilma Rousseff, no mandato que levou ao seu impeachment, obteve 83,93% de sucesso em 2015 (VIANA, 2021).

Os conflitos iniciais propagados pelo bolsonarismo em relação aos outros Poderes se renderam ao presidencialismo de coalizão na segunda metade do governo, pelo menos em relação ao Poder Legislativo. Durante todo o mandato, o ex-presidente e seus apoiadores continuaram a tecer críticas aos ministros do STF, especialmente ao Ministro Alexandre de Moraes, visto pelos bolsonaristas como um inimigo político. No entanto, o presidencialismo de confrontação (COUTO, 2023) foi ajustado em relação ao Legislativo, principalmente a partir dos escândalos familiares de Bolsonaro, acusados de corrupção, da baixa aprovação do governo em meio à crise da Covid-19 e das ameaças de processos de impeachment. A filiação de Bolsonaro ao PL e a aproximação com o Centrão no Congresso evidenciam a estratégia de contenção de riscos ao seu governo (VIANA, 2021). Durante a crise da Covid-19, Bolsonaro enfrentou conflitos com outros Poderes e níveis federais, destacando-se a crise com o STF, que forçou o ex-presidente a agir durante a pandemia (OLIVEIRA, 2021). Além disso, houve conflitos com governadores de vários estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Pará, que criticaram as políticas do governo Bolsonaro e adotaram medidas contrárias, como o fortalecimento de *lockdowns* e o uso de vacinas contra a Covid-19 (CALIL, 2021).

No trabalho de Pinheiro et. al. (2022) é exposto que durante o momento da Covid-19 no Brasil houve tensões federativas, principalmente entre o governo federal e os governos estaduais. Essa tensão foi marcada por uma falta de coordenação entre Bolsonaro e os governadores mediante as políticas de saúde a serem adotadas para coibir a propagação da doença. Exemplo dessa medida se deu perante a negação e omissão no combate à pandemia pelo governo Bolsonaro e a escolha dos governadores por ampliar o isolamento social. Pinheiro et. al. (2022) também destacam que durante esse período houve uma polarização de discursos entre os entes federativos. Conforme Glezer (2021), os mecanismos institucionais e políticos do federalismo brasileiro preveniram e reagiram contra as omissões do governo Bolsonaro frente a pandemia da Covid-19, assim como contra as suas tentativas por decisões autocráticas. Entretanto, apesar do conflito com os governadores durante a pandemia, Viscarra et al. (2024) citam que nas eleições de 2022 o governo Bolsonaro contou com o apoio de 13 governadores e a rejeição de 14 governadores, sendo a maior parte de apoio na região do Centro-Oeste.

Segundo Barros e Secches (2023), os governos estaduais brasileiros tiveram uma importância para a paradiplomacia, primordialmente perante as questões ambientais e climáticas, essas que levaram a críticas globais ao mandato bolsoarista. Para as autoras, os entes federados subnacionais passaram a cooperar com entidades estrangeiras perante a questão climática e ambiental. O discurso e as ideias antiambientais radicalizadas pelo bolsonarismo ocasionaram problemas para os governos estaduais, como exemplo, com perdas de recursos financeiros e diminuição de incentivo para políticas públicas locais. Tal contexto levou que os governadores estaduais tomassem ações perante questionamentos de atores internacionais sobre o aumento de crimes ambientais no Brasil, visando a perda de recursos financeiros internacionais. Essa dinâmica institucional aproximou os governos subnacionais da governança climática e ambiental global, em consequência do negacionismo climático e atos antiambientais do governo Bolsonaro (BARROS; SECCHES, 2023).

Durante o mandato de Jair Bolsonaro, consórcios estaduais integrados por governadores reagiram de forma crítica à política ambiental bolsonarista, sendo os principais críticos o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. As ações dos governadores desses consórcios em âmbito internacional foi marcado por confrontos com o governo Bolsonaro. Fundos internacionais de financiamento climático e ambiental para políticas públicas passaram a negociar diretamente com os governadores estaduais, não considerando o governo federal. Mediante a paralisação do Fundo Amazônia durante o mandato de Bolsonaro,

os governadores estaduais tentaram reverter o caso em reuniões com embaixadores da Alemanha, Noruega e Reino Unido. A presença dos governadores dos consórcios citados acima se tornou recorrente em fóruns climáticos globais, como na Cúpula do Clima (BARROS; SECCHES, 2023).

Na tese de Siqueira (2019) é demarcado que os governos estaduais da Amazônia Legal tiveram um importante papel na discussão e atuação perante o Regime Climático Global. O autor afirma que os estados do Acre, Amazonas e Pará agiram como negociadores globais perante a implementação de políticas públicas e medidas contra a instabilidade climática global. Siqueira (2019) expôs que esses estados participaram do processo do Acordo de Paris, assumindo compromissos voluntários pela mitigação climática. Embora também seja destacado que esses estados incentivaram atividades exploratórias em seus territórios afetando o meio ambiente e o clima global. No entanto, é visível que nas últimas décadas os governos subnacionais da Amazônia Legal atuaram por meio da paradiplomacia climática (SIQUEIRA, 2019). Tal atuação se intensificou durante o governo Bolsonaro. A crise da Covid-19 e as dinâmicas conflituosas da governança ambiental e climática exemplificam o presidencialismo de confrontação (SPINIEMI, 2023) optado por Bolsonaro aos entes da federação.

A estratégia de antipolítica e a falta de diálogo com outros Poderes e níveis federativos, marcada pelo enfrentamento, tiveram um custo alto para Bolsonaro. O peso das regras institucionais tornou o ex-presidente inelegível em 2023 por decisão do TSE, resultando na cassação de seus direitos políticos por desvio de finalidade e abuso de poder político. Isso ocorreu em consequência dos argumentos de descrédito de Bolsonaro perante as regras eleitorais brasileiras, apresentados durante uma reunião com embaixadores e diplomatas estrangeiros no Palácio da Alvorada (COUTO, 2023). Durante suas campanhas eleitorais e seu mandato presidencial, o ex-presidente buscou deslegitimar o sistema eleitoral brasileiro, disseminando informações falsas sobre as eleições no país. Observa-se que, embora as instituições brasileiras tenham apresentado brechas para um projeto de poder que atacava o sistema político, elas restringiram as ações antidemocráticas, especialmente as do ex-presidente Bolsonaro.

A virada sistemática institucional promovida pelo bolsonarismo resultou em crises socioambientais profundas no país, além de levar à derrota de Bolsonaro na tentativa de reeleição e à sua inelegibilidade política. A premissa da funcionalidade das instituições é evidenciada por essas consequências sofridas por Bolsonaro. No entanto, questiona-se a efetividade das instituições brasileiras ao permitir ataques ao próprio regramento institucional,

à democracia e à desestruturação de políticas já consolidadas, como as políticas socioambientais. Apesar disso, foi visível que o governo Bolsonaro tentou alterar suas estratégias políticas para obter maior governabilidade, principalmente em relação ao Congresso Nacional, mas sem suavizar seus ataques ao Poder Judiciário.

Nos próximos capítulos, avalio como as ideias antiambientais foram implementadas dentro da institucionalidade brasileira e quais grupos de interesse convergiram com tais ideias, especificamente, grupos relacionados ao agronegócio. Assim, examino, através do modelo teórico do neoinstitucionalismo, como o sistema político brasileiro foi permissivo ou restritivo em relação às políticas antiambientais lideradas pelo bolsonarismo e como essas ideias conseguiram ser implementadas ou moderadas. Além disso, analiso como as ideias antiambientais não se iniciaram com o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, mas têm raízes históricas no Brasil e foram mobilizadas através de um dos principais sistemas produtivos no território brasileiro, o agronegócio.

5 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS

A literatura sobre o agronegócio investiga várias temáticas, tais como: a história e formação do agronegócio brasileiro (POMPEIA, 2018, 2021; COSTA, 2008; ELIAS, 2021), suas perspectivas ideológicas (LACERDA, 2009; MELO, 2018; POMPEIA, 2020; BRUNO, 2012, 2022) e os conflitos socioambientais decorrentes do agronegócio (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021; LIBERA, 2019; GOMES, 2019; ARAÚJO; PONTE, 2016). Além disso, aborda a organização e o comportamento político das cadeias produtivas do agronegócio, seja na articulação de lobby, seja na influência na economia e política brasileira (SIEBENEICHLER, 2021; MELO et al., 2018; POMPEIA, 2018, 2020a, 2021, 2022; OLIVEIRA, 2013; LACERDA, 2009; LOCATEL; LIMA, 2016; RIBEIRO, 2016; MEDINA, 2017; LIBERA, 2019; MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021; MESSIAS, 2017; SILVA, 2019).

A expansão do agronegócio no mundo está ligada à exportação no modelo de produção agropecuária pós-Segunda Guerra Mundial e à Revolução Verde, envolvendo a adoção de tecnologias, insumos químicos e maquinários (NANNINI, 2020). No Brasil, os diversos setores do agronegócio brasileiro, juntamente com seus grupos de interesse e pressão, desempenham um papel central nas arenas decisórias da política nacional (MELO et al., 2018; SILVA, 2019; LOCATEL; LIMA, 2016; RIBEIRO, 2016). Essa concepção de organização e identidade está

vinculada à origem do conceito de *agribusiness*. O termo “agronegócio” deriva da ideia de “*agribusiness*”, inicialmente elaborada por John Davis e Ray Goldberg em 1957. Esses autores foram solicitados por indústrias alimentícias para racionalizar suas relações com a agropecuária (MELO, 2018; POMPEIA, 2020; LACERDA, 2009).

Nos EUA, o conceito de *agribusiness* buscava integrar relações econômicas mercantis, financeiras e tecnológicas dos setores agropecuários e industriais. Isso incluía não apenas produtos agrícolas e pecuários, mas também todo o processamento de produtos oriundos da agricultura e pecuária, além de serviços e setores comerciais relacionados (LEITE; MEDEIROS, 2012 apud NANNINI, 2020). Nas últimas décadas, a proximidade entre empresas do agronegócio e investidores de capital acumulado, como bancos, impulsionou o mercado global do agronegócio, levando ao domínio do modelo da agricultura capitalista e de seus componentes, como insumos, maquinários agrícolas, agrotóxicos, etc. (BARROS, 2018). Esse processo também fortaleceu o capital político das organizações representativas do agronegócio global, fenômeno que também se observou no Brasil.

A estratégia de legitimação por meio da violência estrutura-se no poder econômico dos agentes do agronegócio. A perspectiva integradora entre as cadeias produtivas do agronegócio esteve presente desde a sua primeira concepção, visando a expansão econômica. Inicialmente, Davis e Goldberg definiram o paradigma do “*agribusiness*” nos Estados Unidos como a totalidade dos processos na manufatura e no comércio de produtos agrícolas. Além do armazenamento, cultivo de lavouras, distribuição e comercialização de seus produtos (MELO, 2018). Assim, na interligação de atividades produtivas, como a conexão da agropecuária com as indústrias, envolvendo máquinas agrícolas, agrotóxicos e sementes transgênicas, na logística de serviços, centros de pesquisa, aviação agrícola, implementos agrícolas, ração, fertilizantes e na articulação entre agentes financeiros (ELIAS, 2021, p. 5). O termo, criado nos EUA, buscou articular a integração e industrialização da agricultura nos então sistemas alimentares, englobando processos produtivos industriais desde as indústrias de insumos e máquinas agrícolas até o processamento e distribuição de produtos agrícolas. Categorias que convencionou-se chamar de “antes e depois da porteira” (OLIVEIRA, 2021, p. 3).

Conforme Elias (2021), a articulação empresarial das cadeias do agronegócio está relacionada à maximização do lucro e da renda da terra. Isso envolve a produção de mercadorias para os mercados urbano, nacional e internacional, como *commodities*, ultraprocessados e agrocombustíveis. Em âmbito global, o agronegócio se projetou como um projeto hegemônico por meio de um processo dinâmico e estratégias de capital político, econômico, cultural e

simbólico (NANNINI, 2020; BRUNO, 2012). A hegemonia do agronegócio se estabelece a partir do modelo de exportação de *commodities*, que favorece o uso de agrotóxicos e transgênicos, além de impor obstáculos a outras formas de produção agrícola. Essa hegemonia é reforçada por investimentos transnacionais em tecnologia e por aparatos midiáticos que disseminam as ideias do agronegócio, promovendo o “agro” como o único modelo possível para a produção de alimentos (BARROS, 2018, p. 183).

A capacidade hegemônica de produção do agronegócio no planeta está diretamente ligada à atuação política e simbólica de suas organizações empresariais e políticas, que atuam com ideias e discursos oriundos do modelo estabelecido pelo *agribusiness* norte-americano. Assim, o agronegócio representa um modelo produtivo que promove mudanças nas atividades agropecuárias por meio de tecnologias, insumos químicos, maquinários modernos e da aproximação entre ciência e agricultura, além da ligação com o Estado, instituições e a sociedade civil (NANNINI, 2020).

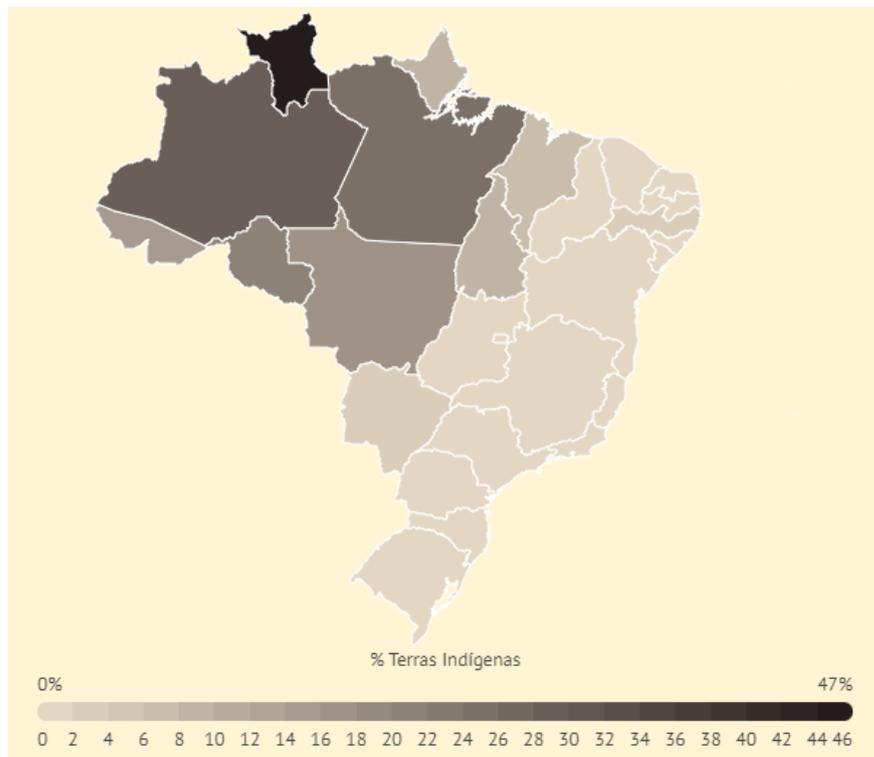
O agronegócio, enquanto sistema integrado de cadeias produtivas, procura diminuir as disputas políticas internas entre seus setores e aproximar interesses comuns. Contudo, a solidariedade interna do agronegócio exclui aqueles que não se enquadram em suas agendas políticas e econômicas, considerando como parte integrante apenas os atores e setores que perpetuam um “agir patronal rural” (BRUNO, 2022). Tal estratégia foi classificada por Pompeia (2020) como uma concertação política organizada e sistemática entre seus agentes, na qual os grupos de interesses do agronegócio brasileiro buscam minimizar seus conflitos econômicos e políticos internos, especialmente nas disputas relativas a problemas socioambientais e fundiários.

As ideias que envolvem disputas internas de setores do agronegócio incluem principalmente as questões ambientais, fundiárias e indígenas. Assim, os grupos de interesses do agronegócio buscam reivindicações unificadoras para o setor (BRUNO, 2022). A agricultura capitalista, sob a imagem do agronegócio, mira exportar uma imagem positiva e um modelo a ser seguido em todo o planeta em diversas esferas sociais, utilizando meios para camuflar suas contradições e as consequências negativas de seus atos. Tais estratégias envolvem diferentes ferramentas e aparelhos ideológicos (NANNINI, 2020).

Exemplos dessas consequências negativas estão nas tentativas do agronegócio pela expansão de suas cadeias produtivas em territórios indígenas. No último levantamento realizado pelo IBGE, o Brasil possuía 1,7 milhão de indígenas distribuídos por todo o país (ANDRADE, 2023). Dados da Funai (2024) revelam que no Brasil há 631 terras indígenas, 157 terras

indígenas em estudo, ocupando 13,8% do território nacional. A maior parte das terras indígenas no Brasil se concentram na Amazônia Legal (ISA, 2024).

Figura 1 – Proporção de Terras Indígenas por UF no Brasil



Fonte: ISA (2024).

Na perspectiva de Oliveira (2020), ainda que existam interesses econômicos divergentes entre determinadas cadeias do agronegócio, como entre pecuaristas e empresários da soja em relação ao protecionismo econômico, há uma organicidade de suas frações de classe a partir de ideias em comum. O autor assevera que a coesão do agronegócio se fortalece a partir de ideias conservadoras históricas ao setor. Entre estas, destacam-se a defesa da propriedade privada, a agenda pela flexibilização de leis ambientais, o ataque aos povos indígenas e ambientalistas, e a oposição a movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais ideias e bandeiras aproximaram a identidade do agronegócio de setores ideologicamente à direita no Brasil. Como destaca Bruno (2022), a ofensiva contra determinados setores da sociedade civil, principalmente categorizando-os como adversários da classe do patronato rural, visa ações e discursos por meio da violência física e simbólica. Isto envolve ataques em diversos âmbitos, sejam diretos ou indiretos, a todos aqueles que questionam as ideias e a hegemonia do agronegócio e da elite rural, como os movimentos sociais do campo.

Um recorrente recurso da burguesia agrária continua sendo a violência. A prática da eliminação física e da pressão psicológica do campesinato, a exemplo de assassinatos, queima de barracos e pertences pessoais, destruição da produção, ameaças, torturas, prisões ilegais, perseguição, processos violentos de reintegração de posse em áreas ocupadas pelos sem-terra etc. (BARROS, 2018, p. 190).

Pompeia (2021) evidencia que a agricultura patronal se alinhou a uma escala de violência diante das disputas sobre as questões agrárias em discussão durante o processo de redemocratização do Brasil. O autor menciona que isso ocorreu como reação aos movimentos de luta pela terra e ao surgimento do MST em 1984, além da criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário em 1985, seguido de um plano nacional para o avanço da reforma agrária no Brasil. No mesmo contexto, somavam-se as dificuldades do Estado brasileiro perante as políticas agroindustriais, algo que não ocorrera durante a ditadura militar, período em que o setor foi impulsionado por meio de apoio financeiro e tecnológico. Nesse contexto, Pompeia (2021) descreve que lideranças da agricultura e da pecuária extensiva criaram, em 1985, a UDR. A organização atuou de forma violenta na defesa da propriedade da terra e contra grupos ambientalistas, atraindo atores do agronegócio.

Para Cioccarri e Persichetti (2020), o autoritarismo de setores do agronegócio está baseado na estrutura agrária do país, onde predominam os latifúndios e as políticas de coronéis, renovando-se nas novas organizações do agronegócio brasileiro, como a FPA/IPA no Congresso. Tal movimento de renovação também é descrito por Pompeia (2021) como a reascensão da extrema direita entre as representações do agronegócio. No entanto, o autor ressalta que as organizações majoritárias do agronegócio tentam afastar ideias radicalizadas de sua organização. Ainda no início da década de 1990, a UDR perde espaço na liderança do agronegócio para o grupo suprapartidário que viria a se tornar a FPA, e também para a ABAG. Esta última organização, inclusive, ainda que de forma estratégica, defendia a criação de assentamentos rurais (POMPEIA, 2021, p. 119). Porém, Pompeia (2021) grante que a aparente moderação das organizações do agronegócio possui características contraditórias, principalmente nos últimos anos. Assim, isso não impede a defesa política de ideias antiambientais e anti-indígenas por grupos majoritários do agronegócio. Como exemplo, a forte atuação da FPA pela flexibilização de leis ambientais e pelo Marco Temporal de terras indígenas.

A integração econômica entre cadeias produtivas do agronegócio acabou por aproximá-las também ideologicamente, gerando ideias similares. Atualmente, o agronegócio possui ramificações e integrações com inúmeros setores produtivos, envolvendo desde engenharia genética, monitoramento meteorológico por satélites, conexão com o setor financeiro, e

especulação de terras em bolsas de valores mundiais (REYDON; FERNANDES, 2018 apud OLIVEIRA, 2020). As ações do agronegócio transformaram-se em capitalização em títulos na bolsa de valores, seja pela abertura de capitais de grandes empresas transnacionais ou pela aquisição de terras no mercado especulativo (OLIVEIRA, 2021). A conexão do grande capital com a agricultura começou em 1970, com sua mundialização e financeirização por meio de empresas transnacionais. Este processo desencadeou conflitos com camponeses e seu deslocamento do campo no Brasil e grandes complexos agroindustriais, valorizando a agricultura de monocultura para exportação (BARROS, 2018, p. 176). O complexo agroindustrial brasileiro visou integrar diversas cadeias produtivas.

Como exposto por Pompeia (2020), o “*agribusiness*” possui uma noção totalizadora de integrar várias cadeias produtivas. A noção totalizadora do agronegócio envolve não apenas uma integração econômica, mas também um projeto ideológico que posiciona o setor como a única alternativa para a agropecuária e a produção de alimentos. Isso inclui ideias e discursos que garantem lucro e prometem prosperidade, unindo produtores rurais, grandes empresas da agropecuária e grandes proprietários de terra sob a identidade do agronegócio, mesmo sendo economicamente diversificados (BRUNO, 2017, p. 28). De acordo com Barros (2018), os discursos hegemônicos do agronegócio posicionam o setor como um modelo de sucesso com um desenvolvimento ‘seguro’, independente dos riscos sociais e ambientais. Embora representantes do setor afirmem em seus discursos que o objetivo do agronegócio é “alimentar o mundo”, o autor ressalta que o lucro é a essência do agronegócio.

A perspectiva econômica teve como pano de fundo os aspectos discursivos, com ideias de conectar setores do agronegócio antes dispersos. Com base em Pompeia (2020), os mentores do agronegócio, Davis e Goldberg, foram além da relação entre agropecuária e indústrias de alimentação, pois a concepção envolvia atividades tanto à jusante quanto à montante da pecuária. Isso significa no fornecimento de máquinas e insumos, na armazenagem, transporte, industrialização e comércio da agropecuária. Esta ideia integradora globalizou-se por meio das estratégias do capital estadunidense via empresas e associações do “*agribusiness*”. A ideia atraiu empresários no Brasil, como por exemplo, o então presidente do Grupo Agrocere, Ney Bittencourt de Araújo, que participou dos seminários com Davis e Goldberg. Bittencourt de Araújo foi um dos fundadores e o primeiro presidente da ABAG. O empresário iniciou um movimento político para difundir o conceito de *agribusiness* entre lideranças do ramo (LACERDA, 2009). Como ressaltado por Oliveira (2021):

No Brasil, a expressão *agribusiness* chegou a ser veiculada por algumas entidades patronais e publicada em revistas especializadas, grupo de assessores da empresa de genética vegetal, produtora de sementes, a Agrocerec, ainda na década de 1970. Mas coube ao seu proprietário, Ney Bittencourt de Araújo, o protagonismo na defesa e divulgação do *agribusiness* no país como um projeto de política agrícola diferenciado de tudo o que havia até então (OLIVEIRA, 2021, p. 4).

O debate sobre o *agribusiness* se intensificou no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990, em que inicialmente os discursos e aparatos em torno do conceito se deram como complexos agroindustriais e sistemas agroindustriais (ELIAS, 2021; OLIVEIRA, 2013). Contudo, desde a ditadura militar brasileira, houve um forte investimento na agricultura por parte do Governo Federal, fortalecendo a expansão dos complexos agroindustriais em articulação com o capital financeiro internacional. Nesse período, ocorreu uma modernização conservadora da agricultura brasileira, que envolveu a ligação de sistemas de créditos com as agroindústrias e as grandes propriedades fundiárias, promovendo a monocultura de produtos agrícolas e o latifúndio (BARROS, 2018). Outro ponto de destaque no Brasil foi o lançamento de um livro na década de 1990, escrito em colaboração com Ney Bittencourt de Araújo, visando difundir a perspectiva de integração das cadeias. A empresa Agrocerec também influenciou o avanço da noção de *agribusiness* entre agentes privados e o Estado, reivindicando a integração da agropecuária com outros setores econômicos (POMPEIA, 2020).

Com o avanço deste paradigma, a agricultura deixou de ser associada somente ao meio rural, abrangendo assim outros meios. A agricultura “antes da porteira”, com máquinas agrícolas e fertilizantes, somou-se à produção “dentro da porteira”, englobando a atividade agrícola e pecuária, e também aos produtos e serviços “após a porteira”. Isso envolve atores privados e públicos, como grandes empresas e governos, fomentando subsídios econômicos e a criação de infraestruturas (COSTA, 2008; ACSELRAD, 2012). A aproximação da financeirização do capital com o agronegócio impulsionou uma série de segmentos que fortalecem sua estrutura produtiva e seu poder político. Com a crise do capital em 2008, observou-se que grandes grupos econômicos investiram capital volátil em ativos como terra, minério e matérias-primas agrícolas, resultando em uma participação do capital financeiro no agronegócio global (BARROS, 2018).

A dinamicidade do agronegócio brasileiro começou a ser forjada no Brasil ainda na década de 1970 a partir dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Esses Complexos seriam “a conjugação de cadeias produtivas na agropecuária que integra técnicas e tecnologias industriais na produção e melhoramento” (OLIVEIRA, 2020, p.36). Na perspectiva de Barros (2018), na história brasileira, distintos governos agiram sistematicamente para criar condições favoráveis

à expansão do agronegócio, sendo nos últimos anos notada a participação incisiva de empresas transnacionais e do capital financeiro. Para o autor, essa aliança com empresas transnacionais não seria possível sem a participação de fazendeiros e grandes proprietários de terra. Outro ponto importante para o setor foi a mobilização e fortalecimento da representação política em espaços de poder, tendo avançado nos últimos anos na participação direta no Poder Legislativo e Executivo. Nota-se que a movimentação para a integração das cadeias do agronegócio não se vinculava apenas ao caráter econômico. O *agribusiness* teve como pano de fundo planejamentos políticos e ideológicos para atender tais interesses econômicos desde a sua concepção nos EUA (BRUNO, 2022).

Segundo Melo (2018), a estratégia do *agribusiness* na agropecuária objetivou o aumento da produtividade por meio da modernização tecnológica. O aparato ideológico do *agribusiness* sustentava que a produção em grandes propriedades seria o único caminho para esse modelo de desenvolvimento na agropecuária e em cadeias derivadas. Como estratégia, o *agribusiness* também buscou melhorar a imagem de suas cadeias produtivas perante a opinião pública, que anteriormente as via como improdutivas e violentas. Essa perspectiva ainda é adotada como estratégia nos dias atuais. Empresários ruralistas e representantes patronais enaltecem o agronegócio como um projeto nacional gerador de riquezas e fundamental para a vida humana. Essas características se baseiam em uma identidade ruralista que é propagada como o setor produtivo “que sustenta” o país (BRUNO, 2022). Entretanto, o sucesso político do agronegócio não se reflete apenas em estratégias discursivas ou em seu impacto na balança comercial e na produção agrícola. A dominação hegemônica do agronegócio é fruto de uma longa e histórica organização política, tendo suas primeiras associações de classe surgido ainda no século XIX no Brasil (OLIVEIRA, 2020; MENDONÇA, 1997).

Regina Bruno (2017) destaca que a hegemonia das ideias do agronegócio global está presente nos mecanismos da linguagem e na dominação simbólica por meio dos discursos de seus representantes, que incluem grandes proprietários de terras, empresas transnacionais e empresários da agroindústria. A matriz discursiva do agronegócio se apresenta como um pretexto, sugerindo que apenas por meio do uso de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e aumento da área cultivada seria possível evitar um “colapso alimentar” global (MELO, 2018). Os agentes dos setores produtivos defendem que o modelo de produção alimentar do agronegócio é a única forma de alimentar o planeta (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). No entanto, o problema da fome mundial não ocorre apenas pela falta de tecnologia para

produção alimentar e de área cultivada. Ele também está relacionado à mediação do mercado, à dificuldade de aquisição por parte da população e ao desperdício.

O modelo produtivo do agronegócio não apenas falhou em alcançar seus objetivos alimentares, como também legitimou o uso de agrotóxicos na expansão de monoculturas padronizadas (MELO, 2018). A estratégia do agronegócio visou mais a expansão e o lucro de suas cadeias produtivas do que uma preocupação com a alimentação das populações globais. Nesse sentido, a expansão do agronegócio no planeta decorreu mais dos seus discursos e narrativas ideológicas, econômicas e políticas do que de uma verdadeira preocupação com a segurança alimentar.

A partir das reflexões de Martins (1981), Regina Bruno (2010) evidencia que palavras como "camponeses" e "latifundiários" estão enraizadas não apenas na concepção histórica, mas também nas lutas políticas, transcendendo sua simples definição. Da mesma forma, a concepção do termo "agronegócio", ou sua versão inicial americana "*agribusiness*", carrega consigo significados materiais e simbólicos. Estes estão presentes não apenas nas disputas entre diferentes classes e grupos sociais, mas também nas divergências de ideias, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente.

De acordo com Regina Bruno (2010), o agronegócio no Brasil experimentou um impulso significativo devido às transformações ocorridas na agricultura e na sociedade brasileira. A consolidação política do agronegócio brasileiro se deu por meio da convergência de interesses das classes dominantes do campo e pela busca pela hegemonia nos espaços institucionais. A autora também destaca que o processo hegemônico do agronegócio brasileiro foi resultado da preocupação do setor em fortalecer sua representação e estabelecer espaços para a institucionalização de seus interesses. Além disso, buscou-se formar um discurso que legitimasse suas ideias e interesses (BRUNO, 2010). É notável que o agronegócio brasileiro mobilizou-se não apenas para institucionalizar seus interesses e adentrar nos espaços de poder político e econômico, mas também para legitimar seus valores e ideais perante a sociedade brasileira.

Pompeia (2020) sublinha um conjunto de proposições do agronegócio como estratégia de legitimação desde sua origem no *agribusiness*, sendo também adotadas no contexto brasileiro. O modus operandi visa justificar e promover suas cadeias produtivas e seus agentes, buscando o apoio do Estado e da opinião pública para seus interesses. Dentro dessas estratégias discursivas, encontram-se as ideias de que o agronegócio está associado à "produtividade", "modernidade", "segurança alimentar", ao superdimensionamento das estatísticas econômicas

do Produto Interno Bruto (PIB), à geração de empregos e ao favorecimento da balança comercial interna.

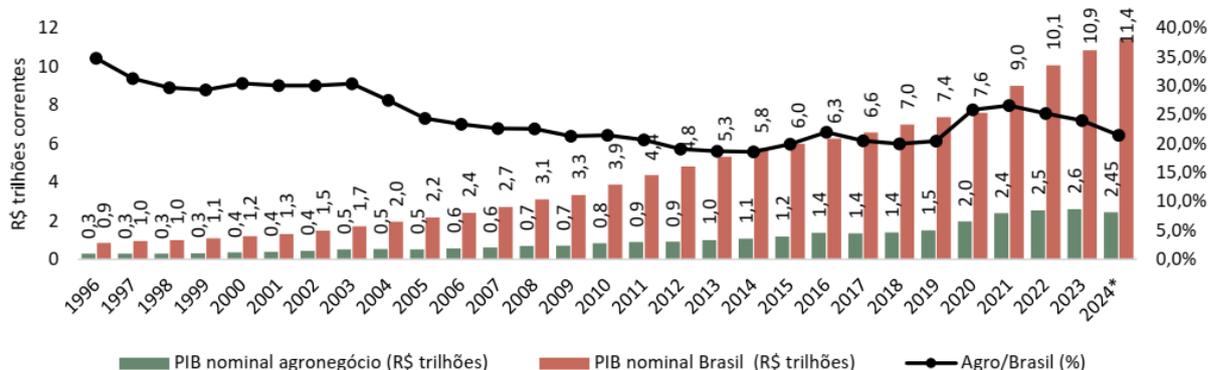
A participação dos setores do agronegócio no PIB brasileiro tem sido uma das principais retóricas de afirmação e legitimação desse setor (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2013). Nos termos de Pompeia (2018), buscando apoio da opinião pública e articulação junto ao Estado brasileiro, o aparato das ideias promovido pela concertação política do agronegócio envolve a articulação de representantes da agricultura patronal e da pecuária, além de representantes de insumos e máquinas agrícolas, políticos e do mercado financeiro. Tais estratégias podem ser resumidas em:

- (1) números, especialmente na forma de percentuais, valores monetários e índices;
- (2) frases como “promoção de segurança alimentar”, “sustentabilidade ambiental”, “produtividade”, “modernidade”, “competitividade”, “geração de riqueza”, “tecnologia”, “eficiência”, “distribuição de renda” e “solidez macroeconômica” ; e
- (3) imagens representando esses números e frases (POMPEIA, 2018, p.2).

O uso de categorias como produtividade, modernidade e geração de riqueza expõe a ideia do agronegócio como uma importante indústria para o país. Essas ideias têm origem no aparato discursivo do *agribusiness* nos EUA e foram reproduzidas no Brasil. Entidades e empresários do agronegócio brasileiro afirmam que o setor sustenta a economia nacional. Oliveira (2021, p.13) salienta que o argumento central das organizações do agronegócio é a aclamação do "agro" como potência econômica do país, comprovado pelo excelente desempenho nas exportações de *commodities*, principalmente soja, carne e açúcar. No entanto, um dos problemas é que essa contribuição não leva em conta os custos socioambientais do aumento da produtividade do setor (LACERDA, 2009; BRUNO, 2012).

A participação do sistema agropecuário e a sua contribuição ao PIB brasileiro, embora possa apresentar distorções como evidenciados pela literatura, denota a sua influência na vida econômica e política do país. Fator este sendo reverenciado em discursos por distintos presidentes do Brasil, de Lula à Bolsonaro. O que pode ser demonstrado pelo alto quantitativo de recursos do Plano Safra para a produção agrícola brasileira nas últimas décadas, sendo disponibilizado R\$ 400,59 bilhões no Plano Safra 2024/2025. Dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e pela CNA expõem que no primeiro trimestre de 2024 o agronegócio teve um PIB de R\$ 2,45 trilhões em 2024, sendo R\$ 1,65 trilhão no setor agrícola e R\$ 801 bilhões na pecuária. Os resultados também mostram que o agronegócio contribuiu com 21,5% no PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2024, abaixo dos 24% registrados em 2023.

Gráfico 1 – Série histórica do PIB nominal do Brasil (R\$ trilhões) e PIB nominal do agronegócio (R\$ trilhões)



Fonte: Cepea/USP e CNA

A partir dos dados realçados acima, nota-se a participação significativa do agronegócio no PIB brasileiro, no entanto, sendo menos expressivo que o que costuma ser enaltecido por setores do agronegócio brasileiro. Embora não seja insignificante a contribuição econômico do setor ao país. Em 2023, o agronegócio gerou 2,6 trilhões de reais para um PIB nacional do país de 10,9 trilhões de reais, sendo uma das maiores contribuições desde 1996. De acordo com a FPA, o agronegócio brasileiro representaria 20% do PIB do país. A frente parlamentar aponta que o agronegócio seria o setor com a maior participação no PIB no país. No primeiro trimestre de 2024, em um contexto global de queda do preço de *commodities* agrícolas, a agropecuária havia gerado R\$ 192.242 milhões de reais ao PIB brasileiro (IBGE, 2024).

Tabela 1 – Contribuição de setores e subsectores no PIB brasileiro no 1º trimestre de 2024 (valores a preços correntes em milhões de reais)

Trimestre - 1º trimestre 2024	
Setores e subsectores	R\$
Agropecuária – total	192.242
Indústria – total	573.674
Serviços – total	1.586.933
Valor adicionado a preços básicos	2.352.849
Impostos líquidos sobre produtos	361.068
PIB a preços de mercado	2.713.917
Despesa de consumo das famílias	1.760.736
Despesa de consumo da administração pública	442.787
Formação bruta de capital fixo	458.829
Variação de estoque	29.242
Exportação de bens e serviços	455.422
Importação de bens e serviços (-)	433.100

Fonte: IBGE (2024)

A partir da tabela 1, visualiza-se que a participação da agropecuária no PIB brasileiro foi menor que a de outros setores e subsetores da economia brasileira. A agropecuária, respondendo pelas principais cadeias produtivas do agronegócio, contribuiu com R\$ 192.242 milhões de reais, enquanto a indústria, com R\$ 573.674 milhões de reais. O setor de serviços representou uma das maiores contribuições neste trimestre de 2024, correspondendo a R\$ 1.586.933 milhões de reais. Conforme os dados do IBGE, Salim e Pacheco (2023) afirmaram que a agropecuária demandou R\$ 677,6 bilhões em 2023 ao PIB brasileiro, tendo o PIB nacional produzido em R\$ 10,8 trilhões, valor menor do que fora divulgado pela CNA. Neste ano de 2023, a indústria correspondeu com R\$ 2.416,9 bilhões, o setor de serviços com R\$ 6.392,1 bilhões) e R\$ 1.369,5 bilhões em impostos sobre produtos. Nesse sentido, Salim e Pacheco (2023) esclarecem que o agronegócio foi responsável por apenas 7,14% do total do PIB em 2023, sendo o setor de serviços com 67,38%. Embora setores do agronegócio procurem supervalorizar o PIB do agronegócio, a força econômica de suas cadeias reverbera-se em um peso estratégico e político. Em que, tal força é mobilizada por grupos de interesses do agronegócio brasileiro, tais como a CNA e a ABAG. A transformação da força econômica do agronegócio visualiza-se em seu capital político, tendo impactado na formulação de políticas públicas nas últimas décadas em distintas gestões presidenciais.

Salim e Pacheco (2023) enfatizam que a distorção do valor do PIB do agronegócio divulgado pela CNA seria resultante da diferença de metodologia adotada pelo IBGE, tendo a entidade juntamente com a CEPEA concluído que a contribuição do agronegócio seria de mais de 20%. A diferença da metodologia está no fato que a CNA/CEPEA engloba todos os insumos, a produção agropecuária, a agroindústria e serviços relacionados ao agronegócio. Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) afirmam que o agronegócio tende a superdimensionar os seus dados a partir da estratégia do “Agro é Tudo” (campanha publicitária do agronegócio brasileiro veiculada nas redes televisivas), agregando todas as suas cadeias e inclusive não distinguindo a agricultura patronal da agricultura familiar.

Como visto acima, os grupos de interesses e produtivos do agronegócio usam os dados econômicos para se legitimar perante a sociedade, dessa forma, superdimensionando a sua real participação no PIB brasileiro. Salim e Pacheco (2023) explicam que o agronegócio chega a utilizar recortes quanto a sua participação no PIB, agregando atividades industriais e segmentos do setor do transporte, levando a dados do chamado “PIB do agronegócio”, em contrapartida aos dados do IBGE. Estes também mostram que apesar desta distorção quanto aos números do

PIB perante o IBGE, as cadeias do agronegócio representam uma força econômica e política no país, obtendo subsídios governamentais, isenções de impostos e políticas públicas.

Uma estratégia de legitimação do agronegócio perante a opinião pública se dá pelo discurso de que o agronegócio seria um dos setores que mais gera emprego no país. Esse discurso é reproduzido reiteradamente pelos grupos de interesse do agronegócio, como através dos canais de comunicação da FPA (2024), em uma nota publicada em 2024, ao considerar que o agronegócio representaria 30% da força de trabalho no Brasil. A nota ressaltava que somente a força de trabalho e a participação no PIB já justificariam um aumento de recursos públicos através do Plano Safra para atender as necessidades do setor. Entretanto, críticos do agronegócio tendem a contestar esses dados. No trabalho de Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), é categorizado que o agronegócio enquanto gerador de empregos não se sustentaria nos dados. Os autores apontam que a tecnologia e a mecanização no campo aumentaram a produtividade do agronegócio e diminuíram a quantidade de trabalhadores no meio. A partir de dados do IBGE, os autores evidenciam que dentre todos os setores produtivos no Brasil, o agronegócio foi o que menos gerou postos de trabalho, além de, ser o setor que paga os mais baixos salários aos seus trabalhadores.

Tabela 2 - Quantidade de vínculos empregatícios formais por grandes setores do IBGE

Ano	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
2009	7.955.299	2.132.288	7.692.951	21.999.359	1.427.649	41.207.546
2010	8.499.202	2.508.922	8.382.239	23.268.395	1.409.597	44.068.355
2011	8.757.935	2.750.173	8.842.677	24.476.056	1.483.790	46.310.631
2012	8.830.902	2.832.570	9.226.155	25.104.828	1.464.257	47.458.712
2013	8.998.796	2.892.557	9.511.094	26.066.422	1.479.564	48.948.433
2014	8.878.726	2.815.686	9.728.107	26.669.328	1.479.663	49.571.510
2015	8.254.773	2.422.664	9.532.622	26.350.187	1.500.561	48.060.807
2016	7.798.779	1.985.404	9.264.904	25.534.892	1.476.219	46.060.198
2017	7.742.970	1.838.958	9.230.750	25.967.860	1.501.052	46.281.590
2018	7.748.829	1.861.846	9.219.684	26.309.316	1.491.440	46.631.115
2019	7.902.124	2.012.211	9.453.390	26.709.405	1.477.081	47.554.211

Fonte: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET; Relação Anual das Informações Sociais – RAIS (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021)

Outras características marcantes da concepção política do agronegócio envolve a ideia de que ele é algo unificado e eficaz na geração de riqueza, além de ser um modelo de desenvolvimento moderno que visa atender às necessidades de todos, conforme o discurso de que o 'agro alimenta o mundo'. Há também uma mobilização para desacreditar alternativas

produtivas ao agronegócio e uma tendência a hipervalorizar o segmento, desqualificando qualquer adversário que não esteja alinhado com seus parâmetros de ideias (BRUNO, 2020, p. 3). Essas concepções em torno do agronegócio se alinham aos interesses capitalistas na produção no campo e em suas estruturas, tanto no setor à montante quanto à jusante.

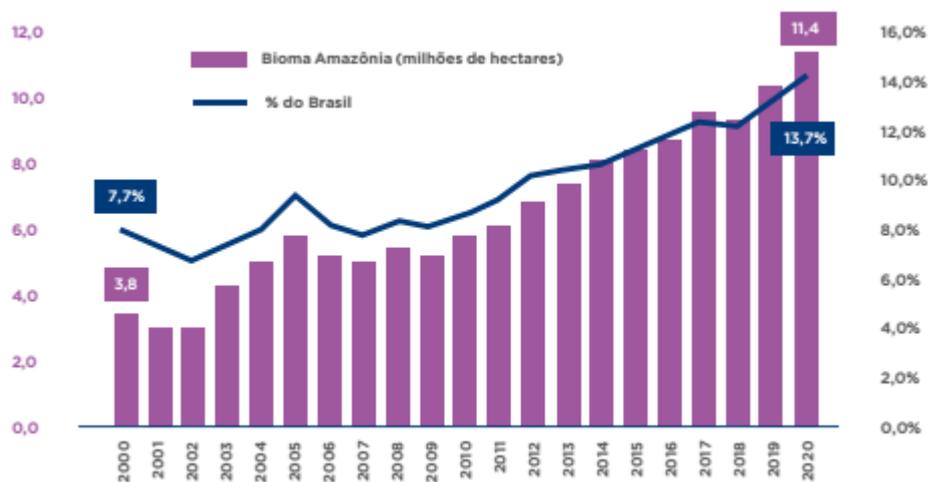
No entanto, é amplamente conhecido que existem outros modelos produtivos que competem por espaço com o agronegócio, como é o caso da agroecologia. Esta é relevada como um modelo de superação da produtividade agrícola capitalista, que se baseia na preservação dos ecossistemas. Além disso, visa à produção de alimentos saudáveis em equilíbrio com o meio ambiente, promovendo a justiça climática e social (PEREIRA et. al., 2022). Com a financeirização e a expansão do capital em todos os setores da economia, incluindo a agricultura, outro modelo de desenvolvimento surge em contraste com o agronegócio: a agricultura familiar e camponesa (BARROS, 2018).

A valorização de um determinado modelo de agricultura que prioriza o capital em detrimento de outros valores é uma característica histórica no Brasil. No entanto, a modernização da agricultura brasileira acelerou-se na segunda metade do século XX e início do século XXI, sendo estruturada por políticas públicas, distribuição de créditos e subsídios estatais. Isso acabou por enaltecer um modelo específico de agricultura agroindustrial (MENDONÇA, 2005). Esse modelo, associado à perspectiva do agronegócio, fortaleceu a burguesia agrária, composta por uma variedade de atores, como ruralistas, patronato rural, agroindustriais, empresários rurais, grandes produtores rurais, latifundiários, elite agrária, grandes proprietários de terras, usineiros e pecuaristas (BARROS, 2018, p. 175). Pompeia (2023b) descreve que as lideranças que organizaram as distintas cadeias do agronegócio e promoveram a categoria de *agribusiness* e agronegócio foram as corporações nacionais e transnacionais, além de grandes fazendeiros e parlamentares. Esse projeto estratégico visou não apenas à coordenação do setor, mas também à sua expansão na política brasileira.

O agronegócio e sua produtividade econômica são vistos por uma perspectiva do capitalismo global como positivos para a economia brasileira. No entanto, seus impactos ambientais são imensuráveis. Um exemplo disso é a expansão do agronegócio na Amazônia. Segundo Heraclito da Silva (2022), as atividades agroindustriais, como a expansão das áreas para criação de gado para exportação e o cultivo de soja, têm gerado grandes impactos para a Amazônia e para o Brasil como um todo. Essas atividades do agronegócio associadas ao aumento do desmatamento na região, principalmente a partir da década de 1990. O aumento do desmatamento no país, portanto, está ligado às atividades produtivas do agronegócio. As ações

políticas de setores do agronegócio que visam o enfraquecimento das políticas ambientais brasileiras estão relacionadas aos interesses expansionistas dessa atividade. Para grupos do agronegócio, a regulação ambiental representa um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Gráfico 2 – expansão da atividade agrícola na Amazônia (2000 – 2020)



Fonte: FGV AGRO a partir de dados do IBGE (SERIGATI; POSSAMAI, 2021)

Conforme o levantamento realizado pela FGV Agro a partir de dados do IBGE, a Amazônia passou por um crescimento da produção agrícola nas últimas décadas. No ano de 2000, a área colhida na região era de 3,8 milhões de hectares, tendo uma expansão de 197,5 % até o ano de 2020, superando a área colhida no restante no Brasil. Os dados revelam que os 11,4 milhões de hectares da região correspondem a R\$ 57,3 bilhões de valor de produção. Sendo que, os municípios de Mato Grosso concentra boa parte desta produção, em um total de 58,6%. Os dados divulgados pelo FGV Agro também mostram que boa parte do aumento desta produtividade na agricultura concentra-se por *commodities*, em específico, a soja. A soja obteve 71,5% do aumento da área colhida na Amazônia entre 2000 e 2020 (SERIGATI; POSSAMAI, 2021).

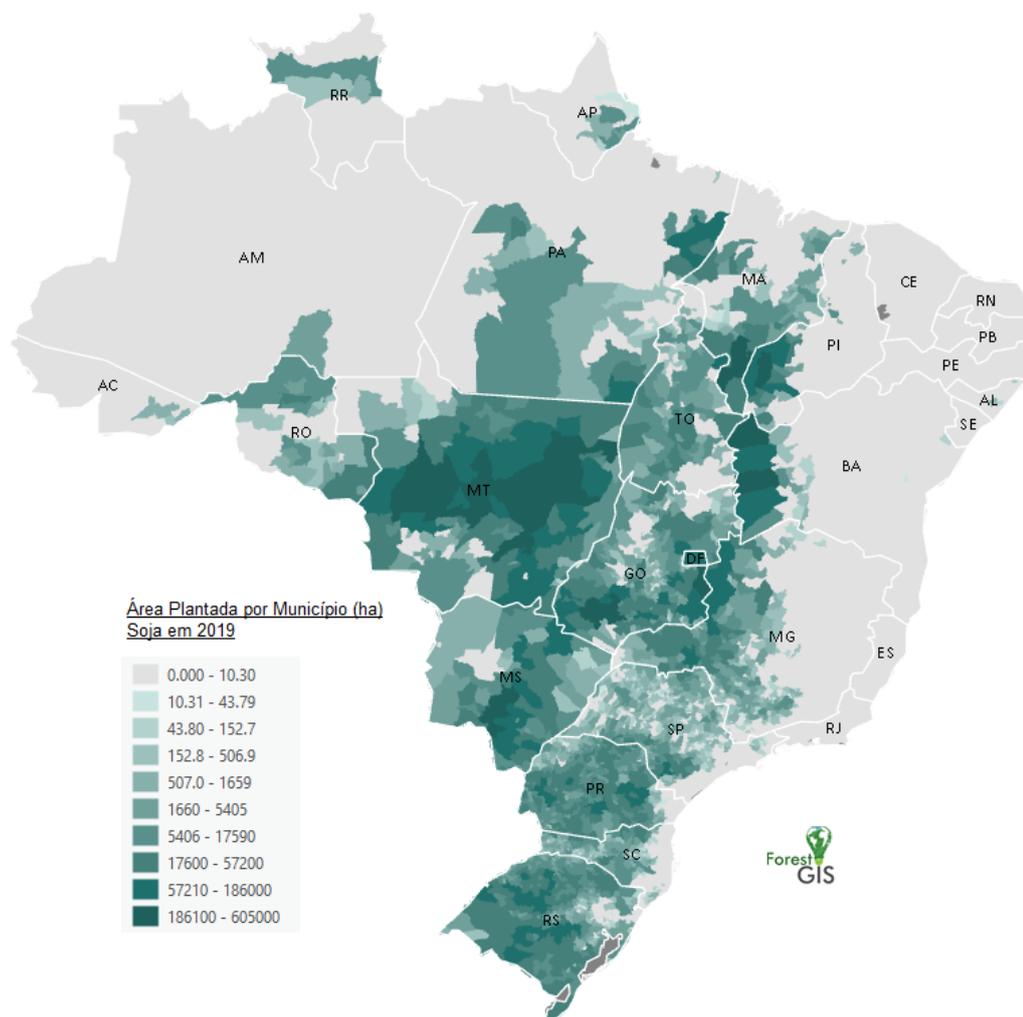
Tabela 3 – Produtos e áreas colhidas na Amazônia entre 2000 e 2020

Produtos	Área colhida	Valor de produção
Soja	71,50%	53,90%
Milho	33,20%	22,80%
Açaí	2,9%	10,8%
Mandioca	-0,9%	3,2%
Algodão	3,0%	5,3%
Cacau	1,1%	3,4%
Banana	-0,9%	1,0%
Cana	1,1%	0,9%
Abacaxi	0,1%	1,2%
Dendê	2,0%	1,6%
Café	-2,2%	-1,4%
Arroz	-10,4%	-3,0%
Feijão	-0,9%	0,6%
Demais	0,6%	-0,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: FGV Agro (SERIGATI; POSSAMAI, 2021).

Na perspectiva de Serigati e Possamai (2021), duas *commodities* concentram boa parte da produção agrícola na Amazônia nas últimas décadas: a soja e o milho, com 53,9% e 22,8% da área colhida. Outros produtos e que são característicos da região se destacam, como o açaí e a mandioca, embora somados não alcançam um percentual minimamente próximos das *commodities*, como a soja e o milho. Embora, a região seja responsável pela maior parte da produção do açaí no Brasil, sendo que se não fosse pela região, o país não teria representatividade na produção desse produto. Apesar da relevância do produto para a região, a soja e o milho se destacaram ao longo das últimas décadas, em especial por conta do investimento e ações do agronegócio. Esses dois últimos produtos alcançaram 81,3% da área colhida da agricultura na Amazônia, tendo um total de 63,5% do valor de produção (SERIGATI; POSSAMAI, 2021).

Figura 2 – Mapa da área de soja plantada por município (ha) no Brasil em 2019.

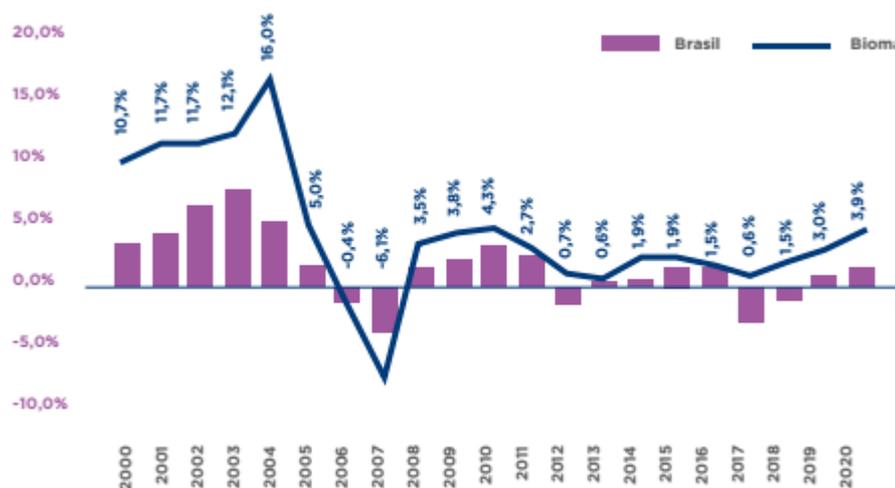


Fonte: Dados: SIDRA/IBGE; Mapa: Forest-GIS.

No Brasil, a soja passou de 9,5 milhões de hectares em 1995 para 30,7 milhões de hectares em 2017. A monocultura da soja acarretou em uma série de problemas socioambientais na Amazônia, gerando profundas alterações na região e também ao deslocamento e a interiorização da pecuária, criando novas fronteiras (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES, MICHELOTTI, 2021). Nos termos de Castro e Castro (2022), embora o desmatamento na Amazônia também seja provocada por diversos agentes econômicos ligados à cadeias da agricultura de *commodities*, da mineração, da madeira, do garimpo, do mercado de terras, do narcotráfico, dentre outros, a pecuária ainda é determinante nesse processo. Os autores salientam que a pecuária na Amazônia se expandiu no território a partir de um modelo hegemônico do desenvolvimento capitalista, através de políticas que priorizaram empresas da

agropecuária e fazendas de gado, com grandes extensões de terras para a exploração da madeira e a pecuária. Santos, Silva e Santana (2022) enfatizam que grandes produtores que efetivam o desflorestamento na Amazônia em maior proporção se dedicam ao cultivo de pastagens e gado bovino, além da soja e do milho. Após essas atividades, os produtores alternavam a sua produção para outros cultivos, como o algodão e sorgo, sendo em menor escala o arroz e o feijão.

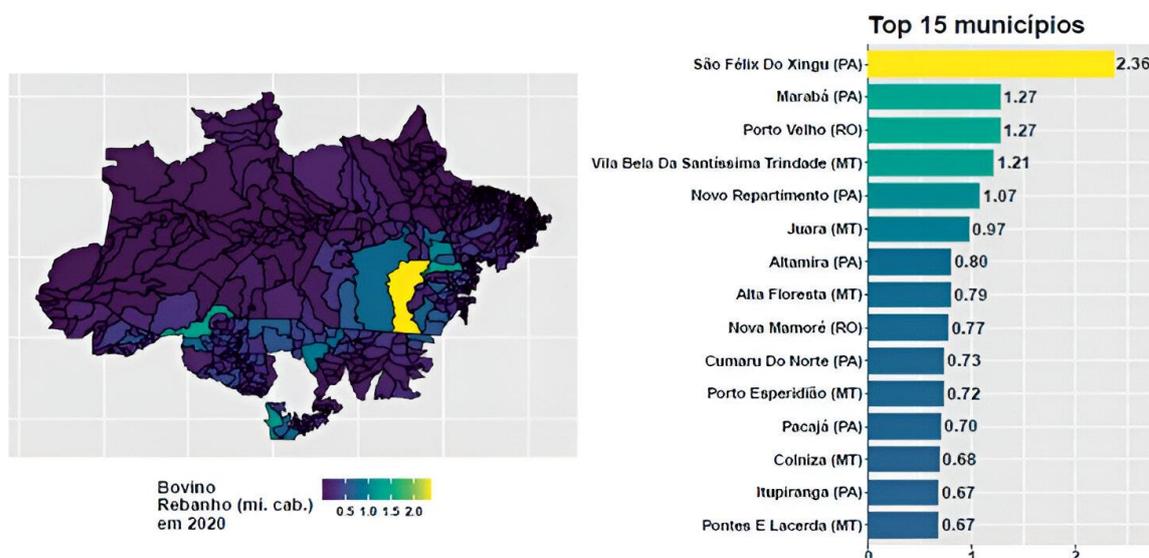
Gráfico 3 – Rebanho bovino na Amazônia e no Brasil (2000 – 2020)



Fonte: FGV Agro a partir de SERIGATI; POSSAMAI (2021).

Dados publicados pela FGV Agro a partir de números do IBGE expõem que o efetivo de rebanhos na Amazônia concentram-se para o bovino, com 67,7 milhões de cabeças, sendo 31% do total do país. Serigati e Possamai (2021) evidenciam a partir desses dados que o rebanho bovino expandiu-se na Amazônia ao longo da década de 2000 e 2010, sendo até mais expressivo que o quantitativo do restante do Brasil. A partir do gráfico acima, é possível visualizar que com exceção de 2006 e 2007, em que há uma queda do rebanho bovino em todo o território nacional, houve um aumento da pecuária na Amazônia em relação à outras regiões do Brasil. Rodrigues (2021) afirma que entre 2000 e 2020 ocorreu um aumento de 114,1% do rebanho bovino na Amazônia, especificamente com 36,1 milhões de cabeças. Na Amazônia, o estado do Pará foi o estado que mais contribuiu com esses dados, contendo 22,27 milhões de cabeças no ano de 2020. No ano de 2000, haviam 31,59 milhões cabeças de gado na Amazônia, tendo em 2020 um total de 67,65 milhões. Os estados do Pará, Rondônia e de Mato Grosso concentram a maior parte de milhões de cabeças do rebanho bovino na Amazônia, tendo como destaque o município de São Félix do Xingu (PA) (SERIGATI; POSSAMAI, 2021).

Figura 3 – Mapa do rebanho bovino na Amazônia em 2020 (mi. cabeças)



Fonte: FGV Agro a partir de SERIGATI; POSSAMAI (2021).

Malheiro, Porto-Gonçalves, Michelotti (2021) acentuam que o total de terras contabilizadas para estabelecimentos agropecuários no Brasil passou de 323,9 milhões de hectares em 1975 para 351,3 milhões de hectares em 2017. Nesse período, a Amazônia passou de 67 milhões de hectares para 132,4 milhões de hectares, aumentando em 97,7%. Os autores afirmam que esse período, advindo do período de políticas de integração na Amazônia e incentivos da produção de *commodities*, foi marcado por fortes conflitos socioambientais e concentrações fundiária. Todos esses processos tiveram um impacto para o crescimento significativo do desmatamento, das queimadas e ataques a povos indígenas, quilombolas e camponeses (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES, MICHELOTTI, 2021).

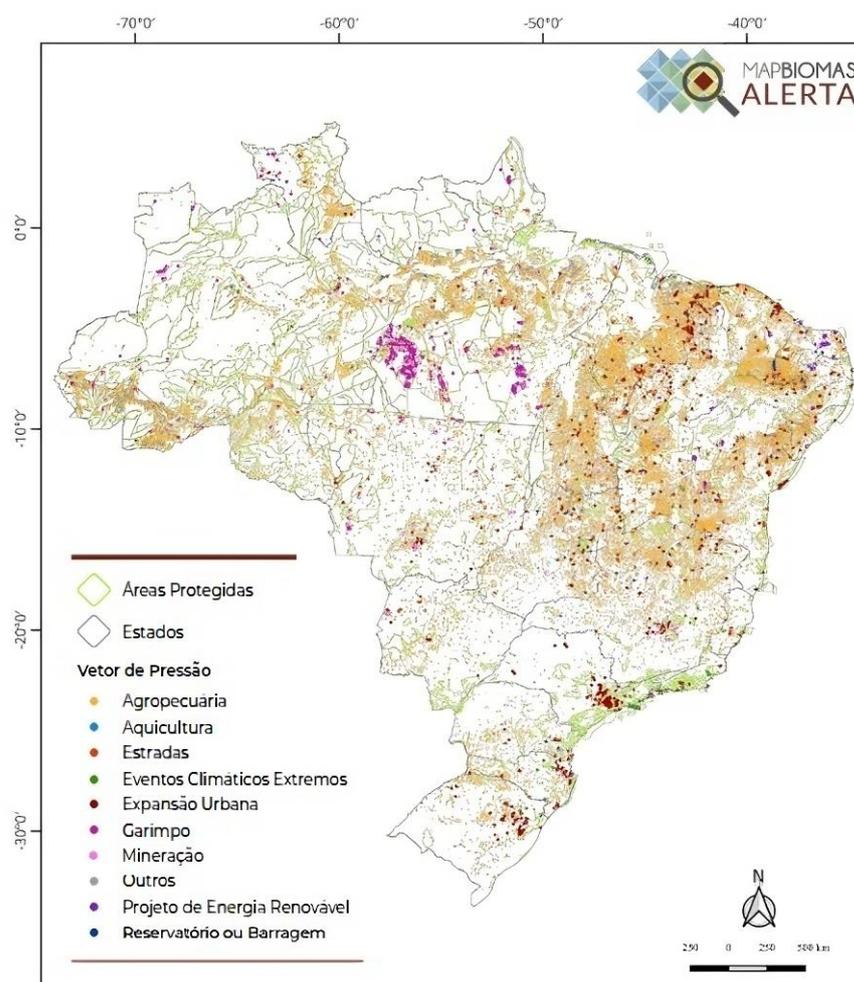
Tabela 4 – Vetores de pressão do desmatamento no Brasil e o quantitativo de áreas desmatadas por hectare (2019 – 2023)

Vetores de Pressão	Áreas desmatadas (ha.)					
	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Agropecuária	1.202.695	1.615.881	1.740.416	1.980.546	1.784.010	8.323.547
Expansão Urbana	1.053	2.505	6.004	3.397	5.601	18.560
Energias Renováveis		476	498	3.928	4.535	9.437
Garimpo	8.990	9.029	9.389	6.166	3.599	37.175
Reservatórios ou Represas*					1.953	1.953
Mineração	1.479	1.447	1.667	1.189	1.948	7.731
Estradas*					1.107	1.107
Eventos climáticos extremos		25	475	653	277	1.430
Aquicultura*					201	201
Outros	6.020	10.372	40.535	73.820	26.370	157.117
Total	1.220.239	1.639.735	1.798.984	2.069.698	1.829.602	8.558.258

Fonte: MAPBIOMAS (2023).

A partir de dados do MAPBIOMAS (2023), no período de 2019 a 2023 vetores de pressão de setores produtivos foram determinantes para a expansão do desmatamento no país. Os dados evidenciam que o desmatamento por pressão da agropecuária correspondeu a 97% da perda da vegetação nativa brasileira. A expansão urbana também influenciou o aumento do desmatamento nos últimos anos, principalmente em áreas próximas de capitais e grandes centros urbanos. O levantamento do MAPBIOMAS (2023) também destaca que no estado do Pará o garimpo foi outro vetor de pressão ao desmatamento, além da agropecuária. A agropecuária representa uma das principais cadeias produtivas do agronegócio.

Figura 4 – Mapa com as características dos alertas de desmatamento de acordo com os diferentes vetores de pressão no Brasil em 2023



Fonte: MAPBIOMAS (2023).

Além dos impactos no desmatamento e nas degradações ambientais, as consequências negativas do agronegócio incluem desigualdades sociais e conflitos pelo direito à terra e ao uso dos recursos naturais. Esse contexto de contradição entre interesses econômicos de determinadas frações do capitalismo global e o agravamento das desigualdades socioambientais ocorre em um cenário mundial de pressão de mercados externos e incentivos à produção de determinados produtos, como a soja (SILVA, 2022). O crescimento econômico pela perspectiva do agronegócio, por outro lado, acarreta desequilíbrios sociais, ambientais e climáticos.

Como discutido acima, é notável que o agronegócio contribui significativamente para a balança comercial do Brasil e possui grande relevância econômica. No entanto, críticos questionam a real participação do agronegócio para o PIB nacional, argumentando que a agropecuária em si contribui menos do que se divulga, sendo o setor de processamento

(agroindústrias) responsável por agregar valor aos produtos agropecuários (SILVA, 2019). Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) comunicam que o agronegócio é o setor que mais produz mercadorias para exportação, mas gera menos em termos de valor agregado para o cálculo geral da produção de riqueza. Isso ocorre porque as matérias-primas agropecuárias têm valores relativamente baixos quando comparadas a outros produtos, como tecnologia e serviços. Embora seja um sistema produtivo lucrativo, ele beneficia principalmente a elite de proprietários de terras, organizações e empresas, em detrimento dos agricultores, trabalhadores e pequenos proprietários. Essa dinâmica reflete a história do campo no Brasil, caracterizada pela concentração de renda e terras, exclusão de trabalhadores, desemprego e uma série de danos ambientais e climáticos (BRUNO, 2012 apud NANNINI, 2020).

A divulgação da contribuição do agronegócio para o PIB brasileiro é uma estratégia para influenciar tomadores de decisões e a opinião pública. Estudos realizados por agências do agronegócio frequentemente destacam o setor como o que mais produz, exporta, emprega e contribui para o PIB nacional (LACERDA, 2011). Conforme aponta Melo (2018), a metodologia utilizada pelo agronegócio para calcular sua participação no PIB incorpora não apenas as atividades agropecuárias, mas também as atividades agroquímicas, industriais e comerciais. Além disso, o cálculo muitas vezes se apropria dos resultados obtidos pela agricultura camponesa, agregando os resultados da agropecuária, da indústria e da distribuição das cadeias do agronegócio. Um exemplo dessa agregação ocorre no uso dos valores gerados pelos fertilizantes químicos e agrotóxicos. Outra estratégia do agronegócio, principalmente no Brasil, é direcionar ataques às ideias de seus adversários, como movimentos ambientalistas e povos indígenas. Essa abordagem visa desacreditar críticas ao setor e reforçar sua imagem positiva perante a opinião pública.

Regina Bruno (2017) argumenta que a disseminação de ideias e discursos do agronegócio desempenha um papel fundamental no processo de constituição de sua hegemonia. Isso implica na ampliação da representação das diversas cadeias do setor e na diversificação dos interesses compartilhados entre grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários da agroindústria. De acordo com a autora, essa dinâmica se reflete na maneira como esses atores se mobilizam em relação a adversários políticos, adotando uma linguagem de classe. No raciocínio de Bruno (2017), essa mobilização se manifesta por meio de várias estratégias discursivas, como a desqualificação de adversários e até mesmo de aliados que possam se opor a seus interesses, o descrédito às críticas direcionadas ao agronegócio, categorizando-as como falsas e equivocadas, e a promoção de um discurso que enaltece a

produtividade do setor e o defende de forma ilimitada. Esses arranjos discursivos foram evidentes durante as eleições presidenciais no Brasil em 2018 e 2022, mostrando como os grupos de interesses do agronegócio utilizam a sua influência política e retórica para fortalecer sua posição e defender suas ideias e interesses.

Durante a candidatura e gestão de Jair Bolsonaro, as organizações representativas do agronegócio se articularam para aproximar interesses em comum do setor e atacar adversários políticos, utilizando uma linguagem de classe característica do agronegócio. Essa estratégia envolveu críticas direcionadas a povos tradicionais, ambientalistas e grupos associados à esquerda política, ao mesmo tempo em que enfatizava a produtividade do setor. Essas ideias e discursos foram frequentes tanto na retórica de campanha quanto na própria gestão de Bolsonaro. O objetivo era não apenas atacar representantes do ambientalismo global, mas também promover uma defesa da produtividade do agronegócio a qualquer custo, além de destacar a supervalorização econômica do setor por meio de dados estatísticos. A estratégia reflete a influência e o poder de mobilização política do agronegócio no cenário brasileiro.

A utilização de estratégias discursivas, como a divulgação de dados econômicos e estatísticas, não é exclusiva do agronegócio brasileiro. De fato, essas estratégias foram empregadas desde os primórdios da concepção de *agribusiness* nos Estados Unidos. Os idealizadores do *agribusiness* nos EUA sublinhavam que esse setor era o maior componente da economia norte-americana, responsável por cerca de 40% do PIB e pela geração de empregos. No Brasil, a ABAG, nos primeiros anos do século XXI, contratou pesquisadores para calcular o PIB do agronegócio brasileiro, inspirados na metodologia desenvolvida por Davis e Goldberg. Esse esforço resultou em uma ampliação da percepção sobre a participação de diversas cadeias produtivas sob o guarda-chuva do agronegócio, fazendo com que o "PIB do Agro" atingisse patamares elevados. Essas estratégias de mensuração e divulgação visavam destacar a relevância econômica e a contribuição do agronegócio para o desenvolvimento nacional (POMPEIA, 2020; MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

É evidente que as estratégias políticas voltadas para a opinião pública não são exclusivas do agronegócio brasileiro, mas sim uma característica globalizada do setor, refletindo as ideias das classes dominantes do agronegócio em escala global. Uma das táticas utilizadas pelo agronegócio brasileiro para influenciar a opinião pública foi o emprego de marketing em comerciais, com entidades do setor financiando propagandas veiculadas em redes televisivas, como a Rede Globo, empresa associada à ABAG. (BRUNO, 2012; ELIAS, 2021). A ABAG, segundo Oliveira (2020), é uma das principais representantes do ruralismo contemporâneo

brasileiro. Entre seus filiados, destacam-se entidades de diversos segmentos produtivos, como a pecuária, fabricantes de máquinas agrícolas, e outras organizações relacionadas ao agronegócio, incluindo a própria Rede Globo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Essas estratégias demonstram a influência e a diversidade de interesses representados por meio das empresas e entidades ligadas ao agronegócio brasileiro. (MENDONÇA; OLIVEIRA, 2015 apud OLIVEIRA, 2020).

O lobby do agronegócio rotineiramente emprega estratégias discursivas e de comunicação para influenciar a percepção da opinião pública sobre sua importância na sociedade (BRUNO, 2022). Isso não apenas visa defender o agronegócio brasileiro, mas também promover a ideia de que este é o melhor modelo produtivo para o campo, um negócio de sucesso e ambientalmente sustentável (ELIAS, 2021). Dois exemplos marcantes do marketing do agronegócio são as campanhas "Sou Agro" e "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo". O objetivo dessas iniciativas foi reposicionar a imagem do agronegócio na sociedade, destacando suas contribuições econômicas e suas ideias, ao mesmo tempo em que questionavam as críticas ambientais dirigidas ao setor. A campanha "Sou Agro" enfatizou que o agronegócio desempenha um papel fundamental no combate à fome mundial e pressionou o poder político brasileiro para a aprovação de mudanças no Código Florestal. Essas estratégias de comunicação não são apenas ferramentas de marketing, mas também constituem uma estratégia discursiva de lobby para alcançar resultados políticos (BOARIN, 2015).

O crescimento político e econômico do agronegócio gerou impactos nos territórios brasileiros, com consequências socioambientais na disponibilidade hídrica, na saúde humana, na qualidade do ar e do solo. Além de impulsionar conflitos fundiários na expansão da fronteira agrícola e de infraestruturas (GOMES, 2019; CASTRO, 2005; SIQUEIRA-GAY et al., 2020; CASTRO; CAMPOS, 2015; ARAÚJO, 2020). A política agrária do agronegócio, que se vinculou com o Estado brasileiro em distintos governos, contribuiu na formação da sociedade brasileira. Esta é marcada pelo histórico da colonização e dos grandes latifúndios (MESSIAS, 2017).

Segundo Malheiros, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), a expansão global do agronegócio é resultado de 'agroestratégias' viabilizadas por planos de desenvolvimento globais, na implantação de infraestruturas de comunicação, energia e logísticas para seus fluxos. Os autores informam que o agronegócio reflete um pacto de poder político e econômico desde o século XX, por meio de um consenso de *commodities*. Este pacto valorizou a política e economia de latifúndios, a produção e exportação de *commodities*, como a soja na Amazônia.

As agroestratégias são um conjunto de práticas e discursos que envolvem não apenas o crescimento econômico do setor, mas também o seu sucesso político e econômico, acarretando em disputas por direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, além de promover a desregulamentação ambiental (POMPEIA, 2023a). Esses discursos e ideias são recorrentemente defendidos pelas organizações do agronegócio, como as agroestratégias da FPA/IPA, pela flexibilização ambiental e contra os direitos territoriais de povos indígenas.

O agronegócio no Brasil é marcado pela concentração fundiária, pela expropriação do trabalhador rural, pela degradação ambiental e pelo êxodo rural (LACERDA, 2009, 2011). Contudo, Costa (2008) exemplifica que os setores agrícolas e industriais contribuem para a economia brasileira com *commodities* desde 1500. Como exemplo, temos o açúcar, café, borracha, cacau, ouro, frutas, carnes e grãos. O Brasil lidera a produção de soja no planeta, além de ser um dos principais produtores de agrocombustíveis, com o uso de óleo de palma, cana-de-açúcar, etanol e biodiesel, tornando-o um dos principais produtores agrícolas do mundo (GOMES, 2019).

Araújo e Ponte (2016) demonstraram que o agronegócio é importante para a economia do país, sendo um destaque no comércio internacional de *commodities*. Porém, também acarreta problemas socioambientais, como o desmatamento. Para os autores, os ecossistemas sempre foram alterados para obtenção de recursos, todavia, isto não pode ocorrer de maneira destrutiva e sem regulações. Tal argumento também foi usado por grupos de interesse do agronegócio brasileiro, reinventando seus discursos e agendas, inserindo concepções como “agronegócio sustentável” (LACERDA, 2009).

Nesse sentido, o patronato rural, por meio do sistema do agronegócio, se aproximou e buscou se apropriar de agendas, narrativas, conceitos e lutas de movimentos sociais ambientais e da reforma agrária brasileira (BRUNO, 2022). Conforme Bruno (2010), o agronegócio procura se adequar ao atual contexto histórico global, buscando associar-se a premissas de sustentabilidade e equilíbrio social e ambiental. No entanto, essa estratégia envolve uma série de contradições para o setor, principalmente relacionadas a temáticas ambientais e ao universo do trabalho.

Mesmo com a inclusão de preocupações ambientais na produtividade do agronegócio, ao menos nos discursos e aparatos tecnológicos, seus impactos negativos demonstram resultados contrários. A modernização do setor e a expansão de suas cadeias produtivas, principalmente nas técnicas de monocultura, trouxeram consequências negativas. Por exemplo, o alto consumo de água, uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e transgênicos,

desmatamento e queimadas, a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global, destruição da biodiversidade, dentre outros aspectos (GOMES, 2019). Além de violações à vida humana e a direitos socioambientais, como a invasão de territórios indígenas, danos à saúde e impactos na segurança alimentar. Outras críticas ao agronegócio são relativas ao trabalho escravo e à violência no campo. Assim, é controversa e discutível a adoção de narrativas de um “agronegócio sustentável” (LIBERA, 2019; LOCATEL; LIMA, 2016). O uso do lobby do agronegócio sustentável se insere em estratégias para obter vantagens comerciais, acesso a mercados e infraestruturas (MELO, 2018).

O vínculo do agronegócio com diversas estruturas, cadeias produtivas e atores públicos e privados contribuiu para sua consolidação em nível global. O agronegócio contou com grandes proprietários no meio político, alianças com corporações agroindustriais globais, financeiras e midiáticas. Isso envolveu um conjunto heterogêneo de discursos e associações representativas, usando mecanismos jurídicos e sendo alicerçado por agências multilaterais globais (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021). O IPA possui financiamento de empresas multinacionais do agronegócio, incidindo na política nacional em aliança com o agronegócio brasileiro (ELIAS, 2021). A integração de setores diversos, tal como formulado no conceito do *agribusiness*, não é apenas retórica, porém, estratégica. A expansão da soja na Amazônia não ocorreria se não contasse com o fornecimento de sementes e insumos de empresas globais como a Bayer/Monsanto. E a expansão da pecuária não seria viável sem a estrutura de frigoríficos da JBS e a Marfrig (MALHEIROS; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

A articulação entre o empresariado deste setor é recorrente e histórica com o Estado brasileiro, principalmente para ter acesso a mercados internacionais (IGLÉCIAS, 2007; MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021; LOCATEL; LIMA, 2016). Tal perspectiva do agronegócio brasileiro se assemelha com o *agribusiness* dos EUA, tendo um arranjo econômico e político de proprietários de terras, indústrias, grupos de pressão e o Estado. Sendo subsidiado com políticas públicas, legislações, linhas de crédito, transporte e fomento de máquinas (MELO, 2018).

Nesse sentido, além do governo, os agentes e instituições que mantêm relações com o agronegócio brasileiro são: as cooperativas, os sindicatos e federações, as organizações multilaterais, o sistema financeiro nacional e internacional, as corporações mundiais do setor e os centros de pesquisas governamentais e privados (IGLÉCIAS, 2007). Ainda na década de 1960 até 1980, houve uma modernização técnica na agricultura brasileira incentivada pelo

Estado brasileiro. A partir de 1990, a agricultura tornou-se prioridade do Governo Federal, principalmente para equilibrar o endividamento econômico interno e externo, impulsionando a característica exportadora do agronegócio e alinhando-se à política econômica mundial. Esse processo teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso e se consolidou no governo de Lula. Os respectivos presidentes objetivaram gerar superávits a partir do comércio exterior, valorizando a agricultura capitalista e o agronegócio brasileiro (BARROS, 2018, p. 177).

O agronegócio brasileiro teve uma participação política ativa, com representação direta e indireta no Poder Executivo e Legislativo. Conforme Delgado (2012) e Pompeia (2018), observa-se que, apesar das estratégias de articulação política do agronegócio brasileiro no início da década de 1990, houve dificuldades de adesão no Governo Federal. Durante os governos de Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), não houve atendimento das reivindicações das cartas programáticas dos representantes do agronegócio. O reconhecimento das ideias dos agentes políticos do agronegócio no Governo Federal começou a ocorrer na gestão de Fernando Henrique Cardoso, sendo alavancado no seu segundo mandato (POMPEIA, 2018). A partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve uma expansão do capital global na agricultura brasileira, impulsionada em seguida no primeiro governo de Lula. Tal expansão se assenta na busca de retorno dos investimentos nos complexos agroindustriais ocorridos no período de 1960 a 1980. Essa expansão se relaciona com a estratégia de valorização do agronegócio brasileiro pelo Governo Federal, ao valorizar a exportação de produtos primários e o mercado de terras (BARROS, 2018).

Nos governos federais das décadas de 2000 e 2010, observou-se uma maior participação direta das organizações representativas do agronegócio. Nos governos Lula I e II, houve uma articulação do setor dentro do MAPA, sendo ocupado por aliados do empresariado ruralista. Embora tenha havido conflitos com outras pastas ministeriais, como o MMA, a participação do lobby do agronegócio foi incidente nos primeiros governos de Lula (ACSELRAD, 2012). Em 2003, o MAPA foi gerido por um importante nome do empresariado do agronegócio: Roberto Rodrigues, então presidente da ABAG e ex-presidente da OCB. O ex-ministro é conhecido como um intelectual orgânico do agronegócio (OLIVEIRA, 2020). Nota-se que o MAPA, desde o início da década de 2000 até os dias atuais, esteve sob a administração do ruralismo empresarial brasileiro. No atual governo Lula, o MAPA é liderado pelo Senador Carlos Fávaro, agropecuarista e ex-vice-presidente da APROSOJA Brasil e ex-presidente da APROSOJA-MT.

Para Cosme (2016), os governos de Lula e Dilma trouxeram interesses contraditórios, como suas bandeiras pela reforma agrária, mas com a abertura de estratégias ao agronegócio.

Esse setor teve concessão de recursos estatais e incentivos à exportação de *commodities*, tanto nos governos Lula quanto no de Dilma, tendo assim um papel relevante nesses governos (MOREIRA; MORO, 2018). O aumento da participação política do agronegócio no Governo Federal reflete o boom dos preços das *commodities* agropecuárias no início da década de 2000. Durante essa fase, as ideias e demandas do agronegócio começaram a influenciar as políticas agrária, agrícola, fiscal e cambial. A partir da década de 2010, o agronegócio incidiu ainda mais nas políticas ambientais e trabalhistas, afetando os interesses de povos indígenas e agricultores familiares (POMPEIA, 2018, p.3; CARNEIRO DA CUNHA; BARBOSA, 2018).

De acordo com Pompeia (2021), houve duas linhas de atuação dos primeiros governos petistas: uma voltada às pautas dos movimentos sociais, com políticas ambientais e de apoio à agricultura familiar, e outra direcionada à agricultura patronal. Porém, a estratégia petista de tentar conciliar interesses — muitas vezes divergentes — não resultou em uma aliança estrita com o setor do agronegócio. Ainda assim, o PT tentou atrair diversos setores do agronegócio para o seu arranjo político, com uma maior aproximação durante os governos de Lula da Silva (FIRMIANO, 2020). É notável que, embora as concertações políticas do agronegócio brasileiro tenham tendido a se afastar ideologicamente do governo do PT, este manteve uma tentativa de aproximação pragmática com setores do agronegócio desde o primeiro mandato de Lula. Durante a divulgação do Plano Plurianual de 2008-2011, o presidente Lula emitiu uma mensagem para setores do agronegócio, utilizando do aparato discursivo do setor:

A competitividade e sustentabilidade do agronegócio exigem investimentos contínuos [...]” (BRASIL, 2008:107). Logo antes dessa afirmação, ele tinha exposto sua justificação combinando estatísticas macroeconômicas e ideias--força: “O agronegócio responde por cerca de 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos, e conta com reconhecimento internacional de sua eficiência e competitividade” (BRASIL, 2008: 107) (POMPEIA, 2018, p.3).

Exemplos da mobilização dos discursos e ideias do agronegócio brasileiro repercutiram também durante o mandato de Dilma Rousseff. No entanto, determinadas entidades representativas do agronegócio ganharam notoriedade após o golpe que levou ao golpe em Dilma Rousseff. Na época, as associações do agronegócio se afastaram do PT e o consideraram como adversário político. Durante o *impeachment* de Dilma, o MAPA era coordenado pela então presidente da CNA e Senadora Kátia Abreu. A aproximação de Kátia Abreu com Dilma Rousseff lhe custou o fim da coordenação do Ministério após o *impeachment* e a presidência da CNA (OLIVEIRA, 2020).

Após o golpe contra Dilma Rousseff, a retórica contra o PT se intensificou entre diversas frações do agronegócio brasileiro, principalmente em grupos mais conservadores, como o FPA/IPA. A relação positiva do agronegócio com o Governo Federal se fortaleceu durante o governo de Michel Temer e foi ampliada com a eleição de Bolsonaro em 2018. Em um encontro com a FPA, Temer declarou que o agronegócio seria a questão mais importante para o país na época (POMPEIA, 2018). Durante o governo Temer, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto como sinal de apoio à bancada da FPA e ao agronegócio. O MDA era responsável pela gestão das políticas de agricultura familiar, processos de reforma agrária e concessão de terras quilombolas. Esse ministério era considerado uma das principais instituições para políticas agrárias do governo petista e próximo dos movimentos sociais do campo desde o governo FHC. Outro exemplo de apoio do governo Temer ao agronegócio foi o cumprimento de agendas programáticas publicadas pela FPA, como as propostas de "pauta positiva biênio 2016-2017" (OLIVEIRA, 2020, p.362).

A aproximação do governo federal com setores do agronegócio cresceu exponencialmente durante a gestão bolsonarista. O ex-presidente Bolsonaro recebeu apoio de setores do agronegócio, principalmente devido à convergência de ideias em questões ambientais e à oposição à demarcação de terras indígenas (POMPEIA, 2021, 2022). Após a vitória eleitoral de Lula nas eleições presidenciais de 2022, foram adotadas uma série de estratégias para reduzir a distância entre os setores do agronegócio brasileiro e o novo mandato petista. Foram realizados diversos encontros, reuniões e participações em feiras agrícolas desde o início do novo mandato de Lula. Outro componente importante da gestão de Lula foi o aumento do volume de recursos do Plano Safra de 2023/2024 destinados ao agronegócio, com um financiamento de R\$ 363 bilhões, o que representou um aumento de 27% em relação à última edição do Plano. É evidente que, independentemente da gestão federal desde o início da década de 2000, todos os presidentes buscaram se aproximar das organizações políticas do agronegócio.

Para Oliveira (2020), os governos de Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011 – 2016), embora considerados adversários políticos pelo agronegócio, foram favoráveis à consolidação desse setor no país. Essas ações levaram à adesão de segmentos ruralistas ao governo petista. O autor ressalta que uma série de políticas e estratégias em continuidade desde a década de 1970 contribuíram para a hegemonia do agronegócio no campo brasileiro. Entre as ações estatais que beneficiaram o agronegócio, destacam-se: o investimento em pesquisa para o agronegócio liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a expansão da

fronteira agrícola na Amazônia e no Cerrado, o aumento do crédito rural por meio do Plano Safra, a consolidação e o investimento em infraestruturas para a escoação da produção agrícola, a flexibilização dos marcos regulatórios ambientais e o descumprimento de políticas voltadas para a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas e quilombolas (OLIVEIRA, 2020, p. 359).

Nota-se que tais agendas do agronegócio refletem a escolha por determinadas políticas oriundas desde a década de 1970, principalmente na flexibilização de regramentos ambientais e contrárias aos direitos indígenas e da reforma agrária. Essas ideias e valores foram observados nos discursos mobilizados pelo governo Bolsonaro, demonstrando uma convergência de ideias e discursos entre o setor do agronegócio e as políticas bolsonaristas. Nesse sentido, evidencia-se uma aproximação política de organizações do agronegócio com o Governo Federal, revelando uma estrutura comum do agronegócio global. Esta se baseia no poder político-econômico do patronato rural, que compõe a sociedade política e representa de forma sistemática os interesses das classes dominantes no país (NANNINI, 2020, p.678).

O sucesso político e econômico do agronegócio brasileiro também é consequência da sua estrutura em distintos níveis e associações. As representações dos interesses do agronegócio são setoriais, nos níveis nacional e regional, tendo nos municípios os sindicatos rurais e, nos estados, as federações estaduais. Nacionalmente, há associações representando setores específicos e ampliados da agropecuária (IGLÉCIAS, 2007). Conforme Acsehrad (2012), em 1897 foi criada a primeira organização de produtores rurais brasileiros com representação nacional, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). Outra entidade inicial de destaque na organização patronal rural é a SRB, criada em 1919. O autor afirma que a SNA reuniu, em 1951, diversas federações estaduais e criou a primeira associação nacional de produtores rurais: a Confederação Rural Brasileira. Posteriormente, esta se tornou a CNA.

No âmbito da Confederação, houve uma série de Conselhos, como o Rural Brasil, que se tornou o Conselho Superior da entidade. Atualmente, diversas associações integram o Rural Brasil, tais como a SRB e a UDR (IGLÉCIAS, 2007). A CNA foi reconhecida como entidade patronal no ano de 1964, sendo a cúpula em Brasília de 27 federações e 2 mil sindicatos rurais. A CNA possui uma articulação central com o FPA/IPA desde 2019, sendo atuante nos três poderes do Estado. A relação da CNA com Bolsonaro variou entre críticas e apoios, principalmente nas questões ambientais (POMPEIA, 2023b).

Bruno (2010) cita outras associações representativas que se destacaram ao longo da década de 1980 e 1990. Entre elas, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Embora

tenha surgido em 1969, tornou-se uma força significativa na representação de grupos agroindustriais após 1985. Uma associação de destaque do agronegócio é a ABAG, sendo apresentada oficialmente em 1993. Ela institucionalizou a ideia de *agribusiness* no Brasil (POMPEIA, 2020; LACERDA, 2011; SILVA, 2019; ABAG, 2020). Na década de 1980, também ganha relevância a UDR, criada em 1985. A UDR representa os produtores rurais mais conservadores, principalmente contrários à reforma agrária. Surgiu como resposta à organização de movimentos sociais que questionavam a concentração fundiária, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A UDR ficou conhecida pelo uso da violência e o autoritarismo, incentivando a aquisição de armas para proprietários de terra. Também eram críticos ao PT, acusando-o de fomentar a reforma agrária (LOCATEL; LIMA, 2016).

Mediante ideias e discursos radicalizados, a UDR não conseguiu liderar mobilizações nacionais do setor, perdendo espaço para a ABAG, que buscou um “pacto de economia com o Estado brasileiro” (POMPEIA, 2021, p.120). Com a escalada do bolsonarismo e a candidatura de Bolsonaro, a UDR volta a ganhar destaque político no agronegócio, mas não sendo tão expressiva quanto as outras organizações patronais do agronegócio, como ABAG, CNA e FPA. Embora haja pautas em comum entre diversos grupos de interesses do agronegócio, é importante citar o caráter heterogêneo das associações representativas, não possuindo uma unificação política e econômica.

Outra importante organização representativa do agronegócio é a FPA. Esta atuou informalmente na Assembleia Nacional Constituinte, mas foi oficializada apenas em 1995. O grupo é uma frente parlamentar composta por diferentes partidos, mas com interesses em comum no agronegócio. A FPA abrange organizações setoriais na defesa do agronegócio em diversas questões, principalmente na legislação trabalhista, fundiária, questões indígenas e ambientais (SILVA, 2019). A FPA, também conhecida como “bancada ruralista”, se destacou enquanto representante política do agronegócio e como organização suprapartidária (LIMA, 2016; BRUNO, 2015, apud OLIVEIRA, 2020).

É interessante observar que, embora a FPA possua um alinhamento político à direita, sua bancada é composta por integrantes de partidos de matrizes ideológicas diversas. Visando prestar assessoria política e técnica para a FPA, entidades do meio agropecuário criaram, em 2011, o IPA, que agrega 48 grupos do agronegócio e 280 parlamentares. O IPA atua na “institucionalização da agenda do setor com o objetivo de garantir o respaldo técnico e das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional, além de promover a interlocução com os poderes Judiciário e Executivo” (IPA, 2021, p.1).

A consolidação do IPA foi fundamental para a ligação entre fatores econômicos e políticos. No ano de 2016, a organização recebia financiamento mensal de aproximadamente 40 associações do agronegócio. As ações do IPA pela diminuição de conflitos internos entre as cadeias do agronegócio, o amplo financiamento e sua capacidade técnica aprofundaram as associações empresariais com a FPA (POMPEIA, 2021, p. 121). Na visão de Barros (2018), a atuação de representantes do agronegócio brasileiro no Congresso Nacional não visa apenas a representação de interesses da classe da burguesia agrária, mas sim a defesa de ideias, valores e visões de mundo. Tais ideias são correlatas até a projetos antiambientais defendidos por meio de projetos de leis. É notável que historicamente, no Brasil, agentes e organizações do agronegócio se enraizaram e atuaram de forma ampliada no Estado brasileiro, agindo na estrutura política e civil, ou seja, em instituições formais do Estado, associações de classe e na esfera pública (OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, essa estratégia é evidente no funcionamento tanto do IPA quanto da própria FPA. Em conjunto, atualmente, o IPA e a FPA representam uma das principais forças de lobby do agronegócio brasileiro. Esse grupo é composto por associações da agropecuária, entidades a montante e a jusante (POMPEIA, 2020). A FPA opera as demandas do IPA (SOUSA, 2017). Silva (2019) mostra que, embora sejam duas entidades distintas juridicamente, na prática, a FPA e o IPA funcionam de maneira unificada.

A FPA/IPA ganhou grande repercussão e adesão de associações do agronegócio durante a aprovação do Novo Código Florestal em 2012 e no *impeachment* de Dilma Rousseff. Segundo o ex-presidente da FPA nos anos de 2015 a 2017, as políticas defendidas por Dilma iam na contramão dos interesses do agronegócio (SOUSA, 2017). Além de ter sido central no golpe em Dilma, a FPA contribuiu na votação para rejeitar denúncias contra Michel Temer em 2017 (ELIAS, 2021). Entre as agendas e políticas defendidas pela FPA, destacam-se a defesa de políticas agrícolas, projetos de leis pela liberalização de agrotóxicos, oposição às regulamentações ambientais, contrariedade à reforma agrária e à demarcação de terras indígenas e quilombolas (OLIVEIRA, 2020). Essas agendas e ideias são históricas no agronegócio em âmbito global, não se restringindo apenas ao caso brasileiro.

No Brasil, outras associações estaduais e nacionais se destacam, entre elas: Associação Nacional de Defesa Vegetal, Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, Associação Brasileira de Celulose e Papel, Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Associação Brasileira de Frango, Conselho Nacional do Café e a União Brasileira de Avicultura (MELO, 2018; BRUNO, 2022). Há

centenas de associações representativas do agronegócio atuando em lógicas setoriais e ampliadas que se articulam na defesa de interesses em comum, como é o caso das atuações da FPA e da CNA, nas quais fazem parte a OCB e a ABAG (IGLÉCIAS, 2007).

Oliveira (2020) assevera que grupos como a FPA/IPA estão organicamente vinculados a associações e representantes do agronegócio brasileiro, como a ABAG, que desempenha um papel de buscar consensos intra e entre classes visando os interesses do setor. O autor também afirma que a CNA, enquanto representante patronal rural, assume uma disputa pelo protagonismo do empresariado rural junto com a ABAG. Assim, o agronegócio não constitui um bloco homogêneo, mas sim um conjunto de frações de classes incorporadas sob ideias e consensos político-ideológicos (OLIVEIRA, 2020). Embora haja ideias em comum entre as várias organizações do agronegócio, é importante ressaltar que também ocorrem conflitos econômicos dentro do próprio setor.

Tal perspectiva também é relatada por Pompeia (2020, 2021, 2023a). De acordo com o autor, as concertações políticas do agronegócio ocorrem por meio de convergências, em que seus agentes racionalizam suas diferenças e negociam acordos para diminuir os conflitos e atuar conjuntamente. Dentro das associações representativas de produtos agropecuários, estão vinculadas as principais produtoras de *commodities*, como milho, café, algodão e soja. As organizações tradicionais da agricultura patronal, que possuem um longo histórico de atuação, são: a CNA, a OCB, SRB, SNA e a UDR.

A partir de Bruno (2009), Firmiano (2020) cita que as organizações patronais do agronegócio são representadas majoritariamente pela OCB, ABAG, SRB, CNA, SNA e a UDR. Com uma unidade de pautas no Congresso a partir da FPA. O autor também destaca que embora exista uma articulação em comum, há uma disputa permanente entre as organizações pela hegemonia da representação do agronegócio brasileiro. Barros (2018) afirma que determinadas organizações representativas sintetizam o discurso e ideias da burguesia agrária, entre elas: ABAG, OCB, SRB, UDR, CNA e SNA.

Evidencia-se que mesmo com a fragmentação dos grupos de interesses do agronegócio, há determinadas ideias que os agregam, principalmente nas agendas ambientais e fundiárias (POMPEIA, 2021). A articulação em comum pelas distintas organizações representativas do agronegócio se pauta por sua concertação política, como afirmado por Pompeia (2020). Uma das ideias permanentes desta articulação está na contrariedade aos povos indígenas e suas bandeiras de luta. Conforme Regina Bruno (2017), os povos indígenas e comunidades tradicionais são os principais adversários dos grandes proprietários de terras, empresários

agroindustriais e produtores rurais. Ainda que as diferentes organizações postulem discursos mais agressivos e moderados perante adversários políticos (POMPEIA, 2023a), é visível que as agendas e ideias dos povos indígenas denotam uma contrariedade ao modelo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro e global. Exemplo disto encontra-se em suas ações políticas perante o Executivo e o Legislativo no Brasil.

No ano de 2023, o STF (2023) derrubou a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, o que ocasionou manifestações contrárias de representantes do agronegócio, como a FPA: "a Constituição de 1988, instituidora de uma nova ordem jurídica, privilegiou índios [sic] em detrimento de todos os demais componentes da sociedade. Frisa-se, direito esse não apenas dos produtores rurais" (SAMPAIO, 2023, p.1). Essa contrariedade também se reverberou na CNA, que se manifestou contrária à decisão, ressaltando que a demarcação das terras indígenas seria um obstáculo. A CNA mobilizou um discurso comum do agronegócio para afirmar que as terras indígenas impediriam o agronegócio enquanto atividade promotora da alimentação brasileira: "garantir o alimento que chega à mesa da população brasileira e mundial" (SAMPAIO, 2023, p.1).

Em 2024, o Congresso Brasileiro aprovou o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, indo de encontro à decisão do STF. A aprovação no Congresso foi resultado da ação política do FPA/IPA, assim, apenas admitindo a demarcação de terras indígenas que já estavam ocupadas até a promulgação da Constituição Federal. A contrariedade de grupos do agronegócio em relação aos povos indígenas vai além de ações políticas, mas inclui a rejeição às suas ideias e à própria existência desses povos. Regina Bruno (2017) demonstrou alguns posicionamentos de organizações do agronegócio sobre os povos indígenas:

“São os não esperados”, afirmam as lideranças da CNA; “são os indesejáveis, os inimigos da classe”, anunciam os parlamentares da FPA, mais conhecida como “Bancada Ruralista” do Congresso Nacional; “pessoas desclassificadas”, avaliam os porta-vozes da ABAG e do cooperativismo empresarial, personalizado pela OCB; “é gente miúda, insignificante”, dizem os presidentes das associações por produto e multiproduto que se constituíram nas últimas décadas juntamente com o processo de modernização da agricultura (BRUNO, 2017, p.28).

Nesse sentido, a oposição e rejeição a ideias e aos próprios povos indígenas são comuns no agronegócio brasileiro, que muitas vezes não os enxerga como sujeitos de direitos (BRUNO, 2017). Mesmo que existam ideias e discursos similares entre grupos de interesse do agronegócio, é importante realizar um recorte analítico adequado para essa tese, dada a amplitude das representações do agronegócio no Brasil. No trabalho de Silva (2019), alguns critérios foram definidos para esse recorte na avaliação dos grupos de interesse e organizações

do agronegócio. O autor considerou selecionar aqueles grupos que representassem o agronegócio de forma abrangente, desenvolvessem ação política no Congresso Nacional e representassem os interesses do setor agropecuário. Inicialmente, a CNA foi selecionada, porém, devido à falta de dados para sua análise, foram escolhidos a FPA, a SNA, a SRB, a ABAG e a UDR. Esse recorte será utilizado nesta tese, mas com ajustes necessários. Uma vez que o foco está na análise da convergência e diferenças de ideias e tomadas de decisões entre grupos do agronegócio e o Governo Federal, o desenvolvimento da ação política no Congresso Nacional não será uma regra.

Dessa forma, baseado em Silva (2019), Bruno (2017; 2022), Pompeia (2020; 2021; 2023a; 2023b; 2024a) e Oliveira (2020), os critérios utilizados para selecionar os grupos de interesse analisados na tese são os seguintes: representação abrangente do agronegócio, não se limitando a setores específicos; apresentação de propostas relacionadas a políticas socioambientais; defesa de interesses ligados ao meio agropecuário; disponibilidade de dados; e histórico de representação nacional do agronegócio brasileiro. Tais critérios resultaram na seleção dos seguintes grupos: CNA, FPA/IPA, ABAG e APROSOJA. Esses grupos tendem a atuar em diversas arenas decisórias, incluindo o Poder Legislativo e o Executivo.

Segundo Pompeia (2020), a FPA/IPA atua frequentemente no Congresso, embora também tenha influência no Poder Executivo. Por outro lado, a CNA, juntamente com seu Conselho do Agro, concentra-se nas relações com o Executivo. O Conselho do Agro, vinculado à CNA, reúne as principais entidades representativas das *commodities* agropecuárias. Ainda que a APROSOJA atualmente não seja tão expressiva na representação do agronegócio ao comparar com outros grupos como a CNA e a FPA, tal organização manteve um papel ativo na eleição e gestão de Jair Bolsonaro, assim, justifica-se a escolha por essa organização.

A FPA/IPA é uma das principais representações políticas do agronegócio brasileiro. De acordo com o IPA (2021), o instituto e a FPA defendem os interesses do agronegócio nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, marcando presença em diversas esferas de atuação. Suas ações incluem propostas de regulação fundiária, como a Medida Provisória 910 e o Projeto de Lei n. 2633/20, elaboração de propostas para o marco legal do licenciamento ambiental e discussões sobre condições de trabalho dos produtores rurais, além do apoio ao marco temporal para demarcação de terras indígenas, entre outros (IPA, 2021).

A FPA/IPA aborda temáticas ambientais, trabalhistas e fundiárias, que são problemáticas para o agronegócio devido à relação de alguns setores com questões como desmatamento, trabalho análogo à escravidão e não reconhecimento de direitos indígenas e

quilombolas (MELO, 2018). Embora o agronegócio possua ideias políticas diversas e não seja homogêneo nessas questões (BRUNO, 2022), há uma tendência de atuação conjunta em questões políticas amplas, como as relacionadas aos povos indígenas e ao meio ambiente, mesmo havendo competição pela representação do agronegócio, como entre a CNA e o IPA (POMPEIA, 2020).

A atuação política dos agentes do agronegócio se manifesta através de seus fóruns, nos quais parlamentares e presidentes estão presentes, buscando convergência de agendas e ideias com esses atores. É importante ressaltar que as ideias das diferentes organizações do agronegócio podem apresentar algumas diferenças. Por exemplo, a ABAG incorpora os interesses do agronegócio sob uma perspectiva de sustentabilidade, com foco especialmente na economia verde e na transição energética (ABAG, 2020).

O desconforto de alguns setores do agronegócio com certas ações do governo Bolsonaro reflete preocupações pragmáticas relacionadas à transnacionalização do sistema alimentar brasileiro. Esse sistema está respondendo às demandas de um mercado internacional cada vez mais atento à responsabilidade social e aos selos verdes. Diante dos riscos para sua reputação perante a opinião pública e a justiça, o empresariado do agronegócio está adotando posições estratégicas no debate ambiental. Esses riscos os levaram a abraçar a ideia de "ambientalização" do agronegócio, como resposta às críticas e aos crimes ambientais que poderiam prejudicar sua lucratividade. Isso resultou em uma diversidade de posicionamentos e diferenças entre as organizações do agronegócio em relação a questões ambientais (POMPEIA, 2023b).

A ABAG demonstrou sua preocupação com a instabilidade política no governo de Jair Bolsonaro ao assinar uma carta de associações agroindustriais em defesa da democracia em 2021. Apesar dessa diferença em relação ao governo, a ABAG colabora em conjunto com outras associações do agronegócio quando há interesses comuns, como ocorreu na aprovação da Lei de Biossegurança em 2004 (TAGLIALEGNA; CARVALHO, 2006) e na busca pela aprovação do Marco Temporal das terras indígenas.

Oliveira (2020) destaca que, durante o governo Bolsonaro, embora tenham surgido divergências econômicas ou políticas internacionais entre setores do agronegócio, essas diferenças não interferiram em seus projetos políticos conservadores. Mesmo quando certos grupos do agronegócio se manifestavam contrários a decisões econômicas do governo, isso não resultou em ações de oposição direta a Jair Bolsonaro. Pelo contrário, as associações do agronegócio apoiaram ativamente o desmonte de políticas e instituições ambientais, além de se posicionarem contrariamente aos direitos indígenas e quilombolas.

É verdade, mesmo que houvesse divergências dentro do agronegócio em relação a certas políticas do governo Bolsonaro, como demonstrado pela ABAG, essas diferenças não resultaram em ações políticas diretas de oposição ao governo bolsonarista. Isso sugere uma afinidade ideológica e política entre o agronegócio brasileiro e o governo. Firmiano (2020) destaca que o ex-presidente Bolsonaro conseguiu angariar apoio significativo de diferentes segmentos do agronegócio brasileiro, especialmente por defender ideias políticas comuns, como a flexibilização ambiental, a posse de armas no campo, a oposição à demarcação de terras indígenas e à reforma agrária, a renegociação de dívidas do agronegócio e a liberalização de agrotóxicos. Essa convergência de ideias e interesses políticos contribuiu para a manutenção de uma relação próxima entre o governo Bolsonaro e o agronegócio durante seu mandato.

A observação de Firmiano (2020) é crucial para entender a dinâmica dentro do agronegócio brasileiro. Embora organizações, como a ABAG, possam se posicionar de forma diferente em relação às políticas do governo Bolsonaro, a eleição de Bolsonaro influenciou a redistribuição do poder dentro do setor. Até a década de 1990, a ABAG exercia uma liderança predominante na representação do agronegócio brasileiro. No entanto, com o tempo, outras associações começaram a ganhar destaque, especialmente após a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência. Isso sugere mudanças significativas na dinâmica de poder e nas alianças dentro do setor agropecuário brasileiro.

A pesquisa realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e pelo Observatório do Agronegócio no Brasil revela uma contradição entre a representação política do agronegócio como "o mais sustentável do mundo" e suas práticas reais (BASSI, 2022). O estudo identificou 49 associações do complexo agroindustrial que promovem a defesa da sustentabilidade ambiental, visando atrair investimentos e melhorar sua imagem pública. No entanto, essas associações enfrentam desafios significativos no controle de suas cadeias de fornecimento, especialmente no que diz respeito à pecuária proveniente de áreas desmatadas. Isso sugere uma desconexão entre as retóricas de sustentabilidade e as práticas efetivas do agronegócio brasileiro, evidenciando a necessidade de medidas mais eficazes para garantir a conformidade ambiental em toda a cadeia produtiva.

A resignificação do agronegócio em direção à sustentabilidade tem sido sublinhada por estudiosos como Lacerda (2011), que observa esse movimento como uma busca por um modelo organizacional mais alinhado com a agricultura sustentável. A ABAG é citada como exemplo desse processo de resignificação. Apesar de algumas associações do agronegócio expressarem críticas ao desmatamento no Brasil, elas frequentemente defendem no Congresso a

flexibilização das leis ambientais para atender aos seus interesses econômicos (BASSI, 2022). A concertação política entre os grupos organizados do agronegócio, conforme destacado por Pompeia (2020), confere maior peso às suas ações, permitindo que atuem de forma mais eficaz em prol de suas ideias, interesses econômicos e políticos (SIEBENEICHLER, 2021).

O relatório da FASE destaca que certos setores do agronegócio estão adotando técnicas e incentivos voltados para a agricultura regenerativa e a recuperação de pastagens degradadas, além de se posicionarem contra o desequilíbrio ambiental. No entanto, o relatório também ressalta que esses mesmos setores tendem a ignorar a realidade no campo, onde persistem inúmeros problemas socioambientais em suas cadeias de fornecimento. Por exemplo, é apontado que 20% da soja e 17% da carne exportada pelo Brasil estão ligados ao desmatamento ilegal. Além disso, essas cadeias de fornecimento estão associadas a uma série de questões, incluindo conflitos fundiários, uso irregular de agrotóxicos, contaminação de rios e nascentes, trabalho análogo à escravidão e grilagem de terras (BASSI, 2022).

Apesar das tentativas de promover uma imagem sustentável, o modelo predominante da agricultura e da pecuária global, associado à ideia do agronegócio, tem impactos negativos significativos sobre o meio ambiente e a saúde humana (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Ainda segundo Barros (2018), atores do agronegócio, como grandes proprietários de terra, também estão envolvidos em práticas prejudiciais adicionais, como a superexploração do trabalho agrícola, que às vezes chega a se configurar como trabalho análogo à escravidão. Essas situações são observadas em diversas cadeias produtivas, incluindo a soja, a cana-de-açúcar, a pecuária, as vinícolas, entre outras relacionadas ao agronegócio.

Bassi (2022) atestou que as associações do agronegócio apresentam uma variedade de posicionamentos políticos, que vão desde posturas pragmáticas e reformistas, como a da ABAG, até uma defesa ideológica irrestrita do agronegócio e seus interesses, como é o caso da APROSOJA Brasil. Segundo Libera (2019), apesar de se apresentarem como defensores de um agronegócio sustentável e apoiadores do combate ao desmatamento, existem contradições nas narrativas das representações do agronegócio brasileiro. Essas contradições são especialmente evidentes no Congresso Nacional, onde suas ações muitas vezes vão de encontro aos direitos socioambientais e contribuem para atividades que resultam no desmatamento da Amazônia (GOMES, 2019; ELIAS, 2021).

O lobby do agronegócio recorre constantemente a temas como a aprovação de agrotóxicos, uso de sementes transgênicas, acordos nacionais e internacionais, e na política externa brasileira, visando contornar acordos climáticos globais (SIEBENEICHLER, 2021).

Nos últimos anos, o lobby dos grupos de interesses do agronegócio, por meio da FPA, atuou no Congresso buscando influenciar a legislação trabalhista, fundiária, ambiental, tributária, indígena e quilombola (LOCATEL; LIMA, 2016). Esse tipo de atuação distancia-se, assim, da matriz discursiva e das ideias do agronegócio em defesa da produtividade do setor em equilíbrio socioambiental.

Para Pompeia (2020), a atuação política dos grupos de interesse do agronegócio vincula-se a temas amplos do campo, visando facilitar a união de distintos setores em interesses comuns. Por exemplo, criticando a criação de Unidades de Conservação, defendendo a flexibilização da legislação ambiental, a segurança jurídica para o agronegócio, financiamento ao setor, uso de terras indígenas para a exploração de recursos naturais e produção de *commodities*. As ações desses grupos e do patronato rural tendem a se opor a movimentos sociais que reivindicam a democratização da terra (BRUNO, 2022).

Essa atuação política em defesa dos interesses do agronegócio não ocorre apenas de forma representativa, mas também diretamente no poder público. O agronegócio tem tido destaque na composição do Poder Executivo, com representantes ocupando cargos em Secretarias e Ministérios. Nas gestões federais, a FPA/IPA indicaram ministros para o MAPA, como Blairo Maggi, no governo Temer, e Tereza Cristina, no governo Bolsonaro (ELIAS, 2021).

Visando consolidar a ação política de agentes e grupos de interesses do agronegócio, foi criado o IPA, com o objetivo de construir consensos entre atores heterogêneos. Um processo semelhante ocorreu na CNA, que organizou o Conselho do Agro para abordar pautas transversais, evitando tratar de temas isolados de cada cadeia produtiva que compõe o grupo (POMPEIA, 2020). A estratégia unificadora do agronegócio ressalta garantir sua reprodução política e econômica, relativizando as diferenças internas do setor e reivindicando pautas com as quais todos os seus grupos se identifiquem (BRUNO, 2022).

As estratégias de hegemonia do agronegócio brasileiro ocorrem diretamente com o Governo Federal brasileiro e o Poder Legislativo. Embora esse movimento tenha se intensificado com a criação e consolidação do IPA, a aproximação com as instâncias de Poder não é recente na história brasileira. Por exemplo, o Brasil conseguiu vitórias na Organização Mundial do Comércio em relação ao acesso a mercados e exportação de açúcar e algodão, estratégias compartilhadas com setores de grupos organizados do agronegócio brasileiro (IGLÉCIAS, 2007).

A participação de grupos de interesses na elaboração de acordos, regras e leis é recorrente, como na influência de representantes do empresariado industrial na política ambiental brasileira, como na Lei Geral do Licenciamento Ambiental (CRUZ; CABRAL, 2020) e em resoluções do CONAMA (CABRAL, 2007). A atuação política desses grupos no Brasil acumula vitórias de acordo com suas agendas legislativas e por meio do lobby (MANCUSO, 2004; SANTOS, 2011; SANTOS, 2014).

A agenda do lobby do agronegócio tem se acentuado em projetos de lei, como na flexibilização da regulação dos agrotóxicos no Brasil (ALMEIDA et al; 2017; MOURA; ROZENDO; OLIVEIRA, 2020). O lobby do agronegócio obteve sucesso na institucionalização de seus interesses nos últimos anos (LACERDA, 2009; LOCATEL; LIMA, 2016; RIBEIRO, 2016), principalmente a partir da articulação de suas organizações representativas, como o FPA/IPA e a ABAG (LACERDA, 2011).

Nesse sentido, o agronegócio é heterogêneo e apresenta diferenças, como nos discursos de combate ao desmatamento, porém, atua em conjunto quando há interesses em comum. Conforme Pompeia (2022), Jair Bolsonaro conseguiu o apoio de uma parte significativa do agronegócio, mas isso não foi um consenso no setor. Ele afirma que a atração ao ex-presidente Bolsonaro se deu principalmente por grupos conservadores do agronegócio, como a Frente Produtiva Brasil, liderada pela UDR. Esse grupo chegou a criticar lideranças do agronegócio brasileiro sob a justificativa de serem próximas aos governos petistas. Por exemplo, criticaram a articulação entre a ex-presidente da CNA, Kátia Abreu, e Dilma Rousseff. Segundo Firmiano (2020), a ABAG e a CNA são forças proeminentes na representação do agronegócio nacional, estando constantemente no MAPA independente da gestão federal. Contudo, isso foi modificado com a candidatura de Bolsonaro, ascendendo setores mais conservadores do meio.

Apesar das divergências, o patronato do agronegócio brasileiro atua em coesão na defesa de seus interesses. Exemplos incluem o fortalecimento de espaços que representem seus interesses, a elegibilidade de aliados em cargos de poder, a construção de uma imagem hegemônica e a retórica da legitimidade de poder a partir de uma identidade ruralista. Além disso, há registros de violência política contra adversários, incluindo movimentos sociais ambientalistas e da reforma agrária (BRUNO, 2022, p.1). Essas estratégias políticas dos grupos de interesses do agronegócio se baseiam em operações coordenadas entre seus agentes, com financiamento de grandes empresas do agronegócio nacional e internacional. Recorrentemente, essa articulação ocorre por meio do IPA, que reúne e é financiado por grupos de interesses

diversos do agronegócio. Dois exemplos são a APROSOJA e a ABAG, que agregam múltiplas empresas das cadeias produtivas do agronegócio (SIEBENEICHLER, 2021).

As divisões dentro das representações do agronegócio também foram evidentes durante o governo Bolsonaro. Algumas associações demonstraram maior proximidade, como a UDR, APROSOJA, FPA e SRB, enquanto outras, como a ABAG, apresentaram distanciamento. Em 2018, o diretor da SRB declarou apoio à candidatura de Bolsonaro (FIRMIANO, 2020). Em um encontro com fazendeiros em 2017, Nabhan Garcia, líder da UDR, criticou as agroindústrias, as fiscalizações ambientais e declarou apoio a Bolsonaro. O então candidato utilizou esses temas em sua campanha, além de se posicionar contra a demarcação de terras indígenas e a favor do armamento de proprietários rurais, o que atraiu o apoio dos fazendeiros (POMPEIA, 2022).

Na visão de Oliveira (2020), durante as eleições presidenciais de 2018, não havia um consenso sobre qual seria o candidato do agronegócio. O que havia consenso era a oposição à eleição de Lula. Lideranças do agronegócio chegaram a apoiar outros candidatos, como Kátia Abreu, que foi lançada como vice de Ciro Gomes. No entanto, alguns atores do agronegócio, como Ronaldo Caiado, ex-presidente e fundador da UDR, apoiaram a campanha de Jair Bolsonaro. O apoio da FPA a Bolsonaro ocorreu apenas em outubro de 2018, sendo retribuído com a indicação de Tereza Cristina para o MAPA.

Durante um encontro do IPA, parlamentares da FPA criticaram os posicionamentos radicais de Bolsonaro, expressando preocupação com o impacto negativo que isso poderia ter na imagem do setor. No entanto, como mostrado por Pompeia (2022), esse ponto de vista não foi unânime dentro do próprio IPA. Alguns setores do Instituto concordaram com as ideias de Bolsonaro. Os grupos mais conservadores do IPA, principalmente ligados à soja e aos sindicatos estaduais, apoiaram a candidatura de Nabhan Garcia da UDR ao MAPA. Por outro lado, as elites econômicas do IPA discordaram e indicaram Tereza Cristina, que acabou sendo nomeada Ministra na gestão bolsonarista. Tereza Cristina desempenhou um papel de destaque na articulação entre Bolsonaro e a bancada do agronegócio no Congresso, especialmente em relação à agenda de liberação de agrotóxicos e ao licenciamento ambiental (FIRMIANO, 2020; OLIVEIRA, 2020). No final da gestão de Cristina, a atual senadora foi homenageada pelo IPA e pela FPA, sendo reconhecida como responsável pelo desenvolvimento do agronegócio no Brasil (AUGUSTO, 2022).

Para não desagradar os setores conservadores do agronegócio, Bolsonaro nomeou a liderança da UDR, Nabhan Garcia, para a Secretaria de Assuntos Fundiários, ligada ao MAPA.

Oliveira (2020) ressaltou que Nabhan Garcia também fez defesas incisivas pela Medida Provisória 910, apontada por críticos como a MP da grilagem de terras. Ele foi um dos elaboradores da MP 910. Nabhan, considerado um dos líderes mais conservadores do ruralismo brasileiro, também fez fortes defesas a Jair Bolsonaro. A MP também foi defendida pela FPA sob a justificativa de beneficiar pequenos produtores, uma defesa semelhante à feita pela CNA. No entanto, a oposição acusa a MP de beneficiar grandes "grileiros" de terras. Os argumentos da CNA são baseados em ideias antigas do agronegócio, visando o direito de propriedade, mesmo que seja de bens da União, com justificativas relacionadas à produtividade do agronegócio, geração de renda e segurança jurídica.

Embora a ABAG tenha se manifestado criticamente em relação à MP 910, ela se posicionou a favor da revisão dos marcos da regulação fundiária no país. Segundo Oliveira (2020), a crítica da ABAG à MP está na preocupação de que o mercado de terras seja acessado por grileiros em vez de ser aberto ao grande capital financeiro internacional, já que a ABAG possui interesses no mercado especulativo de terras. Movimentos sociais do campo e o Ministério Público Federal também se mostraram contrários à MP 910. Esta não conseguiu ser votada no período necessário e foi substituída pelo PL 2633/2020 (OLIVEIRA, 2020). As ideias defendidas pela MP são historicamente ligadas à regularização de terras invadidas por grandes latifundiários vinculados ao agronegócio. Não é contraditório que as principais organizações do agronegócio defendam a MP, uma posição também adotada por Jair Bolsonaro, demonstrando uma convergência de ideias e agendas entre o ex-governo e setores do agronegócio.

Outra discordância entre grupos do agronegócio foi em relação a determinadas ideias e propostas ambientais do ex-presidente. Núcleos mais extremistas desejavam o fim do Ministério do Meio Ambiente, enquanto outros, em tom mais moderado, discordavam (POMPEIA, 2022). A FPA, composta por parlamentares ligados à UDR, também faz defesas similares às da UDR, como pautas escravagistas nas relações de trabalho, flexibilização de leis ambientais, ataques a povos indígenas e criminalização de movimentos da reforma agrária, como o MST (SIEBENEICHLER, 2021). A defesa da concentração fundiária e do monopólio da terra são bandeiras históricas de grupos conservadores e ruralistas, que definem aliados e adversários do agronegócio, criminalizando os movimentos sociais da reforma agrária, os povos indígenas e quilombolas (BRUNO, 2022).

A aliança das associações do agronegócio com Bolsonaro se manteve tanto na eleição de 2018 quanto em 2022. Em depoimento a Renata Lo Prete (2022), Caio Pompeia afirmou

que, em 2022, o apoio do agronegócio a Bolsonaro se converteu em votos, motivado por razões econômicas e ideológicas. Nas eleições deste ano, grupos ligados à pecuária e à soja demonstraram uma proximidade com Bolsonaro e fizeram ataques recorrentes ao partido adversário, o PT. No entanto, grandes empresários do agronegócio, como o ex-presidente da ABAG, Marcello Brito, mostraram disposição para dialogar com Lula. Como observado na literatura, algumas questões acabam tendo convergências dentro da atuação política do agronegócio, embora este não seja um setor homogêneo e envolva uma grande variedade de atores e associações representativas. Exemplos dessas convergências são as pautas relacionadas à legislação ambiental, nas quais os grupos de interesse pedem uma flexibilização da legislação.

Durante o mandato bolsonarista, houve momentos de críticas por parte de algumas frações do agronegócio brasileiro. Sob a ótica de Oliveira (2020), um desses problemas foi reflexo da política internacional, principalmente devido a problemas diplomáticos com países compradores de produtos agrícolas do Brasil, como a China e países do Oriente Médio. Os ataques de Jair Bolsonaro e de membros de seu governo ao governo chinês foram frequentes, e esses ataques se intensificaram durante a pandemia da Covid-19. No entanto, isso não foi suficiente para afetar significativamente as relações econômicas entre os países, embora tenha gerado atritos com alguns setores do agronegócio brasileiro e o governo bolsonarista.

Oliveira (2020) também destaca outras ações críticas da ABAG ao governo Bolsonaro, como a troca de ministros da Saúde durante a pandemia e a falta de acordos comerciais com a China. A crítica de grupos do agronegócio à conturbada relação de Bolsonaro com os chineses também foi pauta da FPA. No entanto, isso não foi suficiente para abalar a confiança da FPA nas políticas bolsonaristas. Pelo contrário, a FPA manteve seu apoio até o fim da gestão de Jair Bolsonaro e durante as eleições presidenciais de 2022.

Pompeia (2023a) argumenta que, apesar de o agronegócio atuar politicamente buscando reduzir os conflitos internos e alcançar uma concertação política própria do setor, existem divergências e até contradições de ideias programáticas entre os diferentes atores do agronegócio. O autor mostra que essa diversidade de posições e ideias foi influenciada pelo avanço das políticas ambientais. Para chegar a esses resultados, Pompeia categorizou as organizações do agronegócio em cinco correntes: negacionistas, conservadoras, volúveis, descarbonizadoras e europeias. A última está relacionada às funções terciárias do agronegócio e às corporações atuantes na Europa, não sendo o foco da pesquisa.

As organizações analisadas pelo autor decorrem de sua atuação política e por suas posições programáticas, bem como pelos silêncios em relação a determinados temas. Pompeia

(2023a) investigou, de acordo com sua escala de correntes, o MBVA, a CNA, a Abiove, a Coalizão, além das corporações financeiras e supermercadistas com atuação predominante na Europa.

De maneira complementar aos estudos de Pompeia (2023a; 2023b), a presente tese foca na investigação das organizações que atuaram diretamente nas últimas eleições presidenciais brasileiras e que tiveram uma participação direta no governo de Jair Bolsonaro. Além disso, inclui organizações historicamente representativas do ruralismo patronal, como ABAG, CNA, APROSOJA e FPA/IPA.

No trabalho de Pompeia (2023b), a corrente "negacionista" do agronegócio é caracterizada por reunir grupos de tendências políticas conservadoras e reacionárias. Esses grupos defendem ideias de negacionismo em relação às mudanças climáticas e aos problemas ambientais, sendo críticos às políticas e legislações ambientais. Durante as eleições e o governo Bolsonaro, esse segmento reivindicou o fim do MMA e mudanças no Código Florestal. O autor menciona que os negacionistas se concentraram a partir do MBVA, uma corrente patronal de pecuaristas que se organizaram em 2017 e não se sentiam representados por organizações como a CNA nem em Brasília. Sob um discurso político extremista liderado por Nabhan Garcia, presidente da UDR, o movimento se aproximou e promoveu a eleição de Jair Bolsonaro.

Outro setor que se agregou ao movimento e apoiou Bolsonaro foram os sojicultores, em específico, a APROSOJA. Principalmente pequenos e médios sojicultores insatisfeitos com empresas transnacionais e o governo federal. Com a liderança de Antônio Galvan, presidente da APROSOJA de Mato Grosso, houve uma aproximação do setor com os pecuaristas, formando o MBVA, que serviu de alinhamento do setor com o governo bolsonarista.

As ideias defendidas pelos negacionistas estiveram presentes durante os discursos e a gestão de Bolsonaro, incluindo críticas a acordos climáticos globais e negação das mudanças climáticas (POMPEIA, 2023b). O MBVA contou com indicações no governo Bolsonaro, como a nomeação de Nabhan Garcia para a Secretaria de Assuntos Fundiários, no MAPA. Juntamente com a APROSOJA, Nabhan Garcia foi um mobilizador do bolsonarismo no segmento do agronegócio. Pompeia (2023b) cita que Bolsonaro não só contou com o apoio do MBVA, mas passou a controlá-lo. Dada a falta de acesso a documentos do MBVA, a categoria dos negacionistas será avaliada neste trabalho a partir da APROSOJA, integrante do MBVA.

Outra corrente que se destaca por críticas ambientais é a que propaga ideias conservadoras, liderada pela CNA e pela FPA/IPA. Durante o governo Bolsonaro, a CNA

buscou exercer influência na questão das *commodities* da agropecuária. A CNA chegou a se posicionar contrariamente a Jair Bolsonaro perante as críticas aos processos eleitorais. No entanto, a organização não se posicionou como oposição a Bolsonaro. Essa dualidade da CNA resultou em críticas de setores radicais do agronegócio à entidade. Visando contornar a falta de apoio da base do agronegócio, a CNA, nas eleições de 2022, promoveu a candidatura bolsonarista e realizou duras críticas ao candidato Lula (POMPEIA, 2023b).

O último autor citado relata que a posição da CNA perante temas socioambientais é de ambiguidades, atuando sempre por estratégias de mercado. Essa estratégia se diferencia dos negacionistas, pois a CNA além de defender a existência de mudanças climáticas, ainda manifesta apoio ao Acordo de Paris. Outro ponto de separação entre as correntes foi não defender a extinção do MMA durante o governo Bolsonaro. No entanto, defendeu que houvesse uma alteração na estrutura do MMA e "retirasse o viés ideológico da questão ambiental" (POMPEIA, 2023b). É importante notar que embora as posições das organizações do agronegócio se mostraram ambíguas, as ideias antiambientais estiveram presentes na estrutura das representações do agronegócio. A posição de reorientação do MMA foi apoiada pela FPA/IPA e adotada por Bolsonaro, nomeando uma liderança da SRB para o Ministério (POMPEIA, 2023b).

De acordo com Pompeia (2023b), a diferença entre os negacionistas e os conservadores do agronegócio está no grau de atuação, mas não na sua substância, o que acaba gerando convergência entre as correntes. Na perspectiva trabalhada nesta tese, na substância das ideias. Entre as convergências apontadas pelo autor, está os direitos territoriais indígenas, em que ambas as correntes defenderam o marco temporal indígena, sendo contrários à demarcação de terras. Bruno (2009) apresentou o argumento que as questões ambientais, territoriais e indígenas são mostradas como agendas contrárias às ações e discursos do agronegócio brasileiro. Outra agenda que denota convergência entre as organizações do agronegócio é a contrariedade à reforma agrária e aos movimentos sociais do campo. Nota-se que tais ideias encontraram um alinhamento programático na gestão de Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, é importante avaliar as aproximações e convergências de propostas de políticas ambientais das organizações do agronegócio, como observado pela CNA e pela APROSOJA. Outras correntes citadas por Pompeia (2023b) são as correntes volúveis, descarbonizadoras e ligadas às cadeias de mercado europeu, como redes varejistas. ABAG, por muitos anos liderada pelo presidente da ABIOVE, é considerada volúvel nos posicionamentos por Pompeia (2023b).

Como observado, a ABAG tende a alterar seus posicionamentos perante questões ambientais, demonstrando algumas contradições. Pompeia (2023b) relata que, embora a ABAG busque demonstrar iniciativas de "sustentabilidade", sua atuação política ocorre de forma contrária. Por exemplo, sendo contra direitos indígenas e quilombolas, o Código Florestal e dando primazia aos seus interesses econômicos. Em 2016, um documento elaborado pela FPA, a ABIOVE assinou e defendeu o enfraquecimento do CONAMA, a aprovação do Marco Temporal, a reversão de titulação de terras quilombolas e desapropriações. Essas ideias e agendas estiveram presentes durante o governo Bolsonaro. A ABIOVE, assim como a ABAG, mantém influência no IPA (POMPEIA, 2023b).

Em suma, observa-se que algumas ideias, discursos e agendas são convergentes no agronegócio brasileiro, especialmente em questões ambientais e indígenas. Isso se reflete nas defesas das organizações patronais do agronegócio, principalmente em: enfraquecimento do licenciamento ambiental, alterações no código florestal, liberação de agrotóxicos, ataques aos direitos indígenas e quilombolas, e fiscalização e controle do desmatamento. Pompeia (2023b) realça que a CNA, a APROSOJA e a ABAG convergem nessas ideias.

O último autor citado afirma que as correntes do agronegócio também não apresentaram um posicionamento estanque. Até 2022, a ABAG se posicionou com a corrente "descarbonizadora", defendendo ações para combater as mudanças climáticas. Isso reflete uma convergência com a Coalizão, que também defende determinadas agendas ambientais e climáticas, como o controle do desmatamento. No entanto, com a mudança de presidência em 2022, a ABAG adotou posturas mais conservadoras. A Coalizão, surgida em 2010, visa dialogar com atores do agronegócio e organizações ambientalistas. Diferentemente das correntes negacionistas e conservadoras, a Coalizão se destaca principalmente na agenda de desmatamento, direitos indígenas e políticas ambientais (POMPEIA, 2023b).

A revisão das correntes do agronegócio conforme apresentada pelo trabalho de Pompeia (2023b) revela uma variedade de posicionamentos e ideias das principais organizações majoritárias do agronegócio ao longo dos últimos anos, evidenciando tanto suas convergências quanto suas divergências. Para colaborar com a literatura, a presente tese parte dos aspectos que permitiram que determinadas ideias antiambientais do agronegócio se integrassem à eleição e à gestão bolsonarista, enquanto outras não.

Além disso, destaca-se na análise a importância de compreender o que une as organizações do agronegócio a Bolsonaro além da concertação política. A hipótese da convergência de ideias acima de interesses racionais e pragmáticos sugere um prognóstico

importante. Utilizando o modelo do institucionalismo discursivo e das ideias, é possível explorar como determinados grupos de interesses do agronegócio conseguiram inserir suas ideias nas instituições do Estado brasileiro.

Mesmo diante de legislações ambientais e regramentos institucionais que deveriam limitar a ascensão de ideias antiambientais em políticas ambientais consolidadas, a análise revela como essas ideias e agendas foram promovidas e implementadas. No próximo capítulo, será discutida a eleição do presidente Jair Bolsonaro e analisada a conjuntura de sua gestão, destacando as principais políticas (anti)ambientais implementadas durante seu mandato.

6 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E O GOVERNO BOLSONARO (2019 – 2022)

A análise seminal de Regina Bruno (2009; 2020) destaca como a palavra "agronegócio" vai além de uma simples descrição econômica e se torna uma construção política carregada de significados. Ela é capaz de abarcar uma ampla gama de atores e processos, selecionando determinados setores e excluindo outros com base em atores e áreas temáticas específicas. Essa capacidade de seleção e exclusão é fundamental para entender como o termo agronegócio é utilizado e como ele molda percepções políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Uma das concepções políticas do agronegócio é a de se apresentar como um setor homogêneo, consolidando assim sua influência econômica e política. Isso é reforçado pela ideia do "agro" como um modelo de competência e prosperidade, destacando sua importância na economia nacional e sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Da mesma forma, o fenômeno do *bolsonarismo* também é permeado por uma carga política e ideológica que vai além de sua definição estrita. A palavra "bolsonarismo" encapsula uma série de ideias, visões de mundo e agendas políticas associadas ao governo e ao movimento liderado por Jair Bolsonaro. Assim como o agronegócio, o bolsonarismo se tornou um elemento central na arena política brasileira, influenciando debates sobre política, economia, cultura e sociedade.

Rodrigo Nunes (2022) oferece uma perspectiva sobre o bolsonarismo, destacando-o como um fenômeno complexo que vai além de uma simples candidatura presidencial. Segundo o autor, o bolsonarismo é resultado da convergência de diferentes tendências na sociedade brasileira, que se uniram em torno da candidatura de Jair Bolsonaro. Esses grupos já compartilhavam certas tendências sociais antes mesmo da eleição de Bolsonaro, e foi essa convergência que possibilitou sua ascensão ao poder.

Nunes (2022) ressalta a importância de compreender as matrizes discursivas do bolsonarismo e a compatibilidade mútua entre elas. Isso implica reconhecer elementos como o militarismo policial, o anti-intelectualismo que rejeita a ciência em favor da religião e um empreendedorismo individualista como características fundamentais desse fenômeno. Além do apoio do agronegócio, grupos políticos como os militares também se aproximaram do bolsonarismo, compartilhando não apenas ideias sobre segurança pública, mas também abordagens similares em relação a questões ambientais e à Amazônia. Essa convergência de ideias e discursos entre Bolsonaro, o agronegócio e os militares contribuiu para a consolidação do bolsonarismo como um movimento político significativo no Brasil.

A análise de Nunes (2022) sobre o bolsonarismo como um projeto interclasses é bastante intrigante. Ele destaca que, apesar das diferenças de classe entre os apoiadores de Bolsonaro, o movimento conseguiu unir diferentes grupos em torno de ideias e valores compartilhados. Isso inclui temas identitários e políticos, que serviram como pontos de convergência para alianças intraclasses. Essa capacidade de agregar alianças dentro e entre classes distintas foi fundamental para a ascensão e a consolidação do bolsonarismo como um movimento político significativo no Brasil. Ao unir diferentes segmentos da sociedade em torno de ideias comuns, o bolsonarismo conseguiu estabelecer uma base sólida de apoio, tanto no topo da política quanto na base social.

Assim como a palavra "agronegócio" adquire significados políticos específicos, o bolsonarismo também se tornou um conceito político complexo, que vai além de uma simples candidatura presidencial. Sua ascensão e sua influência política estão enraizadas em uma série de ideias, valores e interesses que permeiam diferentes estratos da sociedade brasileira.

A trajetória pessoal, profissional e política de Jair Bolsonaro desempenhou um papel fundamental na formação de suas ideias políticas e matrizes discursivas. Segundo Caruncho (2020), Bolsonaro é reconhecido como uma liderança política ultraconservadora e crítico às políticas de proteção ambiental. Jair Bolsonaro foi categorizado em sua campanha presidencial em 2018 como um candidato *outsider*, embora tenha sido deputado federal por três décadas, como destaca Nunes (2022). Sua campanha eleitoral presidencial em 2018 e 2022 foi realçada por apoio de grandes empresários, ruralistas e empresas do agronegócio, que foram recompensados com políticas públicas e indicações para cargos governamentais, conforme apontado por Bortone (2020) e Ferrante e Fearnside (2019).

O governo bolsonarista ficou marcado por impactar negativamente a política ambiental brasileira. Segundo Neves (2023), as políticas executadas a partir do reconhecimento dos

problemas ambientais, como as queimadas e o desmatamento, não se alinham com soluções oferecidas pela comunidade científica e organizações ambientalistas. A autora destaca a paralisação de atividades-chave dessas políticas e a transformação em poder de polícia ambiental. Isso é, a militarização de órgãos ambientais.

Nesse contexto, os dilemas da política ambiental no Governo Federal não são uma novidade exclusiva do governo Bolsonaro. Historicamente, o Estado brasileiro enfrentou desafios relacionados ao fortalecimento de suas políticas ambientais e à implementação de planejamentos adequados, especialmente no que diz respeito à Amazônia. Desde a ditadura militar, os planos de governo consideravam a floresta amazônica como um obstáculo para o desenvolvimento, conforme Loureiro (2002) e Loureiro e Pinto (2005). No entanto, esses dilemas se intensificaram durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro.

Um exemplo dessa intensificação foi observado durante a inauguração de um trecho da BR-136 no município de Novo Progresso (PA) em 2022, onde Bolsonaro afirmou que "a Amazônia é solução até para o mundo, mas não continuará a ser um problema para nós", como relata Neto (2022). Nesse discurso, Bolsonaro ressaltou a suposta interferência de outros países na Amazônia, alegando que isso poderia prejudicar o crescimento econômico do Brasil por meio da preservação ambiental na região amazônica.

Desde a ditadura militar, as forças militares no Brasil utilizam de uma "geopolítica do desenvolvimento" para pensar sobre e atuar na Amazônia. Isso é, tendo como enfoque de ideias e atuações políticas na e sobre a Amazônia um binômio 'segurança-desenvolvimento' (NASCIMENTO, 2009, p.6). Dado a formação militar de Bolsonaro, não é uma coincidência que a narrativa dos militares sobre a Amazônia apareça com recorrência nos seus discursos e ideias.

Outras visões sobre a Amazônia frequentemente a descrevem como um "vazio demográfico", uma "reserva" e uma fonte inesgotável de recursos naturais cobiçada por países estrangeiros (PORTO-GONÇALVES, 2018). Essa narrativa do vazio demográfico e dos recursos inesgotáveis é disseminada por elites políticas, militares e grupos privilegiados no Brasil, incluindo atores do agronegócio (CASTRO, 2005; BRUNO, 2009). A ideia de que a Amazônia precisa ser dominada, seja como uma natureza intocada e cobiçada ou como uma região do futuro, perpetua a colonialidade na região (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

O progresso civilizatório do colonialismo na Amazônia tem sido marcado ao longo da história por diferentes discursos e ideias. Isso inclui a exploração do trabalho escravo, os ciclos da borracha, a mineração, o garimpo, além das atividades econômicas da pecuária, da madeira e outras atividades relacionadas ao agronegócio. Nesse sentido, as ideias antiambientais de Jair Bolsonaro refletem um histórico de discursos e visões de mundo de determinados grupos sobre as questões ambientais e da Amazônia, como o agronegócio e os militares brasileiros.

Durante a gestão bolsonarista, que abrangeu o período de 2019 a 2022, foram observadas estratégias políticas que remetem à época da ditadura militar no Brasil. Um exemplo disso foi a postura adotada em fóruns internacionais sobre meio ambiente. Na Conferência sobre Meio Ambiente da ONU em 1972, um representante do governo militar brasileiro afirmou que a pior poluição no Brasil era a miséria (PORTO-GONÇALVES, 2020). Essa mesma linha de pensamento foi reproduzida pelo ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, durante o Fórum Econômico de Davos em 2020, ao declarar que o pior inimigo do meio ambiente seria a pobreza. Essa afirmação simplista ignora a complexidade dos problemas ambientais e socioeconômicos enfrentados pela população brasileira, os quais não se resumem apenas à dicotomia entre riqueza e pobreza.

Na perspectiva de Francisco Costa (2016), a Amazônia era percebida de forma problemática pelos militares durante o período da ditadura. Os valores predominantes naquela época incluíam a visão de que a floresta amazônica era vista como madeira, o solo como suporte para uma agropecuária homogênea e monocultural, o subsolo como fonte de minérios, o trabalho direto como desqualificado, o trabalho de gestão como empresarial, e a relação de propriedade como latifundiária. Essas ideias se mantiveram e foram atualizadas nos discursos das organizações conservadoras do agronegócio, as quais defendem um modelo produtivo baseado nessas concepções. Isso reflete a aproximação de ideias e valores entre Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, e as visões de mundo ambientais dos militares e do agronegócio. Ideias sobre questões ambientais e a Amazônia a partir dos militares sempre se repercutiram nos discursos de Bolsonaro:

Bolsonaro sempre difundiu a ideia de setores militares, reproduzida por segmentos empresariais, segundo a qual uma ameaça de invasão internacional paira sobre a Amazônia por trás de planos estrangeiros para impedir o desenvolvimento do país e desmembrar as terras indígenas do território brasileiro (RAMOS, 2021, p. 291).

Conforme observado por Oliveira (2021), a concepção empresarial e política do agronegócio foi impulsionada por agentes e organizações privadas, mas sua expansão teve um apoio significativo da ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980. Isso se deu através da

modernização da agricultura brasileira com o uso de recursos públicos, subsídios e linhas de crédito favoráveis aos grandes proprietários rurais, além da promoção do latifúndio como uma forma de empresa rural. A ditadura também promoveu o desenvolvimento de tecnologia por meio da EMBRAPA e expandiu a fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia. Vários planos e políticas governamentais elaborados durante esse período favoreceram a estruturação do modelo agrícola do agronegócio no país, incluindo a abertura de rodovias na Amazônia e programas de desenvolvimento regional. No entanto, ao mesmo tempo em que houve essa abertura ao agronegócio, a ditadura militar também reprimiu violentamente os movimentos sociais rurais.

É importante destacar que a construção de ideias e visões de mundo de setores do agronegócio, especialmente os ligados aos latifundiários, foi moldada desde a ditadura militar. Isso é evidente no discurso político de Jair Bolsonaro, que expressou o desejo de voltar o Brasil ao que era há 50 anos. Segundo Ramos (2021), essa afirmação sugere um retorno às ideias predominantes durante a ditadura militar, com ênfase na expansão da pecuária e agricultura em detrimento da proteção ambiental, bem como a promoção da ocupação da Amazônia. Essas ideias refletem os pensamentos recorrentes entre os militares brasileiros na época.

Diferentes perspectivas e discursos concebem a Amazônia apenas como uma fonte de *commodities* a serem exploradas, "domesticadas", "desenvolvidas" e controladas em termos de seus recursos naturais. Essa visão é histórica no contexto do agronegócio (BRUNO, 2009). Durante a ditadura militar brasileira, essa região foi retratada como uma floresta a ser conquistada e ocupada (MARQUES, 2022). Tais perspectivas desconsideram um dos papéis fundamentais das florestas, como destacado por Cortês e Silva Júnior (2021). Por exemplo, as florestas na Amazônia desempenham um papel crucial na manutenção de serviços ecossistêmicos globais, influenciando o regime de chuvas e contribuindo para mitigar as mudanças climáticas.

As florestas são vitais para a preservação da vida, auxiliando na mitigação das mudanças climáticas e fornecendo recursos naturais essenciais em todo o mundo. Ramos (2021) argumenta que as ideias antiambientais de Bolsonaro refletem sua crença de que o Brasil precisa se desenvolver economicamente, mesmo que isso implique em desmatamento e ocupação da região, revelando suas visões de mundo influenciadas pelos militares. Esse discurso foi endossado pela alta cúpula bolsonarista, como exemplificado pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, que afirmou que a preocupação internacional com questões ambientais na Amazônia não reflete a história militar do país. Ramos (2021) evidencia que essas ideias

ignoram o massacre contra povos indígenas durante a ditadura, além do aumento do desmatamento como consequência da abertura de estradas e grandes projetos.

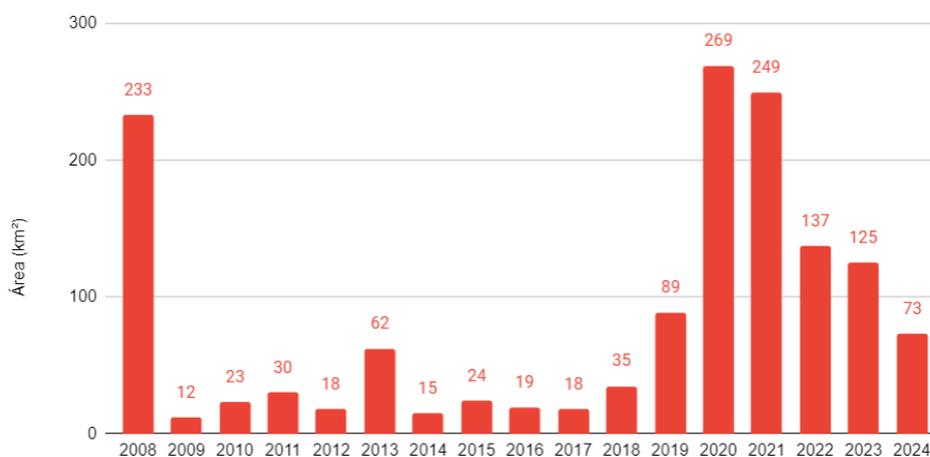
Além de suas ideias e discursos que consideram o meio ambiente um obstáculo para o desenvolvimento, Jair Bolsonaro sempre se opôs às lutas dos povos indígenas, o que se reflete em toda a sua carreira política. De acordo com Ramos (2011), ainda em 1992, quando era deputado, Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo para sustar a demarcação de terras indígenas Yanomami. Durante seu período como deputado, ele fez inúmeros discursos rejeitando a política ambiental e a demarcação de terras indígenas. Outra ideia articulada por Bolsonaro contra os povos indígenas é a de "integração cultural". Conforme salientado por Ramos em um discurso de Bolsonaro em 2015 (2011, p. 293): "índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado, tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários".

Durante sua gestão presidencial, Bolsonaro cumpriu sua promessa de campanha eleitoral de não demarcar nenhuma terra indígena, além de incentivar atividades econômicas em terras indígenas (RAMOS, 2021). Suas ações anti-indígenas foram apoiadas por grupos ruralistas com interesse em implementar atividades produtivas em territórios indígenas. Outra mobilização discursiva acionada durante sua gestão foi a desestruturação de órgãos ambientais e da estrutura fundiária. Ramos (2021) reforça que os discursos de Bolsonaro incentivaram o aumento da degradação ambiental e do desmatamento, além da invasão de terras indígenas.

Ainda que esta presente tese não tenha como objetivo avaliar diretamente problemas socioambientais em terras indígenas, é pertinente considerar que durante o governo Bolsonaro foi perceptível um aumento de crimes socioambientais nestes territórios. De acordo com Bispo (2023), a tendência do aumento do desmatamento em terras indígenas começou a ser reduzida a partir da mudança governamental, com a derrota da reeleição de Bolsonaro. A partir de dados do PRODES/INPE, o autor revelou que no ano de 2023 houve uma redução de 50% do desmatamento ao período anterior, sendo a maior redução desde 2008. Bispo (2023) evidencia que este dado é consecutivo do aumento da fiscalização por parte do governo federal através de políticas de redução de crimes ambientais, a partir da gestão do governo Lula III. A permissividade do governo Bolsonaro a partir de ideias anti-indígenas resultaram no aumento do desmatamento, das queimadas, do garimpo ilegal e de invasões à territórios indígenas.

Gráfico 4 – Desmatamento em terras indígenas na Amazônia (2008 a 2024)

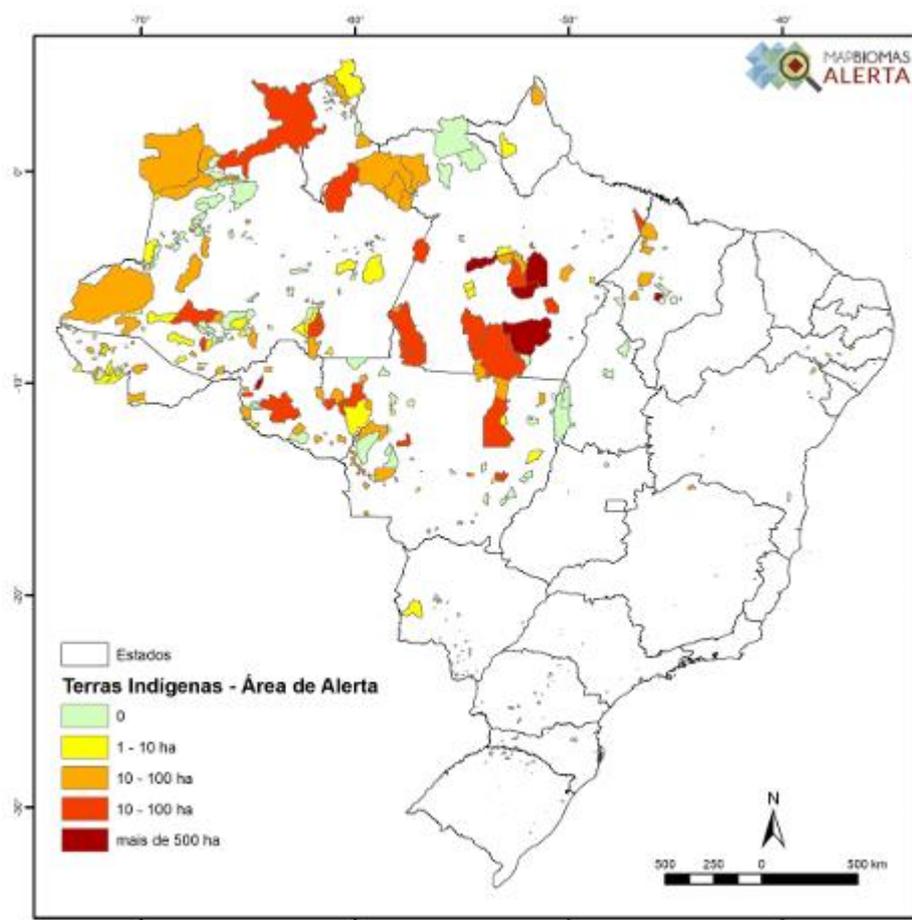
Desmatamento em Terras Indígenas - Calendário do Desmatamento (Agosto a Março)



Fonte: IMAZON (2024)

A partir de dados do sistema SAD divulgados pelo Imazon (2024), nota-se que no início do governo Bolsonaro, houve um aumento na área de desmatamento em terras indígenas, chegando a ter 269 km² apenas no ano de 2020. A tendência de queda do desmatamento nesses territórios inicia-se a partir de 2022. Embora a partir desse dados não seja possível fazer uma única relação causal entre a queda do desmatamento em terras indígenas e a mudança de governo, é perceptível que a partir do governo Bolsonaro houve uma escalada de ataques aos povos indígenas. As ideias e discursos bolsonaristas com caráter anti-indígena apoiados por setores do agronegócio se aterrou nesses territórios com problemas socioambientais e violências a partir das políticas públicas do governo Bolsonaro.

Figura 5 – Mapa com terras indígenas com desmatamento acima de 100 ha no Brasil em 2022

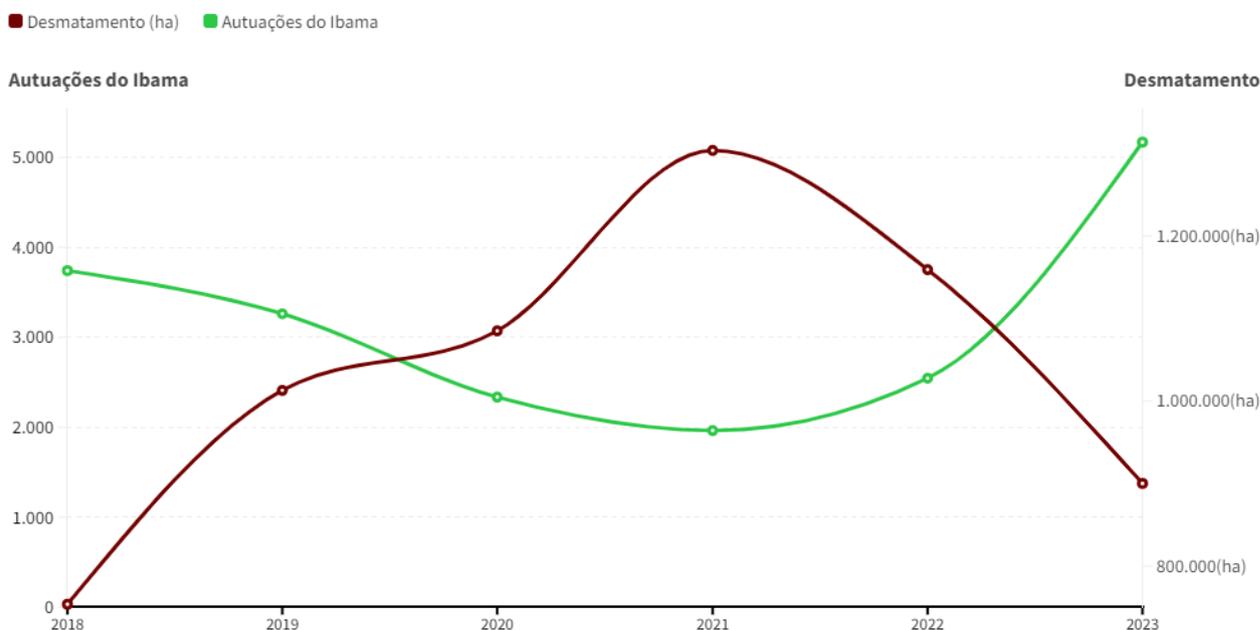


Fonte: Relatório Anual de Desmatamento 2022 (MAPBIOMAS, 2022).

Como visto no mapa produzido pelo MapBiomias (2022), 210 das 573 terras indígenas no Brasil tiveram um evento de desmatamento naquele ano. As terras indígenas historicamente contribuem para evitar o aumento do desmatamento brasileiro, tendo no ano de 2022 um total de 1,4% de alertas de desmatamento em comparação ao total da área destamatada no Brasil (2.057.251 ha). No comparativo de biomas, as terras indígenas localizadas na Amazônia apresentaram o maior número de eventos de desmatamento. A maior área desmatada nesse ano ocorreu na terra indígena Apyterewa, no estado do Pará, com 10.525 ha de desmatamento (MAPBIOMAS, 2022). No ano de 2024, o governo Lula realizou uma série de ações de combate ao desmatamento na terra indígena Apyterewa, tendo diminuído o desmatamento em 97% em comparação com o ano de 2023, tendo de janeiro a junho 11 hectares desmatados. O Governo Federal realizou ações de comando e controle do desmatamento e desintrusão de invasores, com uso das forças de seguranças em apoio à FUNAI (BRASIL, 2024). Após a mudança de governo presidencial com a derrota eleitoral de Bolsonaro, houve um

fortalecimento de órgãos ambientais e indigenistas, tais como o IBAMA e a FUNAI, o que culminou em mais ações de combate à crimes ambientais na Anazônia.

Gráfico 5 – Análise do desmatamento na Amazônia com a fiscalização do IBAMA (2018 – 2023)



Fonte: MMA (2023) a partir de Bispo (2023).

No gráfico divulgado por Bispo (2023) através do MMA, a diminuição de autuações do IBAMA foram correspondentes ao aumento do desmatamento na Amazônia. A diminuição de autuações do órgão foi vertiginosa a partir do início do governo Bolsonaro, assim como no aumento do desmatamento. No ano de 2021, período em que houve o menor quantitativo de autuações, também ocorreu um dos maiores índices de desmatamento na Amazônia nos últimos. A partir da mudança de governo presidencial, é possível observar um movimento contrário, no aumento de autuações do IBAMA e a diminuição do desmatamento. Bispo (2023) denota que isso foi consecutivo do aumento de ações de comando e controle contra o desmatamento na Amazônia, principalmente a partir de mudanças no MMA.

Os discursos bolsonaristas também assimilam ideias fomentadas ainda na ditadura militar, e que se reforçam a partir de atores e organizações do agronegócio, principalmente entre os grupos que defendem ideias autoritárias no país, como a UDR e a APROSOJA. As ideias antiambientais estão inseridas em um contexto ampliado que envolve economia, política e cultura em escala global, que se assenta na Amazônia sob distintas formas. Seja por projetos de desenvolvimento econômico advindos do Estado brasileiro ou por avanços de políticas públicas capitaneadas por grupos de interesses globalizados, como do agronegócio.

Outros diversos fatores político-econômico-sociais-culturais foram apontados pela literatura como causas diretas e indiretas de problemas ambientais no Brasil, como o desmatamento na Amazônia. Tais como: a expansão da agricultura, pecuária, extração de madeira, degradação florestal, crescimento urbano, mudanças climáticas, atividades industriais, mineração, construção de hidroelétricas, infraestrutura e logística, crescimento populacional, preço das terras e demanda global por energia e *commodities* (SIQUEIRA-GAY et al., 2020; GAZONI, 2011; MARGULIS, 2003; PRATES; BACHA, 2010, 2011; DINIZ et al., 2009; ARRAES; MARIANO; SIMONASSI, 2012).

Avaliar que as ideias antiambientais não são novidade na política brasileira contribui para visualizar a construção das ideias de Jair Bolsonaro e do agronegócio brasileiro, relativas a enxergar a proteção ambiental como um empecilho ao desenvolvimento econômico agrário, principalmente pelo modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista do agronegócio.

Na pré-campanha para presidente em 2018, o até então deputado federal, Jair Bolsonaro, foi lançado como pré-candidato pelo Partido Social Cristão (PSC). Contrário a uma agenda ambiental e aos direitos de minorias sociais, o candidato se projetou com declarações que se concretizaram em seu governo. Em 2017, o pré-candidato afirmou que iria acabar com todas as reservas indígenas do país e comunidades quilombolas, atacou ONGs ambientalistas e defendeu o armamento da população (DOLZAN, 2017).

Em um encontro com sojicultores e grandes proprietários de terras, Bolsonaro prometeu facilitar o uso de armas de fogo para proprietários rurais, reduzir impostos para a agropecuária, suprimir dívidas do FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), diminuir a fiscalização e punição a crimes ambientais (POMPEIA, 2022). Assim, atraindo apoio de setores conservadores e reacionários do agronegócio, como a UDR e associações estaduais da soja, tal qual a APROSOJA de Mato Grosso. Essa aproximação com esses setores se consagrou no apoio no então chamado MBVA, movimento que reuniu pecuaristas e pequenos e médios sojicultores brasileiros que agregavam ideias antiambientais, ataques a movimentos sociais do campo e povos indígenas. Exemplo de grupos que compuseram o MBVA são a UDR e a APROSOJA (POMPEIA, 2023a).

Durante as eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro se filiou ao Partido Social Liberal (PSL). Fundado em 1994, o PSL se alinhou a políticas nacionais-conservadoras ao lançar a candidatura de Bolsonaro (CARUNCHO, 2020). Após assumir a presidência, ele abandonou o partido devido a conflitos internos. Jair Bolsonaro ficou dois anos de seu mandato presidencial sem filiação partidária e tentou criar um novo partido, chamado Aliança pelo

Brasil. Esse partido não conseguiu alcançar as assinaturas necessárias para sua fundação. No final de 2021, Jair Bolsonaro se filiou ao PL, o nono partido em sua carreira. O PL foi fundado em 1985, abrigando ex-apoiadores da ditadura militar. Com a influência de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, o PL teve um excelente resultado no Poder Legislativo, tornando-se a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O partido costumava ser pragmático em relação aos governos federais, chegando a ser base nos governos petistas, inclusive com a vice-presidência no governo Lula, com José Alencar (LUPION, 2022a).

Determinadas ideias e agendas pertencem à própria formação e trajetória de vida de Jair Bolsonaro. Segundo Nunes (2022), Bolsonaro possui uma afinidade familiar com o garimpo, devido à relação de seu pai com a atividade. Além disso, ele teve problemas pessoais com a fiscalização ambiental, como uma vingança por ter sido multado pelo IBAMA. Em seu histórico político, há uma aproximação com o apoio a madeireiros ilegais, armamento de fazendeiros e da população, e ligações com milícias militares (NUNES, 2022). É notável que Jair Bolsonaro, durante sua vida pessoal e política, esteve próximo a ideias e valores antiambientais. Outro fator marcante de sua vida é a pretensão de agir independentemente das leis. Como ressaltado por Nunes (2022, p. 69): “o presidente é alguém que entende que, ‘para ser empresário no Brasil, não dá para operar dentro da lei’, e promete um Estado que abdica de fiscalizar, multar, regular ou fazer valer as leis existentes”. O agronegócio encontrou um terreno fértil para avançar com os seus interesses e ideias mediante a candidatura bolsonarista. A proximidade de ideias entre o agronegócio e Jair Bolsonaro, vinculados a valores ideológicos de direita e extrema direita, não foi apenas uma aproximação política, mas também uma aproximação de visões de mundo.

Na avaliação dos discursos e ideias de Bolsonaro durante sua trajetória política, Maitino (2018) cita alguns dos principais temas de seus pronunciamentos. Esses temas são: a defesa de atividades militares, em que o ex-presidente associa com à “Forças Armadas, militarismo e desaprovação à Comissão Nacional da Verdade”, ataques ao PT (associando à Lula, Dilma, petismo e "comunismo") e críticas aos direitos humanos ("maioridade penal", "política de esquerda" e "agenda LGBT"). A narrativa desses discursos esteve presente em seu programa de governo nas eleições de 2018 e 2022. Outras ideias recorrentes nos discursos de Jair Bolsonaro são críticas às políticas ambientais e aos movimentos ambientalistas, além do descrédito às mudanças climáticas. Ao analisar o programa eleitoral de governo de Bolsonaro em 2018, nota-se que as temáticas da política ambiental e agendas correlatadas são citadas brevemente. O termo desenvolvimento sustentável aparece na categoria de mudanças na agricultura, em que

propôs uma estrutura federal da agropecuária com desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, o programa não explica de que forma seria aplicado esse desenvolvimento.

No seu programa de governo de 2018, definido como "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", a política ambiental aparece no eixo "Energia, de problema à solução". O plano de governo explicita que "pequenas centrais hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental [...], faremos que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses" (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018, p. 71). Nesse sentido, defende ideias contrárias à regulação ambiental. A defesa pela flexibilização das estruturas ambientais o aproximou de setores do agronegócio brasileiro. Os eixos temáticos e as propostas de ações presentes neste plano de governo foram: liberalismo econômico, plano de privatizações, defesa de "valores cristãos", combate ao "comunismo", antipetismo, defesa da "lei e da ordem", redução no número de Ministérios e ataques à uma ideia de "ideologização de esquerda" do Estado brasileiro.

No plano de governo das eleições de 2022, Jair Bolsonaro acrescentou um maior número de propostas para pautas ambientais. O plano de governo bolsonarista em 2022 se alinhou a estratégias utilizadas por setores do agronegócio, abordando um modelo de sustentabilidade na produção agrícola, na transição energética e na diminuição da emissão de gases poluentes. Como demonstrado por Pontes (2022), o documento contém temas convergentes com setores do agronegócio, como o desenvolvimento sustentável na agropecuária e o mercado de carbono.

Essas perspectivas são notáveis no que Pompeia (2023b) chamou de correntes 'descarbonizadoras' do agronegócio. Todavia, o plano também critica os sistemas de monitoramento de desmatamento e queimadas do INPE, o que é contraditório com a ideia de desenvolvimento sustentável. Durante a gestão de Bolsonaro, o ex-presidente questionou a veracidade dos dados sobre desmatamento e queimadas. Para a Amazônia, o plano de governo de 2022 defendeu uma soberania nacional contra interesses estrangeiros, uma retórica bastante presente durante sua gestão. Nos seus planos de governo, não foram apresentadas propostas concretas para o combate ao desmatamento, exceto a promessa da continuidade da Operação Verde Brasil. Além da operação, Bolsonaro defendeu a privatização na concessão de áreas de florestas públicas (PONTES, 2022).

Outra promessa de Bolsonaro durante sua campanha foi a de que não demarcaria terras indígenas, uma promessa que ele cumpriu durante seu governo. Essas ações impactaram os territórios amazônicos. Nos últimos anos, houve avanço de garimpeiros sobre territórios Yanomami em Roraima, causando devastação na vida, nas florestas e nos rios (CASTRO;

CASTRO, 2022). Além dos conflitos armados, a presença dos garimpeiros resultou na morte de mais de 100 crianças Yanomami por desnutrição, pneumonia e malária. Em 2023, já durante o governo de Lula, foi declarada uma crise sanitária e emergência de saúde pública no território Yanomami, levando a uma maior atuação do poder público (SOUZA, 2023). A atividade do garimpo no Brasil é uma das atividades predatórias da exploração intensiva de recursos naturais.

Os projetos de colonização, desenvolvimento e modernização da Amazônia foram marcados por regimes políticos e econômicos violentos (MALHEIRO, PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), intensificando-se durante o período bolsonarista com a expansão do armamentismo (MALHEIRO, 2023). Tais projetos contribuíram para estruturar ideias e discursos de segmentos produtivos brasileiros, como no agronegócio, em que os modelos de desenvolvimento e as ideias antiambientais consolidaram visões de mundo. Esta perspectiva reflete os discursos e ideias propagandeados por Bolsonaro e seus apoiadores.

Nota-se, assim, que a privatização de recursos naturais e a intensificação da exploração são constantes na trajetória brasileira. Exemplos disso encontram-se nas atividades correlatas ao agronegócio, tais como a expansão da fronteira agrícola e da pecuária. O processo de crimes ambientais no Brasil esteve caracterizado por múltiplos aspectos, entre os quais a exploração de recursos naturais desde o período colonial europeu e a expansão agrícola (CASTRO; CAMPOS, 2015; MARQUES, 2022), bem como através da intensificação nos ciclos da borracha no século XIX (PRATES; BACHA, 2010, 2011). A partir do século XX, a expansão da fronteira agropecuária, impulsionada pelas demandas globais por *commodities*, contribuiu significativamente para o desmatamento (FEARNSIDE; LAURANCE, 2012).

Adicionalmente, os programas e planejamentos de desenvolvimento durante a ditadura militar incentivaram a colonização, migração e exploração no Brasil, principalmente na Amazônia, com a construção de infraestruturas e rodovias, como a Transamazônica (BECKER; 2010; TRINDADE JUNIOR; WELBSON, 2016; COSTA, 2013). Diversos fatores também contribuíram para o desmatamento, como o aumento da extração de madeira (AZEVEDO et al., 2022), a flexibilização e restrição das políticas ambientais ao longo do tempo (ARAÚJO, 2020; FERRANTE; FEARNSIDE, 2019), as mudanças no uso da terra com a expansão de infraestruturas e urbanização (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), os conflitos fundiários pela posse da terra (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017) e, por fim, as influências do mercado de terras (CASTRO; CASTRO, 2022; COSTA, 2022). Compreender amplamente esses aspectos é essencial para visualizar que ideias e projetos antiambientais estão

estruturados na história brasileira, embora tenham se intensificado e influenciado as políticas públicas brasileiras durante o governo Bolsonaro.

Após assumir a presidência da República em 2019, Jair Bolsonaro avançou com sua agenda antiambiental, nomeando críticos à política ambientalista para o alto escalão do governo. Para o MMA, nomeou o advogado Ricardo Salles, ex-secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo e ligado a grupos ruralistas. Salles foi diretor jurídico da SRB, sendo indicado e defendido pela entidade para ocupar o cargo no MMA. Além disso, foi o criador do Movimento Endireita Brasil, grupo que defende pautas políticas de direita e extrema direita. Como secretário de Meio Ambiente em São Paulo, foi condenado por alteração criminosa dos mapas de zoneamento de uma área de proteção ambiental e é conhecido por rejeitar a discussão sobre aquecimento global (FERRANTE; FEARNESIDE, 2019).

Durante sua gestão no MMA, Salles foi acusado de envolvimento em crimes relacionados à exportação ilegal de madeira. Ele foi investigado por dificultar a fiscalização ambiental, corrupção, prevaricação, advocacia administrativa e facilitação do contrabando de produtos florestais (CARVALHO; COLETTA, 2021). Em meio a críticas e acusações judiciais, Salles pediu demissão do cargo em junho de 2021, após dois anos e meio de sua nomeação. Nas eleições de 2022, foi eleito deputado federal por São Paulo pelo PL.

Com a saída de Salles do MMA, o cargo foi ocupado por Joaquim Álvaro Pereira Leite, que mantém um perfil político próximo ao ex-ministro e às pautas do agronegócio. Leite atuou como conselheiro da SRB e, no governo Bolsonaro, integrou a Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, que compõe o MMA. Embora seja mais discreto que Ricardo Salles, o Ministro Leite prosseguiu com a agenda antiambiental de Jair Bolsonaro. Sua gestão no MMA ficou marcada pelo terceiro ano consecutivo de aumento do desmatamento na Amazônia Legal. Em apenas um ano à frente da pasta do meio ambiente, Leite acumulou números piores do que os de Ricardo Salles. No primeiro ano, houve um aumento de 20% das queimadas na Amazônia e no Cerrado, além de um crescimento recorde do desmatamento. Foi a primeira vez que os meses iniciais do ano apresentaram uma taxa de desmatamento superior a 1 km² (TEIXEIRA, 2022). A aproximação do agronegócio com o bolsonarismo reflete-se na ocupação de cargos ministeriais e na alta cúpula do governo por lideranças e agentes do agronegócio (OLIVEIRA, 2021).

Outra importante nomeação ocorreu no MAPA. Buscando uma aproximação com setores do Congresso e com apoiadores do agronegócio, Bolsonaro nomeou como Ministra a então coordenadora da FPA, Tereza Cristina (ARAÚJO, 2020; PIOTROWSKI, 2019). Essas

nomeações atenderam aos objetivos de grupos de interesse de setores do agronegócio envolvidos na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro (BORTONE, 2020). Como demonstrado por Pompeia (2022), as elites do agronegócio ligadas ao IPA indicaram Tereza para a pasta, embora também houvesse a indicação de Nabhan Garcia por outros grupos do agronegócio. Nabhan era o indicado pela APROSOJA, sindicatos rurais e pela UDR, porém não agradava algumas indústrias do agronegócio devido às suas posições extremistas. Garcia chegou a defender o fim do MMA, ideia defendida pela UDR e APROSOJA-Mato Grosso. Ministérios, Secretarias e órgãos ambientais e fundiários funcionaram como instrumentos para viabilizar os interesses de grupos do agronegócio durante o governo Bolsonaro (FIRMIANO, 2020).

Em 2022, a então ministra do MAPA, Tereza Cristina, foi homenageada pelo IPA e pela FPA por suas realizações na liderança da pasta. O então presidente da FPA, o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), afirmou que a ministra contribuiu para o avanço das pautas do agronegócio no "licenciamento, regularização, fertilizantes, autocontrole, pesticidas e por aí vai. Se tudo isso está acontecendo, passa pela competência da ministra Tereza Cristina" (AUGUSTO, 2022, p.1).

O avanço dessas pautas reflete ideias históricas do agronegócio brasileiro, que reivindica a flexibilização das leis e políticas ambientais, como no licenciamento ambiental, na regularização fundiária e no aumento do uso de agrotóxicos. Tereza Cristina deixou o cargo no MAPA para concorrer às eleições legislativas em 2022, sendo eleita Senadora por Mato Grosso do Sul pelo Partido Progressista. O ministério foi assumido pelo ruralista Marcos Pontes, aliado de Cristina e ex-secretário executivo do MAPA. Marcos Pontes já presidiu a FPA no biênio 2015-2016, quando era deputado federal. Destaca-se que as principais organizações representativas do agronegócio brasileiro têm ligações diretas ou indiretas com instituições ou grupos políticos, como a ABAG, CNA e o FPA/IPA (OLIVEIRA, 2021).

As nomeações ministeriais do Governo Federal foram compostas por um número expressivo de militares. No primeiro ano de governo, 8 ministérios foram comandados por militares. Lima (2019) expôs que nos governos de FHC a Michel Temer, apenas 9 militares compuseram o cargo de Ministro. Segundo dados do Tribunal de Contas da União, até 2020, 6.157 militares integravam cargos no Governo Federal (SANTOS, 2020). O fluxo de nomeações de Bolsonaro reflete uma aproximação com os militares. Em 2020, 11 dos 23 ministros de Jair Bolsonaro eram militares. Jair Bolsonaro repetiu em 2022 o que foi feito na sua candidatura presidencial em 2018, em que indicou um vice-presidente militar.

Para a eleição presidencial de 2022, Jair Bolsonaro compôs em sua chapa o General Braga Netto para a vice-presidência. Ele obteve vários cargos na gestão bolsonarista, tais como

Ministro da Defesa, Ministro da Casa Civil, Chefe do Estado-Maior do Exército e Assessor especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Bolsonaro perdeu a eleição de 2022 para o candidato Lula, liderança histórica do PT. O partido chegou a ser tratado por Bolsonaro e seus apoiadores nos seus discursos não como adversário político, mas como um inimigo a ser combatido. Desde a redemocratização brasileira, foi a primeira vez que um presidente não conseguiu se reeleger.

Com a eleição do governo petista em 2022, surgiu uma janela de oportunidade para encaminhar a retomada de políticas ambientais e indigenistas, visando resolver os problemas ambientais agravados durante a gestão bolsonarista, como a diminuição dos índices de desmatamento. A retomada de políticas ambientais, a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática, e a abordagem transversal de políticas socioambientais são passos promissores. No entanto, é necessário enfrentar obstáculos para uma transformação real, buscando não apenas alcançar o desmatamento zero, mas também promover melhorias socioambientais e climáticas que impulsionem a inclusão social no país e garantam os direitos humanos. A nomeação de ambientalistas para órgãos ambientais, como a indicação de Marina Silva para o MMA, demonstrou uma reaproximação do Estado brasileiro com agendas e ideias ambientais.

Contudo, a histórica ambiguidade e contradições entre projetos de desenvolvimento e gestão ambiental é um dos dilemas que o governo Lula 3 enfrenta. Diversos planos de desenvolvimento no Brasil tiveram que lidar com essas questões, como o Programa Avança Brasil no governo FHC, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos governos Lula e Dilma, o Programa de Parcerias de Investimentos na gestão de Michel Temer e a continuidade no governo Bolsonaro (MALHEIRO, PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021). No entanto, é factível que o histórico de agendas e políticas ambientais implementadas nos governos petistas tenha distanciado o governo de segmentos extremistas do agronegócio brasileiro. Embora as distintas gestões presidenciais do governo do PT tenham tentado se aproximar de grupos de interesses do agronegócio, essa aproximação nunca se consolidou, como ocorreu com o apoio direto do agronegócio a Jair Bolsonaro. A divergência de ideias entre os governos petistas e de Jair Bolsonaro é visível nas políticas ambientais, como no caso do PPCDAM.

Com a presidência do governo petista em 2002, houve maior atenção para a agenda ambiental, com a colaboração de movimentos sociais e a nomeação de lideranças ambientalistas em cargos ministeriais, como Marina Silva para o MMA. Diante do aumento do desmatamento

na Amazônia, o governo Lula criou o PPCDAM em 2004. Outros fatores políticos contribuíram para a redução do desmatamento na década de 2000, como o estabelecimento de áreas protegidas, moratórias da soja e da carne, restrição de créditos para desmatadores e queda nos preços das *commodities* (MOUTINHO et al., 2016 apud MARCOVITCH; PINSKY, 2020). O PPCDAM, marco no combate ao desmatamento no Brasil, passou por diferentes fases. O programa foi descontinuado durante a gestão de Jair Bolsonaro. Em 2023, o programa foi retomado no governo Lula com uma nova fase, investindo em atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle ambiental, ordenamento territorial e fundiário, instrumentos normativos e econômicos, entre outros aspectos, com o objetivo de alcançar o desmatamento zero até 2030 (COSTA, 2023).

Oliveira (2021) ressalta que a relação do agronegócio com a direita e a extrema direita brasileira se intensificou a partir do golpe em Dilma Rousseff em 2016, quando houve mobilizações de organizações políticas e empresariais do agronegócio pelo *impeachment* da ex-presidente. Um exemplo disso encontra-se na atuação da FPA e da própria CNA, que contava com sua presidente no Ministério da Agricultura. Outro momento político de aproximação ocorreu durante a gestão de Michel Temer, em que a FPA foi importante para aprovações de projetos do governo Temer, como a Reforma Trabalhista. Oliveira (2021) evidencia que este apoio foi consequente da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ministério historicamente ligado a movimentos sociais do campo e à reforma agrária, atendendo à solicitação da própria FPA.

Durante as eleições presidenciais de 2018, o agronegócio encontrou em Jair Bolsonaro e no bolsonarismo um canal para a defesa de suas ideias e discursos. No entanto, o apoio a Bolsonaro não se deu de maneira hegemônica. Setores como a UDR e outros grupos ligados a pautas radicais no agronegócio se envolveram diretamente na campanha de Bolsonaro. No entanto, as principais organizações do agronegócio brasileiro, como a FPA, só se uniram a Jair Bolsonaro próximo à eleição presidencial. Após o início do mandato bolsonarista, organizações como a CNA, ABAG e FPA/IPA demonstraram apoio a Bolsonaro, principalmente diante de suas ideias contrárias aos povos indígenas e ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2021, p. 11).

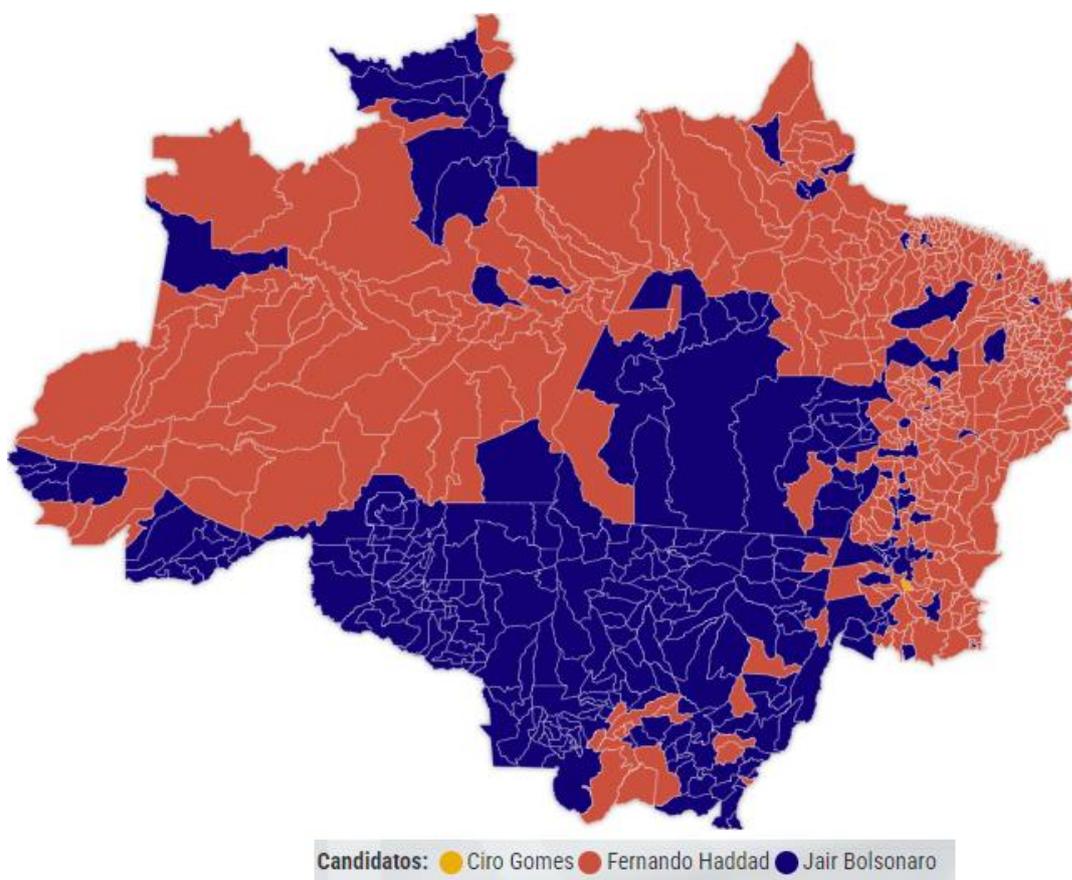
É importante destacar que, mesmo com governos comprometidos com a redução do desmatamento, ainda existe uma ambiguidade entre as políticas de proteção socioambiental e os modelos de desenvolvimento na Amazônia. A aprovação do Código Florestal em 2012, ainda no governo Dilma, mostrou uma fragilidade no combate ao desmatamento e favoreceu o agronegócio brasileiro (MARQUES, 2022). Segundo Menezes (2020), nas duas primeiras

décadas dos anos 2000, houve imprecisões na governança ambiental na Amazônia, com padrões de desenvolvimento que buscavam fortalecer a governança socioambiental, mas ao mesmo tempo expandiam a agropecuária. Isso se assemelha contemporaneamente em "agendas verdes" contraditórias, mudanças legais em questões fundiárias e ambientais e um recente interesse entre Estado, agronegócio e Cooperação Internacional no controle ambiental e climático (MENEZES, 2020).

Embora outros governos tenham enfrentado dificuldades e agido contrariamente às agendas e políticas ambientais, é notável que a mudança de governo influencie os índices de problemas ambientais. Principalmente no governo Bolsonaro, em que o desmonte das políticas ambientais era um objetivo amplamente divulgado pelo próprio governo (NEVES, 2023). Com a eleição de Jair Bolsonaro, uma agenda antiambiental foi implementada, resultando em um aumento significativo do desmatamento. As áreas de grande desmatamento, grilagem de terras e garimpo mostram uma base espacial eleitoral que converge com as agendas bolsonaristas (MALHEIRO, 2023). Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro criticou a fiscalização ambiental e, como presidente, implementou políticas que enfraqueceram a proteção socioambiental (MARCOVITCH; PINKSY, 2020).

Os resultados de Malheiro (2023, p.38) expõem uma associação entre os mapas da expansão das *commodities* na Amazônia e do desmatamento com os mapas eleitorais que ajudaram a eleger Jair Bolsonaro. Nesse sentido, há uma convergência entre territórios eleitorais que reivindicam e propagam ideias antiambientais como consequência de modelos de desenvolvimento econômico, vinculados ao agronegócio, à eleição de Jair Bolsonaro. Assim, nota-se que a eleição de Jair Bolsonaro reflete um alinhamento com visões de mundo antiambientais de determinados setores. Tais ações relacionam-se a ideias do bolsonarismo associadas a narrativas antiambientais e antirregulatórias em favor do mercado de *commodities* (MALHEIRO, 2023).

Figura 6 – Eleição presidencial na Amazônia Legal (2018)



Fonte: (ARAÚJO; FERRARI; NETO, 2022; TSE; 2022).

De acordo com os dados do TSE (2022) expostos por Araújo, Ferrari e Neto (2022), no ano de 2018 o candidato à presidência pelo PT, Fernando Haddad, venceu em 487 cidades na Amazônia Legal, enquanto o vencedor da eleição presidencial de 2018, Jair Bolsonaro, em 274 cidades. Os autores mostram que esses dados também se aproximaram nas eleições de 2022, em que Lula angariou a maior quantidade de votos em 507 cidades e Bolsonaro em 265 cidades. No entanto, Jair Bolsonaro obteve a maioria dos votos em quase todas as regiões do país na eleição de 2018, com exceção do nordeste. Na região norte, Jair Bolsonaro foi contemplado com 43% da votação, contra 37% de Fernando Haddad. No segundo turno das eleições de 2022, Bolsonaro também venceu em todas as regiões, com exceção do nordeste do país, que contribuiu amplamente para a vitória de Lula. No primeiro turno de 2022, Lula havia vencido na região norte, o que foi alterado no segundo turno. Nas eleições de 2018 e de 2022, o sul e o centro-oeste foram as regiões que mais votaram em Jair Bolsonaro.

Os dados das votações eleitorais, como exposto por Malheiro (2023), sublinham uma associação entre as cidades mais desmatadas com intensas atividades de exploração de recursos

naturais, principalmente do agronegócio, e, a votação em Jair Bolsonaro. De acordo com Girardi (2022), Jair Bolsonaro venceu o primeiro turno das eleições de 2022 em oito das dez cidades mais desmatadas na Amazônia. Em 2018, a vitória de Bolsonaro no primeiro turno ocorreu em 7 das cidades mais desmatadas da Amazônia. A quinta cidade mais desmatada do país em 2022, Novo Progresso (PA), deu 79,6% dos votos para Bolsonaro no primeiro turno de 2022.

Figura 7 – Votação presidencial (%) nos municípios mais desmatados no Brasil no 1º turno em 2018 e 2022

Município	1º turno em 2018		1º turno em 2022	
	Quem venceu	Percentual do vencedor	Quem venceu	Percentual do vencedor
1º Altamira (PA)	Bolsonaro	54,3	Bolsonaro	57,7
2º Porto Velho (RO)	Bolsonaro	57,8	Bolsonaro	56,8
3º São Félix do Xingu (PA)	Bolsonaro	52,7	Bolsonaro	63,1
4º Lábrea (AM)	Haddad	69,7	Lula	63,8
5º Novo Progresso (PA)	Bolsonaro	72,7	Bolsonaro	79,6
6º Itaituba (PA)	Bolsonaro	47,5	Bolsonaro	57,8
7º Apuí (AM)	Bolsonaro	46,4	Bolsonaro	58,9
8º Colniza (MT)	Bolsonaro	62,1	Bolsonaro	71,1
9º Pacajá (PA)	Haddad	46,3	Bolsonaro	55,3
10º Portel (PA)	Haddad	58,2	Lula	63,7

Fonte: Girardi (2022) a partir de TSE (2022).

No 1º turno das eleições presidenciais em 2018 e 2022, o ex-presidente Bolsonaro conseguiu superar o seu adversário petista nas cidades com maior índice de desmatamento. Na cidade de Altamira, município com um longo histórico de crimes ambientais ligados ao desmatamento ilegal e exploração de garimpo, Bolsonaro alcançou 57,7% da votação. Outros municípios paraenses com alta nos índices de desmatamento seguiram com a maior votação no ex-presidente: São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA) e Itaituba (PA) (GIRARDI, 2022). Nesses municípios, Bolsonaro contou com o apoio de lideranças ruralistas para mobilização de votos. Os candidatos petistas, Haddad e Lula, venceram nos municípios amazônicos mais desmatados em 3 cidades: Lábrea (AM), Pacajá (PA) e Portel (PA). Embora os dados apresentados não façam uma correlação direta, é pertinente observar que os municípios amazônicos com alta taxa de crimes ambientais optaram por Jair Bolsonaro em 2018 e 2022.

Conforme Malheiro (2023), além da relação entre o mapa do desmatamento e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, há associações entre o bolsonarismo e municípios que concentram a produção de soja no país, a expansão da pecuária, abrigam a maior quantidade de clubes de

tiro, apresentam os maiores índices de eleitores evangélicos, registram alta de mortes por covid-19 e possuem vínculos com fortes agendas culturais da agropecuária, como as exposições e feiras agrícolas. Para o autor, essa subjetividade autoritária formaria movimentos espaciais e territoriais do bolsonarismo e de sua forma de ver o mundo, incluso valores antiambientais.

Como forma de visualizar essa geografia bolsonarista e o agronegócio, Malheiro (2023) demonstrou que nos estados com maior consolidação da soja no Brasil, Bolsonaro ganhou em três no sul do país, e, em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Rondônia. Ademais, nas regiões de fronteiras da soja no Pará, Amapá, Acre e Rondônia, também se destacam pela alta votação em Bolsonaro. No entanto, o autor ressalta que não apenas a cadeia da soja explicam o sucesso do bolsonarismo nesses territórios, tendo influência de outras características da expansão do agronegócio (MALHEIRO, 2023). Além do sucesso da aproximação com o agronegócio nas eleições, a gestão de Bolsonaro recebeu inúmeras críticas por ter influenciado o “clima” nacional para a destruição ambiental. Em agosto de 2019, o jornal Folha do Progresso denunciou que fazendeiros e pecuaristas se organizaram para realizar queimadas no entorno de Novo Progresso (PA) (PIRAN, 2019). O evento ficou marcado como o “Dia D do Fogo”. Segundo depoimento do jornalista da Folha do Progresso, o objetivo das queimadas seria fazer a limpeza de pastos e chamar a atenção do ex-presidente Bolsonaro, demonstrando apoio à sua agenda ambiental e pedindo o fim das fiscalizações (PONTES, 2020).

De acordo com Neto (2022), no “dia d” do fogo e no dia seguinte, foram registrados em Novo Progresso (PA) e municípios vizinhos cerca de 1.457 focos de queimadas. No ano de 2022, foi denunciado um novo “dia d”, ocorrido em 22 de agosto. Como visto em Malheiro (2023), a expansão das frentes econômicas das *commodities* intensificou não apenas problemas ambientais, mas também uma geografia do autoritarismo alicerçada no bolsonarismo. Isto é, interligadas a processos de discursos e práticas que impulsionam o desmatamento e outras crises socioambientais na Amazônia, principalmente em territórios onde o agronegócio se estabelece como economicamente e culturalmente hegemônico.

Em 20 dias de agosto de 2022, foram registrados 1.752 focos de queimadas em Novo Progresso (PA). Neto (2022) explica que Novo Progresso (PA) liderou no Pará os focos de incêndios, desmatamento e também no apoio a Jair Bolsonaro. Isso se deve principalmente ao modelo de desenvolvimento local do município, baseado na produção agrícola, na pecuária e no garimpo ilegal. Essa realidade torna a região palco de muitos conflitos, uma vez que seu território é cercado por terras indígenas e unidades de conservação. Nas eleições presidenciais

de 2018, Bolsonaro obteve aproximadamente 80% dos votos em Novo Progresso (PA). Essa marca se repetiu em 2022, com Jair Bolsonaro alcançando 79,6% dos votos no primeiro turno.

Nas cidades dominadas politicamente e hegemonicamente pelo agronegócio, a votação para Bolsonaro foi bastante expressiva. Nas eleições presidenciais de 2022, Bolsonaro obteve mais de 70% dos votos nos municípios produtores de soja em Mato Grosso, o principal produtor de soja do Brasil. A APROSOJA-Mato Grosso, uma organização do agronegócio, prestou forte apoio à eleição de Jair Bolsonaro. Embora o agronegócio não seja a única variável explicativa do voto em Jair Bolsonaro, sendo necessária uma investigação de outras categorias, é factível que nas cidades onde o setor predomina economicamente, houve uma maior votação para Bolsonaro. Como demonstrado por Zanatta et al. (2022), o ex-presidente foi o mais votado em 8 das 10 principais cidades do agronegócio brasileiro em 2022. Essas 8 cidades representam as maiores produções da agroindústria brasileira: Sorriso (MT), Sapezal (MT), Rio Verde (GO), Campo Novo do Parecis (MT), Diamantino (MT), Nova Ubiratã (MT), Nova Mutum (MT) e Querência (MT) (ZANATTA et al., 2022).

Seguindo a perspectiva de Malheiro (2023), a geografia eleitoral do voto bolsonarista é resultado de determinadas bases espaciais, tais como a presença de *commodities*, o negacionismo científico e a fé evangélica. Nunes (2022) também destaca que as matrizes discursivas de grupos evangélicos, como o anti-intelectualismo e a rejeição à ciência, representam uma matriz discursiva bolsonarista. As cidades que possuem esses aspectos denotaram uma votação maciça em Bolsonaro. Um ponto relevante na análise desta tese, destacado também no trabalho de Malheiro (2023), é que o bolsonarismo é articulado por narrativas e ideias.

Durante a gestão do governo Bolsonaro, os índices de desmatamento se agravaram significativamente. Segundo Azevedo et al. (2022), o Brasil perdeu 42 mil km² de vegetação nativa nos primeiros três anos do governo. Em 2021, a média foi de 191 novos eventos de desmatamento por hora, com 59% da área desmatada e 66,8% dos alertas de desmatamento ocorrendo na Amazônia. A atividade agropecuária foi responsável por 97% do desmatamento. Nesse mesmo ano, 69,5% da área desmatada estava em propriedades privadas, e houve expansão para Unidades de Conservação e Terras Indígenas (AZEVEDO et al., 2022).

Embora o Brasil tenha conseguido reduzir sua taxa de desflorestamento em 80% entre 2014 e 2012, em 2018, ela foi 14% maior do que em 2017. O maior índice da série avaliada pelo PRODES do INPE ocorreu em 1995, com 29.059 km² de desmatamento na Amazônia

Legal. Com exceção do período de 2009 a 2018, desde 1986 o índice de desmatamento não foi inferior a 10 mil km² (MARQUES, 2022).

Entre 2019 e 2022, o desmatamento acumulado na Amazônia totalizou 35 mil km² (INPE, 2022). Mesmo com o aumento do desmatamento, a fiscalização foi enfraquecida nesse período. Dados do MapBiomas (2022) demonstram que entre 2019 e 2021, apenas 2,4% dos alertas de desmatamento foram seguidos de ações de combate por parte dos órgãos ambientais do Governo Federal. Entre os anos de 2004 e 2022, os estados da Amazônia Legal lideraram as taxas de desmatamento por km² no Brasil. Em 2004, que registra o segundo maior índice de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988, o estado do Mato Grosso foi o que mais desmatou, com 11.814 km². De acordo com o acumulado do desmatamento desde 1988 até 2023, a lista dos estados que mais desmataram na Amazônia Legal é a seguinte: Pará (34,61%), Mato Grosso (31,56%), Rondônia (13,72%), Amazonas (6,93%), Maranhão (5,47%), Acre (3,63%), Roraima (1,91%), Tocantins (1,82%) e Amapá (0,35%) (INPE, 2023).

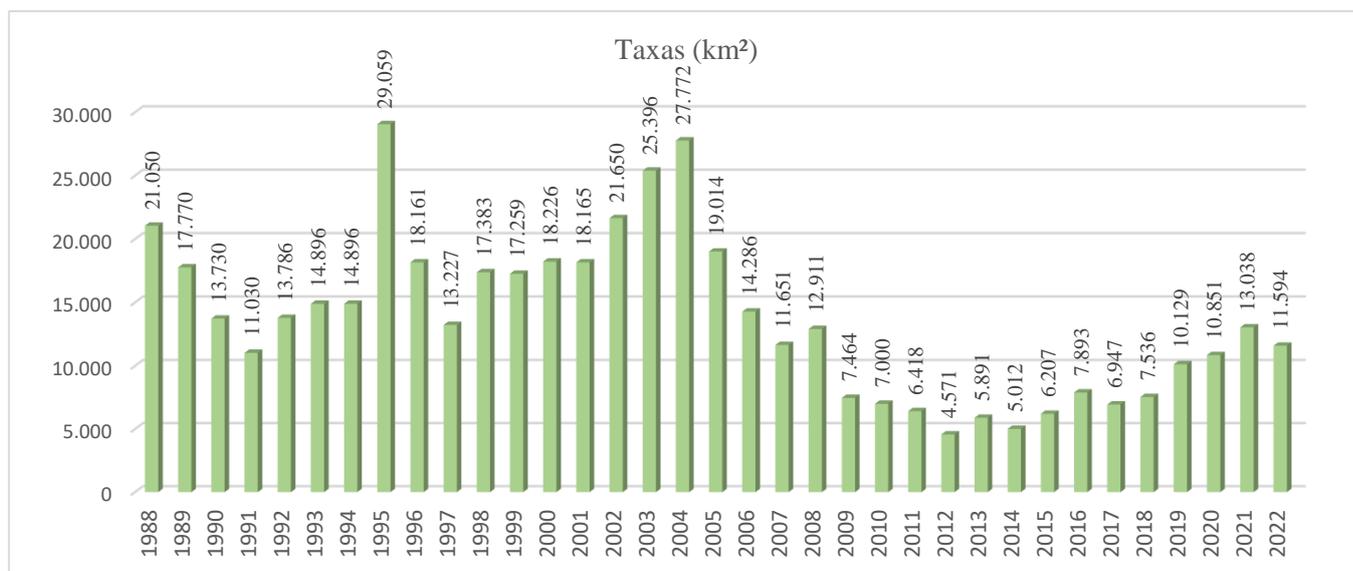
Castro e Carlos Castro (2022) afirmam que a tendência de conversão de floresta nos municípios amazônicos ocorre para a pecuária, agricultura intensiva e soja. No entanto, também alertam para mudanças nesses padrões, em que há a substituição de pastagens e áreas de sistemas agroflorestais pela monocultura do dendê, milho, pinus e eucalipto, visando atender as demandas do mercado global. No trabalho desses autores, também é alertado que embora essas cadeias produtivas estejam inter-relacionadas e associadas ao desmatamento, elas se diferenciam em seus processos. Enquanto a pecuária e a soja demandam grandes extensões de terra e a padronização do uso do solo, o mercado de madeiras causa devastação em busca de novos territórios. A defesa do agronegócio por ideias antiambientais e pela flexibilização de políticas ambientais se alinha aos seus interesses econômicos e visões de mundo. Tal perspectiva de valores encontrou em Bolsonaro um forte aliado.

Segundo Oliveira (2021), a convergência de agendas entre o agronegócio e Jair Bolsonaro não foi totalmente convergente. Enquanto houve convergência em questões relacionadas aos povos indígenas, principalmente sobre o marco temporal, proposta defendida pela CNA, ABAG e FPA, assim como pelo governo Bolsonaro, houve divergências quanto à questão ambiental. Segundo o autor, as organizações do agronegócio variaram em suas posições, criticando o desmatamento, apoiando o mercado de carbono e se posicionando contra a degradação ambiental. Um exemplo disso foi a ABAG, liderança da Coalização Clima Brasil Floresta e Agricultura, que durante a gestão bolsonarista se posicionou criticamente em relação ao aumento do desmatamento no país.

O último autor citado relata que no ano de 2020 após a entrega de um documento da ABAG ao governo Bolsonaro com ações para contenção do desmatamento levou à saída da APROSOJA da associação. Pompeia (2023a) sublinha que a contradição das organizações do agronegócio, que publicamente defendem uma maior proteção ambiental, mas não exercem uma influência política efetiva para fortalecer as políticas ambientais. Embora grupos como a ABAG, principalmente por meio da Coalizão, tenham defendido ideias para o fortalecimento ambiental, suas ações políticas não demonstraram um distanciamento político das ideias antiambientais presentes na gestão bolsonarista.

Outros grupos de interesses do agronegócio, como a CNA, FPA/IPA e APROSOJA não só não criticaram os projetos antiambientais de Bolsonaro, mas o apoiaram durante o período eleitoral e a sua gestão (OLIVEIRA, 2021). A omissão política ou favorecimento de ideias antiambientais no país contribui para o aumento de problemas ambientais, como o desmatamento. No governo Bolsonaro, a reascensão dos índices do desmatamento na Amazônia é reflexo não só de determinadas ações produtivas do agronegócio brasileiro, mas do incentivo político dos seus principais grupos de interesses.

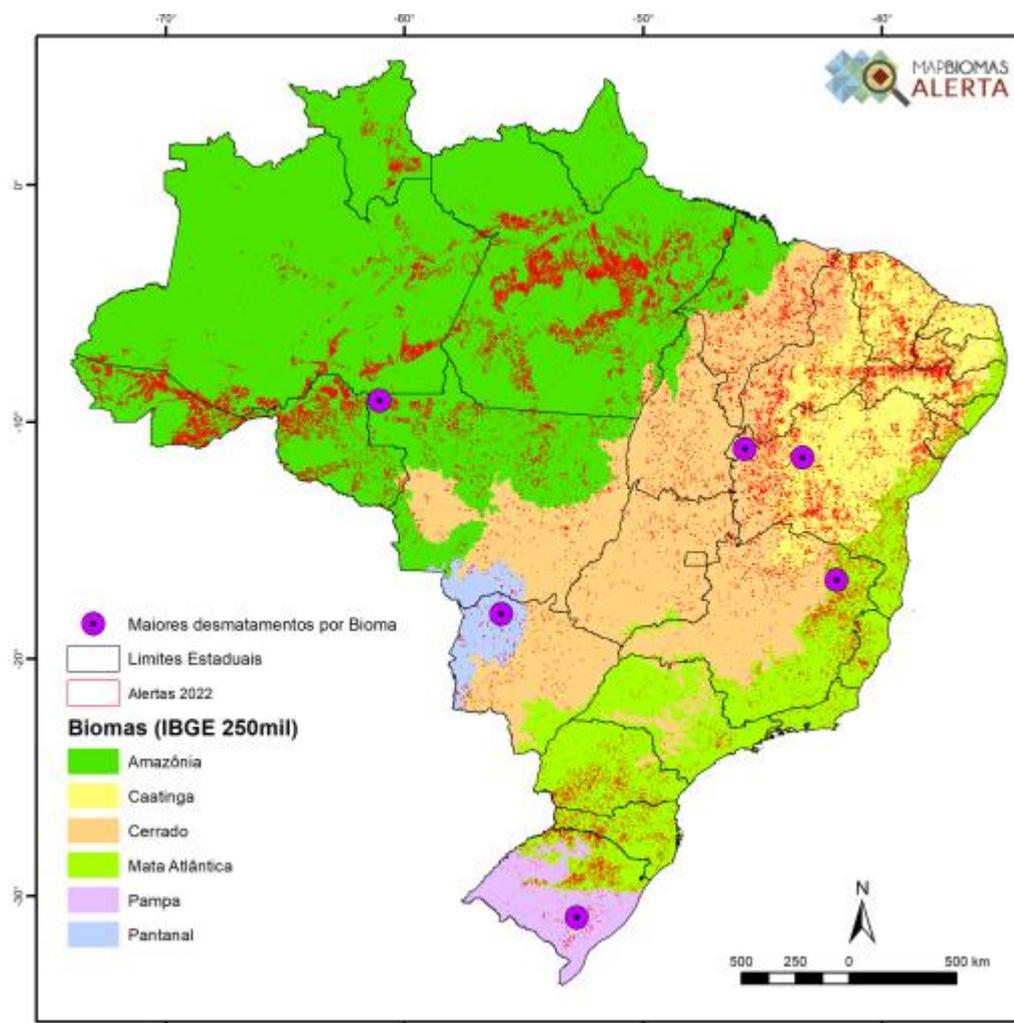
Nesse sentido, atividades do agronegócio, como a expansão da agropecuária, são apontadas como um dos principais fatores do desmatamento na Amazônia (RIVERO et al., 2009; PRADO; RIBEIRO, 2011; DOMINGUES; BERMANN, 2012; SIQUEIRA-GAY et al.; 2020). A pecuária e o cultivo de soja têm uma forte correlação com o desmatamento, impulsionados pela demanda nacional e internacional por carne e grãos (RIVERO et al., 2009; PRADO; RIBEIRO, 2011). A expansão da pecuária bovina tem sido um elemento significativo na conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas (RIVERO et al., 2009). Estima-se que aproximadamente 80% das áreas desmatadas na Amazônia brasileira sejam ocupadas por pastagens, e houve uma expansão significativa do cultivo de soja nas primeiras décadas de 2000, resultando no desmatamento de áreas florestais (BERENGUER et al., 2021; SOTIROV et al., 2022; MAPBIOMAS; 2022).

Gráfico 6 – Série histórica do desmatamento na Amazônia (1988 a 2022)

Fonte: PRODES/INPE (2022).

Os resultados do desmatamento e das queimadas refletem a ausência de uma agenda ambiental desde a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e em suas nomeações ministeriais, além da defesa de ideias antiambientais pelo governo bolsonarista. O governo ignorou os problemas ambientais e sociais enfrentados na Amazônia, assim como suas políticas desconsideraram as soluções apontadas pela comunidade científica. A política ambiental para o país e para a Amazônia seguiu o fluxo político dos grupos de interesse associados a Bolsonaro. Na série histórica do desmatamento na Amazônia, é perceptível um aumento da tendência do desmatamento na Amazônia após o início da gestão de Bolsonaro. No ano de 2021, as taxas chegaram a 13.038 km² (INPE, 2022). Ainda que as taxas tenham retomado um aumento a partir do governo Bolsonaro, é perceptível visualizar uma alta em outras gestões governamentais, incluso durante os governos petistas, tendo alcançado 27.772 km² na primeira gestão de Lula. Contudo, houve uma queda significativa destes índices através de ações de políticas ambientais durante as administrações petista, tendo o menor índice da série em 2012, com 4.571 km². O maior índice da série histórica do desmatamento do PRODES/INPE (2022) ocorreu durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Figura 8 – Mapa sobre os maiores desmatamentos detectados no Brasil em 2022 por cada um dos biomas



Fonte: MAPBIOMAS (2022).

No ano de 2022, a Amazônia e o Cerrado concentraram as maiores taxas de desmatamento por bioma, de acordo com dados produzidos pelo Mapbiomas (2022). No relatório produzido pela organização, o maior desmatamento detectado no bioma Amazônia ocorreu em uma área de 3.580 ha, no município de Colniza (MT). De acordo com os dados sobre o desmatamento por biomas produzidos pelo Mapbiomas (2019, 2020, 2021, 2022), durante o período do governo Bolsonaro, o bioma amazônico foi um dos biomas mais desmatados do país. Em 2019, uma área desmatada de 770.148 ha., sendo os municípios de Altamira e São Félix do Xingu no Pará os mais desmatados. No ano de 2020, houve uma repetição desses dados, sendo o bioma amazônico o mais desmatado no Brasil, sendo o município de Altamira (PA) o mais desmatado na Amazônia. Para o ano de 2021, o mais desmatamento ocorrido na Amazônia também foi no mesmo município, com 2.969 ha

(MAPBIOMAS, 2019, 2020, 2021, 2022). No período de 2019 a 2022, o estado do Pará foi o estado com maior taxa de desmatamento do país (INPE, 2024).

Durante o governo Bolsonaro, notou-se um fechamento de uma "janela de oportunidade" para avanços na política ambiental que repercutiram no aumento de crimes ambientais em todos os biomas brasileiro. Apesar de não ter acabado com o MMA, como prometido em campanha (BRAGANÇA, 2018) e desejado por alguns grupos conservadores e negacionistas do agronegócio, Bolsonaro enfraqueceu o ministério (POMPEIA, 2023b). Para atender aos interesses do agronegócio e de outros setores econômicos, o Estado brasileiro alterou políticas ambientais, sociais e fundiárias, levando a violências socioambientais na região (CASTRO; CASTRO, 2022). O financiamento de atividades relacionadas ao desmatamento por agências financeiras e empresas globais também contribuiu para esse processo (SILVA; SILVA, 2022). Exemplos disso encontram-se na influência de multinacionais para aprovação de projetos de leis antiambientais.

Jair Bolsonaro tentou flexibilizar o Código Florestal e o licenciamento ambiental, não demarcou terras indígenas e aboliu setores do MMA que tratavam das mudanças climáticas (FERRANTE; FEARNSIDE, 2019). Nota-se que essas ideias são defendidas por grupos do agronegócio há décadas. Como exemplo, em carta assinada pela FPA em 2016 e direcionada a Michel Temer, setores do agronegócio reivindicavam mudanças no Código Florestal, a aprovação do Marco Temporal e o enfraquecimento de órgãos ambientais, como o CONAMA (POMPEIA, 2023a). A defesa e implementação de ideias antiambientais e negacionistas das mudanças climáticas ressoaram em todos os gabinetes da gestão Bolsonaro.

O ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, chegou a questionar a veracidade das mudanças climáticas. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro ameaçou retirar o Brasil do Acordo de Paris (ARAÚJO, 2020). Apesar de não cumprir essa promessa, o governo se distanciou das metas do Acordo, principalmente devido ao alto índice de desmatamento na Amazônia. No ano de 2022, ao atualizar as metas voluntárias de redução de gases do efeito estufa, na Contribuição Nacionalmente Determinada, o Brasil agiu em desconformidade com o Acordo. Lisboa (2022) cita que o Brasil não internalizou os compromissos declarados na COP-26 para zerar o desmatamento em 2030 e para a redução das emissões de metano em 30%. As metas voluntárias foram menos ambiciosas do que o estimado anteriormente. A meta de redução dos gases do efeito estufa na gestão de Bolsonaro foi considerada uma "pedalada climática", pois o governo mudou a base de comparação dos dados das emissões em relação às metas anteriores.

Como resposta ao aumento das queimadas e desmatamento na Amazônia e no Pantanal, Jair Bolsonaro autorizou o uso das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em algumas áreas, como áreas federais e terras indígenas (Decreto nº 10.341). A participação das Forças Armadas no combate contra crimes ambientais é recorrente no Brasil, no entanto, com a coordenação de órgãos ambientais, como o IBAMA (RAMOS, 2021).

A operação das Forças Armadas, chamada de Operação Verde Brasil, iniciou em maio de 2020 e foi estabelecido o seu fim para maio de 2021. A operação teve um custo de R\$ 410 milhões. Segundo o coordenador da operação e ex-vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, com o avanço da operação, esta iria ser alterada para uma fiscalização pelos órgãos de controle ambiental. A fiscalização pelos militares seria substituída pelo IBAMA, ICMBio, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FUNAI, Polícia Federal e Rodoviária Federal (SAYURI, 2021). A militarização de ações de combate a crimes ambientais reforça as ideias de Jair Bolsonaro sobre a militarização da Amazônia. Como reforçado por Ramos (2021, p. 297): “na retórica de Bolsonaro, a Amazônia é um alvo de ameaças que justifica a manutenção e o fortalecimento do contingente militar. Bolsonaro fez sua carreira política como defensor dos interesses da corporação”.

Contudo, em julho de 2021, o CNAL expôs uma nova atuação dos militares para combater os crimes ambientais. Denominada como Operação Samaúma, o Conselho divulgou uma lista de 26 municípios na Amazônia que seriam o foco da atuação das Forças Armadas, com base na quantidade de alertas de desmatamento. O ex-presidente Bolsonaro emitiu um decreto de GLO para renovar a autorização da ação dos militares em 2021 (VILELA, 2021). Ao todo, três GLOs foram utilizadas para a Operação Verde Brasil. A primeira para garantir a Operação Verde Brasil, a segunda para assegurar a Operação Verde Brasil 2 e a terceira para a Operação Samaúma. Tais operações custaram R\$ 550 milhões, quase seis vezes o valor destinado ao orçamento do IBAMA em 2020 (ALVES, 2021).

No primeiro mês da presença dos militares na Amazônia, Girardi (2019) relatou uma diminuição dos focos de queimadas, porém, houve um aumento no número de desmatamentos e uma redução no número de autos de infração. Sayuri (2021) menciona que, entre agosto de 2019 e julho de 2020, ocorreram 11.088 km² de desmatamento na Amazônia, atribuído ao avanço das atividades de garimpo, exploração madeireira e grilagem de terras. A Operação Verde Brasil foi criticada por ambientalistas devido à alocação de recursos para os militares em vez de direcioná-los diretamente aos órgãos de fiscalização ambiental. O vice-presidente

Hamilton Mourão declarou que a operação foi um fracasso, principalmente devido à falta de integração entre as Forças Armadas e os órgãos ambientais (ALVES, 2021).

Além dessas operações, Jair Bolsonaro decretou (nº 10.424/20) a proibição das queimadas por 120 dias no Brasil no período de agosto a outubro de 2020 – época em que há um aumento nas ocorrências de queimadas. Apesar dessas medidas como resposta às queimadas e ao desmatamento, o Governo Federal manteve sua agenda antiambiental desde a campanha eleitoral. A gestão bolsonarista fracassou no combate ao desmatamento na Amazônia, conforme evidenciado pelo aumento dos índices, especialmente ao priorizar o gasto orçamentário em operações militares em vez de fortalecer os órgãos ambientais.

A organização Política por Inteiro avaliou todas as normas e atos do governo Bolsonaro relacionados às políticas ambientais e climáticas. Segundo a organização, o Executivo Federal promoveu a desconstrução da estrutura das políticas ambientais e climáticas desde o início de seu mandato, por meio de atos legais, infralegais e omissões. A Política por Inteiro coletou todos esses atos, demonstrando que de janeiro de 2019 a julho de 2022, o Governo Federal publicou mais de 140 mil atos que tiveram impacto direto e indireto nessas políticas (TALANOA, 2022).

A Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente divulgou que os servidores do IBAMA, MMA e ICMBio sofreram assédio e perseguição institucional após o governo nomear pessoas sem critérios técnicos para a direção desses órgãos (RIVAS; UEMA, 2020). Esta associação denunciou que houve uma substituição de servidores de carreira por militares das Forças Armadas e policiais militares, contribuindo para a militarização dos órgãos de regulação ambiental. Segundo o dossiê da associação, além da perseguição aos servidores, a administração federal bolsonarista promoveu tentativas de incriminação e ameaças a povos indígenas, ONGs e ambientalistas. Tendo os indígenas como um entrave para seu modelo de desenvolvimento, Jair Bolsonaro discursou em suas campanhas eleitorais que a demarcação das terras indígenas seria um obstáculo para a exploração da mineração.

Esses dados refletem a flexibilização das políticas ambientais e a inação do governo Bolsonaro diante do desmatamento na Amazônia. A partir do referencial sobre o desmonte de políticas públicas, especialmente no campo ambiental, Neves (2023) revelou que o processo de desmonte é significativo para a realidade brasileira. Mudanças políticas na agenda e no quadro institucional ambiental levaram a um desmonte e rupturas com políticas ambientais estabelecidas no país. A autora salientou nesse processo a redução e extinção de políticas ambientais e de suas capacidades. Alguns resultados significativos da gestão bolsonarista foram

a diminuição da participação da sociedade civil em órgãos e conselhos ambientais, como o CONAMA, assim como a descaracterização de órgãos de controle ambiental, como o IBAMA. Outros pontos de ruptura ocorreram na desconsideração de normas ambientais e no desvio interpretativo de regras constitucionais sobre a questão ambiental. Por fim, houve assédio a servidores públicos de órgãos ambientais contrários às ideias antiambientais do governo e paralisação de fontes de financiamento para questões ambientais e climáticas no país (NEVES, 2023, p. 51).

Outros atores foram atacados por Bolsonaro, considerados como um bloqueio ao desenvolvimento econômico. Os ataques do Governo Federal às ONGs ambientalistas não se limitaram apenas à narrativa do discurso, mas suas ideias se materializaram por meio de ações institucionais. No primeiro ano de governo, o MMA suspendeu todos os convênios da pasta com ONGs ambientalistas por 90 dias, além de exigir um levantamento da destinação do Fundo Amazônia, Fundo Nacional do Meio Ambiente e Fundo Clima. Contudo, diante da repercussão negativa do caso, o governo retrocedeu (GIRARDI, 2019). Na cerimônia de comemoração dos 400 dias de seu governo, o ex-presidente anunciou o PL para a legalização do garimpo e a geração de energia elétrica em terras indígenas. O projeto foi criticado por movimentos ambientalistas e povos indígenas (BENITES, 2020).

O Planalto não conseguiu avançar alguns de seus projetos na Câmara dos Deputados até a mudança da presidência da casa, em 2021, quando era liderada pelo adversário político do governo, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Com a vitória do aliado político Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara dos Deputados e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no Senado, o Governo Federal avançou com uma lista de prioridades para discussão no Congresso. Neves (2023) aponta que a limitação do avanço de agendas antiambientais de Bolsonaro foi consequência dos instrumentos institucionais e jurídicos da política ambiental, que podem ter sido influenciados pelo STF. Além disso, houve resistência de organizações da sociedade civil contrárias ao desmonte das políticas ambientais.

Araújo (2020) enfatizou o papel da Frente Parlamentar Ambientalista em bloquear o avanço de projetos legislativos do governo Bolsonaro. Entre as prioridades da agenda legislativa do Governo Federal, quatro projetos de lei na temática socioambiental se destacaram: a regularização fundiária (PL nº 2633/2020), conhecida por movimentos sociais como "PL da grilagem", o licenciamento ambiental (PL nº 3729/2004), a concessão de florestas públicas para entes privados (PL nº 5518/2020) e a mineração em terras indígenas (PL nº 191/2020) (MENDONÇA, 2021).

Segundo Ramos (2022), dentre as 45 prioridades estabelecidas na agenda do governo Bolsonaro no Congresso, 12 estavam relacionadas ao campo. Essas propostas refletiam os interesses de grupos do agronegócio, como o PL 490/07, do Marco Temporal, que visava proibir a ampliação de terras indígenas e era apoiado pela FPA/IPA. Outra proposta abordava as agendas do "agronegócio verde", com o PL 6539/19, que buscava instituir a compra e venda de créditos de carbono para criar a Política Nacional sobre a Mudança do Clima. Além disso, a agenda legislativa do governo incluía o PL 1293/21, um projeto de lei de interesse do agronegócio que visava revogar penalidades relacionadas ao uso de agrotóxicos. O PL 6.299/2002, também presente na agenda do governo, foi aprovado na Câmara dos Deputados em apenas quatro horas de debate, com o objetivo de flexibilizar o uso de agrotóxicos no Brasil.

A agenda legislativa do Governo Federal bolsonarista avançou com o apoio da FPA/IPA. Em 2021, a eleição do novo presidente da FPA, o deputado Sérgio Souza (MDB-PR), marcou um ponto de virada. Em declarações à imprensa, o deputado afirmou que a eleição de Rodrigo Pacheco e Arthur Lira representou uma oportunidade para avançar com pautas da agropecuária, como a flexibilização do licenciamento ambiental e a revisão das demarcações de terras indígenas (BORGES, 2021). Araújo (2020) observa que as pautas ambientais do Governo Federal enfrentaram obstáculos devido à atuação da Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso durante o primeiro ano da gestão Bolsonaro. No entanto, a mudança na presidência da Câmara em 2021 resultou em uma reversão desses bloqueios.

O apoio da FPA/IPA a Jair Bolsonaro remonta ao período eleitoral. Na véspera das eleições presidenciais de 2018, a FPA anunciou seu respaldo a Bolsonaro, uma posição reiterada em 2022 (FIRMIANO, 2020). Durante um encontro com Bolsonaro e seus ministros em outubro de 2022, a FPA reafirmou seu apoio ao ex-presidente nas eleições presidenciais daquele ano. Nesse encontro, a ex-ministra do MAPA, Tereza Cristina, realçou que o agronegócio brasileiro estava integralmente comprometido com a candidatura e reeleição de Jair Bolsonaro. Outra declaração que consolidou a aliança entre o Governo Federal e os grupos de interesse do agronegócio foi feita pelo Ministro do MMA, Joaquim Leite, que afirmou que o agronegócio e o meio ambiente estavam trabalhando juntos no governo Bolsonaro (BEHKNE, 2022). No entanto, há uma contradição nessa perspectiva, uma vez que a questão orçamentária do Governo Federal não priorizou o meio ambiente, assim como suas políticas públicas.

No PPA 2020-2023, houve uma redução na alocação de recursos para o MMA. No primeiro ano do PPA 2016, foram destinados R\$ 903 milhões para este ministério. No entanto, no PPA 2020-2023, esse valor diminuiu para R\$ 278 milhões (BRANDÃO et al., 2020). Até

31 de agosto de 2020, o MMA havia utilizado apenas 0,4% do orçamento destinado às suas ações diretas (ARAÚJO, 2020). Conforme Araújo e Feldmann (2019), a proposta orçamentária do Governo Federal para o PPA 2020-2023 representa um desmantelamento da política ambiental federal. Cardoso e Beghin (2022) argumentam que a redução do orçamento para o meio ambiente é uma escolha política deliberada. Elas afirmam que o desmonte da política ambiental ocorreu por meio de cortes, diminuições e eliminações orçamentárias, bem como por mudanças nas regras e instrumentos das políticas públicas. A proposta orçamentária anual do Governo Federal (PLOA) para 2023 reduziu em 6,4% o orçamento destinado ao MMA em comparação com 2022, em 12% ao IBAMA e em 2% ao ICMBio. Este foi o pior orçamento para o MMA em 10 anos, representando uma diminuição de R\$ 164 milhões em relação a 2022 (INESC, 2022).

A questão orçamentária ligada ao meio ambiente foi afetada pelo chamado “orçamento secreto” (CARDOSO; BEGHIN, 2022). Lupion (2022b) explica que, esse orçamento envolve a distribuição de verbas públicas para deputados e senadores, onde as autorizações para o destino dessas verbas são incluídas no orçamento nacional por meio de emendas parlamentares. As emendas orçamentárias no então chamado "orçamento secreto" originam-se das emendas de relator. Até 2020, essas emendas eram utilizadas para fazer ajustes orçamentários. Entretanto, com a alteração de suas regras, as emendas começaram a ser usadas como recursos sem transparência, sendo associadas a casos de corrupção. A obtenção de recursos por meio dessa emenda parlamentar foi rotulada como “orçamento secreto” porque, em alguns casos, não foi possível identificar o deputado ou senador responsável pela emenda (LUPION, 2022b).

Cardoso e Beghin (2022) denunciam que em 2021 o gasto com essas emendas foi quatro vezes maior que o valor destinado ao meio ambiente no orçamento. As autoras expuseram que a execução do orçamento secreto favoreceu aliados de Bolsonaro, como a FPA, e a aproximação do ex-presidente com parlamentares do chamado “centrão” político. Críticos ao governo Bolsonaro o acusam de usar a distribuição de verbas orçamentárias em troca de apoio político no Legislativo, sem demonstração de transparência e uso adequado dos recursos. No orçamento secreto, um parlamentar que relata a lei orçamentária controla a distribuição dos recursos. Contudo, isso deve ser negociado com os presidentes da Câmara e do Legislativo, além do Governo Federal. A falta de transparência está na não divulgação do parlamentar que solicitou o recurso do orçamento, quais recursos foram solicitados e quais foram atendidos (SCHREIBER, 2022).

Outras condutas marcaram negativamente a gestão ambiental de Bolsonaro. Por exemplo, a Medida Provisória nº 870/2019 tentou transferir para o MAPA o Serviço Florestal Brasileiro, que pertencia ao MMA. O governo também buscou fortalecer o MAPA, atribuindo à pasta territórios da reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, retirando funções da FUNAI e do INCRA e atribuindo competências à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, liderada por Nabhan Garcia, líder da UDR (FIRMIANO, 2020). Além disso, com o Decreto nº 9.806/2019, o Governo Federal reduziu o número de vagas destinadas à sociedade civil no CONAMA, obstruindo a governança ambiental. O enfraquecimento do CONAMA era defendido por grupos do agronegócio há décadas (POMPEIA, 2023a).

O CNAL, reativado por Jair Bolsonaro com o Decreto nº 10.239, excluiu a participação de atores da governança ambiental. O Conselho passou a ser dirigido pelo vice-presidente do país e por inúmeros militares (BRASIL, 2020a). Tal Conselho não incluiu representantes da sociedade civil, como ambientalistas e povos indígenas. O respectivo decreto também não incluiu os governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal. Outro decreto crítico foi o Decreto Nº 10.347/2020, que transferiu a competência de concessão de florestas públicas do MMA para o MAPA (NETO, 2022).

No ano de 2020, o governo Bolsonaro lançou um plano nacional visando conter o aumento do desmatamento, principalmente devido à repercussão negativa do aumento dos índices. O plano, intitulado "Plano Nacional para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa" (PLANAVEG), embora trouxesse uma série de orientações e propostas para a diminuição do desmatamento, foi criticado por grupos ambientalistas. A oposição argumentou que as propostas apresentadas não estavam alinhadas com o compromisso do governo Bolsonaro com as questões ambientais, portanto, não seriam eficazes. O Plano orientava linhas de ações e metas em cinco eixos de ações prioritárias no combate ao desmatamento: tolerância zero ao desmatamento ilegal, regularização fundiária, ordenamento territorial, pagamento por serviços ambientais e a bioeconomia. De acordo com o mesmo Plano, o combate ao desmatamento seria promovido por meio da inovação tecnológica, de um ambiente de negócios e do financiamento público-privado (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Nota-se a característica de privatização de políticas públicas e a aproximação do mercado no combate ao desmatamento, princípios defendidos pela gestão de Jair Bolsonaro. Esta estratégia está vinculada a uma tentativa de conter problemas ambientais por meio do pagamento por serviços ambientais. Exemplos dessas ações estão no Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, denominado Floresta+, implementado durante o governo

Bolsonaro em 2020. O programa englobou cinco subprojetos, classificados como “Amazônia, Carbono, Empreendedor, Bioeconomia e Agro” (TALANOA, 2022). O subprojeto voltado especificamente para o agronegócio tinha como objetivo "incentivar as atividades e partes interessadas das cadeias produtivas da agropecuária na realização do pagamento por Serviços Ambientais" (GOVERNO FEDERAL, 2022, p.1). No entanto, o programa Floresta+ não avançou, não demonstrando resultados eficazes conforme planejado.

Ainda que tenha sido proposta em planejamentos como o Planaveg e nas operações do CNAL, a contenção de problemas ambientais não se refletiu com eficácia nos atos institucionais nem nos discursos da gestão bolsonarista. Em uma reunião do Governo Federal divulgada pelo STF, o ex-ministro Ricardo Salles declarou que a atenção da imprensa para a pandemia da Covid-19 contribuía para um momento oportuno para “passar a boiada” nas regras e simplificar as normas ambientais do MMA (ARAÚJO, 2020).

É simbólico e expressivo o uso da frase pelo ex-ministro Salles, pois além de reivindicar ideias antiambientais, o termo "passar a boiada" associa-se a características ruralistas. Nesse sentido, a gestão bolsonarista aliou o antiambientalismo a ideias defendidas por ruralistas e pelo agronegócio. A atuação do governo Bolsonaro em relação à Covid-19 também foi duramente criticada. Primordialmente por minimizar a gravidade da pandemia, demorar para comprar vacinas, disseminar informações falsas e insistir na hipótese de imunidade coletiva para frear a contaminação. Bolsonaro também condenou as estratégias de isolamento social, afirmando que isso afetaria a economia do país. Durante a pandemia, o Brasil foi um dos países com o maior número de óbitos e contaminações por Covid-19 (CALIL, 2021).

A imagem pública de Jair Bolsonaro foi retratada de maneira negativa internacionalmente, sendo apontado como negligente nas políticas ambientais, climáticas e no combate à Covid-19 (SOUSA, 2022). O comportamento de Bolsonaro resultou na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar seus atos. O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), acusou Bolsonaro de prevaricação, charlatanismo, infração às medidas sanitárias, incitação ao crime, emprego irregular de verbas públicas e crime de responsabilidade contra a humanidade. O relatório final da CPI atribuiu nove crimes à gestão de Bolsonaro perante a pandemia (VIEIRA, 2021).

Vale et al. (2021) evidenciaram que o governo Bolsonaro de fato usou o contexto da pandemia da Covid-19 para intensificar o enfraquecimento da proteção ambiental. O estudo expôs 57 atos legislativos do Governo Federal que determinaram a flexibilização da legislação ambiental e a desregulamentação das políticas ambientais entre janeiro de 2019 a setembro de

2020. Mesmo com o aumento do desmatamento na Amazônia, houve uma redução de 72% das multas ambientais em agosto de 2020, ao se comparar com março de 2020 (VALE et al., 2021). No ano de 2019, Jair Bolsonaro afirmou: “[...] tivemos o menor percentual de multas no campo e vão continuar diminuindo. Vamos acabar com esta indústria da multa” (RODRIGUES, 2019b). Para Vale et al. (2021), o “passamento da boiada” promovido pelo Governo Federal contribuiu para a perda de biodiversidade, desregulação técnica de órgãos ambientais e danos permanentes aos povos indígenas. Raftopoulos e Morley (2020) classificaram a gestão ambiental de Bolsonaro para a Amazônia como “Ecocida”.

No seu primeiro discurso na ONU como presidente, Bolsonaro afirmou que o seu governo “tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo” (GOVERNO FEDERAL, 2019). Apesar do discurso do ex-presidente sobre um desenvolvimento sustentável, a sua política ambiental criou entraves na relação política e econômica entre o Estado brasileiro e países estrangeiros. No mesmo pronunciamento, criticou o que ele classificou como “ambientalismo radical” e o “indigenismo”.

Essas ideias refletem discursos encontrados no *habitus* do agronegócio brasileiro. Como exemplo, de que as políticas ambientais e as lutas indígenas seriam um problema ao país (BRUNO, 2009). No discurso na ONU em 2019, Bolsonaro minimizou o aumento das queimadas na Amazônia com falácias, afirmando que o clima seco favorecia as queimadas e que elas eram realizadas por indígenas e populações locais. Em 2020, em outro discurso na ONU, Bolsonaro ressaltou que a legislação ambiental brasileira era a melhor do planeta e que havia campanhas de desinformação sobre a Amazônia. No mesmo discurso, o ex-presidente defendeu a importância do agronegócio brasileiro (NETO, 2022).

O Brasil é historicamente um ator relevante nas discussões climáticas e ambientais no planeta, tendo um protagonismo por abrigar a maior parte do bioma Amazônia. Dado as críticas internacionais para a gestão ambiental de Bolsonaro, houve uma perda de protagonismo do país nestas questões. Segundo Neto (2022), estiveram presentes na política ambiental bolsonarista narrativas ufanistas sobre a “cobiça” de estrangeiros na Amazônia e um enfraquecimento do Brasil em compromissos climáticos internacionais. No estudo de Gatti et al. (2022), foi constatado que o colapso da fiscalização ambiental nos últimos anos gerou o aumento do desmatamento, da degradação ambiental e a queima de biomassa. Isso resultou em perdas líquidas de carbono, aumento da estação seca, diminuição de chuvas na estação chuvosa e aquecimento de regiões florestais.

A gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi caracterizada por uma agenda "antiambiental" com caráter autoritário, refletindo posturas governamentais similares aos governos da ditadura militar. Desde sua campanha eleitoral em 2018, o ex-presidente institucionalizou pautas que refletiam essa abordagem. As estratégias do Planalto para se defender das acusações de ineficiência na política ambiental, atacando adversários políticos e minorias sociais, revelam decisões antidemocráticas e distantes de um modelo de desenvolvimento equilibrado em aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos. As consequências negativas das políticas ambientais de Bolsonaro foram evidentes nos altos índices de desmatamento e queimadas no Brasil. Suas decisões sobre o desmatamento foram percebidas como voltadas para atender a grupos de interesse mobilizados desde sua eleição, como certos segmentos do agronegócio, em vez de priorizar efetivamente a resolução dos problemas relacionados ao desmatamento.

O cenário brasileiro após a gestão presidencial de Bolsonaro decorreu não apenas por desastres socioambientais, mas também pela ascensão de grupos extremistas. Conforme apontado por Conrado Mendes et al. (2024), o fim da gestão bolsonarista deixou um terreno fértil para a proliferação de tendências políticas radicais de extrema direita. Esse avanço foi resultado da omissão governamental diante da pandemia da Covid-19, dos inúmeros ataques de Bolsonaro e de núcleos bolsonaristas aos Poderes Legislativo e Executivo, da aproximação com as Forças Armadas na elaboração de um golpe de Estado e de um ecossistema de disseminação de desinformação digital. Assim, mesmo com o fim da gestão de Jair Bolsonaro, as consequências do bolsonarismo continuaram a impactar significativamente a vida política brasileira. Um exemplo disso foi a invasão de grupos bolsonaristas ao Congresso Nacional, que resultou em inúmeros danos à infraestrutura do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF.

A invasão à sede dos três Poderes ocorrida em 8 de janeiro de 2023 representou um ataque direto à democracia brasileira. O grupo responsável não apenas protestava contra o presidente Lula, mas também atacava o próprio Estado democrático. Essa ação resultou na acusação de 216 indivíduos por invasão e depredação das sedes dos Poderes em Brasília. O envolvimento de militares na ação foi notório. O ex-secretário de segurança pública do Distrito Federal e ex-ministro da justiça e da segurança pública durante o governo Bolsonaro, Anderson Torres, ficou detido por quatro meses devido a possíveis omissões em relação aos eventos de 8 de janeiro. Investigações conduzidas pela Polícia Federal sobre tentativas de golpe contra o Estado brasileiro revelaram que membros proeminentes do governo Bolsonaro planejaram

ataques à democracia brasileira desde o final das eleições de 2022. Até a redação desta tese, Bolsonaro estava sendo investigado por associação a tentativas de golpe contra a democracia e à invasão ocorrida em 8 de janeiro.

As invasões por atos golpistas ocorridas em 8 de janeiro foram financiadas por grupos de empresários vinculados a vários setores econômicos, incluindo o agronegócio brasileiro. Segundo um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), empresários do agronegócio tiveram participação direta nos atos antidemocráticos. Além das lideranças do agronegócio, o documento destaca a participação do movimento MBVA. Esse movimento é composto por setores conservadores do agronegócio brasileiro, como a UDR e APROSOJA, conforme descrito por Pompeia (2023b).

O grupo financiou ônibus que se dirigiram para Brasília na tentativa de golpe à democracia, além de contribuir com bloqueios rodoviários após as eleições de 2022, apoiar os acampamentos bolsonaristas em frente aos quartéis do Exército que pediam a anulação das eleições presidenciais e a intervenção militar no Estado brasileiro. O movimento também utilizou máquinas agrícolas em atos políticos pró-Bolsonaro em Brasília. As organizações do agronegócio citadas negaram envolvimento com os atos golpistas (LUIZ, 2023). Observa-se que mesmo após o fim das eleições presidenciais de 2022 e com a derrota de Jair Bolsonaro, há um apoio expressivo de determinados segmentos do agronegócio a ele. Isso ressalta o forte elo entre o agronegócio e o bolsonarismo.

Pompeia (2021) salienta a ressurgência do populismo de extrema direita sob a figura de Jair Bolsonaro, em conjunto com demandas radicais do agronegócio, fortalecendo a ala próxima à extrema direita desse setor. O autor ressalta que as ideias e agendas mais radicais à direita no agronegócio são condicionadas pelas suas representações políticas e empresariais dominantes. As organizações representativas do agronegócio tentam controlar essas demandas radicalizadas, especialmente nas questões das mudanças climáticas. Isso ocorre não por discordância com as ideias negacionistas climáticas no setor, mas por pragmatismo econômico, visando a imagem pública diante de uma crescente demanda social e econômica em torno das questões ambientais e climáticas.

Dessa forma, Pompeia (2021) afirma que esse controle não se manifesta quando as ações extremistas do agronegócio envolvem os direitos territoriais indígenas. Essa contradição na ação política não é surpreendente nas representações do agronegócio, onde certos grupos de interesses podem apoiar bandeiras como o combate ao desmatamento, mas na prática política buscam implementar políticas de flexibilização ambiental. O autoritarismo político associado à

direita e à extrema direita, especialmente em questões antiambientais, contrárias aos direitos indígenas e à reforma agrária, é expressivo na FPA/IPA (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020).

A reascensão de grupos de extrema direita no Brasil nas últimas décadas ocorreu com um movimento semelhante em outras partes do mundo, refletindo um fenômeno global. A eleição de representantes com ideias antiambientais e anti-indígenas, como Jair Bolsonaro, e o aumento da bancada da FPA nas últimas eleições, fortaleceram fatores sócio-políticos que aprofundam crises ecossistêmicas (POMPEIA, 2021). No entanto, esse ressurgimento da extrema direita não foi exclusivo do Brasil. Vitórias de partidos de extrema direita na Europa, a eleição de Trump nos Estados Unidos, a de Milei na Argentina, o Brexit, o crescimento de grupos extremistas na Alemanha, Espanha, França e Chile são exemplos do aumento do conservadorismo, da nova direita e da extrema direita em todo o mundo (CIOCCARIA; PERSICHETTI, 2020; NUNES, 2022). Esse fenômeno global reflete mudanças significativas nas dinâmicas políticas e sociais em muitos países, com implicações importantes para questões ambientais, sociais e econômicas.

O movimento de ascensão da extrema direita também ocorreu no agronegócio, um setor historicamente ligado ao conservadorismo e à direita no Brasil. Isso se fundamenta nas posições do setor, que se opõe à reforma agrária, à luta dos trabalhadores rurais, aos direitos indígenas, às leis ambientais e a outras bandeiras que o aproximam de grupos de direita e extrema direita. Como mencionado por Pompeia (2021), na década de 1980, movimentos radicalizados na agricultura patronal surgiram como reação à possibilidade de redistribuição fundiária durante a Constituinte de 1988. Uma das organizações que lideraram esse processo foi a UDR, que permanece alinhada ao bolsonarismo e conseguiu influência na alta burocracia do governo Bolsonaro. Essa relação estreita entre o agronegócio e setores políticos de direita e extrema direita é um aspecto importante a ser considerado na análise do cenário político e socioambiental do Brasil.

Cioccaria e Persichetti (2020) evidenciam que a organização política do agronegócio no Congresso Nacional reflete uma convergência de interesses baseada em um autoritarismo característico do passado agrário do Brasil. Embora o país tenha passado por inúmeras transformações sociais e políticas, o conservadorismo ruralista ainda exerce influência significativa no Congresso. Esse histórico de autoritarismo no campo contribuiu para a formação de ideias políticas e para a organização das entidades patronais do agronegócio brasileiro. Por exemplo, propostas antiambientais, como a flexibilização do licenciamento ambiental defendida pela FPA, estão alinhadas ao conservadorismo histórico do setor no país.

No entanto, Pompeia (2021) realça que os pleitos extremistas foram marginalizados dentro das organizações patronais dominantes do agronegócio. Segundo o autor, mesmo no IPA, grupos com posições radicalizadas não conseguiram obter um espaço significativo. Isso sugere que, embora haja uma influência conservadora no agronegócio brasileiro, os setores mais extremistas não conseguiram ganhar ampla aceitação ou representação nas principais organizações do setor. Isso pode ser notado na insatisfação do MVBA com a CNA durante o ano de 2017, em que o movimento agregou setores mais radicalizados do agronegócio, tal como a UDR e a APROSOJA de Mato Grosso.

Essa clivagem entre representações não implicou, como é notório, o arrefecimento de iniciativas neoconservadoras, percebidas na esfera pública sobretudo por intermédio de iniciativas da FPA e da CNA, respectivamente ligadas ao IPA e ao Conselho do Agro. De fato, as agroestratégias (BERNO DE ALMEIDA, 2010) – atividades multifacetadas operadas para obstaculizar garantias dos direitos territoriais de povos tradicionais – ganharam maior tração ideológica e administrativa desde a década de 2010 (CARNEIRO DA CUNHA, 2021; O'DWYER, 2018) (POMPEIA, 2021, p. 117).

É importante reconhecer que, apesar das tentativas de marginalização das ideias extremistas por parte dos principais grupos representativos do agronegócio, essas ideias muitas vezes encontram espaço na formulação de políticas públicas, especialmente quando se trata de questões ambientais e de direitos territoriais e indígenas.

O processo político das organizações políticas do agronegócio no Brasil historicamente assumiu características violentas e autoritárias. Um exemplo disso é a proximidade das elites agrárias brasileiras com a UDR. A organização empregava estratégias de dominação baseadas no uso da força e da violência contra adversários, como documentado por Bruno (1997 apud CIOCCARIA; PERSICHETTI, 2020). Essa história ilustra como as dinâmicas políticas do agronegócio podem influenciar e moldar o cenário político brasileiro de maneira significativa.

É verdade que, apesar dos esforços das principais organizações do agronegócio brasileiro para afastar tendências radicalizadas, como observado por Pompeia (2021), o histórico de autoritarismo e violência das elites rurais no país é inegável. Esse histórico se estabelece em determinadas ideias e agendas que persistem ao longo do tempo e se atualizam sob grupos políticos como a FPA/IPA e em candidaturas políticas dentro do campo democrático.

Nesse contexto, vemos uma ressurgência de ideias radicalizadas pela extrema direita no agronegócio brasileiro, incluindo posicionamentos extremos em relação a questões anti-indígenas e antiambientais (CARNEIRO DA CUNHA, 2021 apud POMPEIA, 2021). Cioccaria

e Prsichetti (2020) resumem essa dinâmica destacando que a alternância de poder de organizações radicalizadas com discursos abertamente violentos, como a UDR, pelas propostas políticas igualmente violentas da FPA, são consequências das transformações sociais do século XX. No entanto, "a permanência dentro dos quadros de poder exigiu uma forma inovadora para se reinventar" (CIOCCARIA; PRSICHETTI, 2020, p.10, 2020). Essa adaptação e reinvenção são fundamentais para entender como essas ideias e agendas continuam a influenciar o cenário político e socioeconômico do Brasil, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas ao meio ambiente, aos direitos indígenas e às políticas agrárias.

A forte ligação entre grupos do agronegócio brasileiro e Jair Bolsonaro é evidente, e o ex-presidente frequentemente expressava apoio ao setor. Em diversas ocasiões, Bolsonaro reproduziu discursos alinhados aos interesses do agronegócio, destacando-o como a "locomotiva da nossa economia" (OLIVEIRA, 2021, p. 14). Além das nomeações para cargos importantes em seu governo, Bolsonaro implementou políticas públicas que favoreceram o agronegócio, alinhadas com as demandas de suas principais organizações políticas.

Desde seus mandatos como deputado federal, Bolsonaro demonstrava ideias antiambientais e anti-indígenas, atacando políticas ambientais e propagando teorias conspiratórias sobre a Amazônia (RAMOS, 2021). Sua formação política, enraizada no militarismo da ditadura militar, influenciou suas ideias e ações políticas. A convergência dessas ideias com os discursos dos grupos de interesse do agronegócio é notável. Na seção seguinte, examino como ideias antiambientais historicamente associadas ao agronegócio brasileiro foram incorporadas aos programas políticos das principais organizações do setor. Analiso também como essas ideias se alinham com as políticas socioambientais implementadas no Brasil durante o governo Bolsonaro.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões apresentados nesta seção estão associados aos dados empíricos referentes às ideias antiambientais dos grupos de interesses do agronegócio e da gestão de Jair Bolsonaro. Ainda que as ideias possam representar propostas e possibilidades, os dados também descrevem a materialidade destas ideias nas instituições políticas do país, especialmente do governo federal. A teoria do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias define que as dinâmicas das ideias nas instituições podem expressar implicações diretas na vida e organização social da sociedade, rompendo assim com a dicotomia entre o caráter

simbólico/material. O conjunto de análises da tese investigou, nesse sentido, como as ideias antiambientais de grupos do agronegócio estiveram presentes materialmente na formulação e tomadas de decisões das políticas públicas durante o governo bolsonarista.

Também é importante destacar que as características ideacionais não excluem os interesses materiais. Campbell (2002) menciona que os estudos do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias contribuíram para superar a dualidade entre materialismo e idealismo, reconhecendo ambos como fatores explicativos das mudanças institucionais. Isso possibilita uma análise da dinâmica entre ideias e interesses (MADEIRA et al., 2020). No modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, os interesses também são formados a partir das posições e ideias dos agentes no mundo (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Como observado por Barcellos (2015), a partir da perspectiva do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, é criticado que os grupos organizados atuam apenas movidos por interesses materiais nos processos de políticas públicas. Segundo esse modelo teórico, é perceptível que os grupos também influenciam as políticas públicas por meio de suas imagens e percepções sobre o mundo. Isso reflete a afirmação de Kettel e Cairney (2010), que consideram o poder das ideias e seu papel em relação aos interesses materiais. Muitas vezes, as ideias estão entrelaçadas com os interesses materiais dos atores políticos, frequentemente ocultos em seus interesses (PAGANELLI, 2020).

De acordo com Schmidt (2010, 2011), os teóricos do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias demonstraram que os resultados políticos não são explicados apenas por interesses materiais, mas também por fatores ideacionais. Isso foi observável no contexto de conflitos entre o governo Bolsonaro e a China, principal parceira econômica do agronegócio brasileiro. Apesar de o conflito ter gerado preocupações entre os grupos do agronegócio, especialmente na ABAG, tal fator não resultou no afastamento desses grupos de interesses do governo Bolsonaro.

O agronegócio busca por exportar uma imagem positiva do setor e mitigar as consequências negativas de seus atos, muitas vezes de forma contraditória (NANNINI, 2020). A organicidade do agronegócio e suas frações de classe a partir de ideias conservadoras em comum (OLIVEIRA, 2020) — como a defesa irrestrita da propriedade privada, uma agenda crítica às leis ambientais, ataques violentos a povos indígenas e tradicionais, oposição a movimentos sociais do campo, e a defesa do uso de agrotóxicos na agricultura (BRUNO, 2017, 2022; POMPEIA, 2021) — são ideias históricas do agronegócio brasileiro. Neste sentido, a tese demonstra como essas ideias e suas dinâmicas nas políticas públicas se atualizaram nos últimos

anos, sendo acentuadas por um contexto político e institucional que favoreceu sua implementação.

As ideias antiambientais do agronegócio se assemelham aos pressupostos de Béland e Cox (2011), em que as ideias são a base para a construção social de visões de mundo e da sociedade. Em outras palavras, servem como forma coordenativa de entender e interpretar as relações na sociedade. Nesse sentido, as ideias podem ser conceituadas como concepções de mundo, valores ou ideologias (ARAGÃO, 2011). A literatura sobre a temática define ideias como visões de mundo, repertórios ideológicos, ideias filosóficas, sistemas de crenças ou estruturas normativas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993; BÉLAND, 2005; SCHMIDT, 2014; CONVERSE, 1964; CAMPBELL, 2002).

A articulação entre os grupos de interesses do agronegócio e a institucionalização de suas ideias foi recorrente nos anos do governo Bolsonaro. Tal constatação corrobora a afirmação de Jannuzzi (2022), ao demonstrar que as ideias influenciam e moldam a proposição e operacionalização de políticas e programas. Isso foi perceptível desde as propostas de Bolsonaro nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, além dos discursos que mobilizavam ideias antiambientais para atrair o apoio de setores do agronegócio brasileiro, principalmente daqueles que criticam e rejeitam a legislação ambiental e as mudanças climáticas.

De acordo com Tapia e Gomes (2008), um governo pode incentivar ou inibir ideias em seu quadro burocrático, realizando mudanças profundas na estrutura de um Estado. As orientações e paradigmas políticos governamentais adotados por ministérios e órgãos institucionais incidem na recepção de novas ideias dentro de um governo. Isso foi visível nas orientações antiambientais realizadas pelo governo Bolsonaro no MAPA e no MMA. A literatura sobre neoinstitucionalismo discursivo e das ideias tem como premissa a importância das ideias na dinâmica das políticas públicas (PERISSINOTO; STUMM, 2017). Nesse sentido, os dados empíricos apresentados nesta seção refletem essa dinâmica das ideias na materialidade das políticas públicas bolsonarista.

As políticas públicas também refletem as ideias aceitas e compartilhadas pelos atores que as formulam (PAGONELLI, 2020). Em que, as políticas públicas são marcadas pelas instituições, os atores que as envolvem e suas ideias (HOWLETT; RAMESH, 2013). Ainda que o Brasil possua uma legislação ambiental com exemplos de sucesso, que foi contraditoriamente enaltecida por Bolsonaro na ONU, a gestão bolsonarista conseguiu implementar ideias antiambientais em uma direção contrária que causaram impactos socioambientais e climáticos significativos. Isso ficou evidente na fala do ex-ministro do MMA, Ricardo Salles, durante uma

reunião ministerial, quando ele afirmou que o governo deveria enfraquecer o regramento ambiental e ‘simplificar’ normas regulatórias, classificando o ato como “passar a boiada”. Segundo Salles: “simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo” (OLIVEIRA, 2023, p.1).

A implementação dessas ideias antiambientais dos grupos de interesse do agronegócio foi perceptível em atos de simplificação de normas e mudanças no regramento ambiental. De acordo com o Instituto Talanoa (2022), durante 40 meses do governo Bolsonaro, foram publicados mais de 140 mil atos relacionados às políticas ambientais e climáticas, incluindo 2.189 atos infralegais. O relatório do instituto também demonstrou que 855 desses atos fundamentaram a desconstrução das políticas ambientais e climáticas brasileiras, retrocedendo institucionalmente a legislação a partir de ideias antiambientais. Esse processo de desconstrução foi particularmente expressivo no MMA e no MAPA (TALANOA, 2022).

Os dados expostos nesta seção também se alinham com as afirmações de Schmidt (2008), que evidenciam que as instituições não são apenas regras fixas e estruturas existentes externamente a elas, mas também construções internas dos atores políticos envolvidos. No trabalho de Jannuzzi (2022), foi demonstrado que nas políticas públicas a influência do contexto institucional, político e ideacional podem se fazer presente na formulação e tomada de decisão de gestores. Isso implica na análise do contexto político e social das políticas públicas, além dos atores envolvidos e as suas ideias. Embora esta tese não utilize especificamente o método trabalhado em Jannuzzi (2022), suas considerações sobre a influência das ideias nas instituições dentro de um determinado contexto institucional e político se fazem presente nesta seção.

Por fim, os resultados aqui apresentados dialogam diretamente com os estudos do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, demonstrando os atores (grupos de interesse) e suas ideias/propostas para políticas socioambientais, denotando, assim, a materialidade de suas visões de mundo nas políticas públicas e suas consequências sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas. Os achados destacam a aplicação da teoria do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias nas políticas públicas. Dessa forma, a tese fornece, por meio de evidências, suporte empírico para as teorias neoinstitucionais. A seguir, esta relação entre as ideias, grupos de interesses e as políticas socioambientais.

7.1 APROSOJA

A relação de Jair Bolsonaro e suas ideias antiambientais encontrou convergência com os setores mais extremistas e radicais do agronegócio brasileiro, principalmente nas associações de sojicultores, como a APROSOJA Brasil e a APROSOJA-MT. No entanto, antes de avaliar a APROSOJA em si, é necessário observar todo o processo de conexão de Bolsonaro com esse grupo. Segundo Ferraz (2023), para compreender as ações do Estado, é essencial avaliar como se dão as relações sociais entre o Estado e determinados grupos ou classes sociais para o atendimento de demandas específicas. Nesse sentido, é pertinente considerar nos resultados a aproximação de setores do agronegócio brasileiro com a candidatura e a gestão de Jair Bolsonaro e suas ideias antiambientais. A relação de determinadas associações do agronegócio com o governo Bolsonaro se enraíza na aproximação do ex-presidente com esses setores ainda em 2016.

Entretanto, a formação de ideias antiambientais na personalidade política de Jair Bolsonaro se entrelaça com sua formação pessoal e militar. Além disso, ser filho de pai com histórico de garimpo, ingressar no serviço militar durante a ditadura e sua aproximação com a bancada de parlamentares representantes do agronegócio são aspectos que reforçam essa conexão, como visto no referencial teórico. De acordo com Ferraz (2023), a composição política e histórica do Estado brasileiro privilegiou determinados grupos de interesse, principalmente marcados pela concentração de terras, fortalecendo grandes proprietários e sua acumulação de capital. Isso não foi diferente para os diversos setores do agronegócio. Delgado (2012), citado por Pompeia (2024a), afirma que, desde o início dos anos 2000, há uma ligação intrínseca mais forte entre o Estado brasileiro, grandes proprietários de terras e atores ligados à agricultura.

Embora essa ligação do Estado com o agronegócio seja histórica no Brasil, nas últimas décadas, a aproximação de um dos principais setores produtivos do país com candidatos presidenciais buscou não apenas a representação de interesses econômicos, mas, na candidatura bolsonarista, uma consolidação política e ideológica. Essa consolidação foi especialmente marcada pela promoção de ideias e agendas antiambientais do agronegócio dentro da estrutura do Estado. Uma das conexões entre grupos de interesses do agronegócio e Jair Bolsonaro durante sua primeira campanha presidencial começou a estruturar a correlação entre as ideias antiambientais do ex-presidente e as ideias extremistas de grupos do agronegócio. Contudo, essa aproximação se iniciou antes mesmo da eleição presidencial. Sob a visão de Pompeia (2024a), a junção do agronegócio com ideias bolsonaristas ocorreu antes da eleição de 2018 e se manteve mesmo após a derrota eleitoral em 2022.

Em um contexto global de reascensão de forças políticas à direita e extrema direita com tendências reacionárias, no período de 2016-2017, produtores de soja e pecuaristas mobilizaram suas bases locais em prol dessas perspectivas ideológicas. Aproveitando esse movimento, Jair Bolsonaro se conectou com as ideias e agendas capitaneadas por esses setores do agronegócio (POMPEIA, 2024a). Essa aproximação convergiu com ideias antiambientais, anti-indígenas e com fortes críticas aos governos petistas e pautas da esquerda política, como a luta de movimentos sociais do campo, como o MST, e de minorias sociais. Ainda durante o mandato de Dilma Rousseff, pecuaristas do Estado de São Paulo se mobilizaram e fundaram a Frente Produtiva Brasil (FPB) para questionar o governo do PT e movimentos do campo, grupo este que se alinharia com Jair Bolsonaro durante sua campanha eleitoral para presidente (POMPEIA, 2024a).

Sob a liderança de Nabhan Garcia, presidente da UDR e ex-secretário de governo na gestão bolsonarista, desde o início de 2015 a FPB se movimentou para atacar a gestão petista e a CNA, devido a discordâncias com a aproximação de sua presidente (Kátia Abreu) ao governo petista. Dentre as agendas capitaneadas pela FPB, estavam ideias históricas do agronegócio patronal, como a condenação de multas ambientais, críticas à demarcação de terras indígenas, oposição à legislação ambiental e ataques ao MST (POMPEIA, 2024b). Como visto no referencial teórico, essas ideias são históricas na formação política e ideológica da base do agronegócio brasileiro (BRUNO, 2017).

Em um contexto político marcado pelo avanço da operação Lava-Jato contra o PT e partidos tradicionais, e após o *impeachment* de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro começou a se projetar nacionalmente visando a candidatura presidencial. Outros fatores que influenciaram a aproximação do agronegócio com as ideias promovidas pela extrema direita brasileira foram a desconfiança em relação aos partidos tradicionais de direita, como o PSDB, o descontentamento com as organizações corporativas de cadeias do agronegócio, como a CNA, a contrariedade à demarcação de terras indígenas e o fortalecimento da legislação ambiental brasileira (HUNTER; POWER, 2019; POMPEIA, 2021 apud POMPEIA, 2024b).

De acordo com Pompeia (2023a, 2024a), a partir de 2016 e 2017, associações municipais agrícolas em Mato Grosso começaram a convidar Jair Bolsonaro para palestrar e participar de feiras agrícolas na região. A participação de Bolsonaro em eventos e feiras agrícolas por todo o país contribuiu para sua aproximação com o meio do agronegócio. Essa interação gerou uma base de apoio à candidatura presidencial de Jair Bolsonaro entre setores do agronegócio, principalmente por se identificarem com suas propostas de governo e suas

ideias. O autor ressalta que, em seguida, veio o apoio de elites regionais do agronegócio, principalmente após Bolsonaro aderir à agenda de rejeição ao pagamento das dívidas do Funrural. É pertinente observar que a conexão de Bolsonaro com ideias e agendas do agronegócio não encontrou grande obstáculo. Ao contrário, o histórico conservador e reacionário do agronegócio, especialmente após a ditadura militar, facilitou a afinidade representativa entre o setor e Jair Bolsonaro. Em suma, houve uma convergência de ideias.

Em um evento agrícola no Rio Grande do Sul em 2017, Bolsonaro criticou os tributos aos agricultores e a legislação ambiental. No mesmo evento, Nabhan Garcia argumentou que Bolsonaro seria o representante dos pecuaristas e agricultores para a presidência do país. Visando se alinhar a essa fração do agronegócio, a campanha de Bolsonaro mobilizou ideias favoráveis aos pecuaristas e agricultores patronais. Como exemplo: cancelar as dívidas do Funrural, enfraquecer a fiscalização ambiental, promover o armamento de proprietários rurais, reduzir impostos para a agricultura, criticar a demarcação de terras indígenas e atacar o MST, além de criticar o PT e suas agendas, consideradas como pautas da esquerda brasileira (POMPEIA, 2024a).

Dessa forma, a ligação de ideias de Jair Bolsonaro com o agronegócio começa a se alastrar por setores mais extremistas do agronegócio brasileiro, contando com o apoio direto da UDR e de associações estaduais e regionais, principalmente da APROSOJA-MT. No dia 2 de outubro de 2018, próximo da eleição presidencial de 2018, a APROSOJA Brasil divulgou em seu site uma entrevista com seu então presidente, Bartolomeu Braz Pereira, enaltecendo a candidatura de Jair Bolsonaro e seu programa eleitoral a partir de suas ideias. Bartolomeu afirmou que as propostas de Bolsonaro agradavam os produtores rurais: “o setor de grãos e de soja no Brasil está muito alinhado com o posicionamento do candidato à presidência. Ele é quase unanimidade no setor. O produtor rural está cansado da velha política” (APROSOJA, 2018a, p.1).

Nas considerações de Pompeia (2023b, 2024a, 2024b), o autor ressalta que lideranças de associações da produção de soja estão alinhadas a posições mais extremistas, principalmente nas ideias e propostas para agendas ambientais, fundiárias e indígenas. Na APROSOJA, isso foi consecutivo também da promoção de ideias e articulação de Antônio Galvan, que conquistou a presidência da APROSOJA-MT em 2017. Galvan direcionou duras críticas ao governo federal e às grandes corporações do agronegócio, atraindo o apoio de pequenos e médios produtores de soja. O último autor citado detalha que os pequenos e médios produtores de soja são afetados a partir do momento em que as grandes corporações agrícolas aumentam sua participação nos

lucros, sendo essas corporações influentes em grandes grupos do agronegócio, como a CNA e a ABAG.

A insatisfação com as grandes associações e com o governo federal fez Galvan aumentar seu capital político, se sobrepondo à UDR na campanha contra o pagamento do Funrural. No entanto, não houve divergências entre esses grupos; ao contrário, houve uma convergência de ideias extremistas e reacionárias, não apenas no mercado do agronegócio, mas também em questões políticas e ideológicas. No ano de 2018, a UDR e a APROSOJA-MT lideraram um protesto denominado Abril Verde e Amarelo. Além dessas organizações, o protesto contou com inúmeras associações locais e regionais do agronegócio (POMPEIA, 2024b). Segundo nota divulgada no site da APROSOJA (2018b), o ato reivindicava a contrariedade à cobrança retroativa do Funrural. O evento contou com a participação de dirigentes da APROSOJA Brasil, das APROSOJAs dos estados brasileiros e de sindicatos rurais.

Entretanto, nota-se que o protesto liderado por atores do agronegócio não reivindicava apenas interesses internos do setor; também fazia alusões a agendas reacionárias e se opunha à campanha de Lula em 2018. Outro elemento marcante foi o uso das cores e da bandeira do Brasil, que passaram a ser símbolos associados à direita e extrema direita brasileira após o golpe em Dilma Rousseff. Segundo a APROSOJA (2018b, p.1), em seu site: “Os cerca de cinco mil produtores rurais vestindo camisetas verde e amarelas se juntaram a outros milhares de brasileiros que participaram de atos pela prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.” Outro alvo de crítica durante o protesto foi o STF, pela sua aprovação da constitucionalidade da cobrança do Funrural em 30 de março de 2017.

As críticas ao STF se alinham com as ideias propagadas por Bolsonaro. Em seus discursos de 2018, Jair Bolsonaro já promovia ataques aos ministros do STF. Em sua pré-campanha, Bolsonaro afirmou que “os ministros do tribunal estão 'legitimando a corrupção', que suas decisões têm 'envergonhado a todos' e sugeriu que não há isenção, mas sim um 'péssimo exemplo', no tribunal” (FOLHA DE SP, 2018, p.1). Ainda em pré-campanha, Bolsonaro afirmou pretender aumentar a quantidade de ministros no STF de 11 para 21, pois segundo ele:

A minha proposta de aumentar mais dez: estou dando um recado para o Supremo. Cada um tire as suas conclusões que bem entender. A forma de nós equilibrarmos o Supremo para que ele aja estritamente de acordo com o que reza a nossa Constituição é botar dez pessoas isentas lá dentro. Com o perfil de quem? De Sergio Moro. É uma proposta minha. (FOLHA DE SP, 2018, p.1).

A proposta de mudanças radicais nas instituições brasileiras promovidas por Bolsonaro reflete características antidemocráticas que também reverberaram durante sua gestão. Embora tenha prometido aumentar o número de ministros no STF, Bolsonaro desistiu da proposta durante sua presidência. No entanto, suas críticas ao STF foram recorrentes ao longo de suas campanhas eleitorais e do seu mandato. O interesse de ruptura democrática promovido pelo bolsonarismo expõe o desejo de agir politicamente independentemente dos custos sociais e políticos, demonstrando uma tendência a ultrapassar o regramento institucional brasileiro. As instituições brasileiras, como o STF, de certa forma conseguiram moderar e atenuar as ações antidemocráticas de Jair Bolsonaro, o que gerou os recorrentes ataques do ex-presidente aos ministros do STF. As críticas às instituições moderadoras no Brasil foram uma constante no bolsonarismo. Em 2017, o filho de Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, afirmou que seria necessário “um soldado e um cabo para fechar o tribunal”, fortalecendo assim as ideias antidemocráticas frequentemente associadas ao bolsonarismo.

As críticas ao STF convergem com as manifestações públicas da APROSOJA. Em nota divulgada no site do grupo, o então presidente da APROSOJA, Bartolomeu Braz, declarou: “Temos a esperança de que ele mude ministros do Supremo Tribunal Federal e resgate a importância do judiciário para o Brasil” (APROSOJA, 2018a, p.1). Para Bartolomeu, o STF seria um impedimento para a segurança rural e fundiária no país. Nesta mesma nota divulgada pela APROSOJA, encontram-se propostas direcionadas a Jair Bolsonaro que convergem com a campanha presidencial de 2018 e 2022. Nos dizeres da APROSOJA (2018a), as ideias de Bolsonaro que mais agradavam os produtores rurais eram relativas ao combate à corrupção, enfrentamento da violência, valorização da família e à ‘burocracia ambiental’. A nota expõe que o apoio dos sojicultores a Bolsonaro se daria por “evitar a ascensão ao poder por parte de partidos que tenham agenda contrária à da moderna produção agrícola e garantir a proteção à propriedade privada” (APROSOJA, 2018a, p.1). Nota-se que o grupo de interesse demarca que os partidos opositores a Bolsonaro seriam contrários à modernização da produção agrícola, embora o agronegócio tenha sido fortalecido nas duas primeiras gestões presidenciais do governo petista (FERRAZ, 2023).

Dentre outras ideias e agendas defendidas pela APROSOJA e que ressoaram nos discursos de Bolsonaro, destaca-se a defesa da propriedade privada, com a alegação de que os produtores rurais estariam perdendo suas propriedades para movimentos do campo. Na nota divulgada pela APROSOJA (2018a, p.1), o presidente Bartolomeu Braz realçou que o “atual líder nas pesquisas ao Palácio do Planalto já anunciou que em seu governo as invasões

promovidas pelo MST serão consideradas atos de terrorismo.” Isso demonstra uma convergência de ideias entre Bolsonaro e a APROSOJA ainda durante a campanha eleitoral. Outras ideias mencionadas na mesma nota que explicam o apoio a Bolsonaro incluem: suas propostas de cortes de gastos públicos, um suposto “desaparelhamento da máquina pública de programas ligados a questões ideológicas” (APROSOJA, 2018a, p.1), desburocratização dos processos relacionados às questões ambientais e trabalhistas, e o “fim da interferência de organizações não governamentais financiadas por capital estrangeiro atuando para dificultar o andamento da produção brasileira” (APROSOJA, 2018a, p.1).

No ano de 2018, próximo às eleições presidenciais, a APROSOJA divulgou um documento em seu site contendo propostas e reivindicações dirigidas aos candidatos presidenciais. A nota apresentava pautas e ideias para as políticas públicas do futuro governo. Conforme a APROSOJA (2018c, p. 1), o documento: “foi elaborado para nortear as políticas públicas do próximo governo – no sentido de pautar os assuntos que precisam ser solucionados para o campo”. O documento abordava temas como: Segurança, Meio Ambiente, Questões Fundiárias, Logística, Política Agrícola, Tributária, Política Externa e Repactuação de Dívidas. Nota-se que as propostas da APROSOJA abrangem diversos temas envolvendo ideias e interesses específicos da cadeia da soja no agronegócio, além de pautas comuns do setor, como questões ambientais e de logística. No quadro a seguir, sintetizo as propostas:

Quadro 7 – Propostas de pautas da APROSOJA para os presidenciais em 2018

PAUTAS	CONTEÚDO
SEGURANÇA	i. Integração entre as polícias de fronteiras, polícias militares, civil e de fronteira. ii. Fomentar arranjos locais entre o estado e o setor e privado. iii. Garantir a posse de armas nas propriedades em defesa da integridade física e patrimônio
AMBIENTAL	i. Liberar do licenciamento de atividade as propriedades rurais. ii. As demais licenças devem ser concedidas de forma digital automática e online, bastando declaração do proprietário rural. iii. Promover a sustentabilidade da agropecuária brasileira e não aceitar moratórias e exigências para a nossa produção que exceda a legislação ambiental nacional, impostas de forma recorrente por ONG's
FUNDIÁRIA	Em cumprimento a Constituição Federal, só permitir a demarcação de terras indígenas com presença de índios após a data de promulgação da constituição de 1988. ii. Não permitir ampliação de terras indígenas. iii. Considerar ato criminoso a invasão de propriedade rural com intuito de promover a expropriação.
LOGÍSTICA	Finalizar rodovias importantes para o escoamento da safra de grãos. ii. Desenvolver os modais ferroviários e hidroviários, ainda incipientes. iii. Promover os projetos visando a

	integração dos modais. iv. Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país.
POLÍTICA AGRÍCOLA	Garantir e fomentar oferta de crédito a juros compatíveis com a atividade rural. ii. Garantir recursos para subvencionar e fomentar um seguro rural acessível e universal.
TRIBUTÁRIA	i. Promover a reforma tributária e previdenciária com urgência. ii. Garantir a manutenção da Lei Kandir, sem a qual não há um agro forte. iii. Trabalhar para implementação do FEX para compensar os estados exportadores.
POLÍTICA EXTERNA	Revisar as diretrizes de estado para política externa com objetivo de promover os principais produtos de exportação brasileiros. ii. Pautar com base em acordos bilaterais e multilaterais de interesse para o Brasil. iii. Trabalhar uma política externa de negociação bilateral com a China. iv. Reorientação das atividades do corpo diplomático com base nessas novas diretrizes v. Fortalecer a figura dos adidos agrícolas e a estrutura de apoio junto as embaixadas, que hoje contam com mais profissionais e atividades para cultura e turismo do que para setores chaves para economia brasileira, como o agronegócio.
REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS	i. Construção de mecanismos e linhas que permitam aos produtores repactuar dívidas não bancária junto a importantes agentes de financiamento rural (trades e revendas). ii. Apoiar dentro do congresso as iniciativas parlamentares com este objetivo

Fonte: adaptado a partir de APROSOJA (2018c).

Algumas pautas propostas pela APROSOJA são transversais às questões socioambientais, não se restringindo a uma única categoria. Por exemplo, as questões fundiária, política externa, segurança e política agrícola afetam diretamente as questões socioambientais. Muitas dessas propostas ganharam destaque na candidatura bolsonarista, especialmente nas áreas ambientais. O conteúdo de determinadas propostas, como as voltadas para o meio ambiente e segurança, também reflete ideias historicamente defendidas por setores mais reacionários do agronegócio, como a UDR.

As ideias antiambientais são evidentes na categoria ambiental. A flexibilização do licenciamento ambiental, uma pauta comum no meio do agronegócio, aparece como proposta da APROSOJA. A organização defende a ideia de liberar o licenciamento para atividades produtivas rurais, sugerindo que outras licenças sejam concedidas de forma digital e autodeclaratória pelo proprietário rural. Essa proposta implica alterações profundas nas instituições brasileiras, enfraquecendo a fiscalização e o controle de atividades produtivas rurais que poderiam gerar impactos socioambientais. No nível federal, o IBAMA é responsável por licenciar atividades que possam causar impactos ambientais. Nesse sentido, propor o fim do licenciamento ambiental corresponde a dismantelar uma das principais funções do órgão. Além do impacto na ruptura institucional, a APROSOJA promove ideias antiambientais, ao desejar enfraquecer a fiscalização e o licenciamento ambiental das atividades rurais.

Outra proposta antiambiental da APROSOJA foi a exigência do fim das moratórias, incluindo a moratória da soja. Esta moratória, estabelecida em 2006 entre o governo federal, empresas do setor de soja e ONGs, determinou a interrupção da compra de soja de áreas desmatadas na Amazônia após julho de 2008. A oposição de uma das principais associações ligadas à soja a essa moratória reflete uma postura antiambiental, pois a moratória visa a redução dos crimes ambientais na Amazônia. No documento da APROSOJA (2018c), é solicitado que o próximo presidente rompa com as moratórias e não aceite exigências externas de ONGs que excedam a legislação ambiental. De maneira contraditória, a APROSOJA (2018c) propõe uma medida que enfraquece o combate ao desmatamento ao desconsiderar a moratória, ao mesmo tempo em que exige o enfraquecimento de um dos instrumentos da legislação ambiental, o licenciamento ambiental.

Essas ideias antiambientais convergem com as posições promovidas por Jair Bolsonaro antes e durante sua gestão presidencial. Os ataques recorrentes a ONGs ambientalistas, assim como a campanha e atos institucionais para enfraquecer a legislação ambiental, foram marcos do governo bolsonarista. Em uma de suas transmissões virtuais semanais para apoiadores na rede social Facebook, Jair Bolsonaro declarou: “Vocês sabem que ONG não tem vez comigo, não é? Boto pra quebrar com esse pessoal. Não consigo matar esse câncer chamado ONG” (AFP, 2020, p.1). Em um discurso na ONU, e sem apresentar provas, Bolsonaro acusou ONGs de cometer crimes ambientais na Amazônia e no Pantanal para beneficiar interesses estrangeiros nas regiões. Esse discurso, que remonta à sua origem militar, cita uma suposta cobiça internacional pela região amazônica fomentada por ONGs ambientalistas, uma narrativa comum na cúpula militar (DW, 2020). A proposta da APROSOJA (2018c) também converge com a ideia de Bolsonaro ao afirmar que não aceitaria a “imposição de regras internacionais injustas, que desconsiderem as importantes conquistas ambientais que alcançamos em benefício do Brasil” (DW, 2020, p.1).

Outra ideia antiambiental que converge entre a APROSOJA e Jair Bolsonaro refere-se ao licenciamento ambiental. No programa eleitoral partidário de Jair Bolsonaro em 2018, é destacado que grandes e pequenas obras enfrentam barreiras no licenciamento ambiental: “enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (TSE, 2018, p.71). Há uma convergência com ressalvas aqui, pois enquanto a APROSOJA (2018c) propôs o fim do licenciamento ambiental, Bolsonaro propôs a flexibilização, reduzindo o prazo de avaliação. No seu plano de governo de 2022, não há

menção específica ao licenciamento ambiental. No entanto, em discursos nas redes sociais, Bolsonaro criticou a fiscalização ambiental e o licenciamento: “essa questão de licença ambiental atrapalha quando um presidente quer fazer uma obra de infraestrutura, uma estrada, quer rasgar uma estrada. Isso acontece muito na região amazônica” (VERSOLATO; AMARAL; WATANABE, 2018, p.1).

Após ser cotado para assumir a presidência do IBAMA na gestão bolsonarista, ainda em 2018, Eduardo Bim declarou em entrevista que previa a implementação de um licenciamento automático para o agronegócio, no qual o produtor rural emitiria a sua própria licença ambiental (LIMA, 2018). Essa proposta reflete uma convergência com as ideias da APROSOJA (2018c). No ano de 2021, o governo Bolsonaro emitiu uma Medida Provisória (MP 1.040/21) que permitia que empresas de “risco médio” fossem dispensadas do licenciamento ambiental. No entanto, em 2022, o STF invalidou a concessão automática de alvarás e licenças ambientais para empresas de risco médio ao meio ambiente. Para a ministra relatora do caso no STF, Cármen Lúcia, a MP era inconstitucional, pois “A dispensa de licenciamento ambiental só é possível em cada caso examinado por decisão tecnicamente fundamentada do órgão ambiental, que comprove que a atividade não é efetivamente agressiva ao meio ambiente” (CONJUR, 2022, p.1).

Nota-se que a institucionalização das ideias antiambientais de grupos de interesse do agronegócio, acatadas por Jair Bolsonaro, não se concretizou devido às regras institucionais brasileiras, principalmente respeitadas pelo STF. No entanto, outras ações visando a desestruturação do licenciamento ambiental ocorreram durante a gestão bolsonarista. Por exemplo, a Instrução Normativa IN 8/2019 do Ibama visava delegar os processos de licenciamento ambiental ao cargo do Ibama, e o Decreto nº 9.669/19 criou a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriações, com a função de apoiar o Licenciamento Ambiental de obras estratégicas. Além dessas ações, destaca-se a flexibilização do licenciamento ambiental para atividades em terras indígenas. A Instrução Normativa nº 01/2021 autorizava o licenciamento ambiental para empreendimentos ou atividades desenvolvidas no interior de terras indígenas, desde que a atividade fosse administrada por um indígena ou uma organização mista (CÉSAR, 2023). Embora as instituições tenham limitado as ideias antiambientais bolsonaristas, o governo procurou instituir essas ideias de maneira infralegal.

Outras ideias antiambientais e reacionárias estão presentes, de forma direta e indireta, nas propostas da APROSOJA (2018c). Entre elas estão: “Garantir a posse de armas nas propriedades em defesa da integridade física e do patrimônio”; “Não permitir a ampliação de

terras indígenas”; “Só permitir a demarcação de terras indígenas com a presença de índios após a data de promulgação da Constituição de 1988”; “Considerar ato criminoso a invasão de propriedade rural com o intuito de promover a expropriação”; “Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país”; e “Repactuação de Dívidas Rurais”. Embora outras propostas da APROSOJA (2018c) revelem interesses diretos dos grupos do agronegócio, esta tese focará nos resultados específicos envolvendo temas socioambientais, como a proposta de armamento de proprietários rurais, que é uma demanda histórica do agronegócio brasileiro.

Segundo o então presidente da APROSOJA-MT e vice-presidente da APROSOJA Brasil, Antônio Galvan: “Todos os problemas são urgentes, mas eu acredito que a questão da insegurança é a pior para nós. Ninguém aguenta mais essa banalização” (ESTADÃO, 2018, p. 1). De acordo com a CPT, a medida do armamento poderia aumentar os conflitos violentos no campo, além de fortalecer latifundiários e seus ‘capangas’, bem como grileiros (CAMARGOS, 2019). Como consequência, acarretaria mais violência para povos vulneráveis socialmente e garantiria o controle de territórios para a expansão de crimes ambientais. No programa partidário de 2018 e de 2022 de Jair Bolsonaro, a temática da segurança pública ganha amplo destaque. Na proposta de 2018: “Reformular o Estatuto do Desarmamento; tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas” (TSE, 2018, p.32).

Na proposta partidária de Bolsonaro em 2022, a ideia aparece da seguinte forma: “Assegurar a legítima defesa e prover meios para seu exercício, inclusive com o uso de arma de fogo”; “Consolidar e ampliar todas essas ações de regularização fundiária, aliadas ao direito fundamental à legítima defesa e que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos” (TSE, 2022, p.10). A condenação de invasões de propriedades rurais é uma pauta convergente entre a APROSOJA e as propostas de Bolsonaro, sendo uma questão histórica do agronegócio brasileiro desde as ações da UDR na Constituinte de 1988. Embora condenem a invasão de propriedades rurais, tanto Bolsonaro quanto a APROSOJA não mencionam nem condenam a invasão de terras públicas no processo de grilagem, nem a invasão de terras indígenas.

Na perspectiva bolsonarista, a solução para o conflito violento no campo é armar proprietários rurais, grileiros e latifundiários, que muitas vezes são responsáveis pelo alto número de mortes e conflitos violentos no meio rural. Em um encontro promovido pela CNA em 2022, Bolsonaro, acenando ao agronegócio, declarou: “Comprem suas armas! Isso também está na Bíblia”; “Agronegócio, produtor rural, agricultor rural, agricultor familiar [...] ampliamos o direito à legítima defesa. Por isso, o Parlamento deu direito a vocês, com minha sanção, da posse de arma estendida para todo o perímetro da propriedade” (SOARES, 2022,

p.1). Em 2019, Bolsonaro sancionou a Lei 13.870, que permitia a posse de arma em toda a extensão de um imóvel rural, permitindo que um proprietário ou gerente de fazenda andasse armado por toda a propriedade. A Lei alterou o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). O projeto de lei foi proposto e articulado junto com a FPA/IPA.

Nesse sentido, as ideias e ações institucionais de Jair Bolsonaro em relação ao armamento do campo estão em total convergência com as propostas da APROSOJA e de outros setores do agronegócio, como a FPA. Em conversas com apoiadores em 2022, Bolsonaro reiterou a ideia de armar fazendeiros para enfrentar invasões de propriedades rurais: “Número de invasões é menos de dez por ano e resolvido rapidamente. Demos o porte de armas para o fazendeiro. Sempre defendi o povo bem armado” (TEÓFILO, 2022, p.3). A retórica pró-armamentista de Bolsonaro se institucionalizou durante seu mandato, especialmente através de suas ações no legislativo. No ano de 2022, o governo Bolsonaro divulgou sua lista de prioridades legislativas, que incluía o PL 6438/19, visando a ampliação do registro, posse e comercialização de armas de fogo, contemplando a categoria de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Outra ideia convergente entre a APROSOJA e Bolsonaro refere-se à demarcação de terras indígenas. Seguindo o raciocínio de Rezende (2023), a demarcação de terras indígenas favorece a proteção ambiental e o combate à crise climática. A autora observa que, devido aos modos tradicionais de vida, as terras indígenas são mais conservadas em comparação com propriedades particulares e até mesmo áreas de proteção governamental. As terras indígenas atuam como barreiras contra o avanço do desmatamento, contribuem para a conservação da biodiversidade e para a proteção climática global ao preservar as florestas. Nesse contexto, as propostas da APROSOJA que se opõem à demarcação de terras indígenas refletem ideias antiambientais. Segundo o documento que reúne as ideias deste grupo de interesse, eles defendem: “só permitir a demarcação de terras indígenas com a presença de índios após a data de promulgação da Constituição de 1988; Não permitir a ampliação de terras indígenas” (APROSOJA, 2018c, p. 2).

A ideia de considerar a demarcação de terras indígenas apenas após a promulgação da Constituição de 1988 é conhecida como Marco Temporal. De acordo com essa proposta, para que uma terra indígena seja demarcada, seria necessário que os povos indígenas estivessem ocupando a terra ou em disputa judicial sobre ela na data da promulgação da Constituição. A tese do Marco Temporal é defendida por vários grupos do agronegócio, além da APROSOJA, como a CNA e a FPA. O Marco Temporal limita a ampliação dos direitos indígenas no Brasil.

Em setembro de 2023, o STF rejeitou o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas, decidindo que as demarcações não dependeriam da ocupação ou disputa do território pelos povos indígenas na data da promulgação da Constituição (STF, 2023). A decisão do STF foi celebrada por povos indígenas e grupos ambientalistas.

Em contrapartida à decisão do STF, o Congresso Nacional aprovou, em outubro de 2023, o Marco Temporal, em uma ação promovida e articulada pela FPA. No entanto, a lei foi parcialmente vetada pelo presidente Lula. Em dezembro de 2023, os vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso, e, em janeiro de 2024, o Marco Temporal para terras indígenas foi promulgado (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024). Até a redação desta pesquisa, a validade da lei ainda enfrentava impasses em processos judiciais. Além de impedir a demarcação de terras indígenas até a promulgação da Constituição, a nova lei também permite a autorização para garimpo, plantios agrícolas e outras atividades econômicas em terras indígenas, o que pode favorecer um aumento dos problemas ambientais nessas áreas.

A não demarcação de terras indígenas encontrou convergência com as ideias e propostas de Jair Bolsonaro. Ainda em pré-campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que não demarcaria "um centímetro" para terras indígenas, uma promessa que se concretizou durante todo o seu mandato. Nos dizeres de Oliveira (2023), o processo de congelamento das demarcações ocorreu devido a mudanças internas e ao desmonte de órgãos governamentais, como a Funai. Um exemplo dessa estratégia foi a nomeação de Marcelo Xavier para a Funai. Xavier, delegado da Polícia Federal, não tinha vínculos com as causas indígenas e foi afastado de uma operação em 2014 para desocupar não-indígenas de um território indígena, sob a justificativa de ter estado ao lado dos invasores. Em 2016, atuou em uma CPI da Funai e do Inra a convite de grupos do agronegócio. Nos anos de 2017 e 2018, como ouvidor da Funai, posicionou-se contra os povos indígenas. Em 2019, foi convidado para ser assessor de Nabhan Garcia, ex-secretário de Política Fundiária no MAPA e ex-presidente da UDR (SHALDERS, 2015). A nomeação de Marcelo Xavier para a direção da Funai recebeu aprovação de grupos do agronegócio e da chamada "bancada da bala" no Congresso, devido à sua proximidade com esses setores. Em 2023, já exonerado da Funai, Xavier foi indiciado pela Polícia Federal por omissão no caso do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips em território indígena. Durante a gestão de Xavier na Funai, nenhuma terra indígena foi identificada ou demarcada.

Segundo Oliveira (2023), a não demarcação de terras indígenas durante o governo Bolsonaro resultou de manobras como a nomeação de profissionais sem qualificação para órgãos ambientais e fundiários, o que indicou um desmonte dessas instituições. Essas

nomeações também foram associadas a grupos ruralistas e militares, além de pessoas lotadas em territórios distantes das terras indígenas. Durante o governo Bolsonaro, foram emitidas portarias que alteraram minimamente os territórios, sem efeitos práticos (OLIVEIRA, 2023). Nesse sentido, as ações institucionais bolsonaristas convergiram com as demandas de grupos do agronegócio, não se restringindo apenas a propostas, mas sendo efetivamente institucionalizadas. No programa partidário de Jair Bolsonaro de 2018, não há menção a povos indígenas. Já no programa de 2022, são feitas referências à "liberdade" no uso dos recursos naturais por indígenas (uma referência à defesa de atividades econômicas em terras indígenas), à promoção da saúde e da alimentação indígena, e à "necessidade de preservação de áreas indígenas e de conservação ambiental" (TSE, 2022, p.37).

Entretanto, as promessas de campanha de 2022 não foram condizentes com as ações institucionais bolsonaristas, tanto nos discursos quanto nos atos. A não demarcação de terras indígenas não foi mencionada no Plano Plurianual 2020-2023 do governo Bolsonaro, ao contrário da gestão anterior, que propunha a demarcação de 25 terras indígenas. Em seu Plano Anual de Ação de 2022, não há metas qualitativas para a demarcação de terras indígenas, e essa questão também não aparece nos Planejamentos Estratégicos da Funai para os anos de 2020-2023 (OLIVEIRA, 2023). Essas ações corroboram a perspectiva antiambiental e anti-indígena de Bolsonaro, em convergência com as propostas da APROSOJA.

Isso também se refletiu no orçamento federal. Enquanto 44,5% do orçamento foi destinado a "benfeitorias de boa-fé" para não-indígenas, apenas 0,33% foi usado para atividades relacionadas à demarcação, fiscalização e proteção de povos indígenas isolados. Apesar de 54 decisões judiciais exigirem a publicação de relatórios sobre a identificação e delimitação de terras indígenas, nada foi feito (OLIVEIRA, 2023). Essas ações, perpetradas durante a gestão bolsonarista sob a liderança de Xavier, perpetuam as ideias antiambientais e anti-indígenas do governo. Mesmo com as restrições institucionais e ações judiciais, o governo Bolsonaro conseguiu impor suas ideias antiambientais. Tais ações impactaram duramente os territórios indígenas. Dados do Instituto Socioambiental (2024) revelam que do início de 2022 até setembro do mesmo ano foram desmatados 215 hectares em terras indígenas como povos indígenas isolados, sendo os territórios mais impactados: Uru-Eu-Wau-Wau (RO), Jacareúba/Katawixi (AM), Munduruku (PA) e Araribóia (MA) (ISA, 2024).

No primeiro ano da gestão de Bolsonaro, o governo transferiu a Funai do Ministério da Justiça para o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso, a função de demarcação de terras indígenas foi deslocada da Funai para o Ministério da

Agricultura, embora essas mudanças tenham sido alteradas pelo Congresso Nacional em 2019. Em 2019, Bolsonaro estabeleceu a MP 886/19, que transferiu a identificação e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Durante o governo Bolsonaro, a Funai alegou que essas mudanças e a pandemia de Covid-19 impediram o avanço da demarcação de terras indígenas (OLIVEIRA, 2023). No entanto, é notável que a não demarcação era uma política prevista e uma meta do governo Bolsonaro, evidenciada desde a sua pré-campanha eleitoral. As estratégias institucionais para alcançar essa meta incluíram atos infralegais, mudanças nas nomeações, no orçamento, na reanálise de processos demarcatórios e nas equipes responsáveis pela análise técnica da demarcação. Essas ações também atenderam aos interesses promovidos por aliados de Bolsonaro, especialmente grupos do agronegócio.

A narrativa das ideias anti-indígenas está alinhada com as ideias antiambientais, como pode ser observado nesta declaração de Bolsonaro em 2019, ao afirmar que haveriam locais que “para produzir, você não vai produzir, porque não pode ir numa linha reta para exportar ou para vender, tem que fazer uma curva enorme para desviar de um quilombola, uma terra indígena, uma área de proteção ambiental. Estão acabando com o Brasil” (VERDÉLLO, 2019, p.2). Essa visão parte da perspectiva de que a demarcação de terras indígenas e a proteção ambiental são obstáculos ao desenvolvimento econômico, especialmente quando este desenvolvimento é baseado em um modelo de *commodities* da agricultura, pecuária e mineração. Essa ideia também foi defendida por Xavier na Câmara dos Deputados, onde argumentou a favor do aumento da produção econômica em terras indígenas (TEÓFILO, 2022).

Visando ampliar seu poder de atuação na política federal, grupos de interesse do agronegócio viram em Bolsonaro um candidato alinhado com suas ideias, valores e interesses econômicos. Outras demandas da APROSOJA (2018c) referem-se ao fortalecimento econômico e de infraestrutura para o agronegócio, como pode ser visto em propostas como: “Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país” e “Repactuação de Dívidas Rurais”. Em uma de suas *lives* para apoiadores nas redes sociais, Jair Bolsonaro afirmou que jamais se oporia ao agronegócio e sinalizou a ampliação de portos e ferrovias no país. Sua declaração sobre o fortalecimento da infraestrutura estava voltada para os interesses do agronegócio: “Essas novas ferrovias vão ajudar a colocar nossos produtos em portos a preços muito mais competitivos do que outros países, para o bem da nossa economia, para o bem do nosso agronegócio” (BEHNKE, 2022, p.3).

Na mesma *live* citada, Bolsonaro afirmou que as questões ambientais seriam um obstáculo para a ampliação de portos e ferrovias: “A gente vê o traçado e rapidamente libera.

Logicamente, tem a questão ambiental que sempre atrapalha um pouco” (BEHNKE, 2022, p.3). Durante a gestão bolsonarista, foram assinados mais de 19 contratos com a iniciativa privada para a construção de ferrovias, com foco na produção do agronegócio e na mineração (BEHNKE, 2022). O discurso de Bolsonaro, assim como sua ação institucional, converge com as ideias apresentadas no documento de propostas aos presidentiáveis pela APROSOJA (2018c). Essa proposta também está alinhada com os programas partidários de Bolsonaro de 2018 e 2022.

No programa partidário de 2018, o investimento em portos e ferrovias é abordado como: “desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada” e “É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender à demanda crescente do país” (TSE, 2018, p. 77). O mesmo documento menciona que a ampliação das ferrovias e dos portos visava integrar todas as regiões do país, fortalecendo o agronegócio, o que está em consonância com as propostas da APROSOJA (2018c). No programa partidário de 2022, é destacado: “Se não existem boas estradas, ferrovias ou hidrovias, como escoar a produção agrícola de um determinado local ou região?” (TSE, 2022, p. 34). É evidente que muitas propostas de campanha e de gestão de Jair Bolsonaro convergem com as ideias dos grupos de interesse do agronegócio, como a APROSOJA. Em outros discursos, Bolsonaro se referiu aos portos e ao escoamento da produção do agronegócio brasileiro: “O nosso agronegócio vem batendo recordes, cada vez exporta mais, e os portos no Brasil também vêm batendo recordes ao longo dos últimos cinco meses” (MAPA, 2020, p.1).

Outro ponto de convergência entre as ideias da APROSOJA (2018c) e as políticas do governo Bolsonaro refere-se às dívidas do agronegócio. Em 2018, após ser eleito, Jair Bolsonaro sinalizou que pretendia perdoar a dívida do setor com o Funrural. Essa promessa estava relacionada ao projeto de lei 9.252/2017 e geraria um impacto de 18 bilhões nas contas públicas. A promessa contraria a decisão do STF, que, em 2017, tornou constitucional a cobrança do Funrural ao agronegócio. Antes e após sua eleição, Jair Bolsonaro fez declarações em vídeo direcionadas ao agronegócio, afirmando: “estamos juntos nessa briga contra o Funrural” (ZAIA, 2018, p.1). A proposta da APROSOJA (2018c) aos presidentiáveis inclui a “Repactuação de Dívidas Rurais”, especificando: “Apoiar dentro do Congresso as iniciativas parlamentares com este objetivo”. A atuação do governo Bolsonaro convergiu com esse objetivo.

A promessa de anistia das dívidas rurais, feita por Bolsonaro em acordo com setores do agronegócio, beneficiaria grandes indústrias e empresários do setor, o que contraria o

argumento de Jair Bolsonaro de que a anistia ajudaria o pequeno produtor. De acordo com Potter (2019), os maiores devedores do Funrural seriam empresas de alimentos, frigoríficos e gigantes do agronegócio. Além de favorecer grandes empresas, a anistia ao Funrural causaria um rombo na previdência brasileira. Pressionado pela FPA no Congresso, Bolsonaro solicitou a Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, que o projeto de lei que concedia a anistia à dívida fosse tratado com urgência. A proposta ainda está em discussão no Congresso. Além da mobilização da APROSOJA (2018c), grupos do agronegócio, como a FPA e a CNA, tentaram promover a proposta durante a gestão bolsonarista.

Em 2018, foi criado um programa de regularização da dívida do Funrural; no entanto, a adesão foi baixa. Em 2020, a dívida estimada girava entre R\$ 34 bilhões e R\$ 40 bilhões, com 99% dessas dívidas sendo de empresas (GIOVANAZ, 2020). Conforme Giovanaz (2020), o argumento da CNA e da FPA é que a decisão do STF criou uma insegurança jurídica para os produtores rurais. A CNA enviou um ofício ao MAPA durante a gestão de Bolsonaro solicitando uma solução para a questão do Funrural, mas não obteve avanços. O não cumprimento da promessa de campanha em relação ao Funrural reflete uma moderação imposta pelas regras institucionais do Brasil, como a decisão do STF, a reação contrária da Receita Federal e o não andamento da proposta no Congresso, apesar do ex-presidente ter manifestado interesse em anistiar a dívida do agronegócio. Durante seu governo, Jair Bolsonaro concedeu ao agronegócio maior acesso a crédito, financiamento de dívidas não previdenciárias, e desoneração fiscal em contribuições do setor e para taxas cartorárias (GIOVANAZ, 2020).

Nesse sentido, embora houvesse uma convergência de ideias entre os grupos de interesse do agronegócio e o governo Bolsonaro, a proposta do Funrural não conseguiu se efetivar no campo institucional brasileiro. Jair Bolsonaro sancionou uma medida provisória conhecida como MP do Agro (Lei 13.986/2020), que visava facilitar o acesso ao financiamento rural para o agronegócio (BRASIL, 2020). O ex-presidente sancionou a lei com cinco vetos, mas permitiu a renegociação de dívidas de produtores rurais, o que foi comemorado pela FPA e outros grupos de interesse do agronegócio, como a CNA e a APROSOJA. A proposta atendia a uma demanda desses grupos e foi articulada pela então Ministra do MAPA, Tereza Cristina (SAMPAIO, 2020). É evidente que a influência de atores do agronegócio dentro da estrutura do governo Bolsonaro afetou a capacidade de influenciar e implementar as ideias do setor, demonstrando uma atuação convergente entre o agronegócio e a gestão bolsonarista.

Além das propostas de repactuação das dívidas, a APROSOJA também apresentou outras demandas ao governo federal de Bolsonaro. Em uma visita aos municípios de Mato

Grosso, Jair Bolsonaro foi acompanhado pelo então presidente da APROSOJA-MT, Antônio Galvan, que lhe entregou as ideias e exigências do grupo de interesse. No documento, defendia-se que o desmatamento e as queimadas ocorridos no Brasil não deveriam ser motivos para penalizar os produtores rurais. Além disso, a APROSOJA-MT reivindicava o fim da Moratória da Soja na Amazônia e sua não expansão para o Cerrado. Outra demanda da APROSOJA-MT era a exclusão dos estados de Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia do conceito de Amazônia Legal, argumentando que essa classificação causava limitações econômicas devido às restrições ambientais associadas à Amazônia Legal. O grupo justificava tal demanda com o argumento de expandir a produção de soja na região amazônica (DBO, 2020). A expansão da produção de soja está associada ao aumento do desmatamento na Amazônia.

Em um encontro promovido pela APROSOJA em 2019, o presidente da associação prometeu derrubar a moratória da soja durante o governo Bolsonaro, ideia que não se concretizou (LORENZON, 2019). Embora essa proposta tenha sido apoiada por alguns integrantes do governo Jair Bolsonaro, como o secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Abelardo Lupion, que afirmou que o governo avançaria para o fim da moratória, a gestão bolsonarista não conseguiu implementá-la. Ainda em 2019, o MAPA declarou que a moratória era um acordo privado que não envolvia o governo federal de Bolsonaro (WALENDORFF, 2019). Assim, a ideia de encerrar a moratória da soja evidenciou uma convergência com ressalvas entre o governo Bolsonaro e a APROSOJA, sendo uma proposta difundida pela cúpula dos setores ruralistas e pelo alto escalão do governo. Em uma nota a um jornal estrangeiro, a então ministra Tereza Cristina afirmou que o governo não tomaria medidas contra a moratória, embora a considerasse um absurdo (DW, 2019).

Durante a pesquisa, não foram encontradas manifestações ou ações pela retirada dos estados citados da Amazônia Legal por parte da gestão de Jair Bolsonaro. Em 2022, foi tramitado o PL 337/2022, de autoria de Neri Geller-MT, membro da FPA, visando a retirada de Mato Grosso da Amazônia Legal. A medida busca avançar o agronegócio contra as regras ambientais estabelecidas para a Amazônia Legal (WERNECK, 2022).

Outras propostas da APROSOJA ao governo Bolsonaro foram apresentadas em 2022 durante um encontro entre líderes da associação e o governo federal. O grupo de interesse levou ao então presidente a necessidade de aprovação de projetos de lei, como o PL dos ‘Defensivos Agrícolas’, chamado por grupos ambientalistas de PL do Veneno, o PL 2159/21 visando a flexibilização do licenciamento ambiental, o PL 510/21 sobre Regularização Fundiária e o PL do Marco Temporal Indígena. Observa-se que essas propostas convergiram com as ações do

governo federal, conforme discutido nesta seção. No mesmo encontro, a APROSOJA entregou uma placa comemorativa pelo aniversário de Jair Bolsonaro e um livro contando a história da associação (APROSOJA, 2022).

A convergência de ideias e propostas entre a APROSOJA e o governo bolsonarista evidencia a influência direta deste grupo de interesse durante a gestão de Jair Bolsonaro, como revelado por encontros recorrentes entre lideranças da associação e o alto escalão do governo federal, incluindo o ex-presidente. Segundo investigação da Agência Pública, Antônio Galvan, ex-presidente da APROSOJA-MT, obteve vantagens pessoais do governo federal, conseguindo autorização do MAPA para alterar o calendário sanitário do plantio da soja. Galvan também é alvo de inquérito do STF por financiar atos de ruptura da democracia por meio de recursos da APROSOJA (QUADROS, 2022).

O apoio da APROSOJA a Jair Bolsonaro foi constante desde a pré-candidatura presidencial, durante as eleições e ao longo do mandato do ex-presidente, incluindo as eleições de 2018 e 2022, e mesmo após o fim do mandato. Na eleição presidencial de 2022, diversas associações estaduais da APROSOJA, além da própria associação, manifestaram apoio eleitoral a Bolsonaro. Em nota publicada no site da APROSOJA-MG, a associação mineira e a APROSOJA Brasil declararam apoio à reeleição de Bolsonaro: “a todos os agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais, enfim, todo o setor produtivo [...] juntos trabalharemos arduamente e diuturnamente no apoio à reeleição do nosso presidente, Jair Bolsonaro” (APROSOJA, 2022, p.2). Em 2022, sob a presidência de Antônio Galvan, a APROSOJA reiterou que o agronegócio, em sua maioria, apoiava a reeleição de Bolsonaro (WALENDORFF, 2022). Dessa forma, o apoio da APROSOJA foi consolidado tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022, em ambos os turnos. Nas eleições de 2022, o agronegócio foi responsável por 33 das 50 maiores doações de campanha para Jair Bolsonaro, incluindo agricultores, pecuaristas e outros executivos do setor (FIGUEIREDO; SAMORA, 2022).

O apoio da APROSOJA ao governo Bolsonaro também se manifestou durante o mandato presidencial, tanto em notas de apoio quanto em manifestações públicas relacionadas às nomeações ministeriais. Embora a APROSOJA tivesse preferência pelo líder da UDR para o comando do MAPA, a nomeação de Tereza Cristina foi celebrada pelo grupo. Em 2018, Antônio Galvan declarou que, apesar da preferência por Nabhan Garcia, Tereza Cristina tinha o respaldo do setor. A APROSOJA divulgou uma nota parabenizando a nomeação de Tereza Cristina (FIGUEIREDO, 2018). Essa nomeação de uma figura ligada ao setor do agronegócio

facilitou a inserção das ideias da APROSOJA durante o mandato de Bolsonaro, evidenciando a convergência entre as ideias do grupo de interesse e as do ex-presidente.

Outras formas de apoio a Jair Bolsonaro foram emitidas pela APROSOJA em momentos cruciais do governo bolsonarista. Em 2020, o grupo de interesse publicou uma carta pública expressando seu apoio ao mandato de Jair Bolsonaro: “manifestar seu apoio ao governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, refletindo aquilo que é o pensamento dos produtores rurais do país” (APROSOJA, 2020, p.1). A nota destacava que o apoio do grupo era anterior às eleições presidenciais e que o agronegócio continuaria a apoiar o mandato, atuando através da FPA: “O agro seguirá atuando através da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com organização e ordem para o progresso do país” (APROSOJA, 2020, p.1). Assim, é evidente que outros grupos de interesse majoritários no país também apoiaram as ideias de Jair Bolsonaro, especialmente aquelas relacionadas ao agronegócio, como demandas agrícolas e ambientais. Mesmo após o término das eleições, associações da APROSOJA por todo o Brasil mantiveram seu apoio a Bolsonaro.

Em 2022, após as eleições presidenciais e a derrota de Bolsonaro, a APROSOJA-MT paralisou suas atividades no estado em apoio aos protestos antidemocráticos liderados por grupos bolsonaristas, que reivindicavam a anulação das eleições presidenciais e pediam um golpe militar. Em um inquérito do STF, o ex-vice-presidente da APROSOJA, Antônio Galvan, foi acusado de financiar atos de ruptura democrática para Bolsonaro através de recursos da APROSOJA. Como mencionado anteriormente, Antônio Galvan foi beneficiado por ações institucionais do MAPA. A convergência entre a APROSOJA e Jair Bolsonaro não se limitava às ideias, mas envolvia interesses econômicos e materiais do setor do agronegócio (QUADROS, 2022). Galvan também foi investigado e multado por infrações ambientais e fundiárias, incluindo desmatamento ilegal, plantio ilegal de grãos e tentativa de invasão de terras. O ex-presidente da APROSOJA fez visitas constantes ao Palácio do Planalto para se encontrar com Jair Bolsonaro (AGÊNCIA PÚBLICA, 2023).

Mesmo após o término do mandato de Jair Bolsonaro, a APROSOJA continuou a manter ligações não apenas ideológicas com o bolsonarismo, mas também de apoio financeiro, especialmente a partir da APROSOJA-MT. Em 2023, a APROSOJA-MT foi uma das principais financiadoras da Conferência da Ação Política Conservadora, um encontro político conservador em Santa Catarina que contou com a presença de Jair Bolsonaro e do então presidente de extrema direita da Argentina, Javier Milei (RODRIGUES, 2023).

A convergência de ideias entre a APROSOJA e as ações institucionais do governo Bolsonaro demonstrou ligações diretas, com diversas propostas do grupo de interesse sendo incluídas durante o mandato de Jair Bolsonaro. A influência da APROSOJA foi marcante não só nos discursos de Bolsonaro, que frequentemente incorporaram argumentos e ideias comuns à associação. Um dos principais fatores para as semelhanças nas comunicações, discursos e atos institucionais entre a APROSOJA e o governo foi a adesão às ideias antiambientais, especialmente aquelas relacionadas à flexibilização da legislação ambiental e às mudanças no quadro institucional das políticas ambientais. No entanto, as regras institucionais, particularmente aquelas impostas pelo STF, moderaram algumas das ações institucionais do governo bolsonarista. Embora tenha havido uma alta convergência de ideias antiambientais entre a APROSOJA e o governo Bolsonaro, a arena institucional brasileira conseguiu moderar algumas das propostas mais extremas, como discutido nesta seção. Apesar da notável aproximação da APROSOJA com Jair Bolsonaro, seja por suas ideias ou interesses, é importante também considerar o impacto e a influência de outros grupos de interesse significativos do agronegócio brasileiro, como a FPA/IPA.

7.2 FPA/IPA

A FPA e o IPA², sua organização de assessoria política e de lobby em prol dos interesses do agronegócio, mantiveram fortes ligações com o governo de Jair Bolsonaro e suas ideias antiambientais. A FPA/IPA exerceu uma influência significativa nas decisões de Bolsonaro, como a nomeação da então deputada Tereza Cristina (na época, presidente da FPA) para o MAPA. Em uma reunião com o governo Bolsonaro, a FPA indicou o nome de Tereza Cristina, e a indicação foi aceita. Grupos ruralistas, como a APROSOJA, preferiam o nome de Nabhan Garcia, então presidente da UDR e associado a grupos extremistas do agronegócio. A FPA se preocupava com a possível imagem negativa que a nomeação de Garcia poderia trazer para o agronegócio, resultando na indicação de Garcia para o cargo de Secretário Especial de Assuntos Fundiários.

A aproximação de ideias entre o governo Bolsonaro e a FPA/IPA antecedeu o período eleitoral de 2018. Em um encontro com a FPA no ano de 2019, Bolsonaro afirmou: “Ao longo

² De acordo com Pompeia (2024a), a FPA conseguiu avançar em sua articulação e obter vitórias políticas após a consolidação do IPA. Segundo o autor, a atuação do IPA, envolvendo diversos atores do agronegócio, como associações nacionais e regionais, corpo técnico especializado e membros da diretoria da FPA, potencializou o uso político da frente. O instituto se tornou o principal fórum político na definição das agendas promovidas pela FPA (POMPEIA, 2024a).

de vinte e oito anos dentro da Câmara, eu acompanhei e, mais do que isso, eu acredito que 100% votei com a bancada ruralista” (RODRIGUES, 2019, p. 1). Jair se referia ao seu mandato como deputado federal, no qual manteve alinhamento nas votações de projetos de lei da FPA. Nesse mesmo encontro, Bolsonaro declarou à FPA que este seria “o governo de vocês”. No discurso proferido para a FPA, Bolsonaro também repetiu ideias propagadas pela própria bancada, demonstrando não apenas um alinhamento de interesses, mas também uma convergência de ideias. O discurso incluiu críticas à legislação ambiental, contrariedade à demarcação de terras indígenas, críticas à expansão de territórios quilombolas, apoio à flexibilização dos agrotóxicos e do licenciamento ambiental, ataques à atuação de países estrangeiros em relação à Amazônia e às mudanças climáticas (RODRIGUES, 2019).

Apesar de Jair Bolsonaro repercutir ideias antiambientais extremistas em encontros com deputados e senadores da FPA/IPA, o ex-presidente precisou moderar algumas das propostas defendidas por grupos de interesse do agronegócio, como a APROSOJA, a pedido da FPA. Conforme Pompeia (2023b), embora a FPA tenha integrantes alinhados com discursos radicais antiambientalistas e anti-indígenas, o grupo procura utilizar estratégias políticas para alcançar suas vitórias no parlamento e no Executivo, agindo de forma estratégica em relação a determinadas pautas. A FPA/IPA também usava essa estratégia para proteger sua reputação política. Em um encontro entre Bolsonaro e a FPA em 2019, Jair afirmou que a indicação de Tereza Cristina demonstrava seu alinhamento com o agronegócio. Ele mencionou que, embora não tenha fundido o MAPA com o MMA — uma ideia propagada pela APROSOJA —, ele nomearia um ministro do MMA alinhado com as pautas do agronegócio. Em suas palavras: “Tínhamos a ideia de fundir o MAPA com o MMA, pois chegamos à conclusão que não era o caso, até conversando com muitos de vocês. E temos, hoje em dia, um ministro do Meio Ambiente que está casado com vocês” (RODRIGUES, 2019, p.2).

É perceptível que Jair Bolsonaro esteve alinhado com as ideias da FPA e também se beneficiou do aparato estratégico do grupo de interesse no parlamento para alcançar vitórias políticas e eleitorais. Nas eleições presidenciais de 2018, a FPA/IPA declarou apoio a Jair Bolsonaro com o argumento de que ele atendia “ao clamor do setor produtivo nacional, de empreendedores individuais aos pequenos agricultores e representantes dos grandes negócios” (AGÊNCIA FPA, 2018, p.1). A mesma nota também mencionava que a frente parlamentar havia assinado um apoio irrestrito ao *impeachment* de Dilma Rousseff, fazendo referência à sua oposição ao governo do PT, que concorreria diretamente ao cargo presidencial com Bolsonaro.

Além da proximidade com as ideias antiambientais, o antipetismo gerava um forte alinhamento entre Bolsonaro e a FPA/IPA.

No trabalho de Pompeia (2024b), é mencionado que inicialmente as ideias de Bolsonaro não foram bem aceitas pela diretoria do IPA. O autor sublinha que, embora os membros do IPA concordassem com as críticas de Bolsonaro ao MST, não apoiavam a proposta de tornar a organização terrorista e de armar a população rural. Essa oposição dentro do IPA às ideias de Bolsonaro era liderada pelo PSDB e por empresas nacionais e transnacionais que financiavam o IPA. Apesar de esses grupos historicamente concordarem com ideias radicais do agronegócio, eles procuravam agir de maneira estratégica e pragmática. Pompeia (2024b) afirma que a preocupação desses grupos dentro do IPA era com as ideias de negacionismo climático, que poderiam afetar as exportações do agronegócio e afastar investidores do setor. Isso influenciou a demora no apoio eleitoral da FPA/IPA à candidatura de Bolsonaro, que foi anunciado apenas 5 dias antes da primeira eleição presidencial em 2018, em contraste com a APROSOJA, que declarava apoio a Jair Bolsonaro desde a sua pré-candidatura. No entanto, Pompeia (2024b) alerta que seria um erro concluir que essa demora significava uma contrariedade das elites agrárias às ideias de Bolsonaro, pois algumas lideranças do agronegócio estavam gradualmente se posicionando em favor das ideias radicais da extrema direita.

Embora preocupadas com seus negócios, as elites do agronegócio, por meio do IPA, não hesitaram em apoiar Jair Bolsonaro, tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022. No segundo turno de 2018, a FPA/IPA reiterou seu apoio a Bolsonaro em um encontro de deputados e senadores da FPA com o então candidato, sob a liderança de Tereza Cristina. Durante esse encontro, Tereza afirmou: “Ele nos apoiou em várias áreas, como segurança jurídica e a questão ambiental. Reafirmou que o Ministério da Agricultura será fundido com o Ministério do Meio Ambiente. E nós estaremos totalmente engajados nessa candidatura” (ALVES, 2018, p.2). Nota-se a intenção de fundir o MMA com o MAPA no discurso da parlamentar, que estava prestes a assumir o MAPA, embora essa ideia não fosse consenso dentro da própria FPA/IPA. Quando Tereza menciona o apoio de Bolsonaro às agendas ambientais, observa-se um alinhamento de ideias entre a FPA/IPA e Jair Bolsonaro.

Nas eleições de 2022, a FPA/IPA apoiou Jair Bolsonaro tanto no primeiro quanto no segundo turno. Em um encontro com parlamentares da FPA, visando selar o apoio eleitoral, Bolsonaro afirmou: “Até há pouco, o agro era muito estigmatizado por partidos de esquerda. Não tinha unidade. O início da solução foi, com a Frente Parlamentar, pedir que indicassem uma pessoa para o ministério” (SAID; COSTA, 2022, p.1), referindo-se à indicação de Tereza

Cristina da FPA ao MAPA. No mesmo encontro, a ex-ministra destacou que o ex-presidente foi o mandatário que mais apoiou o agronegócio brasileiro e que pequenos, médios e grandes produtores do setor estariam alinhados com a reeleição de Bolsonaro. Também presente na reunião, o ministro do MMA, Joaquim Leite, ressaltou que as questões ambientais durante o governo Bolsonaro estavam associadas ao agronegócio, dizendo: “O agro e o meio ambiente trabalharam juntos no governo Bolsonaro” (BEHNKE, 2022, p.1). Nota-se que a influência da FPA no governo Bolsonaro não se deu apenas de forma estratégica eleitoralmente, mas também pautou ideias, agendas e tomadas de decisões, inclusive nas questões ambientais, frequentemente ligadas ao MAPA no Executivo Federal. A proximidade das ideias de um grupo de interesse com o Executivo resultou em uma influência direta nas instituições ambientais, principalmente por meio de propostas antiambientais.

No trabalho de Bronz, Zhouri e Castro (2020), é relatado que a FPA defende massivamente ideias antiambientais, anti-indígenas e a favor de propriedades fundiárias para grandes produtores rurais. As autoras destacam que, desde 2018, a FPA, em conjunto com a CNA, articulou esforços para revogar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais. Tal estratégia é compatível com ideias antiambientais e anti-indígenas, sob o argumento de defesa da segurança jurídica e da propriedade privada dos produtores rurais. Essas ideias foram recorrentemente propagadas nos discursos de campanha de Jair Bolsonaro, tanto em 2018 quanto em 2022.

As autoras mencionadas também afirmam que a ascensão das elites agrárias brasileiras, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, representou uma oportunidade para avançar os interesses particulares do agronegócio pelas vias institucionais, consolidada com a candidatura de Jair Bolsonaro. Exemplos dessas ações incluem a judicialização, especialmente no contexto da tese do Marco Temporal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para questionar as atividades da Funai e do INCRA, com o objetivo de atender aos interesses de grupos ruralistas em relação a terras indígenas e quilombolas (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020). Dessa forma, a convergência de ideias entre os grupos de interesse do agronegócio e a figura de Bolsonaro evidenciou uma estratégia eficaz para impulsionar suas agendas e interesses no Estado brasileiro. Isso se manifesta na gestão bolsonarista e no agronegócio por meio do “combate aos processos de democratização do acesso à terra no Brasil, através da recusa da legitimidade das regulações ambientais, fundiárias e de reordenamento territorial, pelo questionamento da atribuição legal dos órgãos públicos e pela criminalização de grupos étnicos” (ANAYA et al., 2020, p. 194 apud BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 27).

Durante a declaração de apoio a Jair Bolsonaro em 2018, a FPA/IPA apresentou um documento com ideias e propostas prioritárias da FPA. Entre as pautas prioritárias estavam projetos de lei e propostas que favoreciam os interesses do agronegócio. As agendas das ideias e propostas estavam concentradas nas seguintes temáticas: ambiental, agrotóxicos, fundiária, indígena, infraestrutura e logística, assistência técnica, créditos para o agronegócio e política externa. Além das propostas baseadas nas ideias da FPA, o documento também incluía o pedido de revogação de decretos e instruções normativas estabelecidos durante o governo de Dilma Rousseff.

Quadro 8 – Ideias prioritárias da FPA/IPA para Jair Bolsonaro em 2018.

IDEIAS	CONTEÚDO
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento Ambiental (PL nº 3.729 de 2004 e PLS 168 de 2018). • Sustar a Instrução Normativa nº 02 de 27 de março de 2015 (Licenciamento Ambiental da FUNAI).
Agrotóxicos	<ul style="list-style-type: none"> • Reavaliação De Defensivos Agrícolas Pela Anvisa Com Base Na Ciência
Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação Da Lei Nº 13.465 De 2017 (Regularização Fundiária Rural E Urbana).
Indígena	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de lei nº 6.818 de 2013 (apensado ao PL nº 490/07) – 19 condicionantes para demarcação de terras indígenas. • Revogação dos decretos de demarcação de terras indígenas, quilombolas e de reforma agrária (final do governo Dilma).
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> • MP 832/18 (PLV nº 20/18) – Preço Mínimo do Frete. • Projeto de Decreto Legislativo 118, 119 e 120 de 2015 – construção e aprimoramento das hidrovias.
Créditos ao Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • MP – Linha De Crédito Para Armazenagem (Construção de Armazéns).
Política Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Propor Mecanismos Para Reparar As Assimetrias Do Mercosul.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Agência FPA (2018).

Na pauta ambiental, o documento da FPA direcionado a Jair Bolsonaro concentrou-se na agenda do licenciamento ambiental. A FPA solicitava ao presidente que pautasse no plenário um texto acordado entre ministérios, setor privado (agronegócio) e a própria FPA, visando a flexibilização do licenciamento ambiental e a isenção de licenciamento para atividades e empreendimentos agrícolas e de pecuária extensiva (AGÊNCIA FPA, 2018). Além disso, a proposta incluía a flexibilização para a construção de estradas e infraestrutura, como energia, estradas e saneamento. Esta proposta estava totalmente alinhada com as ideias antiambientais promovidas por Jair Bolsonaro, uma vez que o licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. A isenção para atividades agropecuárias favorece diretamente os interesses do agronegócio, enquanto a flexibilização e isenção do

licenciamento ambiental pode promover a expansão de crimes ambientais. O licenciamento de atividades produtivas permite manter um controle sobre possíveis impactos negativos ao meio ambiente e garantir a expansão de atividades produtivas sustentáveis em conformidade com a legislação ambiental.

A ideia de isenção do licenciamento ambiental proposta pela FPA também está associada ao desmonte de órgãos e mecanismos de proteção ambiental no Brasil. A concessão de licenças é responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais e do IBAMA, quando se trata de projetos que envolvem mais de um estado. Nesse sentido, a ideia antiambiental da FPA não só causaria danos incalculáveis ao meio ambiente, mas também desestruturaria as políticas e instituições ambientais brasileiras. Como observado na seção anterior, a flexibilização do licenciamento ambiental também foi defendida pela APROSOJA e alinhou-se com as propostas de campanha do presidente Bolsonaro, além de aparecer em vários de seus discursos. No ano de 2022, o STF derrubou a Medida Provisória de Bolsonaro que concedia licenças ambientais automáticas para empresas de riscos médios (MP 1.040/21) (CONJUR, 2022).

Durante o seu governo, Bolsonaro tentou com regularidade alterar a legislação referente ao licenciamento ambiental. Em 2021, o governo Bolsonaro priorizou avanços para um novo marco do licenciamento ambiental, visando a flexibilização para determinados empreendimentos. O então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, não colocou a proposta em plenário até que um grupo de trabalho examinasse a proposta e chegasse a um parecer consensual. Segundo Maia, era necessário distinguir entre argumentos ideológicos e técnicos (MACHADO, 2021). Em articulação com a FPA, o governo Bolsonaro tentou modificar as regras institucionais do licenciamento ambiental com ideias antiambientais; no entanto, a ação promovida pelo grupo de interesse e a gestão bolsonarista encontrou obstáculos institucionais.

Conforme Dantas (2022), em 2022 o governo avaliava transferir o poder de licenciamento ambiental do IBAMA para os órgãos estaduais, enfraquecendo assim a autonomia do IBAMA. Durante a campanha eleitoral de 2018 e ao longo do seu governo, Bolsonaro frequentemente reclamou sobre o excesso de burocracia para a emissão de licenças ambientais para projetos de infraestrutura, bem como sobre as multas aplicadas pelo IBAMA (DANTAS, 2022). Isso estava alinhado com a proposta entregue pela FPA/IPA antes do início do seu mandato em 2018. Em consonância com as ideias antiambientais e anti-indígenas da FPA/IPA, Bolsonaro regulamentou durante seu mandato o licenciamento ambiental para empreendimentos desenvolvidos em terras indígenas, permitindo a atuação de empresas mistas

(indígenas e não indígenas). Essa medida afeta os direitos territoriais e o protagonismo dos povos indígenas (TALANOA, 2022).

Essa última ação mencionada converge com a ideia e proposta da FPA de sustar a Instrução Normativa nº 02 de 27 de março de 2015 (Licenciamento Ambiental da FUNAI). Esta Instrução Normativa estabelecia os procedimentos que a FUNAI deveria observar para a emissão de licenças ambientais em todos os níveis do país, considerando os impactos socioambientais em terras e povos indígenas (BRASIL, 2015). Nesse sentido, a flexibilização ou o descumprimento do licenciamento ambiental em terras indígenas representa um ataque aos direitos indígenas já conquistados no país, demonstrando um retrocesso nas áreas ambientais e indígenas promovido pelo governo bolsonarista, em alinhamento com as ideias da FPA/IPA.

Para Agra Filho (2021), o licenciamento ambiental é crucial para prever e mitigar futuros impactos ambientais de uma determinada atividade produtiva. Assim, o licenciamento funciona como um processo de avaliação entre os impactos ambientais envolvidos e a capacidade dos recursos ambientais para o desenvolvimento sustentável de um empreendimento. Isentar ou flexibilizar a aplicação desse instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente seria uma abordagem antiambiental. Segundo Talanoa (2022), o governo Bolsonaro buscou alcançar esse objetivo por meio de atos infralegais e em articulação com o Poder Legislativo, especialmente na Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Destaca-se a importância do grupo de interesse do agronegócio (FPA) durante esse processo, ainda na campanha eleitoral de Bolsonaro.

No relatório produzido por Talanoa (2022), é possível observar algumas das ações do governo Bolsonaro em relação ao licenciamento ambiental. Durante seu mandato, Bolsonaro emitiu a Instrução Normativa 8/2019 do IBAMA, que permitia o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades produtivas que afetassem mais de um estado a ser realizado por apenas um órgão estadual ou municipal de meio ambiente. Essa instrução normativa contraria a competência constitucional do Estado brasileiro para licenciar atividades que apresentam riscos em dois ou mais estados. Outra ação institucional foi a criação de Grupos de Trabalho para acelerar o processo de licenciamento ambiental de determinados empreendimentos, como o grupo formado para agilizar o licenciamento ambiental relacionado à exploração de petróleo e gás natural. Observa-se, portanto, a intervenção política do governo em instrumentos técnicos para favorecer determinados setores produtivos.

Dentre outras ações, destaca-se o Decreto Federal 10.657/2021, que visava a flexibilização do licenciamento ambiental para a mineração; a Instrução Normativa Conjunta

01/2021, que incorporava a Lei Federal 13.874/2019 e enfraquecia o poder do IBAMA ao não exigir licenciamento ambiental em terras indígenas; e a Portaria 01/2022 do ICMBio e a ICMBio 33/2022, que resultaram no enfraquecimento das exigências de condicionantes ambientais, como medidas de compensação e mitigação de impactos (TALANOVA, 2022). É evidente que o governo Bolsonaro procurou alterar as regras do licenciamento ambiental por meio de legislação e atos infralegais, favorecendo determinados grupos de interesse e setores produtivos. Assim, a convergência entre as ideias antiambientais da FPA e a gestão do ex-presidente foi notável.

No documento contendo ideias e propostas da FPA/IPA para o presidente Jair Bolsonaro, constavam outras propostas antiambientais, como a flexibilização para a liberação de agrotóxicos. Na perspectiva do agronegócio e da FPA, os “defensivos agrícolas” (agrotóxicos) são essenciais. Conforme o documento da FPA/IPA, a ANVISA havia, utilizando metodologias questionáveis e influenciada por organizações estrangeiras, deliberado o banimento de ‘defensivos agrícolas’ sem substituto equivalente no Brasil. O documento pedia que o governo garantisse que a ANVISA reavaliasse essas medidas utilizando outras metodologias e não se baseasse em organismos internacionais (AGÊNCIA FPA, 2018). É evidente que a ideia de um inimigo externo, como “organismos internacionais”, e a retórica de questionamento das metodologias científicas eram convergentes entre os grupos de interesse do agronegócio e Jair Bolsonaro, especialmente a partir da APROSOJA e da FPA/IPA.

Em 2023, o Projeto de Lei 1459/2022, popularmente conhecido como PL do Veneno, foi sancionado com vetos pelo presidente Lula. O PL, de autoria de Blairo Maggi (PP-MT), um dos principais nomes do ruralismo e da soja no Brasil e deputado da FPA/IPA, visava flexibilizar a legislação de regulação dos agrotóxicos no Brasil. Argumentando que os agrotóxicos causam danos à vida humana e ao meio ambiente, o governo Lula vetou trechos que alteravam a fiscalização dos agrotóxicos, que passariam a ser responsabilidade exclusiva do MAPA, em vez da ANVISA e do IBAMA. Essa mudança facilitaria a liberação dos agrotóxicos por um ministério historicamente alinhado com as demandas do agronegócio. Outros trechos barrados referiam-se à reutilização de embalagens de agrotóxicos e à redução das informações e advertências sobre os perigos dos agrotóxicos nos rótulos dos produtos (VIRISSIMO, 2023).

A articulação da FPA no Congresso pela aprovação do PL ignorou as recomendações científicas e da sociedade civil acerca dos riscos ambientais e à saúde humana associados aos agrotóxicos. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, o PL 1.459/2022 reduziu as

competências dos órgãos fiscalizadores e o registro de novos agrotóxicos, ignorando uma consulta pública na qual 80% dos respondentes se opuseram ao PL, principalmente devido aos danos à saúde e aos impactos ambientais (BRASIL, 2023). A aprovação do PL reflete o sucesso político da FPA/IPA nas instituições brasileiras, favorecendo as elites do agronegócio em detrimento da saúde coletiva. Em 2022, a FPA elegeu como suas pautas prioritárias para o Senado os PLs que alterariam os marcos de regulação da regularização fundiária (2.633/2020), do licenciamento ambiental (2.159/2021) e dos agrotóxicos (6.299/2022), todos aprovados pela Câmara dos Deputados (VIEIRA, 2022). Essas agendas promovidas pela FPA/IPA refletem suas ideias antiambientais e favorecem exclusivamente o agronegócio, que durante o governo Bolsonaro viu suas pautas avançarem.

Nos termos de Talanoa (2022), durante o governo Bolsonaro foram aprovados 1.682 registros de agrotóxicos no país, além de mudanças nas formas como esses agrotóxicos são regulados, denotando uma convergência com as ideias propagadas por integrantes da FPA/IPA. Assim, a gestão bolsonarista agiu institucionalmente para atender às demandas sobre agrotóxicos da FPA/IPA. Uma das alterações do governo Bolsonaro nesse quesito ocorreu através da ANVISA, que começou a categorizar os agrotóxicos como extremamente nocivos apenas aqueles que oferecessem riscos de morte, facilitando assim uma categorização branda para agrotóxicos que causassem apenas danos à saúde humana. Além disso, o governo Bolsonaro colaborou com a aprovação do PL relativo à flexibilização dos agrotóxicos no Congresso, publicando no mesmo período o Decreto nº 10.833/2021, que omitia o registro de pedidos e concessões de agrotóxicos (TALANOVA, 2022).

Em 2023, o STF derrubou trechos do decreto bolsonarista que visavam abrandar a classificação de toxicidade dos agrotóxicos, alegando um “retrocesso ambiental” no decreto (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Nesse sentido, observa-se que as ações institucionais do governo bolsonarista foram implementadas por atos infralegais nas mudanças de diretivas de fiscalização e do registro de agrotóxicos, além da publicação de decretos e apoio na aprovação de um projeto de lei orquestrado pela FPA/IPA.

Nos programas partidários eleitorais de Bolsonaro, o termo “defensivo agrícola” (agrotóxico) aparece apenas na campanha de 2022. Segundo o documento, o governo Bolsonaro incentivaria a pesquisa científica para agropecuária e novos “defensivos agrícolas que poluam pouco, sejam energeticamente eficientes e com tecnologia embarcada de última geração” (TSE, 2022, p. 25). Embora o termo não seja recorrente em seus programas partidários, isso não reflete a forma como a flexibilização e o uso de agrotóxicos ocorreram durante seu governo. Durante

os quatro anos da gestão Bolsonaro, foram liberados ao todo 2.182 agrotóxicos no país, segundo dados do MAPA, muitos destes proibidos em outros países. A quantidade excessiva de agrotóxicos liberados superou todos os governos federais anteriores no Brasil. Somados, os governos Lula 1 e 2 liberaram 993 agrotóxicos, enquanto durante o governo Dilma 1 foram 572 agrotóxicos (SALATI, 2023). Isso contrasta com o alto número de liberações de agrotóxicos no governo Bolsonaro, demonstrando assim a ação institucional para atender às ideias de um de seus maiores apoiadores, a FPA/IPA.

Outra proposta prioritária da FPA/IPA em 2018 para o então candidato Jair Bolsonaro foi a regularização fundiária rural e urbana. O documento da FPA/IPA solicita que o presidencial regulamente a Lei nº 13.465 de 2017 para que a regularização fundiária urbana e rural facilite a legalização de áreas rurais, com o propósito de “segurança jurídica aos produtores e permitindo investimentos nacionais e internacionais” (AGÊNCIA FPA, 2018, p.1). Nota-se a ideia de expansionismo por áreas produtivas para a agropecuária, não sendo o projeto apenas para a regularização de moradias nas áreas rurais e urbanas. No documento de campanha eleitoral de 2018 de Jair Bolsonaro, não há menção sobre a regularização fundiária. Entretanto, no plano partidário de 2022, o governo bolsonarista se alinhou com as ideias propagadas por setores do agronegócio para as questões fundiárias brasileiras, principalmente a partir da FPA/IPA. De acordo com o documento de campanha de 2022 de Bolsonaro:

[...] serão consolidadas e ampliadas todas essas ações de regularização fundiária, aliadas ao direito fundamental à legítima defesa e ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos, garantindo o direito à propriedade, reduzindo os conflitos no campo e as invasões (TSE, 2022, p.18).

É observado a partir desse trecho que o governo Bolsonaro objetivava avançar na regularização fundiária com vistas a determinados interesses comumente defendidos por grupos de interesses do agronegócio, tais como: armamento da população e ataques a invasores de terras. É pertinente avaliar que o governo buscava fortalecer os institutos da reforma agrária para garantir o acesso a armas de fogo, assim, influenciando o conflito por terras, não pela resolução de moradias na área rural. Em outro trecho do documento de campanha de 2022, faz referência à estratégia de desenvolvimento socioeconômico regional.

Este trecho também associa a regularização fundiária a ideias antiambientais e a interesses particulares de grupos organizados do agronegócio: “A regularização fundiária e a concessão de florestas para a iniciativa privada contribuirão para a exploração racional e sustentável da Amazônia” (TSE, 2022, p.41). Nesse sentido, o governo bolsonarista propaga uma ideia de exploração da floresta amazônica para a iniciativa privada, concedendo áreas

públicas para uma exploração “sustentável”. O trecho faz referência à ideia de regularização fundiária propagada pela FPA/IPA (2018), pois a FPA destaca a necessidade da regularização fundiária para a expansão de investimentos nacionais e internacionais. Nesse caso, o uso de áreas florestais públicas para a iniciativa privada converge com as políticas do governo Bolsonaro.

Em audiência na Câmara dos Deputados, o então secretário de Assuntos Fundiários do MAPA, Nabhan Garcia, defendeu o marco regulatório da reforma fundiária capitaneado pela FPA/IPA. O líder bolsonarista argumentou que o marco cumpriria uma função social ao regularizar terras públicas para emigrantes de décadas passadas na Amazônia: “No Norte não tinha estrada, comunicação, só área de florestas, esperando por essas famílias, que são heroínas” (VIEIRA, 2022, p.1). O projeto de lei da reforma fundiária foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda resolução no Senado Federal. A ideia de regularização fundiária defendida pela FPA/IPA em convergência com o governo Bolsonaro é criticada por grupos ambientalistas, que alegam que o projeto facilitaria o processo de grilagem em terras públicas. Conforme Fonseca (2024), a atuação da bancada parlamentar do agronegócio pela regularização fundiária poderia provocar, até 2027, um aumento do desmatamento equivalente a dez vezes a área da cidade de São Paulo, além de facilitar novos conflitos fundiários. Dessa forma, caracteriza-se como uma ideia antiambiental.

Outra ideia antiambiental contida no documento da FPA/IPA (2018) ao então presidente Bolsonaro estava na agenda anti-indígena do agronegócio. O documento solicita ao ex-presidente que pautasse e aprovasse o Marco Temporal indígena, além de revogar os decretos de demarcação de terras indígenas, quilombolas e da reforma agrária ocorridos no final do governo Dilma. Como visto na seção sobre a APROSOJA, as ideias antiambientais, em consonância com ideias anti-indígenas, encontraram convergência direta com o governo Bolsonaro. A agenda anti-indígena é politicamente convergente na maioria dos grupos de interesses do agronegócio, que, perante essa temática, costumam atuar em uma concertação política (POMPEIA, 2022, 2023a). Assim, não foi diferente com as ideias defendidas pela FPA/IPA. É significativo que o grupo de interesse solicitasse não apenas a aprovação do Marco Temporal, impedindo a demarcação de novas terras indígenas, mas também um retrocesso ao revogar terras indígenas já demarcadas. Com a ascensão do bolsonarismo, a FPA/IPA atraiu ainda mais parlamentares por questões ideológicas, principalmente pelas ideias da FPA/IPA de contrariedade aos direitos indígenas, pelas ideias antiambientais e pelo armamento no campo (FUHRMANN, 2021).

No ano de 2024, a FPA/IPA lançou uma nota afirmando que o Marco Temporal indígena seria um "respeito à lei": “A população rural não pode ser penalizada com a expropriação de suas terras, sem nenhuma indenização ou segurança jurídica garantida pelo Estado Brasileiro. Afeta investimentos, empregos e a paz no campo.” (AGÊNCIA FPA, 2024, p.1). Na mesma nota, a FPA/IPA afirma não ser contrária aos direitos indígenas; no entanto, a frente parlamentar recorrentemente é acusada de propagar e defender ideias anti-indígenas, algo que encontrou convergência no governo Bolsonaro. De acordo com o relatório de Talanoa (2022), o governo Bolsonaro ofereceu uma lacuna quanto às políticas indigenistas, além de retrocessos em reformas institucionais na Funai e ao não demarcar nenhuma terra indígena, fator comemorado por Jair Bolsonaro em encontro com integrantes da FPA/IPA. Em 2023, a FPA/IPA lançou uma cartilha direcionada aos deputados federais com ideias de defesa para a aprovação do Marco Temporal contra indígenas. A cartilha continha estratégias e argumentos em prol da aprovação do PL do Marco Temporal (MOTORYN, 2023). A aprovação do PL do Marco Temporal na Câmara dos Deputados contou com 76% dos votos da FPA (BASSI, 2023).

Entre as reformas institucionais, o governo transferiu a Funai do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e transferiu a responsabilidade pela identificação e demarcação para o MAPA (OLIVEIRA, 2023). No entanto, a medida foi revertida pelo Judiciário, mantendo a Funai sob o Ministério da Justiça. O governo também restringiu o orçamento e as capacidades administrativas da Funai, além de editar medidas infralegais ao instituir novos critérios para identificação de povos indígenas e a possibilidade de o órgão certificar imóveis irregulares em terras indígenas não homologadas, facilitando o arrendamento de terras. Outro fator anti-indígena do governo bolsonarista foi a omissão perante a proteção de povos indígenas isolados ou de recente contato (TALANOIA, 2022). Além dos já citados procedimentos de licenciamento ambiental no interior de terras indígenas. O desmonte de órgãos ambientais e indígenas, como a Funai, corresponde a ideias antiambientais, pois facilita o avanço de crimes ambientais em áreas consideradas mais protetivas em relação a problemas ambientais, como o desmatamento, conforme visto nos referenciais teóricos.

Dentre outras ideias defendidas pela FPA/IPA em documento entregue a Jair Bolsonaro em 2018, constam as agendas referentes à infraestrutura e logística, créditos ao agronegócio e política externa. Embora tais categorias não incitem diretamente ideias antiambientais, mas sim interesses econômicos e políticos relacionados ao agronegócio, elas também convergiram com as propostas e ações do governo Bolsonaro. Na categoria de infraestrutura e logística, a FPA/IPA (2018) solicitou a construção e aprimoramento de hidrovias, uma ideia que aparece

no programa partidário de Jair Bolsonaro em 2022: “Se não existem boas estradas, ferrovias ou hidrovias, como escoar a produção agrícola de um determinado local ou região?” (TSE, 2022, p.34).

A expansão da infraestrutura logística no governo Bolsonaro visou o escoamento da produção do agronegócio, alinhando-se com a ideia da FPA/IPA. Essa ideia também foi destacada na campanha eleitoral de 2018, na qual, na categoria agricultura, havia menção à ampliação da logística de transporte e armazenamento para a agricultura (TSE, 2018). A construção de armazéns para a agricultura foi mencionada tanto no documento da FPA/IPA quanto no programa partidário de Bolsonaro em 2022. Mediante a gestão bolsonarista, apenas no ano de 2022 foram gastos R\$ 31 bilhões em apoio ao agronegócio na Amazônia Legal, além das facilidades tributárias já mencionadas nesta seção (BARRETO, 2023). No Plano Safra de 2022/2023, o governo Bolsonaro disponibilizou R\$ 340,8 bilhões para a agropecuária, superando em 36% a quantidade de recursos do ano anterior (VILELA, 2022). Nesse sentido, nota-se que a convergência de ideias e agendas entre a FPA/IPA e o governo Bolsonaro resultou em um forte apoio econômico da gestão federal ao agronegócio.

A influência das ideias antiambientais propagadas pela FPA/IPA também foi evidente em encontros entre membros do grupo de interesse e o então ministro do MMA, Ricardo Salles, em 2019. Durante uma dessas reuniões, a FPA listou vários assuntos para discussão, incluindo a aprovação do PL que visava a flexibilização do licenciamento ambiental no Brasil e o PL relacionado às mudanças nas regras para controle e fiscalização de agrotóxicos. Outro ponto abordado pela FPA/IPA foi a proposta de um programa de conversão de multas ambientais, que se estenderia às multas aplicadas antes de 2008. Além disso, a FPA/IPA solicitou mudanças na estrutura e nas competências do CONAMA, incluindo alterações na composição e nos conselheiros do órgão. Todas essas propostas foram atendidas pelo governo Bolsonaro. Em 2019, o governo promulgou o Decreto 9.760/2019, que instituiu os Núcleos de Conciliação de Multas Ambientais, permitindo que o autuado negociasse as multas antes mesmo de apresentar sua defesa e também negociasse o processo. No entanto, segundo dados divulgados por Talanoa (2022), durante o governo Bolsonaro não houve avanços significativos no pagamento e na conciliação das multas, um fato que foi comemorado por Jair Bolsonaro em discurso.

A gestão bolsonarista também promoveu mudanças significativas na composição do CONAMA, com o objetivo de enfraquecer o conselho ao reduzir o número de conselheiros e alterar o perfil técnico, além de revogar normas ambientais emitidas pelo CONAMA (TALANOVA, 2022). Em 2019, foi publicado o Decreto 9.806/2019, que diminuiu o número de

conselheiros de 96 para 23, além de excluir a presença de entidades ambientalistas e dos representantes de estados e municípios. Em 2023, o STF declarou o decreto como inconstitucional, alegando que ele afetava a pluralidade dos interesses e agravava a problemática ambiental no país (STF, 2023). Apesar de a FPA/IPA ter conseguido avançar com suas ideias antiambientais em alinhamento com o governo Bolsonaro, as barreiras institucionais, especialmente as impostas pelo STF, impediram a plena implementação dessas ações.

Essa convergência entre a FPA/IPA e as ideias refletidas no governo Bolsonaro também se manifesta na sua lista de prioridades legislativas, conforme divulgado nas propostas de 2022. O governo emitiu 45 prioridades a serem tratados no legislativo, sendo 12 das propostas relativas à ideias antiambientais e anti-indígenas, além de promover interesses do agronegócio:

Quadro 9 – Prioridades Legislativas do governo Bolsonaro em 2022 relativas ao meio ambiente e direitos indígenas

PROJETO DE LEI	CONTEÚDO	INSTITUIÇÃO
PL 6299/02	Dispõe sobre alterações e flexibilizações na Regulação e Fiscalização de Agrotóxicos (Defensivos Agrícolas)	Câmara dos Deputados
PL 490/07	Marco Temporal Indígena. Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis.	Câmara dos Deputados
PL 191/2020	Estabelece as condições específicas para a mineração em terras indígenas	Câmara dos Deputados
PL 1293/2021	Autocontrole de agentes privados na Produção de Alimentos. Revoga dispositivos no uso de agrotóxicos	Câmara dos Deputados
PL 290/2020	Mercado de Carbono e compensação ambiental.	Câmara dos Deputados
PL 5518/2020	Concessões florestais. Facilidade ao processo licitatório de concessões florestais	Câmara dos Deputados
PLS 510/2021	Regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.	Senado Federal
PL 4847/2019	Recursos para ações de fiscalização ambiental e reflorestamento.	Senado Federal
PL 3729/2004	Flexibilização de normas ao Licenciamento Ambiental.	Senado Federal
Não formulado	Proagro e Prêmio Seguro Rural	Senado Federal
Não formulado	Mineração em Faixa de Fronteira	Senado Federal

Fonte: elaborado a partir de RAMOS (2022).

A prioridade legislativa do governo Bolsonaro em relação a temas de interesses ambientais e indígenas demonstra uma total convergência com as ideias prioritárias emitidas pela FPA/IPA ainda em 2018. Tais temas incluem a flexibilização de normas ambientais, o enfraquecimento da fiscalização e regulação ambiental, o favorecimento ao registro de agrotóxicos, a contrariedade aos direitos indígenas, a concessão de florestas para a iniciativa privada, a regulação fundiária para a expansão de áreas produtivas ao agronegócio, entre outras propostas que atendem aos interesses desse setor produtivo. Como discutido nesta seção, esses projetos de lei se baseiam em ideias antiambientais e anti-indígenas do grupo de interesse FPA/IPA, que encontraram no governo bolsonarista um alinhamento para o avanço de suas ideias e interesses materiais. O avanço da promoção dessas ideias durante o governo Bolsonaro teve um papel central da FPA/IPA. Segundo Bassi (2022), a FPA forneceu 54% dos votos que aprovaram a tramitação do PL 191/2020, relativo à aprovação da mineração em terras indígenas.

No contexto do governo Lula 3, as prioridades legislativas da FPA/IPA continuaram a focar em ideias antiambientais e projetos de lei que foram promovidos ainda no governo Bolsonaro. O PL 1459/2022, que busca a flexibilização do uso de agrotóxicos e aguarda aval no Senado, representa uma vitória do agronegócio, mas enfrenta empecilhos para avançar sob a gestão petista. Situação similar ocorre com o PL 2633/2020, que trata da reforma fundiária e da legalização de terras da União ocupadas até julho de 2008, e também aguarda votação no Senado. Este último PL substitui a MP 910/2019, enviada pelo governo Bolsonaro, mas que não foi votada e acabou caducando. Outras duas propostas antiambientais que ganharam destaque durante o governo Bolsonaro, mas encontraram barreiras institucionais para sua aprovação, foram o PL do Marco Temporal (490/2007) e o PL do Licenciamento Ambiental (2159/2021). O PL do Marco Temporal foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado, enquanto a flexibilização do licenciamento ambiental, ideia que também era apoiada pelo governo Bolsonaro e pela FPA/IPA, ainda precisa de aprovação no Senado (DALLA'GNOL, 2023).

Embora muitas dessas ideias e projetos do agronegócio tenham enfrentado barreiras institucionais após a mudança presidencial em 2022, eles conquistaram vitórias durante o governo Bolsonaro. No mesmo ano, próximo ao período eleitoral, a FPA celebrou esses avanços no setor agropecuário durante o 'Encontro Nacional do Agro', evento promovido pela CNA e que contou com a presença do alto escalão da gestão bolsonarista e do próprio ex-presidente.

No evento, o então presidente da FPA, o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR), destacou a importância das entidades do IPA na construção das pautas da FPA. Sérgio Souza também mencionou a convergência de ideias e agendas entre a FPA/IPA e o avanço dessas propostas durante o governo Bolsonaro: “Avançamos com a lei dos Pesticidas, Licenciamento Ambiental, Regularização Fundiária, temas que estavam travados há 10, 20 anos. A nossa sintonia com o Congresso Nacional e com o Poder Executivo é essencial para essas conquistas.” (AGÊNCIA FPA, 2022, p.1).

A partir dos resultados expostos, observa-se que as ideias antiambientais institucionalmente promovidas durante a gestão bolsonarista estão em total convergência com as propostas defendidas pela FPA/IPA. Isso se manifesta principalmente na flexibilização da legislação e controle ambiental no país, bem como nos ataques recorrentes aos direitos dos povos indígenas. Embora o apoio da FPA/IPA à candidatura de Jair Bolsonaro tenha sido inicialmente visto com preocupação por alguns membros internos devido à radicalidade das propostas (POMPEIA, 2023b), a consonância entre as ideias antiambientais defendidas pela frente parlamentar acabou por aproximar e alinhar o grupo de interesse com o governo Bolsonaro.

O desmonte das instituições ambientais no Brasil durante a gestão bolsonarista não teria sido possível sem a forte articulação da FPA/IPA, que não apenas ocupou uma cadeira no alto escalão ministerial do governo, mas também buscou avançar suas pautas legislativas no Congresso Nacional com o apoio de Bolsonaro. Embora as ideias antiambientais defendidas pela FPA/IPA e por Jair Bolsonaro tenham logrado alguns avanços, seus efeitos foram atenuados pelo regramento institucional, principalmente pela atuação do STF, como evidenciado nos atos relativos às mudanças no perfil do CONAMA e ao Marco Temporal indígena. É plausível afirmar que as derrotas das ideias antiambientais bolsonaristas teriam sido mais substanciais se não fosse a atuação da elite do agronegócio brasileiro, como demonstrado na convergência das ideias antiambientais da APROSOJA e da FPA/IPA.

7.3 CNA

A CNA é um dos principais grupos de interesse do agronegócio, representando os produtores rurais de forma sindical patronal, agregando sindicatos regionais e se articulando com outros setores do agronegócio por meio do Conselho do Agro, fundado em 2016 (GONÇALVES; MADUREIRA, 2024). Durante o governo Bolsonaro, setores do agronegócio

tiveram livre acesso à alta cúpula institucional da gestão federal, especialmente em encontros com o MMA, o IBAMA e o ICMBio. Nessa gestão, foram recebidos 217 representantes do agronegócio pelo MMA, dos quais 175 eram de grupos patronais e membros da FPA. Ao longo do governo, foram registrados 58 encontros com o ICMBio, o IBAMA e ministros da gestão bolsonarista, com a CNA presente em 21 desses encontros, enquanto a ABAG e a APROSOJA participaram de 3 encontros cada (NANINNI, 2023).

A ação política da CNA é histórica no Brasil, destacando-se sua participação no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, apoiado pela entidade, apesar de a então presidente, Kátia Abreu, estar licenciada do cargo ao assumir um Ministério no governo petista. No governo Bolsonaro, a CNA, juntamente com a APROSOJA e a FPA/IPA, se alinhou ao bolsonarismo em relação ao desmonte de políticas ambientais e aos ataques aos povos indígenas (OLIVEIRA, 2021). De acordo com Pompeia (2023a), a CNA adota uma postura conservadora em relação às correntes do agronegócio, principalmente no que diz respeito às suas ideias antiambientais. O autor ressalta que a entidade ampliou sua articulação com a FPA/IPA durante o governo Bolsonaro, principalmente por meio de sua influência dentro do próprio IPA. Inicialmente, integrantes da CNA viam a candidatura de Bolsonaro com reticências, pois as ideias radicais do presidente sobre mudanças climáticas poderiam representar um obstáculo para as exportações de produtos do agronegócio brasileiro. No entanto, esse fator não foi suficiente para afastar a CNA do bolsonarismo (POMPEIA, 2023a).

Como demonstrado por Pereira (2023), nas vésperas das eleições de 2018, a CNA promoveu um debate entre os presidentiáveis. Contudo, apenas Henrique Meirelles (MDB), Álvaro Dias (Podemos), Marina Silva (Rede) e Geraldo Alckmin (PSDB) compareceram ao encontro. No evento, foi apresentado o documento produzido pela CNA em parceria com 14 organizações do agronegócio, intitulado “O Futuro é Agro”. O documento continha ideias e propostas relacionadas aos interesses do agronegócio e estabelecia agendas que deveriam ser seguidas pelo futuro presidente e para os próximos 12 anos.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, a CNA não declarou apoio a Jair Bolsonaro. Foi somente no segundo turno que o grupo de interesse divulgou uma nota de apoio ao então candidato, justificando que a candidatura de Bolsonaro estava alinhada com as ideias propostas no documento “O Futuro é Agro” e com as demandas históricas do agronegócio. A nota de apoio destacou o alinhamento com os seguintes temas: segurança jurídica para o agronegócio, defesa da iniciativa privada e do direito de propriedade, combate à criminalidade

no campo, racionalização do sistema tributário, reforço da infraestrutura logística para escoamento da produção e expansão dos mercados internacionais (PEREIRA, 2023, p. 48).

É pertinente observar que as ideias antiambientais e anti-indígenas não estão explicitamente mencionadas na nota de apoio. No entanto, esses fatores também contribuíram para o alinhamento da CNA com o governo Bolsonaro, como será detalhado a seguir. Outro ponto relevante é que a nota foi assinada por mais de 27 federações do agronegócio de todo o Brasil, evidenciando o alinhamento do setor com a candidatura de Jair Bolsonaro, especialmente após o primeiro turno, quando a eleição se concentrou entre Bolsonaro e o candidato do PT, Fernando Haddad.

O confronto entre Bolsonaro e o PT aproximou setores do agronegócio do bolsonarismo, especialmente após a ascensão do antipetismo nesse campo, que foi fortalecido pelo apoio de grupos de interesses do agronegócio ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Segundo Pereira (2023), a campanha de Haddad em 2018 era oposta às ideias defendidas por setores do agronegócio, como: expansão da reforma agrária, demarcação de terras indígenas, fim da expansão da fronteira agropecuária, redução do uso de agrotóxicos e maior rigor no combate ao desmatamento. Em contraste, a campanha de Bolsonaro promovia ideias antiambientais, ataques a movimentos sociais do campo, defesa do armamento da população rural, flexibilização de multas ambientais, unificação do MAPA com o MMA, entre outras propostas já discutidas nesta seção (PEREIRA, 2023).

Em agosto de 2022, a CNA lançou o documento intitulado “O que esperamos dos próximos governantes” durante sua conferência nacional, o Encontro Nacional do Agro. O evento reuniu grupos de interesses do agronegócio, como a APROSOJA e a FPA/IPA, além do ex-presidente Jair Bolsonaro e ministros do seu governo, como a ex-ministra Tereza Cristina e o ex-ministro Marcos Montes (CNA, 2022). O encontro contou também com a presença de mais de 3 mil produtores rurais. De acordo com Pereira (2023), o documento lançado não apresentou diferenças significativas em relação à proposta de 2018, “O Futuro do Agro”, indicando que o agronegócio ainda não havia alcançado um avanço completo em suas propostas desde então. O documento aborda eixos como segurança alimentar, desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Apesar de o documento apresentar ideias e pautas ainda do ano de 2018 do agronegócio, durante o evento da CNA, o então presidente da FPA afirmou que, durante o governo Bolsonaro, houve avanços na “lei dos Pesticidas, Licenciamento Ambiental, Regularização Fundiária, temas que estavam travados há 10, 20 anos. A nossa sintonia com o Congresso

Nacional e com o Poder Executivo é essencial para essas conquistas” (AGÊNCIA FPA, 2022, p.1). Essas ideias correspondem estritamente às pautas antiambientais promovidas pelo agronegócio. Embora o Encontro Nacional do Agro em 2022 visasse entregar propostas aos presidentiáveis, o clima do evento era de campanha direta para Jair Bolsonaro. Como destacado por Zafalon (2022), a CNA apresentou ideias e metas para todos os candidatos, mas já declarava apoio a Jair Bolsonaro durante seu encontro nacional, antecipando o apoio que, em 2018, havia sido formalizado apenas no segundo turno. Além de defender propostas do agronegócio, como a flexibilização das regras para agrotóxicos, o presidente da CNA criticou duramente o candidato Lula e o governo petista, evidenciando a aproximação do grupo com Bolsonaro. O Encontro Nacional do Agro organizado pela CNA foi associado a um comício eleitoral para Jair Bolsonaro, denotando o alinhamento do grupo com o ex-presidente.

O documento “O Futuro é Agro (2018-2030)”, organizado pela CNA, apresenta as ideias, interesses e propostas do agronegócio para seu setor produtivo, o meio ambiente, a política e a sociedade em geral. Classificado como um Plano de Estado, o documento é estruturado em seis eixos: Fundamentos, Governança, Mercado, Inovação, Sustentabilidade, Imagem do Agro. Além desses eixos, o documento inclui uma análise de conjuntura global do agronegócio, da política e da economia. No início, é destacado que o mundo enfrenta “mudanças climáticas, mudanças nos hábitos de consumo, a ameaça à escassez de recursos naturais (como a água) e a erosão da democracia” (CNA, 2018, p.7).

É interessante observar a contradição no documento “O Futuro é Agro (2018-2030)”, especialmente considerando que a CNA apoiou e defendeu um candidato associado a ideias antiambientais, ao negacionismo das mudanças climáticas e à exploração desenfreada dos recursos naturais, além de ter promovido uma tentativa de ruptura democrática após perder as eleições em 2022. O futuro idealizado pela CNA, nesse sentido, parece congrega retrocessos nas políticas ambientais e rupturas democráticas. O documento também cita a necessidade de ampliação da produção de alimentos como estratégia para combater a insegurança alimentar global. No entanto, o agronegócio frequentemente é associado à defesa de *commodities* em vez de à resolução do problema da fome (BRUNO, 2017; PEREIRA, 2023). Assim, enquanto o “Futuro é Agro” apresenta os interesses do agronegócio como solução para a insegurança alimentar global, seu verdadeiro objetivo parece ser a expansão do modelo produtivo do agronegócio.

No Eixo 1 “Fundamentos” do documento da CNA (2018), são abordadas inicialmente a análise conjuntural da produção agropecuária no país e projeções para o setor, além de uma

avaliação da oferta e demanda mundial de produtos agropecuários. O primeiro tópico do Eixo 1 estabelece diretrizes aos presidenciáveis, mas não detalha especificamente ideias sobre: “i) pesquisa, desenvolvimento e inovação; ii) infraestrutura e logística; e iii) crédito e seguro rural” (CNA, 2018, p. 30). Dada a extensão detalhada de ideias e propostas da CNA contidas neste documento, e com foco nas discussões desta tese e outros grupos de interesse analisados, a análise sintetiza um recorte específico, tal como a FPA/IPA³. O documento “O Futuro é Agro” aborda ideias gerais para a sociedade brasileira, incluindo propostas para áreas educacionais. Embora essas questões mereçam uma análise mais aprofundada em pesquisas futuras, esta tese focou em temas diretamente relacionados ao problema de pesquisa. Nesse contexto, foram analisados especificamente os seguintes pontos: ideias ambientais, questões fundiárias e indígenas, infraestrutura e logística, crédito ao agronegócio e política externa.

Quadro 10 – Ideias e propostas defendidas pela CNA (O Futuro é Agro – 2018-2030)

IDEIAS	CONTEÚDO
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a Política Nacional de Licenciamento Ambiental, adequando a regra do licenciamento à atividade agropecuária. <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação no uso dos biomas. <ul style="list-style-type: none"> • Definir a Política de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. • Políticas de incentivo à reservação de água e de eficiência da irrigação. • Efetivar a implementação do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12). • Definir com responsabilidade as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), propostas para o Brasil no Acordo de Paris. • Garantir o uso sustentável do solo e sua conservação, por meio de políticas e programas de governo. • Prevenir e combater a desertificação, por meio de políticas de desenvolvimento regionais. • Incentivar e fortalecer o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). • Revisar a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de modo a regularizar as propriedades rurais que estão no interior de UCs.
Defensivos Agrícolas (Agrotóxicos)	<ul style="list-style-type: none"> • Validar novas fórmulas de insumos para a agropecuária: fertilizantes, moléculas de defensivos e equipamentos para pequenos produtores. • Criar um sistema único informatizado e transparente para submissão e avaliação dos processos de registro de defensivos. <ul style="list-style-type: none"> • Definir legalmente as prioridades de registro de defensivos para o manejo das pragas de maior importância para a agricultura.

³ Para uma análise completa do documento o ‘Futuro é Agro (2018 – 203)’, conferir Pereira (2023) e o documento completo em CNA (2018).

Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar a Lei Agrária, para coibir as invasões às propriedades privadas. • Aprimorar os instrumentos de prevenção de conflitos e de obtenção de terras. <ul style="list-style-type: none"> • Criar um marco regulatório das reintegrações de posse. • Incluir o tema da prevenção e controle da violência contra produtores rurais na pauta da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
Indígenas e Povos Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Conferir efetividade ao Marco Temporal. • Dar transparência aos processos de demarcação, com a participação de outros órgãos governamentais, além da Funai. • Promover a inserção de indígenas no processo produtivo e na comercialização de produtos agrícolas. • Adequar todas as normas que regulamentam a titulação de terras de remanescentes de quilombos, segundo a Constituição Federal de 1988. • Evitar fraudes na titulação de terras remanescentes das comunidades dos quilombos. • Garantir a efetividade da transparência, assim como do contraditório e da ampla defesa aos proprietários rurais, nos processos de identificação e titulação de terras de remanescentes de comunidades de quilombos.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> • Definir diretrizes de incentivo às estruturas de armazenagem, irrigação, incorporação de tecnologias nas propriedades rurais e práticas sustentáveis de produção. • Implementar programa de melhoria das rotas de escoamento da produção. • Investimentos para o aumento das redes ferroviárias de acesso aos portos e terminais. <ul style="list-style-type: none"> • Definir modelos de gestão das hidrovias.
Créditos ao Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • Dar previsibilidade, estabilidade e transparência às regras do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). • Ampliar as fontes de financiamento à agropecuária, inclusive com recursos externos. • Reduzir o número de programas do crédito rural, evitando o conflito de finalidades entre as diversas linhas de crédito
Política Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar entraves burocráticos entre China e Brasil. • Adotar uma campanha unificada de governo com todos os ministérios para o fortalecimento da imagem do país.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de CNA (2018).

No Eixo Ambiental, é possível identificar ideias antiambientais nas propostas da CNA. Embora o grupo de interesse afirme promover políticas ambientais sustentáveis, alinhadas com a modernização tecnológica do agronegócio e com a intenção de mitigar seus impactos ambientais e climáticos, suas propostas não refletem essas intenções. Um exemplo disso é a crítica às normas e regulações do licenciamento ambiental no Brasil, onde a CNA argumenta que: “atividades agropecuárias encontram-se muitas vezes à margem da legislação em face da quantidade de normas baixadas sobre o assunto e a ineficiência dos órgãos ambientais em processar os pedidos de licenciamento ambiental” (CNA, 2018, p.120). Em linha com a FPA/IPA e as ideias antiambientais do governo Bolsonaro, a CNA (2018, p.121) sublinha: “O arcabouço legal referente aos usos dos recursos naturais permite a dispensa do licenciamento formal, respeitados os empreendimentos considerados de alto impacto”. No entanto, o

documento não especifica quais tipos de empreendimentos a CNA considera como de alto impacto, o que alinha sua proposta com a abordagem da gestão bolsonarista.

Determinadas ideias no Eixo Ambiental da CNA promovem conceitos antiambientais. Outro exemplo é a proposta de regulamentação do uso dos biomas, na qual a entidade solicita avanços na legislação sobre o percentual de reserva legal dos biomas brasileiros. A CNA menciona que novas legislações devem evitar o que ocorreu com a Lei da Mata Atlântica, que restringiu o uso dos recursos naturais nesse bioma. Na mesma proposta, a CNA apresenta a seguinte ideia antiambiental para uma futura legislação: “Isso implica a completa rejeição à proposta de desmatamento zero, desmatamento líquido zero e moratória de qualquer cadeia produtiva estabelecida” (CNA, 2018, p. 121).

É perceptível que uma legislação que não promova a eliminação do desmatamento nos biomas estabeleça normas antiambientais, além de preconizar o fim das moratórias a cadeias produtivas, como a moratória da soja. A proposta da CNA revela-se ainda mais antiambiental do que as políticas do governo Bolsonaro. Durante a Cúpula do Clima em 2021, Bolsonaro afirmou que o Brasil teria a meta de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, buscando o desmatamento zero, além de reduzir as emissões de carbono em 43% (FERRARI, 2021). No entanto, a ideia antiambiental da CNA está em desacordo com essas metas e converge com os altos índices de desmatamento que ocorreram durante o governo Bolsonaro. Neste sentido, a proposta da CNA se alinha com essas práticas, mas com ressalvas.

Outras duas propostas no Eixo Ambiental da CNA apresentam ideias antiambientais de forma explícita. A primeira refere-se à implementação do novo Código Florestal (Lei 12.651/12) e à revisão da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A proposta para o SNUC sugere a regularização das propriedades rurais dentro das Unidades de Conservação. Em relação ao novo Código Florestal, a CNA pede mudanças nas Cotas de Reservas Ambientais. De acordo com especialistas, a implementação desse modelo do novo Código Florestal recompensa a redução da proteção ambiental, afetando áreas naturais que poderiam garantir a sustentabilidade da agricultura a longo prazo (SANTOS, 2018). Nesse sentido, a ideia de flexibilizar as Cotas de Reservas Ambientais a partir do Novo Código Florestal reflete uma proposta antiambiental da CNA.

Outra ideia antiambiental contida no documento refere-se a um argumento comum do agronegócio, segundo o qual a legislação ambiental criou insegurança jurídica para os produtores rurais, especificamente em relação à legislação do SNUC. A regularização de propriedades rurais dentro de unidades de conservação pode aumentar os impactos

socioambientais negativos nessas áreas, como o desmatamento, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade. Atualmente, a regularização fundiária em unidades de conservação envolve a desapropriação de imóveis rurais particulares, a indenização de posses e a obtenção de licença pelo órgão responsável pela área (ECO, 2015). No documento “O Futuro é Agro” da CNA (2018), é solicitada uma revisão na própria legislação que estabelece o SNUC, refletindo ideias antiambientais. Essa proposta converge com as ações e propostas do governo Bolsonaro.

Em 2019, o então ministro do MMA, Ricardo Salles, afirmou que iria rever todas as unidades de conservação do país e alterar a legislação do SNUC. Salles manifestou a intenção de recategorizar e extinguir determinadas unidades (BRAGANÇA, 2019). Aragão (2022) e Guetta, Oviedo e Bensusan (2022) destacam como a gestão bolsonarista enfraqueceu as unidades de conservação e contribuiu para o aumento dos crimes ambientais nessas áreas. Entre os fatores mencionados estão a baixa fiscalização e o esvaziamento das políticas ambientais, além de medidas que facilitaram a entrada de atividades de alto impacto, como infraestrutura, mineração, energia e agropecuária nas unidades de conservação. A gestão também promoveu cortes orçamentários no MMA, IBAMA e ICMBio, com reduções superiores a 30% nos respectivos orçamentos.

Os últimos autores citados também realçam a omissão e o estímulo a práticas ilegais dentro das Unidades de Conservação promovidas pela gestão bolsonarista. Como resultado da institucionalização dessas ideias antiambientais, houve um aumento significativo no registro ilegal de propriedades nas unidades, um crescimento de 130% no desmatamento em comparação com anos anteriores ao governo Bolsonaro, além do aumento das queimadas, da grilagem de terras e um crescimento de 44,2% no garimpo ilegal (ARAGÃO, 2022; GUETTA; OVIEDO; BENSUSAN, 2022). Portanto, a proposta da CNA (2018) de revisar a legislação do SNUC reflete uma ideia antiambiental, sendo necessário fortalecer o SNUC como medida para combater crimes ambientais nas Unidades de Conservação.

Dentre outras ideias referentes ao meio ambiente contidas no documento da CNA (2018), constam as seguintes propostas: definir a PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), implementar políticas de incentivo à reserva de água e à eficiência da irrigação, estabelecer responsabilidades para as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), combater a desertificação por meio de políticas de desenvolvimento regionais e incentivar e fortalecer o Plano ABC de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com uma economia de baixa emissão de carbono. Duas dessas propostas são consideradas positivas para o meio ambiente: o incentivo às políticas de eficiência no uso da água e o combate à desertificação. A primeira

estabelece que "deve ser buscada a otimização do seu uso, evitando desperdícios, assim como a sua poluição" (CNA, 2018, p. 117). No mesmo tópico, o grupo de interesse propõe orientações para o uso adequado do solo, com o objetivo de reduzir a emissão dos gases de efeito estufa provenientes das atividades agropecuárias e melhorar a disponibilidade hídrica. A ideia da CNA (2018) para o combate à desertificação também demonstra uma preocupação ambiental e climática, pois o grupo cita que isso é consequência do uso inadequado dos recursos naturais.

A proposta da CNA (2018) para a efetividade do PSA sugere ressarcir aqueles que promovem ações direcionadas à conservação ambiental. O grupo recomendou que o PSA fosse incorporado como um instrumento da política ambiental, destacando a necessidade de um arcabouço legal que contemple metodologias e critérios para o PSA, além de recursos para o fundo provedor dos pagamentos e incentivos às atividades de conservação. Durante o governo Bolsonaro, foi sancionada a Lei 14.119/21, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais. No entanto, foram vetadas a criação de um colegiado para definir a aplicação dos recursos e a criação de um cadastro nacional sobre pagamentos (SIQUEIRA, 2021). De acordo com Prizibiszki (2021), os vetos do ex-presidente obstruem mecanismos de transparência e de incentivos fiscais do PSA. Além disso, a lei foi questionada por grupos ambientalistas por considerar projetos de PSA em áreas de proteção permanente e de reserva legal, beneficiando os proprietários por cumprirem algo que a legislação já estabelece.

A aprovação da lei no Congresso contou com acordos entre grupos do agronegócio e movimentos ambientalistas, principalmente em relação ao controle e fiscalização de recursos públicos. A aprovação do PSA pelo governo Bolsonaro foi convergente com a ideia da CNA (2018), embora não represente necessariamente uma ideia antiambiental, considerando os objetivos de conservação dos recursos naturais. No entanto, outras ações relacionadas ao PSA foram criticadas durante o governo Bolsonaro, como a criação dos programas Floresta+ e Programa Nacional de PSA. Esses programas foram revogados durante o governo Lula 3, pois incluíam unidades de conservação e terras indígenas, o que gerou preocupações sobre a privatização dessas áreas e o estímulo às invasões (WALENDORFF, 2024).

Outra preocupação ambiental e climática da CNA (2018) refere-se à sustentabilidade das cadeias agropecuárias. No documento, isso está contido na proposta de fortalecimento do Plano ABC (agropecuária de baixo carbono), visando a adaptação dos sistemas produtivos para favorecer a redução das emissões de gases de efeito estufa. A ideia do grupo é que o governo fomente a política de baixo carbono em todos os sistemas produtivos, com objetivos de: ganhos de produtividade, melhorias de manejo, adaptação dos sistemas produtivos e redução das

emissões de gases de efeito estufa (CNA, 2018). O Plano ABC é um programa existente desde 2010 no Ministério da Agricultura; no entanto, houve falta de investimentos para seu avanço. A gestão bolsonarista elaborou o Plano ABC+ com o objetivo de reduzir a emissão de 1,1 bilhão de toneladas de CO₂ até 2030.

A aposta do governo em reduzir as emissões de CO₂ por meio de mudanças na agropecuária converge com as ideias da CNA (2018), não sendo uma ideia antiambiental, dado os objetivos do programa. Entretanto, o governo direcionou recursos limitados ao programa, utilizando apenas 2% do Plano Safra 2021/2022 para o ABC+ (SALATI, 2021). Em um encontro com representantes da indústria brasileira, a então ministra do MAPA, Tereza Cristina, ressaltou que a agropecuária brasileira promoveria a conservação ambiental, conforme refletido em uma nota divulgada pelo MAPA sobre as medidas de sustentabilidade adotadas pelo agronegócio por meio do Plano ABC+ (CARRANÇA, 2021). Contudo, a estratégia adotada pelo governo não produziu os efeitos desejados, evidenciado pelo aumento dos índices de emissões de gases de efeito estufa durante o governo Bolsonaro, além de problemas ambientais relacionados, como o desmatamento e as queimadas.

A outra ideia da CNA (2018) relacionada ao meio ambiente e clima refere-se à definição das NDCs para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Embora o documento mencione uma responsabilidade do governo, não especifica qual seria essa responsabilidade. O governo Bolsonaro foi acusado de realizar uma chamada “pedalada climática” em relação às NDCs brasileiras, ao utilizar metas baseadas em medidas de intensidade de carbono em vez de números absolutos. Isso fez com que as metas do governo retornassem aos níveis apresentados pelo país em 2015, sem aumentar a ambição de redução das emissões de gases de efeito estufa. O Acordo de Paris determina que cada país revise suas metas com regularidade, visando melhorias na ambição (TEIXEIRA JR., 2021). Dada a falta de detalhes sobre os critérios de responsabilidade mencionados pela CNA (2018), não é possível avaliar se a ideia converge com a pedalada climática instaurada pelo governo Bolsonaro.

No Eixo sobre ‘Defensivos Agrícolas’ (agrotóxicos), a CNA (2018) elaborou as seguintes ideias: validar novas fórmulas de insumos para a agropecuária (fertilizantes e defensivos), informatizar e tornar mais transparente o registro de defensivos e definir legalmente as prioridades de registro para o manejo de pragas. O documento menciona que “gargalos regulatórios dificultam a aprovação de novas tecnologias e favorecem o crescimento do mercado de produtos ilegais” (CNA, 2018, p. 98). Além disso, o grupo de interesse criticou o sistema regulatório de agrotóxicos no Brasil, especialmente as rígidas avaliações da Anvisa,

do Ibama e do MAPA. Nesse sentido, a ideia da CNA (2018, p. 98) está vinculada à flexibilização do registro de agrotóxicos: “A desburocratização dos processos reduziria o tempo de registro sem perder o rigor na análise”.

Ao mencionar a desburocratização, a CNA converge com as ideias antiambientais ressaltadas por Bolsonaro durante sua campanha e gestão presidencial, principalmente no que diz respeito à desburocratização do registro de agrotóxicos, dado o aumento significativo no número de registros nos últimos anos. Assim como a APROSOJA e a FPA/IPA, a CNA atuou politicamente pela aprovação da Lei 6299/2002, conhecida pelos ambientalistas como PL do Veneno. Com base no mesmo argumento apresentado na sua proposta aos presidentiáveis, a CNA afirmou que a ideia do PL era a de “modificação é diminuir a burocracia e reduzir o tempo de registro de defensivos agrícolas no Brasil” (CUNHA, 2022, p. 1). Durante a discussão do PL, grupos do agronegócio defenderam a substituição do termo "agrotóxicos" por "defensivos agrícolas", alegando que o primeiro gerava uma imagem negativa para o setor. Dessa forma, assim como outros grupos de interesse mencionados nesta seção, a CNA alinhou suas ideias antiambientais sobre os agrotóxicos com as propostas do governo Bolsonaro, evidenciando outro aspecto do alinhamento do agronegócio com ideias antiambientais.

Outra ideia que demonstra um alinhamento histórico entre grupos de interesses do agronegócio está associada às questões fundiárias, principalmente à defesa da propriedade privada, dos grandes latifúndios e aos ataques aos movimentos sociais do campo, como o MST. Conforme demonstrado por Bruno (2017), grupos patronais do agronegócio lideraram ataques violentos contra movimentos de luta pela reforma agrária, como as atividades da UDR nas décadas de 1980 e 1990. O documento “O Futuro é Agro”, emitido pela CNA (2018), reflete essas ideias do agronegócio em relação às questões fundiárias, um fator que também impulsiona ideias antiambientais e conflitos agrários. Nas propostas da CNA (2018), são estabelecidas medidas como: coibir invasões de propriedades privadas através da Lei Agrária, aprimorar os instrumentos de prevenção de conflitos e criar um marco regulatório para reintegrações de posse. A CNA (2018) afirma que a ideia é aumentar a punição dos responsáveis por invasão de terras e melhorar a reintegração e manutenção da posse. Essa ideia converge com as propostas e ações da gestão bolsonarista, alinhando-se com as ideias da CNA.

Levantamento realizado pela CNA em 2023 constatou que durante o governo Bolsonaro ocorreram apenas 62 invasões de territórios em quatro anos, um feito comemorado pela gestão bolsonarista (NOIA, 2023). Em contrapartida, dados da CPT destacam que o governo Bolsonaro concentrou 60% das invasões de territórios na última queda, principalmente em

terras indígenas e quilombolas, registrando 411 invasões de terras indígenas durante o mandato de Bolsonaro. Segundo a CPT, os principais responsáveis pelas invasões em 2022 foram: "fazendeiros (23%), empresários (13%) e grileiros (11%), além do próprio governo federal, cuja responsabilidade nos conflitos saltou de 10% para 16% em 2022" (PAJOLLA, 2023, p.1). A metodologia da CPT difere da CNA, ao não considerar as ocupações de terras que não cumprem a função social. Nesse sentido, os dados da CNA e da CPT apresentam distinções significativas, especialmente em relação às invasões de territórios indígenas.

No documento que reúne as ideias da CNA (2018), há um eixo direcionado para a demarcação de terras indígenas. O grupo defende que o governo considere a demarcação e a ampliação de terras indígenas somente conforme o estabelecido anteriormente pelo STF no precedente do julgamento referente ao caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, ou seja, o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas. A CNA (2018), em sua ideia anti-indígena, também sugere que o governo deve vedar a ampliação de terras indígenas já demarcadas e que todos os entes federativos envolvidos sejam considerados em casos de demarcação, não apenas o governo federal. Outra proposta da CNA (2018) é que outros órgãos sejam responsáveis pela demarcação de terras, além da FUNAI, devido aos seus procedimentos considerados arbitrários pela organização. No documento é ressaltado enquanto ideia:

Reestruturar a Funai, alterando suas competências e criando órgãos colegiados, com a participação de outros entes públicos na deliberação sobre a realização de estudos e a demarcação de terras indígenas, com assessoramento por equipes técnicas multidisciplinares e isentas de ideologia (CNA, 2018, p. 40).

Essas ideias anti-indígenas convergem com as propostas e ações institucionais do governo Bolsonaro, que adotou a política de não demarcar nenhuma terra indígena. Além disso, o governo utilizou normas para enfraquecer e reestruturar a FUNAI, paralisando o avanço das demarcações de terras, e defendeu de forma intransigente a aprovação do Marco Temporal. A acusação de ações ideológicas por parte de órgãos ambientais e indígenas foi recorrente durante o governo Bolsonaro, alinhando-se assim com a ideia propagada pela CNA (2018).

Outro ponto ressaltado pela CNA (2018) quanto à questão indígena foi o pedido para inserir os povos indígenas na produção e comercialização de produtos agrícolas em terras indígenas. Tal ideia anti-indígena converge com o conteúdo programático da campanha de Bolsonaro (TSE, 2022), além de seus recorrentes discursos colonialistas, afirmando uma suposta pretensão dos povos indígenas na produção agrícola: "O índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade" (PUTTI, 2020, p.2). Essa ideia anti-indígena, convergente com a CNA

(2018), não se manifestou apenas nos discursos do ex-presidente, mas também foi incentivada através da Funai e do apoio do governo à expansão da produção agrícola em terras indígenas, como doações de tratores em Mato Grosso e apoio ao projeto 'Agro Xavante', uma parceria entre os Xavante de Sangradouro, a FUNAI e o governo do Mato Grosso. Segundo investigação de Peres, Hermanson e Merlino (2022), o projeto, que contou com a ajuda da FUNAI, possui ilegalidades e irregularidades constitucionais. Como discutido nesta tese, a promoção de ideias anti-indígenas e antiambientais está inteiramente associada.

Os ataques aos povos indígenas através das ideias da CNA (2018) também se estendem aos direitos dos povos quilombolas. No documento do grupo de interesse, constam as seguintes propostas: adequar normas à titulação de terras de remanescentes quilombolas de acordo com a Constituição Federal, evitar fraudes na titulação de terras e garantir a defesa do contraditório aos proprietários rurais na titulação de terras quilombolas. Durante as campanhas presidenciais de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022, foram notadas diversas ofensas aos povos quilombolas, inclusive de caráter racista. No documento de campanha partidária de 2022, o governo Bolsonaro sugere a ideia de “propiciar a todos, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, a LIBERDADE de uso responsável dos recursos naturais” (TSE, 2022, p.10), denotando uma característica das ideias de uso de territórios tradicionais para a agropecuária, uma ideia comum do agronegócio.

Em 2022, o governo Bolsonaro revogou uma licitação do INCRA destinada a contratar empresas para identificar e delimitar territórios remanescentes de quilombolas (MARQUES, 2022). Além disso, cortes governamentais reduziram os recursos para o reconhecimento desses territórios, e o governo transferiu o INCRA da Casa Civil para o MAPA. A gestão do INCRA foi ocupada por um ex-superintendente geral da CNA (LOBATO, 2022). As ideias contidas no documento da CNA (2018) convergem com as ações institucionais e os discursos de Jair Bolsonaro. Os ataques aos direitos dos povos tradicionais são históricos no agronegócio brasileiro (BRUNO, 2017), sendo recorrentes as manifestações contrárias a grupos quilombolas e a defesa de propriedades para a produção agrícola, como visto no documento da CNA (2018). O uso dessas ideias pelo governo Bolsonaro colaborou com a aproximação entre o setor do agronegócio e a retórica bolsonarista, fortalecendo o alinhamento entre eles.

No Eixo Infraestrutura e Logística, o documento "O futuro é Agro 2018-2030" direciona ideias para atender aos interesses do agronegócio e melhorar o escoamento de sua produção. Entre as propostas apresentadas aos presidentiáveis, estão: diretrizes para estruturas de armazenagem e práticas sustentáveis de produção, melhorias no escoamento da produção,

expansão das redes ferroviárias e gestão das hidrovias. No conteúdo da campanha presidencial de Bolsonaro de 2018, o tema da logística de transporte e armazenamento também aparece, com propostas para melhorar a logística de transporte e armazenamento para a agricultura. Outra ideia destacada é a de "Desburocratizar, simplificar, privatizar" ferrovias, rodovias e portos (TSE, 2018). Na campanha de 2022, o tema aparece recorrentemente, com ênfase na ampliação das obras de infraestrutura para melhorar o escoamento da produção agrícola e na integração de "portos, aeroportos, estradas rodoviárias vicinais, ferrovias e hidrovias" (TSE, 2022, p.35). Além dessas ideias, o documento sugere a ampliação e melhoria da navegação de cabotagem e hidroviária, visando a expansão da logística nacional de produtos e mercadorias por meio de ferrovias e hidrovias.

A proposta de privatização da infraestrutura também aparece na campanha bolsonarista de 2022, sob o lema "Fortalecer o Processo de Desestatização e Concessões da Infraestrutura Nacional" (TSE, 2022). Neste sentido, as ideias contidas no documento da CNA (2018) convergem com as ideias do governo Bolsonaro durante as campanhas de 2018 e 2022. De acordo com Chiavari et al. (2022), os investimentos em infraestrutura na Amazônia enfrentam desafios significativos na contenção de impactos ambientais, com grandes projetos historicamente associados a vetores de desmatamento na região. Tais projetos, em grande parte, visam atender aos interesses de escoamento de mercadorias para exportação, contribuindo para danos ambientais devido a fragilidades no processo decisório e à baixa qualidade das análises de impactos socioambientais.

As ideias propagadas pela CNA (2018) em relação à infraestrutura também apontam um conjunto de obras prioritárias para o setor agropecuário, entre elas, algumas criticadas por grupos ambientalistas, como a expansão do projeto da Ferrogrão, uma estrada de ferro planejada para ser implementada entre Sinop (MT) e Miritituba (PA). Segundo Pereira (2024), a obra está relacionada ao aumento de crimes ambientais após o início do planejamento de sua implementação, além de ser questionada por povos indígenas que terão seus territórios impactados pela ferrovia. Nesse sentido, o fortalecimento e a expansão de infraestrutura para o agronegócio, defendidos nas ideias da CNA (2018) e pela gestão bolsonarista, se associam a vulnerabilidades socioambientais e ao enfraquecimento dos direitos dos povos indígenas.

No Eixo de Créditos ao Agronegócio, a CNA (2018) estabelece ideias relativas ao fortalecimento e estímulo da produção agropecuária por meio de créditos e investimentos governamentais. Entre as propostas da CNA (2018), destacam-se: diretrizes para o PSR, evitar contingenciamentos no orçamento do MAPA, melhorar a operacionalização do Proagro,

regulamentar a Lei Complementar 137/2010, ampliar as fontes de financiamento à agropecuária com recursos internos e externos, além de reduzir os programas de crédito rural para diminuir conflitos de suas finalidades, visando o fortalecimento da política agrícola brasileira. A CNA (2018) criticou a redução da previsão orçamentária para o setor, incluindo o PSR, que é um importante programa de subsídio para a produção agrícola do agronegócio. Durante o governo Bolsonaro, o orçamento disponibilizado ao PSR ficou abaixo do previsto pela CNA (2018). Em uma nota de 2023, a CNA criticou o governo Lula 3 pela baixa alocação orçamentária ao PSR, especialmente considerando o crescente impacto das mudanças climáticas no Brasil (CNA, 2023). É relevante observar que, durante o governo Bolsonaro, apesar do orçamento para o PSR não ter alcançado a meta do MAPA e do agronegócio, as críticas da CNA (2023) à gestão bolsonarista nesse quesito foram minimizadas.

No ano de 2021, o orçamento destinado ao PSR foi reduzido para R\$ 930,6 milhões, abaixo dos R\$ 1 bilhão prometidos pelo Plano Safra 2021/2022. Em 2019, a ex-ministra do MAPA, Tereza Cristina, anunciou que o orçamento do PSR deveria ser fortalecido (FENACOR, 2019). Durante uma live promovida pela CNA em 2020, Tereza Cristina afirmou que o objetivo do governo era alcançar R\$ 2,5 bilhões para o PSR até o fim do governo Bolsonaro. No entanto, em 2020, o valor destinado ao PSR ficou R\$ 200 milhões abaixo do esperado (CNA, 2020). Esse fator se repetiu no último ano da gestão bolsonarista, quando o programa encerrou o ano com R\$ 1,2 bilhão, montante inferior à meta do MAPA (WALENDORFF, 2022). Assim, a ideia da CNA (2018) divergiu do que foi efetivamente executado pelo governo Bolsonaro durante seu mandato, embora houvesse um alinhamento entre a proposta do grupo de interesse e a ex-ministra Tereza Cristina.

A ideia da CNA (2018) de ampliar as fontes de financiamento à agropecuária, incluindo recursos externos estrangeiros, converge com as propostas e ações institucionais do governo Bolsonaro. No documento de campanha de 2022, o programa de Bolsonaro destaca o aumento no fomento de crédito à produção agrícola e suas tecnologias, ideia que foi implementada durante seu mandato. Em 2021, o ex-presidente sancionou uma lei destinando R\$ 3 bilhões a produtores rurais, abrindo um crédito suplementar aos seus ministérios, especialmente ao MAPA, gerando ações de fomento para os produtores rurais (PEDUZZI, 2021). Durante o governo bolsonarista, houve um aumento significativo na disponibilização de recursos para o Plano Safra, com R\$ 225,59 bilhões no Plano de 2019/2020 e R\$ 222,74 bilhões destinados ao crédito rural, conforme solicitado pela CNA (2018).

Durante o lançamento do Plano Safra 2021/2022, Bolsonaro mencionou o investimento do ditador militar brasileiro Ernesto Geisel como um marco importante na agropecuária, anunciando R\$ 251,2 bilhões. No Plano Safra de 2022/2023, foram disponibilizados R\$ 340,8 bilhões para a produção agropecuária, um aumento de 36% em relação ao ano anterior (VILELA, 2022). Essas ações estão em linha com a proposta da CNA (2018), que pedia um aumento no orçamento e no apoio de crédito à produção do agronegócio. Porém, o aumento orçamentário do Plano Safra não foi uma característica exclusiva do governo Bolsonaro. Durante o governo Lula 3, foi lançado o Plano Safra 2023/2024 com um aporte de R\$ 364,22 bilhões, 27% a mais do que o último plano elaborado durante o governo Bolsonaro. Portanto, embora a ideia da CNA (2018) tenha sido promovida durante o governo Bolsonaro, o alto investimento no agronegócio tem sido uma constante nas últimas décadas, independentemente da gestão governamental.

No Eixo da CNA (2018) relativo às ideias para a política externa, duas se destacaram durante o mandato bolsonarista. A primeira diz respeito à eliminação dos entraves burocráticos e à facilitação do comércio entre Brasil e China. Contudo, após assumir o mandato, Bolsonaro, seus filhos e a alta cúpula do governo, incluindo o ex-ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, proferiram ataques à China, que é a principal aliada comercial do agronegócio brasileiro. O ex-ministro chegou a sugerir a necessidade de um eixo cristão entre Brasil, EUA e Rússia contra a China, e afirmou que a venda de minério e soja aos chineses não significava a venda da alma brasileira. Ainda em campanha eleitoral em 2018, Bolsonaro afirmou que a China não estava apenas comprando produtos do Brasil, mas o país em si (BARROCAL, 2019).

Durante a pandemia da Covid-19, Bolsonaro alegou que a doença fazia parte de uma guerra biológica propagada pela China. Outro ponto controverso foi a acusação de seu filho Eduardo Bolsonaro de que a China estava realizando espionagem no Brasil. Após receber críticas de setores do agronegócio por sua postura em relação à China, Bolsonaro tentou moderar seu discurso. Em entrevista ao Canal Rural (2021), ele declarou que a China não fazia favores ao Brasil e ressaltou que não abriria mão da soberania nacional, mesmo sendo um grande aliado do agronegócio.

Os recorrentes ataques do governo Bolsonaro vão na contramão da ideia da CNA (2018), que pedia maior proximidade com o mercado chinês. Assim, há uma divergência entre o pedido do grupo de interesse e a postura do governo bolsonarista. A postura controversa de Bolsonaro em relação à China não agradou ao agronegócio brasileiro. Em 2020, a FPA emitiu uma nota ressaltando a importância da parceria com a China: “A Frente Parlamentar da Agropecuária

deseja manter no mais alto nível as relações bilaterais entre Brasil e China, lembrando que declarações isoladas não representam o sentimento da nação ou de qualquer setor” (AGÊNCIA FPA, 2020, p.1).

As críticas do governo Bolsonaro à China, principalmente no contexto da pandemia de Covid-19, levaram a um alerta entre os grupos de interesse do agronegócio em relação ao apoio direto ao mandato bolsonarista. Em coletiva de imprensa da CNA em 2021, o então presidente João Martins afirmou que o apoio ao governo Bolsonaro foi uma “questão de momento”, resultante de algumas manifestações, e que a CNA seria 'apolítica' (STRICKLAND, 2021). No entanto, as ações políticas da CNA, especialmente o apoio declarado à reeleição de Bolsonaro ainda em pré-campanha eleitoral, demonstram que a CNA manteve uma proximidade institucional com a gestão bolsonarista, assim como outros grupos do agronegócio, como a APROSOJA e a FPA/IPA.

No documento da CNA (2018), é indicado que a política externa deve promover um alinhamento entre os ministérios governamentais para melhorar a estratégia do agronegócio no exterior. O agronegócio brasileiro é frequentemente criticado por países estrangeiros, especialmente na Europa, como a França, devido aos impactos ambientais associados, como o desmatamento e as queimadas. Em 2020, oito países europeus assinaram uma carta direcionada ao ex-vice-presidente Hamilton Mourão, afirmando que o desmatamento no Brasil criava empecilhos para a compra de produtos brasileiros, especialmente os agrícolas. A carta indicava que esses países se comprometeriam a eliminar a compra de produtos agrícolas provenientes do desmatamento das cadeias produtivas do agronegócio. Em resposta, Mourão afirmou que o Brasil seria uma potência agroambiental e que o agronegócio seguia a legislação ambiental brasileira, uma das mais rigorosas do mundo (GOMES, 2020). Na Assembleia Geral da ONU em 2021 e 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro discursou em defesa do agronegócio perante as críticas de países estrangeiros, afirmando que o agronegócio brasileiro seria sustentável e que alimentaria o mundo com baixa emissão de carbono, além de reiterar o argumento de Mourão sobre a legislação ambiental brasileira ser a mais rigorosa do planeta (FREITAS, 2021; PRAZERES, 2022).

O governo bolsonarista produziu uma série de vídeos com o objetivo de melhorar a imagem do agronegócio no exterior e defender sua administração perante a agenda ambiental, especialmente após as duras críticas relacionadas aos altos índices de desmatamento e queimadas no Brasil. Nos vídeos, é relatado que a produção agropecuária brasileira é “realizada em harmonia com as florestas, áreas de preservação e importantes biomas, como a Amazônia”

(CARNEIRO, 2020, p.1). Em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou que o agronegócio brasileiro seria alvo de uma campanha internacional para diminuir a competitividade dos produtos brasileiros (OLIVEIRA, 2019). Similarmente, o ex-ministro do MMA, Ricardo Salles, declarou em entrevista que o mercado internacional critica o agronegócio brasileiro por interesses comerciais (SCARAMUZZO, 2020). Essa ideia também foi propagada pela ex-ministra do MAPA, Tereza Cristina, que criticou a União Europeia por impedir a expansão do agronegócio brasileiro devido a interesses comerciais e afirmou que o agronegócio brasileiro seria sustentável e a “maior potência agroambiental do mundo” (DW, 2020).

Neste sentido, a ideia da CNA (2018) de melhorar a imagem do agronegócio no exterior foi convergente com as ações institucionais da gestão bolsonarista, demonstrando um alinhamento entre o ex-presidente e todos os seus ministérios. É pertinente considerar que a preocupação do agronegócio com sua imagem no exterior atende a interesses comerciais, não necessariamente a uma melhoria nas suas características antiambientais, frequentemente associadas ao aumento do desmatamento no Brasil. Empresários e lideranças do agronegócio brasileiro, como Blairo Maggi e o então presidente da ABAG, Marcelo Brito, chegaram a criticar o governo Bolsonaro, expressando preocupação de que a retórica antiambiental de Bolsonaro pudesse prejudicar as exportações do setor (ANDRETTA, 2019). Entretanto, a postura da gestão Bolsonaro procurou uma alternativa a isso, defendendo o agronegócio e acusando países estrangeiros de criticarem a crise ambiental brasileira por motivos financeiros. Assim, manteve suas ideias antiambientais e adotou uma postura de proteção do agronegócio. Embora setores do agronegócio, como a ABAG, tenham demonstrado preocupação com as ideias antiambientais propagadas por Bolsonaro, a defesa intransigente de Bolsonaro pelo agronegócio aproximou-o de seus aliados mais radicais, como a APROSOJA.

Nota-se que as ideias antiambientais defendidas pela CNA (2018) encontraram consonância com as ideias e atos institucionais do mandato do ex-presidente, especialmente nas questões ambientais, indígenas, fundiárias e nos interesses diretos do agronegócio, como na flexibilização dos agrotóxicos. Embora a CNA (2018) tenha apresentado tais ideias de forma mais moderada em comparação com outros grupos de interesse mencionados, sua convergência e articulação com o governo Bolsonaro foram explícitas. A CNA realizou críticas pontuais em determinadas conjunturas, especificamente em relação à atuação do governo durante a pandemia e ao mercado chinês.

Este apoio foi demonstrado nitidamente durante a convenção "Encontro do Agro", promovido pela CNA em 2022, com o objetivo de entregar um documento com ideias e propostas aos presidentiáveis. O evento marcou o apoio da CNA à reeleição de Bolsonaro, que foi aclamado em seu discurso durante o encontro. Como relatado nesta seção, o evento se assemelhou a um comício eleitoral em prol de Jair Bolsonaro. O documento da CNA foi intitulado "O que Esperamos dos Próximos Governantes", e tinha como objetivo "documentar as ideias e os interesses da agricultura e da pecuária do Brasil" (CNA, 2022, p.7). Embora o documento seja descrito como novos direcionamentos reunindo interesses do agronegócio, as propostas contidas são semelhantes às do documento "O Futuro é Agro (2018 – 2030)" (CNA, 2018). Para Pereira (2023), as ideias e argumentos de ambos os documentos apresentam elementos constantes, principalmente nas questões ambientais, indígenas e fundiárias.

É perceptível que o grupo de interesse opere com a lógica de concertação política do agronegócio, como exemplificado por Pompeia (2023b), que analisa a estratégia de grupos do agronegócio. Ademais, Pereira afirma (2023, p.61): "o documento deixa claro que, dentro da articulação política feita pela entidade, há um elemento constante: a repetição e reafirmação dos mesmos discursos, ano após ano". A autora sublinha que tal estratégia visa solidificar, dar credibilidade e legitimidade às ideias do agronegócio. Segundo Pompeia (2023b), o agronegócio procura atuar por 'agroestratégias', um conjunto de práticas e discursos unificados visando o seu sucesso político e econômico. Essas ideias e estratégias foram utilizadas nos documentos produzidos pela CNA (2018, 2022). Dessa forma, a análise de conteúdo desta tese das ideias antiambientais emitidas pela CNA concentrou-se principalmente no documento de 2018, devido à repetição de seus argumentos e ideias no documento de 2022, que visam o sucesso político e econômico das cadeias produtivas do agronegócio.

Embora a CNA (2018, 2022) mencione uma preocupação com o meio ambiente e a intenção de desenvolver o agronegócio de forma sustentável, a defesa de ideias antiambientais tem sido recorrente pelo grupo de interesse, tanto em seus documentos quanto em sua atuação pública. Em 2022, a CNA assinou um manifesto pedindo a aprovação de um projeto de lei que flexibilizava a entrada de agrotóxicos no Brasil, em conjunto com outros grupos do agronegócio. Em 2024, a CNA foi ao STF defender a constitucionalidade do projeto de lei que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. No ano de 2019, o grupo também se dirigiu ao STF para apoiar a ação do governo Bolsonaro que transferia a competência de demarcação de terras indígenas para o MAPA. Outras ações antiambientais da CNA incluíram a defesa, em audiências na Câmara dos Deputados em 2016 e 2019, da revisão

das normas de licenciamento ambiental. Além disso, a CNA tem alinhamento com o agronegócio brasileiro na defesa contra ocupações de terras por movimentos sociais do campo, tendo lançado em 2024 um aplicativo para combater o que considera como invasões de propriedades rurais (CNA, 2024; MONDONI, 2016).

A convergência da CNA com o bolsonarismo também se manifestou em diversas notas de apoio, incluindo a defesa de seus ministros. Após a nomeação de Tereza Cristina para o MAPA, a CNA emitiu uma nota parabenizando a indicação e se comprometendo a colaborar com a agenda do governo desenvolvida através do MAPA. A influência das ideias da CNA foi evidente na estrutura do governo, como demonstrado anteriormente. Após a declaração do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de que o governo deveria aproveitar o momento da pandemia da Covid-19 para avançar no desmonte da regulamentação ambiental, grupos de interesse e empresários do agronegócio, incluindo a CNA, publicaram uma nota de apoio ao governo Bolsonaro.

A nota de apoio assinada pela CNA, APROSOJA e IPA em defesa de Ricardo Salles e do governo bolsonarista afirmava que o agronegócio mantinha seu compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade, condenando aqueles que cometem ilícitos ambientais. No entanto, a nota contava com uma contradição, ao declarar que “condenamos a agenda burocrática que utiliza a bandeira ambiental como instrumento para o travamento ideológico e irrazoável de atividades econômicas” (SAID, 2020, p.1). No final, a nota destacava que as ações do MMA sob o governo Bolsonaro contavam com o total apoio dos signatários. Assim, as ideias antiambientais dos grupos de interesse analisados também convergiram com as ações institucionais do mandato bolsonarista.

O alinhamento da alta cúpula da CNA com o bolsonarismo se manteve mesmo após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022. No ano de 2024, o presidente da CNA, João Martins, fez diversas críticas ao governo Lula 3 e chegou a se recusar a manter uma conversa com o presidente Lula. Em um encontro organizado pela FPA/IPA, Martins afirmou que “chegou a hora de nós darmos um basta nesse governo” (NOGUEIRA, 2024, p.1). Dessa forma, a proximidade das elites do agronegócio com o bolsonarismo também se reflete no antipetismo, uma ideia comum entre os seguidores de Bolsonaro.

7.4 ABAG

Diferentemente da APROSOJA, CNA, FPA/IPA, a ABAG não disponibilizou durante as disputas presidenciais de 2018 e 2022 documentos contendo suas ideias e propostas diretas aos presidentiáveis. Além disso, a ABAG não demonstrou um alinhamento político direto com Bolsonaro ou qualquer outro candidato na disputa presidencial. Nas eleições presidenciais de 2022, o ex-presidente da ABAG, Marcello Brito, assinou um documento apoiando a candidatura de Simone Tebet (MDB), sem se alinhar nem a Bolsonaro nem ao vencedor das eleições, Lula (POMPEIA, 2024a).

A partir das referências bibliográficas e dos posicionamentos críticos da ABAG durante a gestão bolsonarista, é possível avaliar algumas de suas ideias, especialmente aquelas relacionadas a questões socioambientais e climáticas e à postura da ABAG em relação ao governo de Jair Bolsonaro. Conforme demonstrado por Pompeia (2021; 2023a; 2023b; 2024a, 2024b) e Bassi (2022), a ABAG tem um histórico de operacionalização de ideias ambientais e antiambientais. Entre 2019 e 2021, a ABAG desempenhou um papel de liderança em um fórum com representantes do agronegócio e grupos ambientalistas na defesa de ideias ambientais voltadas para o agronegócio, conhecido como Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão) (POMPEIA, 2023b). O último documento disponibilizado pela ABAG contendo propostas aos presidentiáveis foi o 'Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República', publicado em 2010 (ABAG, 2010).

De acordo com Pompeia (2023a), embora nos últimos anos a ABAG tenha se posicionado favoravelmente em relação à legislação ambiental brasileira e tenha assinado documentos em apoio ao combate ao desmatamento e aos ilícitos ambientais, o posicionamento de 2010 inclui ideias que podem ser vistas como antiambientais e anti-indígenas. Essas ideias são consistentes com posições comuns no agronegócio brasileiro, especialmente no que diz respeito ao combate a movimentos sociais do campo. Pompeia (2023a) observa que, embora a ABAG, em comparação com outros grupos do agronegócio, defenda a transição para uma agropecuária de baixa emissão de carbono, isso visa alinhar-se ao mercado global e à narrativa estratégica em prol do combate às mudanças climáticas, as posições da ABAG nem sempre estão em conformidade com essa abordagem. A partir de 2022, com a troca na diretoria da ABAG e a ascensão de Carlos Carvalho, houve uma aproximação com posturas mais conservadoras.

Bassi (2022) menciona que as ideias da ABAG se concentraram na defesa de uma transição sustentável para a agropecuária, no apoio ao combate ao desmatamento ilegal, no reforço da legislação ambiental, incluindo o Código Florestal, na oposição à grilagem de terras,

no mercado de carbono e na aplicação do Plano ABC+. É evidente que o grupo de interesse adota uma abordagem estratégica para agendas ambientais e climáticas, visando fortalecer a inserção do agronegócio brasileiro em mercados internacionais, especialmente no europeu.

No trabalho de Bassi (2022), é demonstrado que a ABAG adota um posicionamento ‘pragmático-reformista’ em relação às agendas do agronegócio, especialmente nas questões ambientais e indígenas. O autor observa que a ABAG tende a ser evasiva quanto ao marco temporal, não adotando um posicionamento claro sobre o tema. Além disso, a ABAG não costuma realizar pressões diretas sobre o Estado em relação aos direitos territoriais indígenas (POMPEIA, 2023a). Contudo, Pompeia (2023a) destaca que, em 2010, a ABAG manifestou-se contra os direitos territoriais indígenas e quilombolas, considerando tais territórios como ameaças à expansão da produção agrícola. Algumas das ideias da ABAG (2010) convergem com as de outros grupos de interesse do agronegócio, como a proposta de alterações no Código Florestal, que resultou na aprovação do Novo Código Florestal em 2012. Uma posição antiambiental da ABAG (2010) está relacionada ao enfraquecimento do licenciamento ambiental, argumentando que as regulamentações atuais geram insegurança jurídica para os produtores rurais.

Outra ideia antiambiental que demonstra convergência entre os grupos de interesse do agronegócio é a defesa dos agrotóxicos. A ABAG posicionou-se favoravelmente à flexibilização dos registros e usos de agrotóxicos no Brasil (POMPEIA, 2023a). Esse posicionamento parece contradizer a estratégia pragmática que a ABAG tem adotado, ao menos em seus documentos publicitários. Conforme Kieszkowski (2021), no Congresso Brasileiro do Agronegócio, o então presidente da ABAG, Marcelo Brito, afirmou que a defesa do meio ambiente e da Amazônia não seria apenas um ‘ativo ambiental’, mas também uma forma de acesso a mercados e acordos internacionais. Para Kieszkowski (2021), uma das principais estratégias da ABAG nas últimas décadas tem sido melhorar a imagem internacional do agronegócio brasileiro em relação ao meio ambiente. É importante considerar que a defesa de ideias ambientais pela ABAG tem como pressuposto a expansão e defesa dos negócios econômicos do agronegócio, não necessariamente a sustentabilidade ambiental.

Na perspectiva de Pompeia (2024a), a ABAG se posicionou contra o governo Bolsonaro principalmente devido às suas ações antiambientais, especialmente a inação no combate ao desmatamento na Amazônia. No entanto, apesar de ter se manifestado publicamente contra as práticas antiambientais do governo bolsonarista, a ABAG não se opôs de maneira mais assertiva por meio de medidas políticas concretas (POMPEIA, 2024a). O mesmo autor destaca que a

defesa de ideias ambientais levou ao enfraquecimento interno da ABAG em comparação ao fortalecimento de outros grupos de interesse do agronegócio que se alinharam ao bolsonarismo.

Mediante o governo Bolsonaro, a ABAG defendeu o combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e criticou a grilagem de terras públicas, além de apoiar incentivos estatais para uma economia de baixo carbono. Duas propostas da gestão bolsonarista, que divergem das ideias da ABAG, foram a fusão do MMA com o MAPA e o distanciamento do Brasil do Acordo de Paris. Essas medidas também foram rejeitadas por outros grupos de interesse do agronegócio, como Blairo Maggi, ex-ministro do MAPA e empresário da soja. No entanto, essas críticas não se basearam necessariamente em uma defesa ambiental, mas sim em uma estratégia para preservar a imagem do agronegócio brasileiro no cenário internacional (POMPEIA, 2023b).

Segundo Pompeia (2023b), diante do aumento do desmatamento na Amazônia em 2019 e das severas críticas de países estrangeiros às políticas ambientais brasileiras, a ABAG e a Coalizão lançaram o documento intitulado ‘Seja Legal com a Amazônia’, que continha propostas e ideias para combater o desmatamento. Outro documento produzido durante a gestão Bolsonaro, assinado pela ABAG e pela Coalizão, foi ‘Sugestões Práticas para a Diminuição do Desmatamento na Amazônia’. Essas propostas promovidas pela ABAG resultaram no rompimento da APROSOJA com a ABAG.

A APROSOJA (2020, p.1) anunciou seu desligamento com a justificativa de que “não mais eram convergentes com os interesses e objetivos da APROSOJA Brasil”. Representantes da APROSOJA acusaram a ABAG de prejudicar a imagem do agronegócio no exterior por motivos políticos. Em uma entrevista a um jornal ruralista, o então presidente da APROSOJA, Bartolomeu Braz, criticou a ABAG dizendo: “Eles usam o agro para se vender como bonitos para o exterior” (CANAL RURAL, 2020, p.1). Além dessa crítica, o líder da APROSOJA afirmou que a ABAG estava tentando prejudicar o governo Bolsonaro e difamar a imagem do agronegócio. Os documentos ‘Seja Legal com a Amazônia’ e as sugestões no combate ao desmatamento são analisados detalhadamente a seguir.

Quadro 11 – Ideias fundiárias e ambientais da ABAG na campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’.

Ideias	Conteúdo
	Seja Legal com a Amazônia
Fundiária	Apoiar a Força-Tarefa Amazônia.
	Criar uma força-tarefa do Poder Judiciário, apoiada pelo Executivo, Legislativo e Ministério Público, com o objetivo de promover a resolução de conflitos fundiários nas terras públicas
	Criar uma Força-Tarefa da Polícia Federal para combater o roubo de terras públicas
	Produção e disseminação de informações para a sociedade sobre o problema e as consequência do roubo de terras pública
	Articulação com o poder público para incentivar a adoção de medidas mais efetivas de combate à grilagem.
	Aumentar a fiscalização nas terras públicas e destinar os direitos de uso para cerca de 70 milhões de hectares de terras não destinadas
	Não aprovarem leis ou medidas que estendam o prazo para regularizar invasões de terras públicas, pois isso estimula novas invasões
Ambiental	Acabar com o desmatamento ilegal em terras públicas
	Promover a destinação para conservação e usos sustentáveis das florestas públicas não destinadas
	Manter as atuais unidades de conservação do país;
	Fortalecer a fiscalização e autuação de quem desmata em terras pública na Amazônia
	Evitar atividades ilegais, inclusive em Unidades de Conservação

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Coalizão (2019).

A campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’ foi organizada por representantes do agronegócio e ONGs ambientalistas com o objetivo de combater a grilagem de terras na Amazônia. Liderada pela Coalizão e pela ABAG, a campanha destacou a grilagem de terras públicas como uma prática criminosa que contribui significativamente para o desmatamento, violência, corrupção e atraso econômico na região (COALIZÃO, 2019).

O documento assinado e organizado pela ABAG incluiu orientações para o poder público, incluindo o Poder Executivo, e buscou conscientizar a população sobre as práticas de grilagem. Além das diretrizes apresentadas, o documento ofereceu uma contextualização sobre a grilagem de terras na Amazônia, detalhando como essa prática tem evoluído nos últimos anos. Ao contrário de outros grupos de interesse do agronegócio, a ABAG colaborou com ONGs ambientalistas na elaboração do documento, demonstrando uma abordagem mais inclusiva e compartilhada na construção de ideias.

A campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’ também ressalta que as áreas públicas mais vulneráveis, que necessitam de maior proteção, incluem as Unidades de Conservação, terras indígenas, terras públicas não destinadas e áreas sem informações oficiais disponíveis. Estas propostas contrastam com os discursos e ações institucionais da gestão bolsonarista, evidenciando uma divergência significativa entre a ABAG e o governo Bolsonaro, especialmente em relação a este documento.

Um ponto adicional de divergência é a identificação da grilagem como uma das principais causas do desmatamento e das queimadas na Amazônia. O documento aponta que, durante a grilagem, "grupos são contratados para desmatar a região escolhida, substituindo a floresta por pasto. Queimadas são comuns nessa etapa. A ideia é simular uma propriedade privada dedicada à pecuária" (COALIZÃO, 2019, p.4). Esta visão contrasta fortemente com a retórica bolsonarista; durante seu discurso na ONU em 2020, Jair Bolsonaro tentou se defender dos crimes ambientais na Amazônia, atribuindo a culpa aos indígenas, à imprensa e às ONGs ambientalistas (GIMENES, 2020). Esta afirmação é incongruente com os pressupostos apresentados no documento da ABAG.

Na defesa do agronegócio, o documento da ABAG destaca que os produtores rurais que seguem a legislação não devem ser equiparados aos criminosos envolvidos em quadrilhas de grilagens e ilícitos ambientais. No documento é argumentado que tais crimes afastam investimentos na Amazônia e criam deslealdade na concorrência de mercado. Além disso, critica o enfraquecimento das políticas ambientais, a falta de valorização do desenvolvimento sustentável a partir da manutenção das florestas, leis federais que estimulam o roubo de terras públicas, e o estímulo a crimes ambientais. Também é destacado a impunidade contra grileiros e aqueles que realizam desmatamento ilegal (COALIZÃO, 2019).

Neste sentido, o documento da ABAG apresenta ideias ambientais que divergem das ideias antiambientais defendidas e propagadas durante o governo Bolsonaro. Entre as propostas de regularização fundiária apresentadas estão: apoiar uma força-tarefa para combater a grilagem na Amazônia, que envolva o Poder Judiciário, Legislativo e Executivo; disseminar informações sobre o roubo de terras públicas; incentivar o poder público no combate à grilagem; aumentar a fiscalização das terras públicas e a destinação de terras não destinadas; e evitar a aprovação de leis que estimulem novas invasões (COALIZÃO, 2019).

Em contraste com as propostas apresentadas pela ABAG no documento “Seja Legal com a Amazônia”, o governo Bolsonaro emitiu uma Medida Provisória conhecida como MP da Grilagem (MP 910), que flexibilizou e desregulou a regularização fundiária na Amazônia, além

de estimular a grilagem de terras e o desmatamento na região. A MP perdeu sua validade em 2020 e foi transformada no PL 2.633/2020, conhecido como PL da Grilagem. Outros pontos de estímulo à grilagem incluem a regulamentação da Lei 11.953, que estabeleceu a não obrigatoriedade de dados do INCRA, ficando a cargo de seu presidente. Durante o governo Bolsonaro, foi criado o Programa Titula Brasil, com o objetivo de acelerar a titulação de propriedades em assentamentos e terras públicas, facilitando o interesse de poderes locais na titulação de terras (TALANOA, 2022). Em 2020, o diretor da ABAG enviou uma carta aos presidentes da Câmara e do Senado Federal solicitando que a MP 910 fosse retirada da pauta do Congresso, apontando que a medida ia contra uma boa gestão territorial e prejudicaria o combate às ilegalidades (COALIZÃO, 2020).

De acordo com um relatório produzido no Senado Federal, o governo Bolsonaro contribuiu significativamente para o desmonte de órgãos ambientais e fundiários, o que facilitou o avanço da grilagem na Amazônia e o uso do CAR. Até 2020, mais de 14 milhões de hectares de terras públicas foram registrados ilegalmente, com 3,4 milhões de hectares desmatados. O relatório aponta que as ações institucionais do governo bolsonarista levaram ao desmonte do INCRA, cortes orçamentários, falhas na gestão pública e desmobilização de ações ambientais. O uso do CAR registrou propriedades ilegais em florestas públicas não destinadas, terras indígenas e Unidades de Conservação, sendo assim explorado por grileiros. Além da grilagem de terras, tal processo favoreceu o aumento do desmatamento, mineração ilegal e violência contra povos indígenas. O relatório também destacou que uma das principais paralisações no INCRA foi a inação em relação às políticas fundiárias em territórios quilombolas (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Nota-se que as ações fundiárias institucionais no governo Bolsonaro e as ideias referentes à regularização fundiária são divergentes das propostas defendidas pela ABAG no documento “Seja Legal com a Amazônia”. Outro documento que reflete as ideias ambientais defendidas pela ABAG e pela Coalizão é o “Ações para queda rápida do desmatamento”.

Quadro 12 – Ideias ambientais da ABAG a partir do documento ‘Ações para queda rápida do desmatamento’

Ideias	Ações no combate ao desmatamento
Ambientais	Ação 1: Retomada e intensificação da fiscalização, com rápida e exemplar responsabilização pelos ilícitos ambientais identificados
	Ação 2: Suspensão dos registros do cadastro ambiental rural (car) que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais
	Ação 3: Destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável
	Ação 4: Concessão de financiamentos sob critérios socioambientais
	Ação 5: Total transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação
	Ação 6: Suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008

Fonte: elaborado pelo autor a partir de ABAG (2020).

As ideias ambientais defendidas pela ABAG (2020) também são divergentes das ideias antiambientais vistas na campanha e na gestão de Jair Bolsonaro. No documento é apontado que setores do agronegócio estavam preocupados com as críticas internacionais ao aumento do desmatamento durante o mandato de Bolsonaro. Destaca-se que investidores, CEOs, bancos privados, países estrangeiros, entidades setoriais internacionais do agronegócio, ex-ministros e ex-presidentes do Banco Central cobraram do governo Bolsonaro ações estratégicas para enfrentar o desmatamento.

A partir disso, a ABAG, juntamente com a Coalizão, preparou orientações para a rápida contenção do desmatamento. Entre as ações propostas, a Ação 1 inclui diretrizes para: fortalecimento do IBAMA, ICMBio e FUNAI; ampliação das punições a infratores ambientais; destruição em campo de equipamentos relacionados a ilícitos ambientais, como tratores; e retomada das operações do IBAMA.

Os dados demonstrados nesta seção evidenciam que as ideias defendidas pela ABAG (2020) são divergentes das ideias antiambientais e do enfraquecimento de órgãos de fiscalização e da política ambiental implementadas durante o governo Bolsonaro. A Ação 1, com suas diretrizes, contrasta fortemente com a gestão do ex-presidente, tanto em sua campanha eleitoral quanto nas decisões institucionais tomadas.

Na Ação 2, a ABAG (2020), em consonância com o documento da Coalizão (2019), recomenda a suspensão de cadastros no CAR que sobreponham áreas de Unidades de Conservação, terras indígenas e florestas públicas não destinadas. Na Ação 3, sugere-se

designar 10 milhões de hectares como áreas protegidas de uso restrito e de uso sustentável em territórios ameaçados pelo desmatamento.

A Ação 4 propõe que instituições de crédito rural e agrícola adotem regras mais rigorosas baseadas nos riscos ambientais dos investimentos na agropecuária para a concessão de créditos. A Ação 5 pede aos órgãos estaduais do meio ambiente que tornem públicos os dados referentes às autorizações de desmatamento e os compartilhem com um sistema nacional. Além disso, solicita ao governo federal a suspensão da instrução normativa do MMA (003/2014) que limita o acesso às informações dos responsáveis pelo CAR ligados ao desmatamento.

Outra ideia ambiental defendida pela ABAG (2020) está na Ação 6, que propõe a suspensão dos processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008, até que as áreas estejam recuperadas. O grupo de interesse afirma: “Quem desmata em área não regularizada comete crimes ambientais e não deve ser beneficiado com a regularização fundiária” (ABAG, 2020, p.3).

No documento também é mostrado que a Coalizão está à disposição do governo Bolsonaro para fornecer informações e ajudar na implementação das ideias defendidas (ABAG, 2020). Todas as ideias ambientais defendidas nesse documento divergem da campanha e da gestão do governo Jair Bolsonaro. Portanto, pelo menos a partir desses dois documentos, a ABAG se diferencia dos outros grupos de interesses do agronegócio na defesa de propostas ambientais voltadas ao governo Bolsonaro.

No entanto, como destacado por Bassi (2023), a ABAG, devido às suas características pragmáticas, tende a adotar uma postura evasiva em relação a certas questões, principalmente as indígenas. Isso se reflete na maneira como a ABAG abordou temas recorrentes entre outros grupos do agronegócio, como o marco temporal, a defesa dos agrotóxicos e a flexibilização do licenciamento ambiental. Assim, a ABAG opta por uma abordagem evasiva em vez de se posicionar diretamente sobre essas questões controversas.

Contudo, também é pertinente considerar que as ideias ambientais defendidas pela ABAG, além de divergir das ações do governo Bolsonaro, não convergem com as propostas dos outros grupos de interesse do agronegócio analisados. Esse desacordo foi notável, como demonstrado pelo rompimento da APROSOJA com a ABAG. Em 2021, a APROSOJA criticou a Coalizão por se opor à aprovação do PL da Regularização Fundiária (PL 510/2021) (APROSOJA, 2021). Com a mudança na direção da ABAG em 2022, o grupo passou a se

mostrar favorável à proposta, refletindo uma mudança de posição em relação às suas ideias anteriores.

Segundo Pompeia (2023a), a mudança na direção da ABAG em 2022, com a saída de Marcello Brito e a gestão de Luiz Carlos Carvalho, resultou em alterações nas ideias defendidas pela associação. Em uma entrevista à Agência Senado em 2022, Carvalho declarou que a ABAG se comprometeria com propostas em pauta pela FPA/IPA, ressaltando a importância de aprovar no Congresso os projetos de lei relacionados à regularização fundiária, ao licenciamento ambiental e à liberação de agrotóxicos, conhecidos respectivamente como PL da Grilagem, PL da flexibilização do licenciamento ambiental e PL do Veneno. Carvalho afirmou que “são propostas positivas ao agro. Será muito importante aprová-las. Não vamos a lugar nenhum com ideologias!” (AGÊNCIA SENADO, 2022, p.1). Ele também afirmou que a ABAG concordava com o combate ao desmatamento, tal como o MMA do governo Bolsonaro estava agindo. A mudança de liderança nas instituições pode promover alterações nas ideias defendidas por determinados grupos de interesse, principalmente quando os novos líderes conseguem articular o apoio da maioria dos membros ou alcançar posições de destaque, como ocorreu com a ABAG.

Além de apresentar ideias evasivas sobre determinadas temáticas, a ABAG também demonstra contradições em seus posicionamentos. Em um comunicado da Coalizão assinado pela ABAG, são expressas críticas a projetos de lei que visam liberar a mineração em terras indígenas, uma proposta defendida por Jair Bolsonaro. O manifesto ressalta que a mineração em tais territórios ameaça a vida dos povos indígenas e o meio ambiente, e afirma que essas áreas são “importantíssimas para a estabilidade climática e proteção da diversidade cultural do país” (SASSINE, 2022, p.1). Em 2022, durante uma entrevista no programa Roda Viva, o então presidente da ABAG afirmou que o agronegócio não precisaria “invadir terra indígena para crescer”, mas evitou comentar sua posição sobre o marco temporal indígena (RODA VIVA, 2022). Em contraste, no ano de 2023, a ABAG emitiu uma nota defendendo o marco temporal, alinhando-se com as ideias do agronegócio e com a postura de Jair Bolsonaro. A nota justificava a aprovação do marco temporal como um meio para gerar desenvolvimento social e econômico (AZEVEDO, 2023). Assim, a evasão da ABAG em relação ao tema se desfaz para se alinhar a ideias anti-indígenas e antiambientais.

No ano de 2020, em contraste com os documentos que a ABAG emitiu com ideias ambientais, como o ‘Seja Legal com a Amazônia’, a ABAG apoiou a flexibilização do licenciamento ambiental. Nesse ano, representantes do agronegócio e da indústria entregaram

ao então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), uma carta de apoio ao projeto de lei que visava flexibilizar o licenciamento ambiental. A carta, que contava com a assinatura de 68 atores, entre grupos de interesse, instituições e empresas, incluía a ABAG. O documento manifestava apoio ao modelo defendido pelo então deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) para o PL 3.729/2004. Essa posição converge com as pautas prioritárias da FPA/IPA, que colocou o referido PL como uma de suas principais propostas para o meio ambiente (AGÊNCIA CNI, 2020).

No ano de 2021, o PL do novo marco para o licenciamento ambiental também foi incluído como uma das prioridades legislativas do governo Bolsonaro, defendendo o modelo proposto por Kim Kataguiri. O projeto foi criticado por ex-ministros do MMA, como Sarney Filho, especialistas ambientais e grupos ambientalistas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Dessa forma, a ideia antiambiental defendida por Bolsonaro e seus aliados do agronegócio convergiu com as ideias também defendidas pela ABAG. Segundo o grupo Observatório do Clima (2024), as organizações da sociedade civil classificaram a proposta como integrante de um pacote antiambiental que ganhou impulso na gestão bolsonarista, afirmando que a flexibilização era uma tentativa do governo para burlar a legislação ambiental.

Outra ideia antiambiental defendida pela ABAG durante os anos do governo Bolsonaro referiu-se à flexibilização dos agrotóxicos. A ABAG, a CNA, a APROSOJA e a FPA/IPA atuaram de forma convergente na defesa dos agrotóxicos. No ano de 2022, a ABAG, a APROSOJA e a CNA, junto com outros grupos empresariais do agronegócio, assinaram em conjunto a defesa do PL 6.299/02, promovido pela FPA/IPA e também conhecido como o PL do Veneno. O PL visava flexibilizar a aprovação de agrotóxicos no Brasil. Segundo a nota emitida pelos grupos de interesses citados, a defesa do PL correspondia a atender critérios tecnológicos e de modernização da agricultura, alinhando-se com as práticas de outros países para equilibrar a competitividade do produtor brasileiro no mercado global (DBO, 2022).

Servidores do IBAMA e da ANVISA declararam que o PL 6.299/02 representava o desmonte do sistema de aprovação de agrotóxicos e dos órgãos fiscalizadores no Brasil, além de causar danos significativos ao meio ambiente e à vida humana. Os servidores também apontaram que o PL desviava o poder de decisão sobre agrotóxicos exclusivamente para o MAPA (DOLCE, 2023). Dessa forma, é pertinente considerar que a ABAG atuou em convergência com as ideias antiambientais do agronegócio, priorizando seus interesses econômicos e de mercado em contrapartida ao meio ambiente.

De forma contraditória, as ideias ambientais emitidas pela ABAG encontram dissonância na defesa de determinados projetos antiambientais. Essa contradição se evidenciou durante a presidência de Marcelo Britto, que mantinha ideias ambientais mais explícitas em comparação com outros representantes do agronegócio. Essa postura gerou conflitos para a ABAG com outros grupos de interesse do setor. Um exemplo disso é a manifestação da ABAG em relação ao PL 510/2021, também conhecido como PL da Grilagem. Defendido pela FPA/IPA, a CNA, a APROSOJA e o governo Bolsonaro, o PL visava facilitar a regularização fundiária e a grilagem de terras públicas. O então presidente da ABAG, Marcelo Britto, manifestou-se de forma contrária ao PL, demonstrando uma postura divergente da defendida por outros grupos e pelo governo.

De acordo com Fellet (2021), a diferença entre esses posicionamentos gerou um ‘racha’ no agronegócio brasileiro, especialmente em relação à defesa do projeto que visava regularizar áreas desmatadas ilegalmente. Em entrevista, Marcelo Britto afirmou que a aprovação do PL 510/2021, também conhecido como PL da Grilagem, geraria uma série de problemáticas: “O Brasil precisa parar com essa coisa de anistiar irregularidades. Essa lei aí nada mais é do que mais uma anistia premiando quem não fez as coisas direito” (FELLET, 2021, p.1). Na mesma entrevista, Britto sugeriu que as diferenças de opinião entre os grupos do agronegócio eram resultado de um grupo focado no mercado e outro buscando um posicionamento político. A ABAG também emitiu uma nota crítica contra a aprovação do PL, alinhando-se com a Coalizão e destacando que a aprovação do projeto causaria danos ambientais na Amazônia (FELLET, 2021).

Dessa forma, a ABAG demonstra ideias ambientais em algumas temáticas, divergindo do governo Bolsonaro, e, em outras temáticas, como o licenciamento ambiental e o marco temporal, alinha-se com os outros grupos de interesses do agronegócio e com o governo bolsonarista. A mudança de postura do grupo também reflete uma alteração na manifestação de ideias após a troca de sua diretoria. As críticas de Britto ao governo Bolsonaro foram recorrentes durante seu mandato. O ex-presidente da ABAG afirmou que o Brasil passou por um ‘desgoverno’ ambiental, caracterizado pelo aumento do desmatamento na Amazônia e pelas críticas internacionais. Segundo Britto, a gestão de Bolsonaro prejudicou a imagem do agronegócio e dos produtores comprometidos com a sustentabilidade na agropecuária (RURAL, 2020).

A manifestação crítica da ABAG ao governo Bolsonaro não se restringiu apenas às declarações de Britto. Em 2022, diante do aumento das críticas ao sistema eleitoral brasileiro

por parte do governo Bolsonaro, a ABAG, juntamente com a Coalizão, publicou uma nota direcionada ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, defendendo a democracia e o processo eleitoral brasileiro. A nota destacava que o processo eleitoral brasileiro era inquestionável e essencial para a democracia e o desenvolvimento sustentável. Embora o documento não mencionasse Jair Bolsonaro diretamente, a nota gerou críticas de bolsonaristas à ABAG (SOARES, 2022). No ano de 2021, a ABAG também se manifestou a favor da democracia e fez críticas ao governo Bolsonaro, embora sem o citar diretamente. O manifesto da ABAG, intitulado "Manifestação em Defesa da Democracia", expressou “preocupação com os atuais desafios à harmonia político-institucional e, como consequência, à estabilidade econômica e social em nosso país” (ABAG, 2021, p.1).

O manifesto fez uma referência indireta à gestão bolsonarista ao considerar que o Brasil não deveria se apresentar na ONU como uma sociedade permeada por crises e com riscos de retrocessos e rupturas institucionais. Outro ponto que alude ao ex-presidente Bolsonaro cita que “o Brasil é muito maior e melhor do que a imagem que temos projetado ao mundo. Isto está nos custando caro e levará tempo para reverter” (ABAG, 2021, p.1). Em entrevista, o então presidente da ABAG afirmou que tal posicionamento representava o pensamento da entidade, ressaltando que não podia falar por todo o agronegócio. Além disso, desviou das críticas bolsonaristas ao afirmar que a nota não era direcionada a Jair Bolsonaro, mas sim na defesa da democracia (DUARTE; CARAMURU; VENCESLAU, 2021). Entretanto, é possível avaliar que diversos trechos do manifesto fazem referência à preocupação com as ações do governo Bolsonaro, como suas declarações na ONU.

Nota-se que uma das preocupações da ABAG perante o momento de instabilidade democrática no país, durante a gestão de Bolsonaro, era com a imagem do agronegócio no exterior, principalmente por conta de questões mercadológicas. Tais ações e ideias reverberam o trabalho de Bassi (2023), ao afirmar que a ABAG, embora defendesse determinadas ideias ambientais, adotava um ‘pragmatismo-reformista’, nas palavras do autor. Ou seja, a ABAG atuava de forma estratégica, visando defender seus interesses em consonância com as preocupações climáticas e ambientais globais para a manutenção e expansão da economia do agronegócio. No entanto, determinados posicionamentos da ABAG convergiram com as ideias antiambientais de Bolsonaro e do agronegócio, conforme apresentado nos resultados acima. Em 2020, a ABAG também se manifestou contrariamente a uma campanha global organizada pela sociedade civil, que destacava crimes ambientais associados ao governo Bolsonaro.

Nesta última nota citada, a ABAG afirmou que a campanha global não contribuía com as soluções que o grupo de interesse tinha apresentado às políticas ambientais brasileiras e apenas interessava às “franjas radicais que vivem desse ambiente de conflagração permanente” (ABAG, 2020, p.1). O documento destacava que a campanha contra o governo era apenas uma campanha difamatória e radicalizada, alimentando a polarização no país. Assim, evidenciava-se a postura pragmática-reformista do grupo de interesse, que, apesar de manter críticas a determinadas ideias e políticas ambientais e anti-democráticas gestadas pelo governo Bolsonaro, se manifestava contrária a críticas contundentes ao governo, principalmente quando essas críticas afetavam a imagem do agronegócio no exterior.

Tal como a APROSOJA, a FPA/IPA e a CNA, uma das ideias defendidas pela ABAG foi a defesa da imagem do agronegócio. No entanto, a ABAG se diferenciou desses outros grupos citados ao buscar se posicionar em defesa de uma pretensa sustentabilidade do agronegócio e em oposição às ideias extremistas do governo bolsonarista. Contudo, o grupo de interesse também convergiu em determinadas ideias com os outros grupos do agronegócio, primordialmente nas questões do licenciamento ambiental, da defesa dos agrotóxicos e do marco temporal indígena. Além disso, a ABAG demonstrou uma maior aproximação ao bolsonarismo e à chamada concertação política do agronegócio, como destacado por Pompeia (2020), após a troca de sua diretoria em 2022.

8 CONCLUSÃO

Os resultados apresentados na tese atestam que não apenas a formulação, mas a implementação das políticas socioambientais de Bolsonaro convergiram com as ideias antiambientais defendidas pelos grupos de interesses do agronegócio, especificamente as políticas de fiscalização ambiental, do licenciamento ambiental, dos agrotóxicos e da regularização fundiária. A partir das discussões e resultados apresentados, pode-se concluir que, nos últimos anos durante o governo Bolsonaro, houve uma prevalência de ideias antiambientais e interesses privados dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro nas políticas socioambientais da gestão federal.

Dessa forma, é perceptível que as ideias tiveram uma importância central nos processos decisórios do governo Bolsonaro. A prevalência de ideias antiambientais do agronegócio convergiu com as ações institucionais do mandato do ex-presidente Bolsonaro, especialmente a partir da associação de ideias da APROSOJA e da CNA durante a campanha eleitoral. A ação da FPA/IPA configurou o avanço das ideias antiambientais em confluência com o governo

federal no Poder Legislativo, com suas pautas prioritárias contando com o apoio direto do governo Bolsonaro. Embora as regras institucionais da política brasileira, principalmente a partir da atuação de atores como o STF, tenham limitado o avanço de ideias antiambientais da gestão bolsonarista, o governo conseguiu se articular e implementar essas ideias institucionalmente.

As ideias ambientais propagadas pela ABAG, embora demonstrem uma insatisfação de setores do agronegócio com determinadas ideias antiambientais, não foram suficientes para conter tais ideias majoritárias das elites do agronegócio brasileiro, não tendo maior poder de atuação perante outros grupos, como a FPA/IPA. Embora a ABAG tenha promovido ideias ambientais específicas durante os anos do governo Bolsonaro, sua atuação política foi limitada, em conforme observado por Pompeia (2023a, 2023b).

Outro resultado da ABAG que reverbera com os achados da literatura são os apontamentos de Bassi (2023), que destacam a evasão da ABAG sobre determinados temas ambientais, além de suas características pragmáticas perante ideias e interesses do agronegócio. No entanto, como visto nos resultados, a ABAG convergiu com outros grupos de interesses do agronegócio, chegando a assinar manifestos em comum com grupos de interesses mais ideologizados ao bolsonarismo, como a APROSOJA. Isso ocorreu principalmente em relação às ideias sobre o marco temporal indígena, a flexibilização do licenciamento ambiental e a permissividade dos agrotóxicos.

Além da campanha eleitoral, o bolsonarismo propagou as ideias antiambientais do agronegócio nomeando lideranças e representantes do setor para seu governo, além de tentar avançar com suas ideias e interesses. A convergência dessas ideias também é marcante a partir do histórico pessoal do ex-presidente Bolsonaro, que, sendo filho de garimpeiro e militar da reserva, construiu em sua formação política ideias antiambientais comuns a grupos do militarismo brasileiro, como o desenvolvimento econômico às custas da legislação ambiental. Assim como representantes do agronegócio, a presença de militares foi marcante na gestão Bolsonaro, nomeando militares para o alto escalão do governo.

As ideias antiambientais radicalizadas do agronegócio, defendidas por grupos como a APROSOJA, que atualizam ideias antiambientais defendidas por grupos que propagaram a violência no campo, como a UDR, encontraram amplo espaço na gestão bolsonarista. A completa convergência de ideias propostas pela APROSOJA com o governo demonstra um alinhamento das ideias de Jair Bolsonaro com setores mais radicais do agronegócio. A atuação de outros grupos de interesses do agronegócio, como a FPA/IPA e a CNA, foram obstáculos a

ideias antiambientais ainda mais extremistas em determinadas agendas. Por exemplo, a ideia da retirada do Brasil do Acordo de Paris e a fusão do MMA na estrutura do MAPA, além da nomeação de Nabhan Garcia para o MAPA.

Por mais que esses grupos tenham buscado moderar as ideias radicalizadas por atores do agronegócio, eles também não se opuseram às ideias antiambientais criticadas pela sociedade civil ao redor do mundo durante o governo Bolsonaro. Essas ideias levaram ao aumento desenfreado de ilícitos ambientais, violências contra povos indígenas e ao crescimento da grilagem de terras. A tentativa da ABAG de moderar o avanço de ideias antiambientais no governo, preocupada com a imagem do agronegócio no exterior visando seu acesso a mercados e a competitividade com outros países, também não foi suficiente para limitar a institucionalização dessas ideias. No entanto, a concertação política do agronegócio, conceito apontado por Pompeia (2020, 2021), também foi um fator preponderante entre as ideias nas temáticas citadas acima, permeando uma concertação de ideias antiambientais do setor.

A ABAG se posicionou contra mudanças na regulação fundiária propostas pela FPA/IPA com o apoio do governo Bolsonaro, bem como contra a mineração em terras indígenas, o desmonte de órgãos ambientais e fundiários. Além disso, a ABAG emitiu posicionamentos favoráveis à fiscalização e ao combate ao desmatamento na Amazônia. Embora a ABAG tenha divergido destas ideias antiambientais defendidas pela APROSOJA, CNA e FPA/IPA, ela apoiou as ideias relacionadas a temas como licenciamento ambiental, flexibilização da aprovação de agrotóxicos e o marco temporal indígena. Os resultados também mostraram que grupos radicais do agronegócio, como a APROSOJA, não só convergiram com as ideias antiambientais do governo, mas também contribuíram para a formulação de políticas. Isso inclui a atuação de Antônio Galvan, que, conforme investigado por Quadros (2022), fomentou atos bolsonaristas e com tentativas de rupturas democráticas.

As ideias antiambientais presentes nas propostas da CNA (2018, 2022) também se refletiram nas políticas do governo Bolsonaro, assim como em sua campanha eleitoral. Embora a CNA tenha declarado apoio a Bolsonaro apenas no segundo turno de 2018, durante o mandato, o grupo manifestou suporte à gestão bolsonarista, defendendo seus ministros no MAPA e no MMA. Além disso, a CNA expressou publicamente seu alinhamento com a campanha presidencial de Bolsonaro em 2022, meses antes das eleições. Da mesma forma, as prioridades antiambientais da FPA/IPA foram recorrentes e convergentes com o governo Bolsonaro. Nas eleições de 2018, a FPA/IPA inicialmente demonstrou reservas quanto às ideias negacionistas

de Bolsonaro, como a proposta de extinguir o MMA. No entanto, isso não impediu seu apoio eleitoral nas eleições de 2018 e 2022.

A convergência entre a FPA/IPA e o mandato de Bolsonaro não se restringiu apenas às ideias, mas também influenciou a política de indicações ministeriais, como a nomeação de Tereza Cristina e Marcos Montes para o MAPA. Embora tenha havido algumas divergências internas sobre ideias antiambientais entre os grupos do agronegócio, especialmente em relação às propostas ambientais da ABAG, os resultados mostram uma ampla convergência das ideias antiambientais com o governo. Isso é particularmente evidente nas políticas socioambientais analisadas nesta tese, como o licenciamento ambiental, a reforma fundiária, os agrotóxicos, a demarcação de terras indígenas e os projetos de leis liderados pela FPA/IPA e pelo governo Jair Bolsonaro. Os resultados encontrados, tanto nas propostas dirigidas aos presidentiáveis quanto nas defesas de ideias ao longo dos anos, corroboram os achados de Pompeia (2024a, 2024b, 2023a, 2023b).

A tese apresentou uma análise aprofundada das ideias contidas nos documentos dos grupos de interesses do agronegócio e da defesa de suas propostas. Demonstrou também que, ao contrário das características ‘descarbonizadoras’ apresentadas por Pompeia (2023a, 2023b), a ABAG convergiu com certas ideias antiambientais de Bolsonaro. Embora o grupo tenha emitido críticas ao mandato do ex-presidente e defendido propostas ambientais relacionadas ao combate ao desmatamento e à grilagem de terras, sua atuação revelou uma convergência com as ideias antiambientais do governo perante agendas específicas.

A tese corrobora os resultados apresentados por Pompeia (2024a), ao mostrar que a diversificação de posicionamentos entre os grupos patronais do agronegócio brasileiro não resultou em rompimentos significativos nas esferas de decisão política. Isso é evidente no caso da ABAG, cuja defesa de ideias ambientais durante a gestão de Marcelo Britto levou ao rompimento com a APROSOJA. No entanto, esse desentendimento não gerou um rompimento total nas arenas institucionais.

Isso é, principalmente no Poder Legislativo, onde a ABAG se manifestou favoravelmente à aprovação do marco temporal indígena, à flexibilização do licenciamento ambiental e à liberação dos agrotóxicos. Nesse sentido, os resultados encontrados a partir da análise documental ampliada na tese colaboram com os achados de Pompeia (2024a, 2023a, 2023b), que categorizou tal alinhamento do agronegócio com o mandato do ex-presidente como ‘agrobolsonarismo’. No entanto, é importante notar que as ideias antiambientais do agronegócio não surgiram com o mandato de Jair Bolsonaro; elas têm raízes na história do próprio

agronegócio no país, com seus grupos de interesse defendendo mudanças nas regulações ambientais e fundiárias de forma articulada já durante a constituinte de 1988 (BRUNO, 2017).

Outra pergunta de pesquisa respondida na tese foi a capacidade institucional que o governo Bolsonaro teve para implementar as ideias antiambientais dos grupos do agronegócio nas instituições. Determinadas ações institucionais foram decisivas para que o governo conseguisse avançar com essas ideias durante sua gestão. Por exemplo, o uso excessivo de atos infralegais, a mudança na estrutura de órgãos ambientais, fundiários e indígenas, e a redução orçamentária para políticas socioambientais foram fundamentais para a implementação das ideias antiambientais.

A presença de representantes dos grupos de interesse do agronegócio nos ministérios foi central para as condições institucionais que permitiram o avanço das ideias antiambientais. Destacam-se a nomeação de Ricardo Salles e Joaquim Leite para o MMA, ambos com histórico de atuação com grupos ruralistas, como a SRB, e a de Tereza Cristina para o MAPA, que, no momento da sua indicação, presidia a FPA/IPA, um dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro.

Outras lideranças políticas do agronegócio também tiveram papel importante na estrutura do governo Bolsonaro, como Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR, que ocupou o cargo de secretário de Assuntos Fundiários no MAPA. Além disso, outros atores, como Antônio Galvan, ex-presidente da APROSOJA, participaram ativamente das campanhas eleitorais e reuniões com a alta cúpula do governo. Dessa forma, a presença de representantes e lideranças dos grupos de interesse do agronegócio na estrutura do governo federal, juntamente com a promulgação de atos infralegais, influenciou a implementação das ideias antiambientais na gestão bolsonarista.

Outro ponto que contribuiu de forma direta para a formulação e a implementação das ideias antiambientais foi o apoio e a articulação política de uma das maiores frentes parlamentares do Congresso brasileiro, que atualmente conta com 340 parlamentares, sendo 290 deputados e 50 senadores (IPA, 2024). A atuação da FPA/IPA foi central para o avanço das ideias antiambientais bolsonaristas e dos grupos de interesse do agronegócio no Congresso e no Poder Executivo. Isso foi evidenciado pelos resultados das pautas prioritárias legislativas do governo Bolsonaro, nas quais as agendas convergiram com as ideias defendidas pela FPA/IPA em questões ambientais, fundiárias, indígenas e relacionadas aos agrotóxicos.

No entanto, é pertinente avaliar que determinados projetos de lei defendidos pela FPA/IPA e pelo governo Bolsonaro não conseguiram ser implementados, principalmente devido ao poder moderador de outros atores institucionais. Os resultados mostraram que o STF moderou o avanço de ideias antiambientais e anti-indígenas, como no caso da aprovação do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Contudo, apesar das intervenções institucionais de outros atores, o governo Bolsonaro, em convergência com os grupos de interesse do agronegócio aqui analisados, conseguiu institucionalizar várias de suas ideias antiambientais.

Os resultados apresentados, assim como o debate com o referencial teórico, corresponderam ao objetivo principal da tese, que foi analisar a trajetória das institucionalidades das políticas socioambientais durante o governo Bolsonaro, além de avaliar como as ideias antiambientais dos grupos de interesse do agronegócio convergiram e divergiram em relação à gestão bolsonarista. Foi perceptível que houve uma convergência das ideias antiambientais do agronegócio brasileiro com os atos institucionais de desmonte das políticas ambientais.

Além de uma concertação política (POMPEIA, 2020), o agronegócio brasileiro demonstra uma convergência de ideias antiambientais em relação a determinadas temáticas, como licenciamento ambiental, reforma fundiária, agrotóxicos e marco temporal indígena. Exceto pela ABAG, os outros grupos de interesse, como APROSOJA, CNA e FPA/IPA, atuaram na defesa da candidatura e do governo Bolsonaro, mesmo diante das crises políticas e socioambientais que emergiram durante o mandato do ex-presidente. Um exemplo foi a defesa realizada pela APROSOJA, CNA e FPA/IPA em favor do ex-ministro Ricardo Salles durante períodos de tensão institucional e aumento dos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia.

Outro objetivo principal demonstrado pelos resultados evidenciou o papel das ideias antiambientais dos grupos de interesse do agronegócio na formulação e implementação de políticas antes do governo Bolsonaro. Ainda na pré-campanha eleitoral, em 2017, o então deputado federal Jair Bolsonaro participou de um seminário com apoiadores do agronegócio para discutir ideias e interesses do setor produtivo. O ex-presidente manteve uma participação ativa em encontros e feiras agrícolas durante sua pré-campanha, campanha e mandato presidencial, aproximando-se das ideias e agendas dos grupos do agronegócio. A proximidade de Bolsonaro com grupos radicalizados do agronegócio, como o movimento MBVA e a APROSOJA, contribuiu para a disseminação de ideias antiambientais na sua campanha eleitoral.

A participação da FPA/IPA foi central tanto durante a campanha quanto na gestão de Bolsonaro, com a indicação de nomes para o alto escalão burocrático do governo. As ideias antiambientais da FPA/IPA foram recorrentes ao longo do mandato presidencial, com as prioridades legislativas anuais do governo convergindo amplamente com as ideias e projetos propostos pela FPA/IPA. A CNA também alinhou suas definições de políticas socioambientais com o governo Bolsonaro, principalmente as contidas no documento "Propostas aos Presidenciáveis", sendo evidentes tanto na gestão do Executivo quanto na campanha eleitoral de 2022.

Nota-se uma diferença nas ideias antiambientais entre as campanhas eleitorais de Bolsonaro em 2018 e 2022. Na primeira, essas ideias se manifestaram de forma radicalizada no programa partidário e na retórica de Bolsonaro. Na segunda, tais ideias apresentaram características alinhadas com os documentos da CNA, que argumentavam favoravelmente à aprovação de ideias antiambientais, como a liberação de mais agrotóxicos, justificando a proposta como um alinhamento da modernização tecnológica do agronegócio e o aumento da produção alimentar. Nesse sentido, as ideias antiambientais do agronegócio convergiram com elementos das campanhas eleitorais do governo Bolsonaro, especialmente as propostas de grupos do agronegócio mais radicalizados ideologicamente.

Em comparação com a FPA/IPA, CNA e APROSOJA, a ABAG divergiu das ideias antiambientais apresentadas pelo governo nas políticas públicas. Como mostrado nos resultados, o grupo de interesse se manifestou contrariamente a determinadas ideias e projetos, inclusive liderados pela FPA/IPA em consonância com o governo Bolsonaro, como a mineração em terras indígenas e o marco da regulação fundiária. Além disso, a ABAG publicou propostas ambientais direcionadas para a contenção do desmatamento na Amazônia e o combate à grilagem de terras, problemas que se agravaram durante o mandato bolsonarista.

Através da Coalizão, a ABAG chegou a enviar uma carta aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal manifestando sua contrariedade à Medida Provisória de Bolsonaro sobre a regularização fundiária, alegando que a medida incentivaria a grilagem de terras. A MP contava com o apoio de todos os grupos de interesses do agronegócio analisados. No entanto, apesar de a ABAG não ter conseguido influenciar as políticas públicas do governo Bolsonaro com suas propostas ambientais, suas ideias antiambientais se alinharam com as da APROSOJA, CNA e FPA/IPA, especialmente nas políticas relacionadas ao licenciamento ambiental, à liberalização de agrotóxicos e ao marco temporal indígena.

A tese também abordou o objetivo de analisar as condições institucionais que permitiram a aprovação de ideias antiambientais na estrutura do Estado brasileiro, apesar de haver um regramento ambiental consolidado no país. De acordo com o modelo teórico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, as regras institucionais podem coibir ou influenciar valores, comportamentos e ideias, e as instituições têm a capacidade de limitar ou facilitar determinadas ideias. Embora existisse um conjunto de regras ambientais no Estado brasileiro que poderia conter o retrocesso para ideias antiambientais, o governo Bolsonaro utilizou de condições institucionais que favoreceram a adoção das ideias antiambientais do agronegócio.

A eleição de Jair Bolsonaro representou uma abertura de janelas de oportunidade para a implementação de retrocessos no regramento ambiental brasileiro, com uma convergência significativa com os grupos de interesses do agronegócio. Por meio de atos infralegais, nomeações de representantes e lideranças do agronegócio, mudanças por instruções normativas e MPs, cortes orçamentários, projetos de leis e outras ações, descritas nos resultados, o governo conseguiu utilizar de condições institucionais favoráveis para as ideias antiambientais desses grupos. Apesar dos esforços de outros atores para moderar ou impedir tais retrocessos, e das intervenções em outras arenas institucionais além do Executivo, como as ações do STF contra as políticas antiambientais de Bolsonaro, o governo conseguiu avançar com suas agendas.

Os resultados também demonstraram que a tese conseguiu alcançar, além dos objetivos, as hipóteses inicialmente consideradas. A primeira hipótese afirmava que as políticas socioambientais do governo Bolsonaro, especificamente relacionadas à fiscalização e controle do desmatamento, eram convergentes com as ideias antiambientais dos grupos de interesses do agronegócio. Os resultados confirmaram a hipótese, revelando que, além das políticas relacionadas ao combate ao desmatamento, outras áreas também estavam alinhadas com os interesses dos grupos do agronegócio.

Contudo, o desmonte ambiental durante a gestão bolsonarista também afetou outros setores das políticas socioambientais, incluindo as políticas indigenistas, fundiárias, a regulação de agrotóxicos e o enfraquecimento estrutural dos órgãos de controle e fiscalização ambiental e fundiários, entre outros aspectos. A primeira hipótese também denotava que todos os grupos de interesses do agronegócio analisados encontravam convergência entre suas ideias para o meio ambiente e as políticas examinadas na tese. Entretanto, a ABAG divergiu de determinadas ideias antiambientais em comparação com a APROSOJA, CNA e a FPA/IPA.

A segunda hipótese trabalhada na tese abordou a ideia de que as políticas antiambientais do governo Bolsonaro encontraram legitimidade sob determinadas condições institucionais, principalmente através de atos infralegais e com maior frequência em pastas ministeriais que contavam com representantes do agronegócio, como o MMA e o MAPA. A hipótese também sugeria que as ideias antiambientais foram viáveis em um contexto político e institucional favorável e mobilizadas por grupos de interesses com recursos políticos e organizacionais.

É pertinente observar que as ideias antiambientais não foram promovidas apenas por atos infralegais e através do MMA e do MAPA, embora esses mecanismos tenham tido grande incidência. Além disso, o uso de MPs, decretos e projetos de leis, mudanças orçamentárias, ações de paralisação de financiamentos internacionais e estratégias de inação que levaram à paralisia de órgãos socioambientais foram estratégias observadas durante o mandato de Bolsonaro.

Os resultados também confirmam a hipótese relativa aos mecanismos dos grupos de interesses. As ideias ambientais da ABAG, por exemplo, não ganharam mais destaque que as ideias antiambientais da FPA/IPA e da CNA. Neste sentido, os recursos políticos e organizacionais, principalmente da FPA/IPA, garantiram que suas ideias antiambientais tivessem maior avanço no Poder Executivo em comparação com a ABAG. No entanto, mesmo grupos com menos recursos políticos, como a APROSOJA, ganharam maior relevância na estrutura da gestão bolsonarista. Apesar dos recursos limitados da APROSOJA, sua convergência ideológica com o governo Bolsonaro foi significativa. Isso demonstra a característica radicalizada ideologicamente deste mandato, que favoreceu um contexto político e institucional propício para as ideias antiambientais extremistas de grupos do agronegócio brasileiro. Assim, os resultados confirmam as duas hipóteses em partes, excetuando as questões aqui relatadas.

A relevância dos resultados obtidos colabora com os estudos do referencial teórico do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias. Os resultados confirmam os pressupostos de Stumm (2019), que afirma que os grupos de interesses podem influenciar mudanças nas políticas a partir de certos requisitos, como a mobilização de atores, a formação de coalizões, e a influência de um clima nacional propício para assimilar tais ideias e mudanças de governo. Além disso, a obra de Madeira et al. (2020) demonstra que as mudanças institucionais podem ocorrer de forma incremental ou por momentos críticos, e por meio da incorporação de ideias dentro das instituições. A tese mostrou que não apenas as mudanças de governo geraram transformações institucionais nas políticas socioambientais, mas também a incorporação de

determinadas ideias de grupos de interesses com recursos suficientes e influência direta na estrutura do governo.

Outra característica observada é que o acesso das ideias e interesses dos grupos do agronegócio não ocorreu por meio de lobby, não sendo necessária tal estratégia pelos grupos de interesses analisados aqui. Em vez disso, o acesso se deu de forma direta no governo federal, incluindo a ocupação de pastas ministeriais. Wolton (2020) descreveu que os grupos de influência possuem diversos canais de acesso a um governo, especialmente quando há maior abertura para certos grupos por parte de um partido ou governo. Dessa forma, a tese também dialoga com os estudos sobre como diferentes estratégias de grupos de interesses podem influenciar o resultado das políticas públicas. Além da aproximação de Bolsonaro com grupos do agronegócio, o contexto de fragilização institucional, com características antidemocráticas, contribuiu para a assimilação de ideias antiambientais nas instituições. A importância das ideias como explicações políticas encontradas nesta tese também colabora com outros estudos ideacionais, como Perissinoto e Stumm (2017), Stumm (2019), Januzzi (2022) e Schmidt (2010, 2011).

O agronegócio brasileiro possui uma preocupação central com a sua imagem no exterior, visando evitar bloqueios mercadológicos e econômicos para seus produtos. Mesmo com a imagem negativa do governo Bolsonaro devido aos problemas socioambientais que geraram críticas no cenário internacional, principalmente por países europeus, os grupos de interesses não se distanciaram da gestão bolsonarista. Pelo contrário, eles publicaram defesas ao ex-ministro Ricardo Salles em momentos de crise institucional.

Nesse sentido, outro fator importante observado a partir dos resultados da tese e do neoinstitucionalismo das ideias é a capacidade do Estado de afetar e ser afetado pela sociedade através de ideias dentro de um contexto político e social em que a motivação dos atores é fundamental (MARCH; OLSEN, 2008). Dessa forma, uma das colaborações originais da tese foi analisar com dados empíricos e colaborar com os estudos neoinstitucionalistas ao demonstrar a dinâmica das ideias e os conteúdos mobilizados por agentes e grupos do agronegócio, que levaram a mudanças institucionais a partir de suas ideias e interesses.

Outro ponto destacado por Barcellos (2015) e observado na tese é que as ideias, por si só, não realizam mudanças nas políticas públicas; elas necessitam de uma interação plural entre atores que integram determinado subsistema político. As ideias antiambientais do agronegócio são históricas no Brasil, evidentes desde a ditadura militar. Essas ideias compõem o chamado

“agir patronal rural”, que se refere às formas estratégicas de atuação do modelo agropecuário no contexto do agronegócio (BRUNO, 2022).

De acordo com Schmidt (2011) e Madeira et al. (2020), no âmbito do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, é observado que as mudanças institucionais podem resultar de transformações de paradigmas por meio de alterações das ideias e dos discursos em um ambiente institucional. Mediante o governo Bolsonaro, as políticas antiambientais influenciadas pelas ideias comuns históricas do agronegócio provocaram transformações abruptas no regramento institucional ambiental. Isso foi perceptível na paralisação de fundos internacionais, inação governamental diante de crises ambientais, desmonte de órgãos e mecanismos de controle, negação das mudanças climáticas e redução da participação da sociedade civil nos conselhos ambientais, entre outros aspectos.

Apesar disso, a articulação das ideias antiambientais do agronegócio com o Executivo não se iniciou no governo Bolsonaro. O fortalecimento da FPA/IPA, embora tenha se intensificado durante o golpe em Dilma Rousseff, já demonstrava sinais de força durante a aprovação do Novo Código Florestal em 2012, durante o governo petista. Conforme citado por Barros (2018), a partir da década de 1990, a agricultura brasileira tornou-se uma alta prioridade dos governos federais, alinhando-se com a política econômica mundial. Isso foi perceptível nos governos de Fernando Henrique Cardoso, seguido pelos governos petistas, no governo de Michel Temer e, ainda mais, na gestão de Bolsonaro. Delgado (2012) e Pompeia (2018) relataram as dificuldades de articulação política do agronegócio brasileiro nos governos de Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), que não conseguiram atender amplamente suas cartas programáticas.

Pompeia (2018) realça que o investimento do Governo Federal no agronegócio começou a se alavancar no segundo mandato de FHC, ganhando maior impulso no primeiro governo Lula. Isso representou um retorno aos investimentos que haviam ocorrido nos complexos agroindustriais durante o período de 1960 a 1980. Barros (2018) sublinha que tal processo estava relacionado com a estratégia de valorização do agronegócio brasileiro no momento em que o governo federal priorizava a exportação de produtos primários e o mercado de terras. Assim, uma proposta para futuras pesquisas é realizar uma análise comparativa de como as ideias antiambientais do agronegócio se desenvolveram e foram implementadas no Estado brasileiro ao longo da história, em distintos governos federais. Esta análise pode abranger desde a ditadura militar até os governos da redemocratização, considerando as características distintas de cada período. O modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias sugere que a

implementação das ideias pode variar conforme o contexto institucional, as estruturas do Estado, a orientação do partido no governo e a relação entre Estado e Sociedade (HALL, 1989; TAPIA; GOMES, 2008).

A dinâmica e o fortalecimento dos grupos de interesses do agronegócio também oferecem importantes fatores de análise para futuras pesquisas. A obra seminal de Pompeia (2021), *Formação Política do Agronegócio*, realiza uma análise histórica da organização e atuação política de vários grupos do agronegócio brasileiro, incluindo os grupos aqui analisados. No entanto, há uma lacuna na compreensão de como as ideias desses grupos conseguiram se institucionalizar no Poder Executivo e sob quais condições institucionais essas ideias foram favorecidas ou reprimidas. Explorar como as ideias antiambientais do agronegócio foram promovidas e implementadas, e quais foram as condições institucionais que facilitaram ou limitaram essas ideias, pode fornecer uma compreensão mais completa sobre o impacto dessas ideias nas políticas públicas ao longo do tempo.

O uso do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias nessa análise comparativa histórica é um direcionamento promissor para futuras pesquisas. Conforme Perissinoto e Stumm (2017), de acordo com o referencial teórico neoinstitucionalista, a importância das ideias como variável explicativa das mudanças políticas é avaliada pela identificação e análise do conteúdo das ideias, bem como por meio de um uso comparativo de análise. Além disso, é fundamental considerar que o grau de envolvimento de um grupo de interesse e o fortalecimento de suas ideias podem ser resultado de mudanças políticas, não apenas de mudanças institucionais (ANZIA; MOE, 2019). Dessa forma, um estudo comparativo institucionalista a partir das ideias antiambientais do agronegócio e o Poder Executivo é uma possibilidade para futuras pesquisas.

Esta tese apresentou limitações quanto aos dados empíricos demonstrados nos resultados. A dificuldade na obtenção de dados dos grupos de interesses, primordialmente da ABAG, levou a mudanças metodológicas. Por exemplo, a ABAG não manifestou propostas aos presidentes nos anos de 2018 e 2022, ao contrário dos outros grupos de interesses analisados. Isso resultou na análise não apenas das ideias contidas nas propostas aos presidentes, mas também nas manifestações públicas das ideias antiambientais e ambientais de todos os grupos de interesses analisados. A dificuldade de obtenção de dados da UDR também levou à exclusão da análise do grupo nesta tese, principalmente pelo fato de que o grupo não disponibilizou documentos públicos e não possui um site ou meio de publicação de suas ideias. Embora a UDR tenha estado presente na estrutura do governo Bolsonaro, com a

nomeação de Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR, para o cargo de secretário de Assuntos Fundiários do MAPA, a falta de documentos públicos impediu a análise detalhada das ideias antiambientais da UDR no governo Bolsonaro.

Uma outra dificuldade da tese refere-se aos resultados obtidos. Isso se deve ao contexto da escrita da tese, que se iniciou no terceiro ano do mandato de Jair Bolsonaro. Dessa forma, a pesquisa enfrentou a dificuldade característica de trabalhar de forma síncrona com o problema investigado. Os resultados obtidos dialogam com o trabalho de outros autores que realizaram pesquisas no mesmo período temporal. No entanto, esse diálogo não exclui a originalidade dos resultados apresentados. A análise expansiva dos documentos relativos aos grupos de interesses do agronegócio, bem como uma avaliação criteriosa do conteúdo das ideias em ressonância com o modelo do neoinstitucionalismo discursivo e das ideias, apontam caminhos distintos em relação aos outros autores citados nos referenciais teóricos. Dessa forma, a presente tese dialoga com as pesquisas sobre os grupos de interesses no Brasil, com as análises sistemáticas do agronegócio brasileiro e, por fim, com os trabalhos que avaliaram a gestão de Jair Bolsonaro e o bolsonarismo.

Mesmo com o fim do governo Bolsonaro, novos dados empíricos ainda estão se tornando públicos. Segundo Amado (2024), no dia 23 de julho de 2024, o Ministério Público solicitou ao Tribunal de Contas da União que investigue um pretense ‘apagão’ de dados do MMA durante o governo Bolsonaro, no qual documentos públicos dos últimos 30 anos foram removidos dos arquivos do ministério. Diversos dados desapareceram entre 2019 e 2022, durante a gestão de Bolsonaro. Assim, tese pode contribuir com futuras pesquisas sobre a gestão ambiental ocorrida no governo Bolsonaro. Além disso, como material empírico para análises do neoinstitucionalismo ao observar a dinâmica dos grupos de interesses nas arenas institucionais brasileiras, principalmente ao denotar a relação entre estrutura e agência.

De acordo com Hay e Wincott (1998), os estudos institucionalistas precisam destacar análises sobre a relação entre estrutura e agência, o que foi observado nos resultados apresentados. Emmenegger (2021) afirma que as instituições não operam sem a atuação de grupos de interesses, uma observação corroborada pelos achados da tese. Surel (2006) aponta para uma limitação de trabalhos que demonstrem a ligação entre as variáveis de ideias e instituições na formulação e implementação das políticas públicas. Anzia e Moe (2019) também destacam que a literatura institucionalista tem explorado pouco como as mudanças nas políticas públicas podem ser promovidas por grupos de interesses que atuam como tomadores de decisões e participantes do governo. Nesse sentido, esta tese apresenta respostas a essas lacunas

ao evidenciar a participação ativa de representantes do agronegócio na estrutura da gestão bolsonarista, representando uma originalidade significativa. Por fim, o desmonte das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro foi possível devido à influência das ideias antiambientais dos grupos de interesses, possibilitado por um contexto político-institucional que favoreceu a ascensão e implementação dessas ideias, demonstrando a relação direta entre estrutura (regramento institucional) e agência (atores).

REFERÊNCIAS

- ABAG. **Ações para a queda rápida do desmatamento**. ABAG, Brasília, 16 set. 2020.
- ABAG. **Agronegócio faz manifesto pela democracia**. ABAG, Brasília, 8 set. 2021.
- ABAG. **Caderno 20 anos da ABAG**. [S.l.]: ABAG, set. 2020. 72 p.
- ABAG. **XVIII Fórum ABAG – Propostas Presidenciais**. ABAG, Brasília, 15 ago. 2010.
- ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019. 108 p.
- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. **Dados**, vol. 31, n° 1, pp. 5-33, 1988.
- ACSELRAD, V. **A economia política do agronegócio no Brasil**: o legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização. 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- AFP. **Bolsonaro**: Não consigo matar esse câncer chamado ONG. AFP, Brasília, 04 set. 2020.
- AGÊNCIA CNI. **Setor produtivo vai à Câmara dos Deputados defender licenciamento ambiental**. Agência CNI, [S.l.], 19 fev. 2020.
- AGÊNCIA FPA. **FPA aponta projetos prioritários para votação ainda neste ano**. Brasília, Agência FPA, 30 out. 2018.
- AGÊNCIA FPA. **FPA ratifica apoio a Bolsonaro no segundo turno e entrega pauta prioritária do setor**. Brasília, Agência FPA, 10 out. 2018.
- AGÊNCIA FPA. **Nota Oficial – Marco Temporal e o necessário respeito à Lei**. Brasília, Agência FPA, 12 abril. 2024.
- AGÊNCIA FPA. **NOTA OFICIAL: Relação Brasil e China**. Brasília, Agência FPA, 19 mar. 2020.
- AGÊNCIA FPA. **Setor agropecuário apresenta propostas em evento com a presença de Bolsonaro**. Brasília, Agência FPA, 10 ago. 2022.
- AGÊNCIA SENADO. **Pauta de frente parlamentar reacende debate agronegócio X ambientalismo**. Agência Senado, Brasília, 15 jun. 2022.
- AGÊNCIA SENADO. **Relatório aponta desmonte de órgãos e grilagem na Amazônia com uso de cadastro ambiental**. Agência Senado, Brasília, 1 nov. 2022.

AGRA FILHO, S. **Licenciamento ambiental no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2021. 157 p.

ALESSI, G. **Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente**. CNN, 22 maio. 2020.

ALMEIDA, A. **A Escolha Constitucional dos Poderes do Presidente: O Caso da Medida Provisória**, Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1998.

ALVES, R. **Deputados da bancada ruralista manifestam apoio a Bolsonaro em reunião no Rio**. São Paulo, G1, 10 out. 2018.

ALVES, R. **Generais Mourão e Heleno reconhecem fracasso militar na Amazônia**. O Tempo, [S.l.], 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/generaismourao-e-heleno-reconhecem-fracasso-militar-na-amazonia-1.2573778>. Acesso em: 21 mar. 2022.

AMADO, G. **MP pede que TCU investigue apagão de dados do governo Bolsonaro**. Metrôpoles, São Paulo, 23 jul. 2024.

AMADOR, R. **A herança de Bolsonaro para o presidencialismo de coalizão**. Boletim Lua Nova, 2023.

ANDRADE, G. **Mapa do IBGE mostra onde estão os povos indígenas no Brasil**. UOL: São Paulo, 2023.

ANDRADE, R; KELL; R. Ideologia e Classes Sociais na Ontologia de Gyorgy Lukács. **Revista Ideologando**, Recife, v.2, n.2, p. 110-129, 2018.

ANTELO, F. Transversalidade da política ambiental na Amazônia: uma análise do Plano BR-163 Sustentável a partir do modelo de Múltiplos Fluxos. **Revista Ideas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 34-62, jun. 2018.

ANZIA, S. F.; MOE, T. M. **Interest groups on the inside: the governance of public pension funds**. Perspectives on Politics, v. 17, n. 4, p. 1059-1078, 2019.

APROSOJA. **“Momento ímpar”**: Aprosoja Bahia entrega pautas ao presidente Jair Bolsonaro. APROSOJA, Brasília, 24 mar. 2022.

APROSOJA. **Aprosoja Brasil anuncia seu desligamento da Abag**. APROSOJA, Brasília, 25 set 2020.

APROSOJA. **Manifesto de apoio da Aprosoja ao presidente Jair Bolsonaro**. APROSOJA, Brasília, 23 abril 2020.

APROSOJA. **Produtores rurais protestam contra cobrança retroativa do Funrural**. APROSOJA, Brasília, 2 out. 2018b. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/04/06/produtores-rurais-protestam-contracobranca-retroativa-do-funrural/>. Acesso em: 20 set. 2023.

APROSOJA. **Propostas de Jair Bolsonaro agradam produtores, diz presidente da Aprosoja Brasil**. APROSOJA, Brasília, 2 out. 2018a. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/10/02/propostas-de-jair-bolsonaro-agradam-produtores-diz-presidente-da-aprosoja-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2023.

APROSOJA. **Reivindicações APROSOJA**. APROSOJA, Brasília, 2018c.

ARAGÃO, L. **Ideias, interesses e instituições na formação de agendas de políticas públicas: o caso do programa de Economia Solidária**. 2011. 219 f. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ARAGÃO, M. **Os grupos de pressão no Congresso Nacional: abordagem ao papel dos grupos no Legislativo, seus procedimentos e legislação pertinente**. Brasília, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

ARAUJO, R; PONTE, M. X. Agronegócios na Amazônia: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região. **Revista de Ciências Agroambientais**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2016.

ARAÚJO, S. Desmonte da política ambiental e perda de soberania. **Diálogos Soberania e Clima**, v. 2, p. 7, 2023.

ARAÚJO, S. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: the response of environmentalists in the legislative arena. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2020.

ARAÚJO, S.; FELDMAN, F. Onde está o meio ambiente no Plano Plurianual? **Valor Econômico**. [S. l.], out. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/5lefy3G>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ARAÚJO; M; FERRARI, M; NETO, V. **Veja como votaram para a Presidência as cidades da Amazônia Legal** – Eleições 2022. Brasília: CNN, 4 de out. 2022.

AUDI, A. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. **Intercept Brasil, São Paulo, 2018**.

AUGUSTO, G. FPA e IPA homenageiam ministra Tereza Cristina. **AGÊNCIA FPA**. Brasília, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2022/03/22/fpa-e-ipa-homenageiam-ministra-tereza-cristina/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

AZEVEDO, G. **Abag defende marco temporal para demarcação de terras indígenas**. Canal Rural, [S.l.], 26 set. 2023.

AZEVEDO, T; et al. **Annual report on deforestation in Brazil 2020**. São Paulo: MapBiomas, 2021. 93 p.

AZEVEDO, T; et al. **Relatório Anual de Desmatamento 2021**. São Paulo: MapBiomas, 2022. 126 p.

AZEVEDO-RAMOS, C. et al. Lawless land in no man's land: The undesignated public forests in the Brazilian Amazon. **Land use policy**, v. 99, n. 104863, p. 104863, 2020.

BANNERMAN, S.; HAGGART, B. Historical Institutionalism in Communication Studies. **Communication Theory**, [S.l.], vol. 25, p. 1-22. 2015.

BARCELLOS, E. **A Institucionalização da Controladoria-Geral da União de 2002 a 2014 e a Atribuição de Avaliação de Programas: um Processo Histórico e Discursivo** - 131 f. 2018. Dissertação (Mestrado) Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia 2018.

BARCELOS, M. **O papel das ideias nos processos de construção de políticas públicas: abordagens sintéticas versus abordagens pós-empiricistas**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: ESTADO E DEMOCRACIA EM MUDANÇA NO SÉCULO XXI, Porto Alegre, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ed. 1977. Edições 70, São Paulo, 2015. 288p.

BARRETO, P; ARAÚJO, E. **O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento?** Belém: Imazon, 2012. 52p.

BARROCAL, A. **Bolsonaro se rende à China, que festeja 70 anos de comunismo**. Carta Capital, Brasília, 2 de out. 2019.

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 131, p. 175–195, jan. 2018.

BARROS, M. A; SECCHES, D. V. (2023). Paradiplomacia da resistência: a reação subnacional à política (anti) ambiental de Bolsonaro. **BEPI**, n. 37, set/dez. 2023.

BASSI, B. O Agro não é verde: como o agronegócio se articula para parecer sustentável. **FASE & De Olho nos Ruralistas**. [S.l.], 2022.

BASSI, B. **Ruralistas deram 54% dos votos que aprovaram urgência na mineração em terras indígenas**. De Olho nos Ruralistas, São Paulo, 12 mar. 2022.

BECKER, B. A Amazônia e a política ambiental brasileira. **Revista Geographia**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 7-20, jan. 2004.

BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol Mus Para Emílio Goeldi Ciênc hum [Internet]. 2010Jan;5(1):17–23.

BEHKNE, E. Bancada do agro confirma apoio a Bolsonaro no 2º turno. **Poder360**, Brasília, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bancada-do-agro-confirma-apoio-a-bolsonaro-no-2o-turno/>. Acesso em: 10 out. 2022.

BEHNKE, E. “A gente nunca vai fazer campanha contra o agro”, diz Bolsonaro. São Paulo, Poder360, 6 jan. 2022.

BÉLAND, D. Ideas and Social Policy: An Institutional Perspective. **Social Policy and Administration**, 39(1), pp.1–18, 2005.

BÉLAND, D; COX, R. **Ideas and politics in social science research**. New York: Oxford University Press, 2011.

BENITES, A. Bolsonaro anuncia projeto que permite garimpo em área indígena e sugere “confinar ambientalistas”. **El País**. Brasília, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/2lefnbb>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BERENGUER, E; et al. Drivers and ecological impacts of deforestation and forest degradation. In: NOBRE, C; et al. **Science Panel for the Amazon** (2021). Assessment Report 2021. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021.

BEYERS, J. Voice and Access: Political Practices of European Interest Associations. **European Union Politics**, v. 5, n. 2, p. 211-240, 2004.

BINDERKRANTZ, A. Different groups, different strategies: How interest groups pursue their political ambitions. **Scandinavian political studies**, v. 31, n. 2, p. 173–200, 2008.

BISPO, F. **Terras indígenas têm redução de mais de 50% no desmatamento em 2023**. Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo, 2023.

BLYTH, M. “Any More Bright Ideas?” The Ideational Turn of Comparative Political Economy. **Comparative Politics**, 29(2), p.229, 1997.

BOARIN, P. O lobby dos grupos de interesse e a política externa brasileira: estratégias de influência diferentes para uma política diferente? In: I Seminário Internacional de Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, Porto Alegre. **Anais I SICP 2015**, 2015.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, A. Bancada ruralista vê melhor momento no congresso para liberação de agrotóxicos. **O Estado de SP**. São Paulo, p. 1-1. fev. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/TlefV0S>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BORTONE, E. de A. Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro (2018). **Revista Debates**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 60–83, 2020.

BRAGANÇA, D. Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente. **O Eco**. [S. l.], p. 1-5. 1 out. 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/bolsonaro-defende-o-fim-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRAGANÇA, D. Ricardo Salles quer rever todas as Unidades de Conservação federais do país e mudar SNUC. **O Eco**, 10 maio 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/ricardo-salles-quer-rever-todas-as-unidades-de-conservacao-federais-do-pais-e-mudar-snuc/> Acesso em: 15 abr. 2021.

BRANDÃO, F et al. **Plano Plurianual do governo Bolsonaro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficoshtml5/ministerios/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL, F. G. ; SANTOS, G. R. dos .; TERUEL, L. C. . Prioridades em políticas públicas na Agenda Retórica Presidencial: o início do terceiro mandato de Lula. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 86–110, 2024.

BRASIL. Comissão Integradora das Políticas da Amazônia Legal. Portaria nº 46, de 16 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Conselho Nacional da Amazônia Legal, Brasília, 17 de abr. 2020a. Seção 2, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 fev. 2020b. Seção 1, p. 9.

BRASIL. Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do CONAMA. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 2019b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei Complementar Nº 140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09/12/2011.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 3 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jan. 2019a. Seção 1, p. 167.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, 11 ago. 2020.

BRUNO, R. A. L. Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: 36 Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindoia-SP. **Anais do 36 Encontro Anual da Anpocs**, 2012.

BRUNO, R. A. L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, n. 10, p. 284–310, 2003.

BRUNO, R. Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. In: G. Flexor; R. Maluf. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas** Rio de Janeiro, E-papers, 1: 155-168, 2017.

BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], vol. 20, n.41, p.01-26, 2022.

BRUNO, R. **Um Brasil Ambivalente**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p.

CABRAL, E. R. **Articulação de interesses do empresariado industrial no processo de produção da regulação ambiental: convergências e divergências**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CALIL, G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 140, p. 30-47, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei estabelece marco temporal para terras indígenas, mas o tema ainda vai ser julgado no STF**. Brasília, Câmara dos Deputados, 28 jun. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lista de prioridades do governo para 2022 traz 45 propostas**. Brasília, Câmara dos Deputados, 9 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Prioridade do governo inclui o novo marco do licenciamento ambiental**. Brasília, Câmara dos Deputados, 5 fev. 2021.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMARGOS, D. **Ampliação da posse de arma no campo vai aumentar violência, dizem entidades**. Repórter Brasil, [S.l.], 22 ago. 2019.

CAMPBELL, J.L. Ideas, Politics, and Public Policy. **Annual Review of Sociology**, 28(1), pp.21-38, 2002.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CANAL RURAL. **Aprosoja rompe com Abag: ‘Estão difamando a imagem do agro**. Canal Rural, São Paulo, 25 set. 2020.

CANAL RURAL. '**China não faz favor ao Brasil**', diz Bolsonaro sobre comércio agrícola. Canal Rural, São Paulo, 25 ago. 2021.

CAPOBIANCO, J. **Governança socioambiental na Amazônia brasileira na década de 2000**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARDOSO, A; BEGHIN, N. Política socioambiental entre o desmantelamento e a retomada: desafios à vista. **Agro é fogo**, [S.l.], out. 2022. Disponível em: <https://agroefogo.org.br/politica-socioambiental-entre-o-desmantelamento-e-a-retomada-desafios-a-vista/>. Acesso em: 1 nov. 2022.

CARUNCHO, L. Partidos de derecha y estilos de liderazgo. Notas sobre el PRO argentino y el PSL brasileño. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 103, p. 85-109, jul. 2020.

CARVALHO, D; COLETTA, R. Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, pede demissão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/ricardo-salles-ministro-do-meio-ambientepede-demissao.shtml>. Acesso em: 22 set. 2021.

CARVALHO, T. Uso do solo e desmatamento nas regiões da Amazônia Legal brasileira: **condicionantes econômicos e impactos de políticas públicas**. 2014. 219 f, il. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CASTILHO, A; INDRIUNAS, L. **De Olho nos Ruralistas detalha em novo dossiê a face agrária de Arthur Lira e seu clã em Alagoas**. De Olho nos Ruralistas, 2023.

CASTRO, E. CAMPOS, Í. (Orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

CASTRO, E. M. R. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 8, p. 5-39, 2005.

CASTRO, E; CASTRO, C. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 1, abr. 2022.

CHECHI, L. A.; GRISA, C. Abordagens institucionalistas e as contribuições na análise de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 735–753, 2019.

CHIAVARI, J. et al. **Infraestrutura Terrestre na Amazônia: Ações para Sustentabilidade**. Climate Policy Initiative/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CPI/PUC-Rio), Rio de Janeiro, 4 jul. 2022.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista. **Em Tese**, v. 17, n. 1, p. 7–32, 2020.

CNA. **CNA lança plataforma de denúncia anônima contra invasão de terras.** CNA, Brasília, 21 fev. 2024.

CNA. **O futuro é agro: 2018 - 2030.** Brasília: CNA, 2018. 139 p.il.

CNA. **O que esperamos do próximo governante: 2022.** Brasília: CNA, 2022. 85 p.il.

CNA. **Sem subvenção, agricultor abre mão do seguro rural.** CNA, Brasília, 9 abr. 2024.

COALIZÃO. **Campanha “Seja Legal com a Amazônia” pede fim de roubo de terras públicas.** Coalizão, [S.l.], 1 out. 2019.

COALIZÃO. **Contribuições da Coalizão Brasil para o relator da MP 910 (“regularização fundiária”), deputado Zé Silva.** Coalizão, [S.l.], 1 maio. 2020.

CONJUR. **STF derruba MP de Bolsonaro que concedia licença ambiental automática a empresas.** CONJUR, São Paulo, 22 abr. 2022.

CONVERSE, P.E. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. *In* D.E. Apter, ed. **Ideology and Discontent.** New York: The Free Press, 1964.

CORRÊA, S.; SILVA, F. O processo de descentralização da gestão ambiental a partir da Teoria Institucionalista: um novo olhar? *In*: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JUNIOR, S. C. **Desenvolvimento e Sustentabilidade.** Belém: NAEA, 2012. p.1-348.

COSME, C. M. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. **Revista pegada eletrônica**, [S.l.], v. 17, p. 312, 2016.

COSTA, F. A. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia.** 2º Ed. Belém: NAEA, 2013. 87 p.

COSTA, F. As Teorias do Desenvolvimento e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável-Apontamentos. **REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA**, v. 2, p. 13-77, 2016.

COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 35–86, 2009.

COSTA, F. Racionalidade do Mercado de Terras na Amazônia: impactos e perspectivas no caso do Pará. **Made**, São Paulo, n.8, p.1-17, 2022.

COSTA, F; et al. Complex, diverse, and changing agribusiness and livelihood systems in the Amazon. *In*: NOBRE, C; et al. Science Panel for the Amazon (2021). **Assessment Report 2021.** New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021.

COSTA, L. **Agronegócio brasileiro: história e perspectiva**. 92 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília-DF, 2008.

COUTO, C. G. O Brasil de Bolsonaro: Uma democracia sob estresse. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. 59, 2023.

COUTO, L.; SOARES, A.; LIVRAMENTO, B. **Presidencialismo de coalizão**: conceito e aplicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, p. e241841, 2021.

CRESSWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRUZ, M. T.; CABRAL, E. O lobby da confederação nacional da indústria na câmara dos deputados: novas regras para o Licenciamento Ambiental. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 13, p. 31-53, 2020.

CRUZ, S; SOUZA, L. Presidencialismo de coalizão no Governo Bolsonaro. **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], v. 12, n. 03, p. 35–48, 2023.

CUNHA, C. **Lei dos Agrotóxicos - entenda a polêmica da "PL do Veneno"**. Novelo Comunicação, São Paulo, 2022.

CUREAU, S. Um breve exame do percurso e do resultado das ações diretas de inconstitucionalidade do novo código florestal brasileiro. In: LEUZINGER, M; SOUZA, L; CIRNE, M. **10 anos de código florestal brasileiro**. Brasília: CEUB, 2022. p. 11-28.

DANTAS, D. **Governo Bolsonaro estuda mudar processo de licenciamento ambiental e tirar poder do Ibama**. O GLOBO, São Paulo, 04 out. 2022.

DANTAS, D; GULLINO, D; GÓES, B. **Três partidos do Centrão controlam mais de R\$ 149,6 bilhões do governo Bolsonaro**. O Globo, 24 jan. 2022.

DE PAULA, J. Da Coalizão ao Movimento: metamorfoses no presidencialismo brasileiro e a crise da democracia. **Intellèctus**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 121–144, 2022.

DELGADO, G. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American sociological review**, p. 147-160, 1983.

DOLZAN, M. ‘Não podemos abrir as portas para todo mundo’, diz Bolsonaro em palestra na Hebraica. **O Estado de SP**. São Paulo, 03 abr. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/V1ef7Xv>. Acesso em: 07 fev. 2021.

DOWNE-WAMBOLDT, B. Content analysis: method, applications, and issues. **Health care for women international**, v. 13, n. 3, p. 313-321, 1992.

DUARTE, I; CARAMURU, P; VENCESLAU, P. **Fiesp recua; agronegócio faz manifesto pela democracia**. Estadão, São Paulo, 31 ago. 2021.

DW. **Na ONU, Bolsonaro ataca ONGs e critica cobiça estrangeira**. DW, São Paulo, 01 out. 2020.

DW. **Tereza Cristina: agronegócio sustentou PIB durante pandemia**. DW, São Paulo, 15 ago. 2020.

ECO. **O que é a regularização fundiária de unidades de conservação**. O ECO, Rio de Janeiro, 22 jan. 2015.

EDMONDS, W; KENNEDY, T. **An Applied Guide to Research Designs: Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods Edition**. [S.l]: SAGE Publications, Inc Publication, 2017. 392 p.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 25, n. 2, p.1-18, 2021.

EMMENEGGER, P. Agency in historical institutionalism: Coalitional work in the creation, maintenance, and change of institutions. **Theor. Soc**, vol. 50, p. 607–626, 2021.

FAGUNDEZ, I. **Bolsonaro: a infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva**. BBC, 16 jan. 2019.

FARHAT, S. **“Lobby”**. O que é, como se faz: ética e transparência na representação junto a governos. São Paulo, SP: Aberje Editorial/Peirópolis, 2007. 512 p.

FATHEUER, T. **Cooperação alemã para o desenvolvimento da região amazônica brasileira**. Berlim: Fundação Heinrich Böll, 2019. 77p.

FEARNSIDE, P. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, [S.l.], v. 36, n. 3, pp. 395-400, 2006.

FEARNSIDE, P. **Destrução e Conservação da Floresta Amazônica**. Manaus: Editora do INPA, 2021. 368 p.

FELLET, J. **Brasil precisa parar de anistiar irregularidades', diz líder de empresários do agronegócio**. CNN, São Paulo, 30 abr. 2021.

FENACOR. **Ministra defende mais recursos para o seguro rural**. FENACOR, [S.l.], 11 jan. 2019.

FEREJOHN, J. Structures and Ideology: change in parliament in Early Stuart England. In J. Golstein & R. Keohane, orgs. **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, p. 207-231, 1993.

FERRANTE, L; FEARNSTIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 261-263, 24 jul. 2019.

FERRARI, M. **Eliminaremos o desmatamento ilegal até 2030, diz Bolsonaro em Cúpula do Clima**. CNN, São Paulo, 22 abr. 2021.

FERREIRA JÚNIOR, N. A. Instituições informais, consolidação e mudanças institucionais: estado da arte e agenda de pesquisa para o Parlamento Brasileiro. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, 2015, Lima-Peru. VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, 2015.

FERREIRA, L. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998, p. 154.

FIGUEIREDO, N; SAMORA, R. **Agro responde por 33 dos 50 maiores doadores de Bolsonaro e alavanca finanças da campanha**. São Paulo, Reuters, 26 out. 2022.

FIRMIANO, F. D. "Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?" O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 364-387, jun. 2020.

FOLHA DE SP. **Bastam um soldado e um cabo para fechar STF, disse filho de Bolsonaro em vídeo**. São Paulo, Folha de SP, 2018.

FOLHA DE SP. **Tal como o filho, Bolsonaro atacou Supremo na pré-campanha eleitoral**. São Paulo, Folha de SP, 2018.

FONSECA, D. **O agro e a grilagem**. NEXO, São Paulo, 6 mar. 2024.

FOX, M. Amazon in Flames (Interview). **Nacla Report on the Americas**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. 328-332, 2 out. 2019.

FPA/IPA. **Pauta Prioritária – Setor Agropecuário**. Brasília, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 79 p.

FUHRMANN, L. **Fundo para agronegócio pode estimular grilagem, ameaçar terras indígenas e quilombolas**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/04/fundo-para-agronegocio-pode-estimular-grilagem-ameacar-terras-indigenas-e-quilombolas/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FUNAI. **Terras Indígenas**. FUNAI: Brasília, 2024.

GARCIA, J. F.; NASCIMENTO, D. M. Grandes projetos na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos sobre os acidentes de trânsito. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 318-348, jun. 2018.

GATTI, L.; et al. Amazon carbon emissions double mainly by dismantled in law enforcement. **Nature Portfolio**, [S.l.], p.1-32, set. 2022.

GAZONI, J. L. **A contribuição relativa das forças primárias do desmatamento na Amazônia**. 2011. 228 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GEORGE, A.L., 1979. The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior. The “Operational Code” Belief System. In L.S. Falkowski, ed. **Psychological Models in International Politics**. Colorado: Westview Press, 1979.

GIOVANAZ, D. **Ruralistas se articulam para obter perdão bilionário das dívidas do Funrural**. Florianópolis, Brasil de Fato, 11 nov. 2020.

GIRARDI, G. **Bolsonaro avança em votos nas cidades campeãs de desmatamento na Amazônia**. São Paulo: Folha de SP, 7 out. 2022.

GIRARDI, G. Com Exército há um mês na Amazônia, queimada diminui e desmatamento aumenta. **O Estado de SP**. São Paulo, p. 1-3. set. 2019a. Disponível em: <https://cutt.ly/hleglV2>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GIRARDI, G. Ministério do Meio Ambiente suspende convênios com ONGs por 90 dias. **O Estado de SP**. São Paulo, 15 de jan. 2019b. Disponível em: <https://cutt.ly/9legQpP>. Acesso em: 10 de out. 2020.

GLEZER, R. As razões e condições dos conflitos federativos na pandemia de Covid-19: coalizão partidária e desenho institucional. **Suprema - Revista de Estudos Constitucionais**, Distrito Federal, Brasil, v. 1, n. 2, p. 395–434, 2021.

GOLDSTEIN, J; KEOHANE, R.O. Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework. In J. Goldstein & R.O. Keohane, eds. **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

GOMES, C. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, vol.19, n°19, Jan-Dez., p. 63-78, 2019.

GOMES, L. A.; LUZ, J. H. A Governabilidade de um Presidencialismo sem Coalizão: um Estudo das Medidas Provisórias do Presidente Jair Bolsonaro. **Revista Parlamento e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 55–78, 2019.

GONÇALVES, F; MADUREIRA, E. Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e influência no Governo Bolsonaro. **Rev. Carta Inter**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, e1372, 2023.

GOVERNO FEDERAL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Abertura do Debate Geral da 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)-Nova Iorque/EUA. **Planalto**. Nova Iorque, 24 set. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/plegURQ>. Acesso em: 04 fev. 2021.

GRACIANO, M; SANTOS, L; ALMEIDA, L. Lobby, neointitucionalismo e o processo decisório Brasileiro. **Rebram**, [S.l.], vol. 22, n.3, 2019.

GUETTA, M; OVIEDO, A; BENSUSAN, N. **A desconstrução das políticas de proteção das Unidades de Conservação**. ISA: Brasília, 2022.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 194-223, 2003.

HALL, P. **The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism Across Nations**. New Jersey: Cambridge University Press, 1989.

HALL, P.A. Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative Politics**, 25(3), p.275-296, 1993.

HALL, P; TAYLOR, R. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, [S.l.], vol. XLIV, p.936-957, 1996.

HANSEN, M. C; et al. Humid tropical forest clearing from 2000 to 2005 quantified by using multitemporal and multiresolution remotely sensed data. **PROCEEDINGS OF THE NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES**, [S.l.], v. 105, n. 27, p. 9439-9444 jul. 2008.

HAY, C. Constructivist Institutionalism. In Sarah A. Binder, R. A. W. Rhodes, & B. A. Rockman, orgs. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. New York: Oxford University Press, p. 56-74, 2008.

HAY, C.; WINCOTT, D. Structure, agency and historical institutionalism. **Political studies**, v. 46, n. 5, p. 951–957, 1998.

HELMKE, G; LEVITSKY, S. **Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America**, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2006.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB – PIB por setor produtivo no último trimestre**. IBGE: Brasília, 2024.

IGLÉCIAS, W. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 28, jun. 2007.

IMAZON. **A diminuição da devastação em TI's é uma boa notícia em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas**. IMAZON: Belém, 2024.

IMMERGUT, E. M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. **RBCS**, vol. 11, n.30, p.139-165, 1996.

IMMERGUT, E. M. The Theoretical Core of the New Institutionalism. **Politics & Society**, [S.l.], vol.26, n.1, p. 5–34, 1998.

INESC. PLOA 2023: continuidade do desmonte das políticas sociais. **INESC**, [S.l.], 5 set. 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/ploa-2023-continuidade-do-desmonte-das-politicas-sociais/>. Acesso em: 30 set. 2022.

INPE. Dados pontuais de focos ativos de calor – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real. **INPE**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter>. Acesso em: 1 out. 2020.

INPE. Focos de Queimada e desmatamento (QUEIMADAS x DESMATAMENTOS x CAR) – TerraBrasilis. **INPE**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/glegDq>. Acesso em: 10 out. 2021.

INPE. Mapa de desmatamento (PRODES/DESMATAMENTO) – TerraBrasilis. **INPE**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>. Acesso em: 10 out. 2022.

INPE. **Metodologia Utilizada nos Projetos PRODES e DETER**. INPE, Brasília, 2019. 33 p.

IPA. **História do IPA**. Instituto Pensar Agropecuária, Brasília, 17 abr. 2024.

ISA – Instituto Socioambiental. **Terras indígenas no Brasil**. ISA: Brasília, 2024.

JANNUZZI, P. M.; REIS, F. T. Conexão da análise com a avaliação de políticas públicas: mapeando o contexto institucional, político e ideacional do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). In: Encontro Brasileiro de Administração Pública, 9. 2022, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022.

JANNUZZI, P. A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 2, 2022.

JANUZZI, P. M; RODRIGUES, K. **Ideias, instituições e interesses dos atores na moldagem das políticas públicas**. São Paulo: Nexo Jornal, 2023.

JORDÃO, P. **Ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles vira réu por exportação ilegal de madeira**. CNN, São Paulo, 2023.

KIESZKOWSKI, D. **Os reflexos da Agenda Internacional de ESG sobre meio ambiente no agronegócio brasileiro**: um olhar sobre a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 2021. 33 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Gestão de Políticas Internacionais) - PUC-Rio de Janeiro, 2021.

LACERDA, E. Associação brasileira do agronegócio (Abag) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **RURIS**, [S.l.], vol.5, n.1, mar. 2011.

LACERDA, E. **Brasil Integrado**: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. 2009. 333 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

LACK, A. **Lobby, corrupção e tráfico de influência**: definir conceitos para compreender a relevância de uma regulamentação. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Instituto Brasiliense de Direito Público, 2019.

LAMBA, J. R.; SILVESTRE, H. C.; CORREIA, A. M. As teorias do processo político na avaliação das políticas públicas brasileiras: aplicações e agenda de pesquisa. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 88, p. 1–31, 2019.

LEVI, M. Uma Lógica da Mudança Institucional. **Dados**, vol. 34 n. 1, Rio de Janeiro, 1991.

LIBERA, G. **O agro é tudo?** O direito socioambiental em face da ofensiva legislativa do agronegócio. 153 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul, 2019.

LIMA, E. L. N. B. O.; MÖRSCHBÄCHER, M. Contribuições e desafios do institucionalismo histórico na Ciência Política contemporânea. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 81, p. 103–122, 2016.

LIMONGI, F; FIGUEIREDO, A. "Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão". **Lua Nova**, n ° 44, pp. 81-106, 1998.

LISBOA, C. Nova meta climática brasileira é menos ambiciosa e vai contra Acordo de Paris. **O Eco**, [S.l.], abril 2022. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/nova-meta-climatica-brasileira-e-menos-ambiciosa-e-vai-contr-a-acordo-de-paris/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LOBATO, A. **Entenda como o governo Bolsonaro age para travar a titulações de terras quilombolas**. Amazônia Real, Manaus, 9 de mar. 2022.

LORENZON, G. **“Vamos derrubar a Moratória da Soja em 2020”, diz presidente da Aprosoja BR**. São Paulo, MoneyTimes, 6 dez. 2019.

LOUREIRO, V. K. Amazônia no Século XXI: novos e renovados dilemas no processo de desenvolvimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. **Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2009. p. 1-30.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 77-98, jan. 2005.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCENA, A. Mortes por desnutrição de Yanomamis cresceram 331% no governo Bolsonaro. **Carta Capital**, Brasília, 2023.

LUIZ, C. Grupo com empresários do agro articulou 8 de janeiro, diz relatório da Abin. **Congresso em Foco**, São Paulo, 05 ago. 2023.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUPION, B. O que é o PL, partido de Bolsonaro e da maior bancada eleita. **DW Brasil**. São Paulo, 7 out. 2022. 2022a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-%C3%A9-o-pl-partido-de-bolsonaro-e-da-maior-bancada-eleita/a-63374834>. Acesso em: 14 out. 2022.

LUPION, B. O que é orçamento secreto e por que aconteceram primeiras prisões. **DW Brasil**. São Paulo, 19 out. 2022b. 2022b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/19/o-que-e-orcamento-secreto-e-por-que-aconteceram-primeiras-prisoas>. Acesso em: 25 out. 2022.

MACHADO, R. **Prioridade do governo inclui o novo marco do licenciamento ambiental**. Brasília, Câmara dos Deputados, 05 fev. 2021.

MADEIRA, L. M.; et al. Ideias, redes e políticas públicas: reflexões a partir do modelo de Coalizões de Defesa. In: Luciana Leite Lima e Leticia Schabbach. (Org.). **Políticas públicas**: questões teórico-metodológicas emergentes. 1ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2020, v., p. 42-75.

MAITINO, M. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 1, p. 111–134, 2018.

MALHEIRO, B. **Geografias do Bolsonarismo**: Entre a expansão das commodities do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Belém: Amazônia Latitude Press, 2023, 95p.

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 300 p.

MANCUSO, W. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

MANCUSO, W. **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresários e Política no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Humanitas/Edusp, 2007.

MANCUSO, W. P. **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: EDUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007. v. 1. 228p.
MAPBIOMAS. Fatos sobre Terras Indígenas no Brasil. Mapbiomas: São Paulo, 2023.

MARCH, J; OLSEN, J. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 16, n. 31 p. 121-142, 2008.

MARCOVITCH, J; PINSKY, V. Bioma Amazônia: atos e fatos. **Estudos Avançados** [S.l.], v. 34, n. 100, p. 83-106, 2020.

MARQUES, L. **Brasil, 200 anos de devastação: O que restará do país após 2022?** Instituto Humanitas Unisinos: São Leopoldo, 2022.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAXWELL, J.A. **Qualitative Research Design: An Interactive Approach**. [S.l.]: Sage, Thousand Oaks, 2013. 218 p.

MAYRING, P. **Qualitative content analysis: theoretical foundation, basic procedures and software solution**. Klagenfurt, 2014. 144p.

MEHTA, J. How Paradigms Create Politics: The Transformation of American Educational Policy, 1980–2001. **American Educational Research Journal**, 50(2), 285-324, 2013.

MELLO, N. G. R. de; ARTAXO, P. Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 66, p. 108-129, 2017.

MELO, T. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Revista Pegada**, [S.l.], vol. 19. n.2, p. 84-113, 2018.

MELO, T; et al. Política e meio ambiente: a influência do lobby nas decisões legislativas. **Revista Grifos**, [S.l.], n.44, p.93-103, 2018.

MENDONÇA, A. Confira a lista de 35 prioridades que Bolsonaro entregou ao Congresso. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, p. 1-5. fev. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/ilegLkJ>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MENDONÇA, S. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Revista História Hoje. Associação Nacional de História - ANPUH**, março, 2005, 20p.

MERLINO, T. PERES, J. HERMANSON, M. **Apoiado por Bolsonaro, projeto de agro em terra indígena no Mato Grosso avança com atropelos e ilegalidades**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 1 set. 2022. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/09/apoiado-por->

bolsonaro-projeto-de-agro-em-terra-indigena-no-mato-grosso-avanca/. Acesso em: 16 set. 2023.

MERRIAM, S. B; TISDELL, E. J. **Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation** (4th ed.). San Francisco, CA: Jossey Bass, 2016. 368 p.

MESSIAS, F. **A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff**. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

MEYER-PFLUG, S. **Grupos de Interesse (Lobby)**. Brasília: UNICEUB. 2009. 77p.

MITIDIERO JUNIOR, M; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Brasília: Associação Brasileira da reforma agrária; Friedrich Ebert Stiftung. set. 2021. 40 p.

MONDONI, R. **CNA defende revisão das normas de licenciamento ambiental para o setor agropecuário**. CNA, Brasília, 1 jun. 2016.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, T. F. 2008. Neoinstitucionalismo e o sistema político brasileiro. In: XVI SEMANA DE HUMANIDADES – GT 32 – DEMOCRACIA, PARTIDOS POLÍTICOS E COMPORTAMENTO ELEITORAL, 2008, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do 204 Revista de Informação Legislativa Norte: UFRN.

MOREIRA, E; MORO, M. Da carta aos brasileiros à ponte para o futuro: das promessas não cumpridas ao golpe de morte na reforma agrária. IN: XVI ENPESS. **Anais do XVI ENPESS**. Vitória-ES: UFES, 2018.

MOTA, C. R. S. Resenha - HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.. **PENSAMENTO PLURAL**, v. 16, p. 179-186, 2015.

MOTORYN, P. **Bolsonaro nomeou 14 filiados a partidos do centrão para comandar ministérios em 2 anos e meio**. Brasil de Fato, 2 de ago. 2021.

MOTORYN, P. **Leia a cartilha de lobistas do agro que ensinou deputados a defenderem o Marco Temporal contra os indígenas**. Intercept, São Paulo, 31 maio 2023.

MOURA, A. M. **Governança das Políticas Ambientais no Brasil: desafios à construção de um sistema integrado de avaliação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. 82 p.

MOURA, A. M. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, A. M. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. p. 13-45.

MOURA, J; ROZENDO, C; OLIVEIRA, M. Movimento e contramovimento e as configurações do campo político em torno da utilização dos agrotóxicos no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [S.l.], v. 54, p. 560-609, 2020.

MOUTINHO, P. **A Pathway to Zero Deforestation in the Brazilian Amazon**. IPAM Amazônia, [S.l.], nov. 2017.

NANNINI, W. T. A Educação Como Ferramenta De Reprodução E Naturalização Do Agronegócio: Uma Análise Do Instituto Federal Do Sul De Minas Gerais-Campus Muzambinho (2008-2018). **Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq**, [S. l.], n. 1, p. p.678–689, 2020.

NASCIMENTO, D. Geopolítica e forças armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI (Paper 241). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2009.

NETO, B. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 59-80, ago. 2022.

NEVES, N. P. **A política externa de Jair Bolsonaro para a questão ambiental: uma análise cognitiva (2019-2022)**. 2023. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023.

NOGUEIRA, C. **Presidente da CNA diz que se recusa a falar com Lula: 'desgoverno'**. UOL, Brasília, 11 jun. 2024.

NOIA, J. **Invasões do MST em oito meses do governo Lula superam toda a gestão de Bolsonaro**. O Globo, Rio de Janeiro, 30 ago. 2023.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Nova Iorque. Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, [S.l.], Vol. 5, N. 1, p. 97-112, 1991.

NUNES, R. **Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 208 p.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Novo Pacote da Destruição ameaça direitos socioambientais**. Observatório do Clima, Brasília, 6 maio 2024.

OLIVEIRA, A. Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil. **Revista de informação legislativa**, Brasília, vol. 42, n. 168, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, E. **'Foi criada uma imagem distorcida e incorreta sobre o agronegócio brasileiro', diz chanceler de Bolsonaro**. O Globo, Rio de Janeiro, 29 mai. 2019.

OLIVEIRA, P. C. F. . Como se comporta o agronegócio frente à ascensão da nova direita. In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos; João Elter Borges Miranda. (Org.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. 1ed.Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, v. 1, p. 355-388.

OLIVEIRA, P. C. F. AGRONEGÓCIO, BOLSONARISMO E PANDEMIA: APONTAMENTOS DE PESQUISA. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021 O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista, 2020, Niterói. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021**. O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista, 2021. v. 1. p. 1-23.

OLIVEIRA, P. **Uma análise do início do governo Bolsonaro à luz do conceito de presidencialismo de coalizão**. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, R. **Nenhum centímetro de terra indígena?**: como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa. São Paulo, Agência Pública, 27 abr. 2023.

OUTEIRO, G; PASSOS, W; NASCIMENTO, D. M. A relação do repasse do ICMS verde no combate ao desmatamento: um estudo da mesorregião do sudeste do Pará. **Revista Refas**, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 15-26, jun. 2020.

PAGANELLI, J. T. Las ideas y la políticas. In Gloria Del Castillo Alemán; Mauricio Laguna I. Dussauge. (Eds.), **Enfoques teóricos de políticas públicas: Desarrollos contemporáneos para América Latina**. México: FLACSO, 2020.

PAJOLLA, M. **Mandato de Bolsonaro concentrou 60% das invasões de territórios da última década**. Brasil de Fato, Lábrea, 17 abr. 2023.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

PEDUZZI, P. **Presidente sanciona PL que destina R\$ 3 bilhões a produtores rurais**. Agência Brasil, Brasília, 24 nov. 2021.

PEREIRA, A. Análise de políticas públicas e neoinstitucionalismo histórico: ensaio exploratório sobre o campo e algumas reflexões. In: GUIZARDI, F. L. et al (Org.). **Políticas de participação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Editora Universitária UFPE, 2014. p. 143-164.

PEREIRA, A. K.. Ideas and politics in social science research. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 368–376, jul. 2011.

PEREIRA, J. **Multas por crimes ambientais crescem 190% após início dos estudos da Ferrogrão**. InfoAmazônia, [S.I], 25 mar. 2024.

PEREIRA, M. **A ação política da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na conjuntura brasileira recente (2016-2022)**. 76p. Monografia (Licenciatura

em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, 2023.

PEREIRA, M. et al. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: por uma transição nas práticas agrícolas convencionais. In: PACHECO, C. S. G. R.; SANTOS, R. P. (org.). **Agroecologia: produção e sustentabilidade em pesquisa**. Guarujá: Científica Digital, 2022.

PERES, P. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.

PERISSINOTTO, R. Ideas, burocracia e industrialización en Argentina y Brasil. 1. ed. Buenos Aires: Lenguaje claro, 2021. v. 1. 620p.

PERISSINOTTO, R.; STUMM, M. G. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 121–148, dez. 2017.

PERLIN, G.; SANTOS, M. L. **Presidencialismo de coalizão em movimento**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

PETERS, B. G. **El nuevo institucionalismo: teoria institucional en ciencia política**. Barcelona: Gedisa, 2003.

PINHEIRO, A. et al. A Covid-19 e as Tensões Federativas: uma análise do discurso das autoridades políticas brasileiras. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 9 set. 2022.

PIOTROWSKI, M. Nearing the Tipping Point: drivers of deforestation in the Amazon region. **The Dialogue**, Washington, v. 1, n. 1, p. 1-27, maio 2019.

PIRAN, A. Dia do Fogo: produtores planejam data para queimada na região. **Folha do Progresso**. Novo Progresso, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/hlehlJZ>. Acesso em: 11 set. 2020.

POMPEIA, C. A movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. **JOURNAL OF PEASANT STUDIES**, v. 1, p. 1-25, 2024a.

POMPEIA, C. Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO)**, v. 26, p. 195-224, 2020.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, v. 66, p. 1-27, 2023a.

POMPEIA, C. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. **NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS**, v. 1, p. 1, 2023b.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2021. v. 1. 392p.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. 2018. 352 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

POMPEIA, C. Homogenizing machine: the agribusiness caucus's building of voting convergence in the Brazilian Congress. *VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)*, v. 21, p. 1-24, 2024b.

POMPEIA, C. UMA ETNOGRAFIA DO INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA. *MANA (UFRJ. IMPRESSO)*, v. 28, p. 1-33, 2022.

PONTES, N. As propostas dos presidenciais para o meio ambiente. **DW Brasil**. São Paulo, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-propostas-dos-presidenci%C3%A1veis-para-o-meio-ambiente/a-63288335>. Acesso em: 5 out. 2022.

PONTES, N. Um ano após "dia do fogo", Amazônia segue em chamas. **DW Brasil**. São Paulo, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/vlehBnY>. Acesso em: 11 set. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [S.l.], n.107, p.63-90, set. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Bolívia: IPDRS, 2018. 116 p.

PORTO-GONÇALVES, C. Escassez, economia e meio ambiente: o desserviço de Paulo Guedes. **Espaço e Economia**, Goiânia, n. 18, p. 1-6, 21 abr. 2020.

PRADO, G; RIBEIRO, H. Pecuarização na Amazônia e consumo de carne: o que está por trás? **Saúde e Sociedade** [S.l.], v. 20, n. 3, p. 730-742, 2011.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C.. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 601–636, dez. 2011.

PRIZIBISCZKI, C. **Lei de Pagamento por Serviços Ambientais entra em vigor com vetos que fragilizam sua aplicação**. O ECO, Rio de Janeiro, 20 de jan. 2021.

PUTTI, A. **Bolsonaro diz que índio está evoluindo e se tornando humano “igual a nós”**. Carta Capital, Brasília, 24 jan. 2020.

QUADROS, V. **Investigado por atos antidemocráticos, Galvan obteve vantagens do governo para produtores**. São Paulo, Agência Pública, 7 set. 2022.

RAFTOPOULOS, M; MORLEY, J. Ecocide in the Amazon: the contested politics of environmental rights in Brazil. **The International Journal of Human Rights**, [S. l.], p. 1-26, 31 mar. 2020.

RAMOS, A. Amazônia sob Bolsonaro. *Aisthesis*, n. 70, p. 287–310, 2021.

RAMOS, M. **Passando a Boiada**: 12 das 45 prioridades do governo no Congresso são no campo. De Olho nos Ruralistas. São Paulo, 10 fev. 2022.

REPUBLICANOS. **Sobre o Republicanos**. São Paulo, 2024.

REZENDE, F. **Demarcar terras indígenas é proteger a humanidade**. Brasília, Congresso em Foco, 23 nov. 2023.

RIBEIRO, L. H; et al. A Influência dos Grupos de Interesse na Política: apontamentos a partir da literatura. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 158–185, 2022.

RIBEIRO, R. Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: dois pesos, duas medidas? IN: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

RIVAS, D; UEMA, E. **Relatório de ações do Governo Bolsonaro – Meio Ambiente**. Brasília: Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente, 2020. 36 p.

RIVERO, S; et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

RODA VIVA. **“O agro não precisa invadir terra indígena para crescer”**, afirma **Marcello Brito**. Youtube, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sehOZwJ0b10>. Acesso em: 16 out. 2022.

RODRIGUES, S. Bolsonaro: ‘O homem do campo não pode se apavorar com a fiscalização do Ibama’. *O Eco*. [S. l.], jun. 2019b. Disponível em: <https://cutt.ly/MIFSWfi>. Acesso em: 02 fev. 2021.

RODRIGUES, S. Esse governo é de vocês”, diz Bolsonaro a Ruralistas. *O Eco*. [S. l.], jul. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RODRIGUES, S. Retrospectiva 2019: Após extinguir comitê gestor, governo paralisa Fundo Amazônia. *O Eco*, [S.l.], dez. 2019a. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/retrospectiva-2019-apos-extinguir-comite-gestor-governo-paralisa-fundo-amazonia/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

RUESCHEMEYER D; SKOCPOL T. **States, social knowledge and the origins of modern social policies**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1996.

RUESCHEMEYER, D. Howand Why Ideas Matter. In: R.E.Goodin & C.Tilly, eds. **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press.2006.

- RURAL. **Presidente da Abag destaca papel do agro para Amazônia e critica "desgoverno ambiental"**. Globo Rural, Rio de Janeiro, 1 set. 2020.
- SAID, F. **Entidades empresarias assinam manifesto para desburocratização ambiental**. Congresso em Foco, Brasília, 27 mai. 2020.
- SAID, F; COSTA, M. **Frente Parlamentar da Agropecuária declara apoio a Bolsonaro**. Brasília, Metrôpoles, 5 out. 2022.
- SALATI, P. **Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003**. G1, São Paulo, 4 fev. 2023.
- SALDANA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers** (2nd ed.). London: Sage, 2013. 319 p.
- SAMPAIO, R. C; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: ENAP, 2021. 157 p.
- SAMPAIO, R; et al. **A technique stuck in time? Mapping scientific production based on content analysis at SciELO Brazil (2002-19)**. SciELO Preprints, 2021.
- SAMPOIO, C. **Frustração e esperança: adiamento de caso do marco temporal no STF divide indígenas em Brasília**. Brasil de Fato, 7 de jun. 2023.
- SANTOS, G; SILVA, R; SANTANA, A. **Agricultura na Amazônia : desflorestamento, escala e desafios à produção sustentável**. In: SANTOS, G; SILVA, R. **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 2022.
- SANTOS, M. L. **Interest Articulation and Lobbying..** In: Barry Ames. (Org.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. 1ed. Florence, Kentucky: Taylor & Francis Group LLC, 2019, v. 1, p. 132-158.
- SANTOS, M. **O Parlamento sob Influência: O Lobby da Indústria na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2011.
- SANTOS, M. **Representação de Interesses na Câmara dos Deputados: o lobby e o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria**. **Revista Iberoamericana de Estudos Legislativos**, [S.l.], v. 1, p. 52-70, 2014.
- SANTOS, M; et al. **Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência**. Texto para Discussão (IPEA), Brasília, v. 2334, p. 7-59, 2017.
- SANTOS, M; HIGGINS, S; RESENDE, C. **O lobby dos grupos de interesses na Câmara dos Deputados: acesso e influência no sistema de comissões parlamentares**. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2016.
- SANTOS, R. **Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007): uma análise econométrica e espacial**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SASSINE, V. **Grupo de principais empresas do agronegócio critica projeto que libera mineração em terras indígenas**. Folha de SP, São Paulo, 10 mar. 2022.

SAYURI, J. Qual o saldo da operação das Forças Armadas na Amazônia. **Nexo**. [S. l.], p. 1-4. fev. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/NleaP2O>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SCARAMUZZO, M. **Temor de prejuízos com imagem negativa do governo no exterior racha agronegócio**. Estadão, São Paulo, 21 jun. 2020.

SCHMIDT, V. A. Discursive institutionalism: The explanatory power of ideas and discourse. **Annual Review of Political Science**, 11, 303-326, 2008.

SCHMIDT, V.A. Reconciling Ideas and Institutions Through Discursive Institutionalism. In D. Béland & R. H. Cox, orgs. **Ideas and Politics in Social Science Research**. New York: Oxford University Press, p. 47-64, 2011.

SCHMIDT, V.A. Speaking to the Markets or to the People? A Discursive Institutionalist Analysis of the EU's Sovereign Debt Crisis. **The British Journal of Politics & International Relations**, 16(1), pp.188–209, 2014.

SCHMIDT, V.A. Taking Ideas and Discourse Seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth “new institutionalism”. **European Political Science Review**, 2(1), p.1-25, 2010.

SCHNEIDER, N. Bolsonaro in Power: failed memory politics in post-authoritarian Brazil? **Modern Languages Open**, Liverpool, v. 1, p. 1-11, 2020.

SCHREIBER, M. 'Maior caso de corrupção do planeta'? Qual a gravidade do Orçamento Secreto. **BBC BRASIL**, Brasília, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63208754>. Acesso em: 30 out. 2022.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.

SERIGATI, F; POSSAMAI, R. **Mapeamento da produção agropecuária no bioma Amazônia**. Observatório de Bioeconomia FGV AGRO: São Paulo. 2021.

SHALDERS, A. **Falhou no psicotécnico, investigou desafeto e atacou procurador: a trajetória do novo presidente da Funai**. Brasília, CNN, 25 jul. 2019.

SIEBENEICHLER, A.J. O agrolobby em múltiplas escalas: uma análise da influência do agronegócio na política externa brasileira. **Revista Monções**, Dourados, MS, v.10, nº19, jan./jun. 2021.

SILVA, A; et al. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 11, n. 1, p. 168-184, jan./jun. 2017.

SILVA, B; AZEVEDO-RAMOS, C; FARIAS, H. Municipal environmental management and regional conservation in eastern Amazon: perceived performance by public agents in the Pará state, Brazil. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 254–268, 2022.

SILVA, H. AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA E O AVANÇO DO CAPITAL: ATAQUE AOS POVOS DO CAMPO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-13, 29 mar. 2022.

SILVA, L. **O sucesso político do setor agropecuário no brasil contemporâneo**. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SILVA, M. D. L. O Plano Plurianual 2004-2007 e as Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Brasileira. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Joinpp, 2009, São Luís -MA. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1-15.

SILVA, M. **Mudança institucional e o desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática de literatura**. João Pessoa, 2023. 33 f.

SIQUEIRA, C. **Governo Subnacional, Governança E Processo Negociador Do Regime Climático: Os casos do Acre, Amazonas e Pará (2000-2017)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, UnB. 2019.

SIQUEIRA, C. **Sancionada lei de pagamento por serviços ambientais**. Agência Câmara, Brasília, 14 jan. 2021.

SIQUEIRA-GAY, J. et al. Caminhos de cenários positivos para a floresta Amazônica no estado do Pará, Brasil. **Biota Neotropica**, [S.1.], v. 20, p.1-18, 2020.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P; RUESCHEMEYER, D; SKOCPOL, T (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-38.

SKOCPOL, T; PIERSON, P. Historical Institutionalism in Contemporary Political Science. In: KATZNELSON, I; MILNER, H. **Political Science: State of the Discipline**. New York: W.W. Norton, 2002. p. 693-721.

SOARES, G. **Número de autos de infração ambiental tem queda de 43,5% com Bolsonaro**. Poder360, Brasília, 2021.

SOARES, I. **Bolsonaro a produtores rurais: "Comprem suas armas! Está na Bíblia"**. Brasília, Correio Braziliense, 10 ago. 2022.

SOARES, I. **Bolsonaro defende aliança com PP: "Eu sou do Centrão"**. Correio Braziliense, 22 jul. 2021.

SOARES-FILHO, B.; et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 19, n. 54, p. 137-152, ago. 2005.

SOTIROV, M; et al. Policy options to regulate timber and agricultural supply-chains for legality and sustainability: The case of the EU and Brazil. **Forest Policy And Economics**, [S.l.], v. 144, p. 1-10, 2022.

SOUSA, G. **A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na Câmara dos Deputados**. 2017. 70 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUSA, S. **A imagem pública de Bolsonaro na gestão da pandemia de COVID-19 sob a ótica de veículos de imprensa internacionais**. 2022. 61 f. TCC (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006.

SPINIELI, A. L. P. Confronto, judicialização e burocracia: crítica do governo Bolsonaro ao presidencialismo de coalizão como estratégia política. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–20, 2022.

STF. **Especial Meio Ambiente**: série de matérias lembra decisões do STF sobre o tema. STF, Brasília, 5 de jun. 2023.

STRICKLAND, F. **Presidente da CNA volta atrás sobre apoio a Bolsonaro: 'Questão de momento'**. Correio Braziliense, Brasília, 8 dez. 2021.

STUMM, M. **IDEIAS E POLÍTICA INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS PETISTAS**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SUREL, Y. “Trois i”. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, Pauline (orgs.). **Dictionnaire des Politiques Publiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 452-459, 2006.

TAGLIALEGNA, G; CARVALHO, P. Atuação de grupos de pressão na tramitação do projeto de lei de biossegurança. **Revista de Informação Legislativa**, [S.l.], v. 43, n. 169, p.161-188, 2006.

TALANOVA. Reconstrução: **401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 2022) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira**. [S.l.]: Instituto Talanova, 2022. 169 pag.

TANDBERG, D. Interest groups and governmental institutions: The politics of state funding of public higher education. **Educational policy (Los Altos, Calif.)**, v. 24, n. 5, p. 735–778, 2010.

TAPIA, J. R. B.; GOMES, E. R. Ideias, interesses e mudanças institucionais. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 1, p. 239–264, 2008.

TEIXEIRA, M. **Leite acumula números piores que os de Salles após 1 ano à frente do Meio Ambiente. Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/07/leite-acumula-numeros-piores-que-os-de-salles-apos-1-ano-a-frente-do-meio-ambiente.shtml>. Acesso em 15 ago. 2022.

TERRELL, S.R. **Writing a Proposal for Your Dissertation: Guidelines and Examples**. New York: The Guilford Press, NY, USA, 2016. 320 p.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual review of political science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.l.], n. 58, p. 225-254, 2003.

TORRES NANNINI, W. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 72–127, 2022.

TORRES, M; DOBLAS, J; ALARCON, D. **“DONO É QUEM DESMATA”**. Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017. 280 p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DivulgaCand – Propostas ao cargo de Presidente da República (2018). **TSE**, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/KlehLzA>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DivulgaCand – Propostas ao cargo de Presidente da República (2018). **TSE**, 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao>. Acesso em: 30 abr. 2023.

TRINDADE JUNIOR, S. C; WELBSON, V. M. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

VALE, M. *et al.* The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. **Biological Conservation**, [S. l.], v. 255, p. 1-5, mar. 2021.

VERSOLATO, M; AMARAL, A; WATANABE, P. **Bolsonaro diz que licença ambiental atrapalha obras e que vai acabar com 'capricho' de fiscais**. Folha de SP, São Paulo, 13. dez. 2018.

VIANA, J. **Presidencialismo De Coalizão E Governabilidade Nos Governos Dilma A Bolsonaro** – 46 f. 2021. Monografia Jurídica Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS) 2021.

VIEIRA, A. Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. **Agência Senado**, Brasília, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 21 mar. 2022.

VIEIRA, S. **Pauta de frente parlamentar reacende debate agronegócio X ambientalismo**. Agência Senado, Brasília, 15 jun. 2022.

VILELA, P. Forças Armadas atuarão em 26 municípios para coibir desmatamento. **Agência Brasil**. Brasília, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/FmPBblw>. Acesso em: 08 jul. 2021.

VILELA, R. **Plano Safra 2022/2023 anuncia R\$ 340,8 bilhões para a agropecuária**. Agência Brasil, Brasília, 29 jun. 2022.

VISCARRA, S.; et al. O ARREFECIMENTO DA POLARIZAÇÃO AFETIVA: análise dos discursos dos governadores no Twitter na campanha eleitoral de 2022. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 37, p. e024004, 2024.

WALENDORFF, R. **Presidente da Aprosoja diz que agro apoia reeleição de Bolsonaro**. Brasília, Valor, 21 mar. 2022.

WALENDORFF, R. **Subsídio ao seguro rural terá reforço de R\$ 252 milhões**. Valor, Brasília, 29 dez. 2022.

WEILER, F; BRÄNDLI, M. Inside vs. outside lobbying: How the institutional framework shapes the lobbying behavior of interest groups. **European Journal of Political Research**, 54(4), 745–766, 2015.

WEIR, M. & SKOCPOL, T. States structures and the possibilities for keynesian responses to the great depression in Sweden, Britain and United States". In: EVANS, P. et al. (orgs.). **Bringing the State back in**. Nova York, Cambridge University Press, pp. 107-168, 1985.

WERNECK, K. **Agronegócio insiste em tirar Mato Grosso da Amazônia Legal**. Manaus, Amazônia Real, 22 mar. 2022.

WOLTON, S. **Lobbying, Inside and Out: How Special Interest Groups Influence Policy Choices**. SSRN, 2019.

ZAIA, C. **Bolsonaro quer perdoar dívida rural; rombo é de R\$ 17 bi**. Brasília, Valor, 21 dez. 2018.

ZANATA; P. et al. **Bolsonaro é o mais votado em 8 das 10 principais cidades do agronegócio**. São Paulo: CNN, 31 out. 2022.

ZEFERINO DE MENEZES, H. A importância da Ciência, Tecnologia e Inovação para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 21, 2020.